

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO EM CARAMBEÍ E
SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL

PONTA GROSSA
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO EM CARAMBEÍ E
SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Área de Concentração Sociedade, Direito e Cidadania.

Orientadora: Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz.

PONTA GROSSA
2008

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S586c Silva, Silmara Carneiro e
A configuração do poder local institucionalizado em Carambei e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal. / Silmara Carneiro e Silva. Ponta Grossa, 2008.
222f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz
Co-orientador : Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves da Cunha

1. Democracia. 2. Relações entre Estado e Sociedade Civil.
3. Poder Local Institucionalizado . 4. Desenvolvimento Social Municipal. I. Luiz, Danuta Estrufika Cantóia. II. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves da. III. T.

CDD: 321.8

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO EM CARAMBEÍ E
SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Sociedade, Direito e Cidadania.

Ponta Grossa, _____ de _____ de _____.

Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz - Orientadora
Doutora em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Lúcia Cortes da Costa
Doutora em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Campinas

Ao lastro de sustentação da minha vida.

Meu pai: trabalhador guerreiro que me ensinou a não desanimar na luta;

Minha mãe: fonte das minhas energias e aspirações;

Meu esposo: companhia doce e sensível que me torna forte quando das dificuldades encontradas em meio ao caminho.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus do impossível, que torna realidade os anseios e aspirações daqueles que lutam por um mundo mais justo, mesmo diante das imensas barreiras impostas pela sociedade.

À minha família, ao César, à Garida e ao Albari, fontes de inspiração para as minhas ações, pela dedicação incansável em me apoiar nos estudos, mesmo sentindo minha falta por não dar-lhes a devida atenção no período de pesquisa.

À minha professora orientadora, Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz, ser humano humilde e perspicaz, que incessantemente respeitou o caminho por mim percorrido para minha elevação intelecto e moral, conforme o que dispõe Gramsci, autor este tão bem apresentado por esta teórica gramsciana, que foi por mim adotado no decorrer das orientações. Apoiou-me, instigou-me e fortaleceu-me teórico e metodologicamente para uma sólida caminhada na academia;

Aos carambeienses, em especial aos sujeitos desta pesquisa e a todos os que já contribuíram nas demais experiências de pesquisa que tivemos na esfera municipal;

Aos professores do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, que se esforçam para nos instrumentalizar a uma leitura crítica da realidade social brasileira.

À Profa. Dra. Lúcia Cortes da Costa que contribui, incessantemente, com meu processo de formação acadêmica, enquanto assistente social e pesquisadora, seja porque já me orientou em outras pesquisas, seja porque já foi minha professora e ainda porque, através de suas publicações, me fornece subsídios teóricos para minhas reflexões.

Aos colegas de turma, por contribuírem, sobremaneira, com nosso processo de construção de conhecimento, em especial àqueles que foram nossos amigos mais próximos e tornaram-se nossas companhias durante as aulas e depois do término destas, correspondentes confortantes no árduo caminho percorrido até o presente momento.

À Profa. Dra. Maria Antônia de Souza, que prontamente aceitou contribuir na análise e apreciação desta pesquisa;

À todas as pessoas que contribuíram no decorrer da pesquisa para que esta se realizasse, em especial, à Cassiana, companheira de trabalho, com a qual compartilho cotidianamente as angústias inerentes à nossa prática profissional.

“Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão e um erro supor que o 'melhoramento' ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é 'individual', mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano.” (GRAMSCI, 2001, p. 406).

RESUMO

A democracia enquanto sistema político hegemônico na modernidade, torna-se campo legítimo no qual as relações entre Estado e sociedade civil são concretizadas. É no âmbito de tais relações, inscritas nos espaços democráticos representativos e participativos, que as perspectivas para o desenvolvimento social são debatidas e assumidas pela esfera pública na contemporaneidade. A cultura política e a participação dos sujeitos envolvidos neste processo são elementos essenciais para a configuração das relações que são construídas em meio às lutas hegemônicas e contra-hegemônicas inscritas no âmbito dos espaços de poder institucionalizado. Com esses pressupostos a presente pesquisa tem por objetivo analisar a configuração das relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos que o compõe. Realizamos a pesquisa por meio da sistematização de referencial teórico, pautado em autores referenciais das Ciências Sociais Aplicadas e da utilização de formulário de dados e entrevista semi-estruturada, aplicados junto dos sujeitos significativos do poder local institucionalizado de Carambeí, vinculados ao executivo municipal, ao legislativo municipal e aos conselhos municipais de assistência social e trabalho. As conclusões que chegamos apontam para a necessidade do fortalecimento da contra-hegemonia no espaço local carambeiense, através da socialização da política e da partilha do poder entre os espaços do poder local institucionalizado de Carambeí. Estas são consideradas como condições essenciais para que as relações entre Estado e sociedade civil possam tender à horizontalização e desta forma as diferentes perspectivas de desenvolvimento social municipal, apontadas pelos sujeitos, possam constituir-se em perspectivas contra-hegemônicas no âmbito da esfera pública municipal.

Palavras-chave: Democracia, Relações entre Estado e Sociedade Civil, Poder Local Institucionalizado e Desenvolvimento Social Municipal.

ABSTRACT

The Democracy as a hegemonic political system in the modernity becomes a legitimate field in which the relations between the State and Civil Society are realized. It is in these relations, taking part in the representative and participative democratic spaces, that the perspectives on the social development are discussed and assumed by the public sphere in contemporary times. The political culture and the participation of the ones involved in this process are the essential elements for the configuration of the relationships that are built between the hegemonic and anti-hegemonic fights that take place in the institutionalized power spaces. With these presuppositions, the present research aims at analyzing the configuration of the relationships between the institutionalized local power spaces in Carambeí and its perspective on the municipal social development, considering the involved subjects' points of view. The research has been realized through the systematization of the theoretical fundamentals based on the referential authors of the Applied Social Sciences and the application of a questionnaire and semi-structured interviews to the significant subjects of Carambeí's institutionalized local power, connected to the municipal executive, legislature, and councilors of social assistance and work. The conclusion that has been reached indicates the need to strengthen the anti-hegemony in the local Carambeí's spaces, through the socialization of the politics and sharing the power among the institutionalized local power spaces in Carambeí. These are considered essential conditions in order to the relationships between the State and Civil Society becoming more horizontal and therefore the different perspectives of municipal social development, indicated by the subjects, may become anti-hegemonic perspectives in the municipal public sphere.

Key words: Democracy, relationships between State and Civil Society, Institutionalized Local Power, Municipal Social Development

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	– REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS ONDE FOI CRIADO O MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ – CARAMBEÍ – 2008.....	89
QUADRO 1	– ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ.....	107
QUADRO 2	– COMPOSIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – CARAMBEÍ – 2005-2008.....	108
QUADRO 3	– CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CARAMBEÍ – 2008.....	110
QUADRO 4	– DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAMBEÍ – 2008.....	112
QUADRO 5	– COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAMBEÍ – 2008.....	112
QUADRO 6	– COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO – CARAMBEÍ – 2007.....	113
QUADRO 7	– COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO – CARAMBEÍ – 2007.....	114
QUADRO 8	– CATEGORIAS ANALISADAS NA PESQUISA.....	115
QUADRO 9	– NATURALIDADE E TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO – CARAMBEÍ – 2008.....	116
QUADRO 10	– ESCOLARIDADE, PROFISSÃO E OCUPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO – CARAMBEÍ – 2008.....	117
GRÁFICO 1	– TEMPO DE PARTICIPAÇÃO ENQUANTO REPRESENTANTE DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO – CARAMBEÍ – 2008.....	119
QUADRO 11	– PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO, POR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO – CARAMBEÍ – 2008.....	119

QUADRO 12 – DETERMINANTES DAS RELAÇÕES NO ÂMBITO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO, POR ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO – CARAMBEÍ – 2008.....	138
---	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– ELEITORES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA – CARAMBEÍ – 2006.....	97
TABELA 2	– REALIDADE DOS SETORES DA ECONOMIA MUNICIPAL – CARAMBEÍ – 2005.....	99
TABELA 3	– PORCENTAGEM DA RENDA PER CAPITA MÉDIA MUNICIPAL – CARAMBEÍ – 2000.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - AS INTERFACES DO PROJETO DEMOCRÁTICO DA MODERNIDADE.....	20
1.1 PERSPECTIVAS IDEOPOLÍTICAS DA DEMOCRACIA MODERNA.....	21
1.2 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE.....	30
1.3 CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: REFLEXÕES DA REALIDADE BRASILEIRA.....	45
CAPÍTULO 2 - A ARTICULAÇÃO ENTRE PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	65
2.1 PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	67
2.2 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL.....	78
CAPÍTULO 3 - A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO EM CARAMBEÍ E SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL.....	87
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL.....	88
3.1.1 Aspectos históricos e culturais de Carambeí.....	88
3.1.2 Aspectos políticos, econômicos e sociais de Carambeí.....	96
3.2 CARACTERIZAÇÃO FORMAL DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO DO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ.....	105
3.2.1 Espaços representativos: executivo municipal e legislativo municipal.....	106
3.2.2 Espaços participativos: Conselho Municipal do Trabalho e Conselho Municipal de Assistência Social.....	108
3.3 AS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS QUE COMPÕEM O PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO DE CARAMBEÍ.....	114
3.3.1 A experiência dos sujeitos nos espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí.....	115
3.3.2 As relações entre os espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí.....	134
3.3.3 Perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado de Carambeí.....	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS.....	201
APÊNDICE A – Formulário de dados.....	214
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semi- estruturada.....	218
ANEXO A – Mapa do município de Carambeí.....	220
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO.....	222

INTRODUÇÃO

O homem, enquanto um ser histórico social, constrói as suas necessidades e logra meios para satisfazê-las na sociedade. Entretanto não são todos os homens que alcançam as condições apropriadas a este feito.

É bem sabido que na sociedade moderna a magnitude das relações sociais é determinada pela lógica de estruturação do sistema capitalista. No capitalismo, embora a sociedade tenha alcançado altos patamares de desenvolvimento, os frutos desse processo sócio-histórico tornou-se privilégio de poucos. Esta afirmação dita de forma genérica parece não nos atingir cabalmente. Entretanto, basta-nos executar um simples exercício: o de refletir sobre a nossa própria história, e identificar nela, os elementos que nos impedem de atingir maiores patamares de desenvolvimento, seja pessoal, social, político e cultural. Assim, verificamos que não é preciso se atingir o nível da abstração teórica para que cada indivíduo saiba que *“O valor de um pedaço de pão para um faminto, não pode ser medido com a mesma escala com que se afere o valor da comida de quem nunca sentiu verdadeira fome. Esse exemplo extremo nos permite perلustrar a complexidade do problema.”* (FURTADO, 1999, p. 19). (itálicos nossos).

Corroborando com Furtado (1999) vale o alerta de que embora a sociedade obtenha constantes avanços produtivos, tecnológicos e científicos a sociedade contemporânea está cada vez mais desigual e excludente.

Com efeito, diante da desigual realidade econômica e social, buscar os meios mais adequados para o desenvolvimento social na sociedade moderna, exige da humanidade um compromisso ético e político em favor da satisfação das necessidades humanas, enquanto uma questão coletiva e social, que venha a enfrentar a lógica do individualismo e do particularismo presente na ordem capitalista.

É preciso ainda lembrar de autores como Marx e Engels (2002) que refletiram sobre a desigual estrutura social e econômica da sociedade moderna, deixando o legado de suas reflexões para que a humanidade pudesse encontrar sinais históricos de alerta frente à hegemonia capitalista. Vimos, ainda na visão de mundo apresentada por Antonio Gramsci, sua rica contribuição à humanidade, ao não só analisar a sociedade em seus diversos elementos, mas por construir novos

fundamentos ético-políticos, possíveis de absorção e de elevação intelectual e moral pela sociedade, com vistas a uma nova concepção de hegemonia, por meio da radicalização da democracia.

Mais contemporaneamente, autores como Celso Furtado, Ladislav Dowbor e Amartya Sen, denunciam à sociedade as consequências do capitalismo para o desenvolvimento societário, através de uma reflexão crítica acerca das várias mazelas da questão social. Tais autores em suas obras apontam que a questão do desenvolvimento não é somente de ordem econômica ou social, mas é também política e cultural.

Para refletir sobre o desenvolvimento é preciso discutir as relações construídas historicamente entre os homens. Assim, é pertinente refletirmos tanto sobre o Estado quanto sobre a sociedade civil, sob a lógica de suas relações. A esfera pública é o campo onde se materializam tais relações, permeadas por conflitos societários, por lutas hegemônicas e também contra-hegemônicas. Portanto, visualizar esse campo de lutas e movimentos como um campo de enfrentamento aos problemas sócio-econômicos e culturais é uma alternativa histórica possível.

Transportando esses fundamentos às relações imediatas do cotidiano, construímos nossas inquietações de pesquisa na medida em que elevamos as problemáticas que emergem da realidade para a dimensão teórico-científica, a fim de encontrar respostas por meio novas sínteses explicativas da realidade.

A proposta desta pesquisa foi construída a partir das inquietações que tivemos enquanto assistente social, ao conviver cotidianamente com as expressões da questão social¹ no âmbito da prática profissional, sendo estas: a pobreza, a exclusão social, os altos índices de desigualdade, o analfabetismo, a baixa escolaridade, o desemprego, a carência de renda, e, sobretudo a falta de autonomia de uma parcela considerável dos cidadãos brasileiros frente às decisões inerentes aos rumos de sua própria vida e ainda aos rumos do desenvolvimento societário. No

1 “A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes – a despeito de alguns pontos comuns, no diagnóstico ou na explicação, às vezes são até mesmo opostas.” (IANNI, 1991, p. 2). Dentre as diferentes interpretações apontadas pelo autor, concordamos com as interpretações que as consideram como “[...] produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais.” (IANNI, 1991, p. 2). Segundo Costa (1994, p. 8) tratando sobre a realidade brasileira “A questão social, embora tratada como questão legítima, ficou restrita aos limites da institucionalidade do Estado que, sem promover nenhuma alteração estrutural na concentração de riquezas do país, manteve intocada uma estrutura social extremamente desigual e perversa.”

âmbito específico de pesquisa, nossas inquietações surgiram durante a prática de estágio acadêmico em Serviço Social, no município de Carambeí – PR², a qual nos levou a realizar uma pesquisa sobre a Assistência Social e Pobreza em Carambeí, fornecendo uma compreensão científica acerca de tais questões na realidade local e nos impulsionou a refletir de forma mais aprofundada sobre o processo de desenvolvimento social municipal. A partir dessa aproximação, entendemos que são nas relações entre os diferentes espaços que compõem o poder local institucionalizado que são geridas as ações de interesse público para o desenvolvimento social municipal. Desta forma, delimitamos como objeto de pesquisa a configuração das relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal.

Para referendar o objeto de estudo entendemos por “poder local” um complexo conjunto de relações que permitem um encontro entre a hegemonia e a contra-hegemonia propondo que um campo aberto de interesses, anseios e valores, seja construído na sociedade a partir das relações e do espaço-territorial.

Contudo, focalizamos nesta pesquisa o poder local institucionalizado, por entender que neste há a possibilidade de co-existência e ou de cisão entre hegemonia e contra-hegemonia na esfera municipal. Tal compreensão permite-nos considerar que, no âmbito do poder local institucionalizado, possíveis práticas democráticas podem articular a relação entre Estado e sociedade civil, re-problematizando a hegemonia, como um caminho possível, a fim de se chegar a um objetivo consensuado de alternativas e ações para o desenvolvimento social municipal.

Partimos da pressuposição que as relações entre o executivo, o legislativo e os conselhos municipais locais determinam a configuração do poder local institucionalizado, e que as perspectivas de desenvolvimento social municipal, (na visão dos sujeitos que o compõe) são significativas para a definição de políticas sociais locais. Com esse pressuposto, a síntese de conhecimentos construída parte da visão dos sujeitos dos espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado, para que tenhamos maior concretude de análise sobre o objeto.

Para a investigação sobre a configuração do poder local institucionalizado em Carambeí tivemos como objetivos, contextualizar o histórico e o perfil

2 Período de 2002 a 2004.

socioeconômico, político e cultural do município de Carambeí como campo determinante onde o objeto pesquisa se situa. A partir deste, nos propusemos a analisar a configuração das relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí e ainda refletir sobre as perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos pesquisados.

A metodologia desta pesquisa percorreu um caminho qualitativo, apoiada em dados quantitativos. Inicialmente realizamos um estudo bibliográfico sobre as categorias que cercam o objeto de pesquisa, pois nos interessa “[...] a explicação não só imediata, mas também mediata do fenômeno” (TRIVIÑOS, 2001, p. 94).

A partir dos pressupostos teóricos marxistas realizamos sucessivas aproximações à realidade, a fim de abstrair alguns elementos que compõem o contexto local carambeiense, admitindo-se não chegar à essência do fenômeno, conquanto abstrair da realidade determinados aspectos, e com ele estabelecer um processo dialético e diálogo de investigação. Na visão gramsciana, encontramos a força motriz para desvelar os elementos subversivos da racionalidade capitalista, de modo a desconstruir os falsos rótulos impostos à sociedade contemporânea. Disso posto, as categorias teóricas construídas e ou sistematizadas no âmbito do referencial desta pesquisa foram: democracia, relação entre Estado e sociedade civil, esfera pública, cultura política, participação, poder local e desenvolvimento. Estas se desdobram em outras categorias auxiliares que contribuíram para o processo de compreensão da realidade no encontro com as categorias empíricas que emergiram no decorrer da pesquisa de campo. Este procedimento nos instrumentalizou a responder as inquietações e questões norteadoras/objetivos da pesquisa.

O universo da pesquisa foi composto pelos espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí, os quais são: o executivo municipal, o legislativo municipal e os conselhos municipais locais. Esta delimitação não visou negligenciar os demais espaços que compõem um poder local, como as relações de mercado e demais relações estabelecidas por outros espaços sociais, políticos, religiosos, como os movimentos sociais, entidades, associações entre outros. Conquanto, o poder local institucionalizado foi delimitado em razão de que este pode concretizar na esfera municipal os pressupostos da democracia representativa e da democracia participativa, materializando a relação Estado/sociedade civil na esfera pública municipal.

Para a composição da amostra da pesquisa, foi necessário a delimitação de critérios aproximativos, como obter o mesmo número de sujeitos entre os espaços inerentes à democracia representativa e os espaços inerentes à democracia participativa do poder local institucionalizado, tendo em vista alcançar uma paridade entre ambas as expressões da democracia. Posteriormente, delimitamos dois sujeitos significativos vinculados aos espaços representativos e dois sujeitos significativos vinculados aos espaços participativos.

Para compor a amostra da pesquisa, no âmbito dos espaços representativos foram selecionados os seguintes sujeitos: para representar o executivo municipal selecionamos o prefeito municipal, designado de PM no decorrer da pesquisa e para representar o legislativo selecionamos o presidente da câmara municipal de vereadores, designado durante a pesquisa de PCMV. No âmbito dos espaços participativos, foi necessário a definição de outros critérios, dada a dimensão quantitativa dos espaços participativos no espaço local, que é superior aos espaços representativos. Carambeí possui 12 (doze) conselhos municipais locais, destes 5 (cinco) conselhos gestores de políticas públicas, sendo estes das áreas de assistência social, educação, meio ambiente, saúde e trabalho. Assim, dentre estes conselhos enumerados, consideramos os conselhos municipais gestores de políticas públicas (sociais) e na seqüência atendemos ao critério de disponibilidade dos sujeitos significativos em participar da pesquisa. Com isso compuseram a amostra desta pesquisa o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Trabalho. Os sujeitos significativos selecionados foram os presidentes dos referidos conselhos, sendo designados durante a pesquisa de PCMAS e de PCMT, respectivamente.

Para a coleta de dados junto dos sujeitos pesquisados utilizamos os seguintes instrumentais de pesquisa³: o formulário de dados, que buscou apreender dados do perfil e a experiência de participação dos sujeitos pesquisados e a entrevista semi-estruturada que buscou elementos para compreender a configuração do poder local institucionalizado de Carambeí. A análise dos dados coletados conduziu a estruturação analítica, pautando-se na análise hermenêutico-dialética, conforme a (MINAYO, 2006) através da construção de categorias analíticas, previamente estabelecidas, acrescidas de sub-categorias que emergiram na empiria.

3 O formulário de dados e o roteiro da entrevista semi-estruturada constam na íntegra como apêndices da pesquisa.

De acordo com o caminho metodológico apresentado, estruturamos a pesquisa em 3 (três) capítulos.

No primeiro capítulo “As interfaces do projeto democrático da modernidade” através de revisão de literatura, refletimos sobre tais interfaces apontando as perspectivas ideopolíticas da democracia moderna; as relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade e ainda refletimos sobre a cultura política e a participação, realizando uma reflexão sobre a realidade brasileira. Entendemos que este capítulo configura o contexto determinante do objeto da pesquisa, pois apresenta os conteúdos substanciais na construção do suporte teórico de análise das categorias centrais da pesquisa, uma vez que os elementos aqui estudados permitem-nos conhecer o substrato das relações entre Estado e sociedade civil, desmistificando tais relações no contexto brasileiro.

No segundo capítulo denominado “A articulação entre poder local e desenvolvimento social”, conceituamos as categorias centrais da pesquisa. Para a conceituação de poder local, articulamos conceitos de poder e de local e dessa articulação de conceitos construímos a concepção de “poder local”, com a qual iluminamos a compreensão frente à realidade em estudo. No que se refere à questão do desenvolvimento sistematizamos diferentes concepções teóricas as quais deram sustentação para a análise dos dados coletados. Desta forma refletimos sobre o poder local e o desenvolvimento social na esfera municipal, a fim de entendermos, na seqüência, a relação entre as políticas sociais e o desenvolvimento social municipal.

No terceiro e último capítulo “A configuração do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal” reconstruímos o objeto de pesquisa à luz do referencial teórico sistematizado nos capítulos anteriores. Inicialmente realizamos uma contextualização do espaço local, onde apontamos os aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais de Carambeí, a fim de apresentar o perfil do município nos vários elementos que o compõe. Na seqüência, realizamos a caracterização formal do poder local institucionalizado do município de Carambeí, apresentando a estrutura do executivo municipal, do legislativo municipal e dos conselhos municipais gestores de políticas públicas, que compuseram a amostra da pesquisa. Na seqüência analisamos especialmente as relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado em Carambeí, e por fim refletimos sobre as perspectivas para o

desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos pesquisados.

As categorias de reconstrução do objeto, com as quais traçamos um diálogo entre as categorias teóricas do referencial teórico e as categorias empíricas emergentes do real, foram: a experiência do sujeito nos espaços de participação do poder local institucionalizado de Carambeí; as relações entre os espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí; e as perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado de Carambeí.

Buscamos apresentar os resultados da pesquisa visando contribuir para a sistematização do conhecimento na área das Ciências Sociais Aplicadas, e, sobretudo, contribuir, através dos dados obtidos sobre a realidade carambeense, para a dimensão coletiva do desenvolvimento municipal, uma vez que o conteúdo desta pesquisa é síntese de nossas abstrações teóricas frente à magnitude das relações que compõem o poder local institucionalizado em Carambeí.

Pressupomos que todo conhecimento é socialmente construído, portanto essa pesquisa tornou-se possível somente porque vários elementos contribuíram para a sua concretude. Em especial, os depoimentos dos sujeitos pesquisados contribuíram com a sistematização sobre a configuração das relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado de Carambeí, bem como quanto às suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal.

CAPÍTULO 1

AS INTERFACES DO PROJETO DEMOCRÁTICO DA MODERNIDADE

“Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação livre na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. (MARX e ENGELS, 2002, p. 67)

Entre as complexas e contraditórias dinâmicas da sociedade moderna existem duas, que em especial, dão forma e estruturam a vida na modernidade⁴. Capitalismo e democracia⁵ coexistem e tornam-se parte de uma mesma realidade, movimentando o processo sócio-histórico da humanidade nas sociedades ocidentais. As crises, as transformações e as novas construções humano-sociais, culturais, econômicas, científicas e intelectuais ocorridas no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna⁶ determinam as configurações do período histórico da modernidade e fazem dele um marco para a história da humanidade.

Partindo da análise marxista, podemos refletir sobre o contexto da modernidade como um campo de dominação, uma vez que as classes sociais e o Estado tornaram-se instituições constantes que não se desfizeram historicamente, conquanto, se desenvolveram adquirindo configurações de dominação. Sem se extinguirem constituem-se partes de um tecido social, no qual se perpetua a lógica de subordinação e exploração econômica, social e política entre as classes sociais e nas relações existentes entre Estado e sociedade civil.

A modernidade significou uma nova concepção da realidade social e uma nova atitude do homem frente à vida. Abriram-se as portas do mundo para que este fosse conhecido e modificado. A natureza passou a ser um bem em si mesma, a ser transformada e conquistada. O homem, pela razão, passou a conhecer seus desejos e mistérios. Teve início uma nova estrutura social e econômica e, conseqüentemente, deu-se um novo processo

4 “[...] a marca da modernidade, que se identificou com a trajetória do capitalismo/liberalismo, é o desequilíbrio dos dois pilares, prevalecendo a regulação numa racionalidade formal, que se configura, para a sociedade, na hegemonia de um pensamento social positivista-liberal de reprodução do capitalismo, regulamentando a vida global (econômica, social e política). (LUIZ, 2001, p. 62).

5 Sobre a democracia Held (1987, p. 1) coloca que “Embora o termo ‘democracia’ tenha penetrado na língua inglesa no século dezesseis, vindo da palavra francesa *democratie*, suas origens são gregas. ‘Democracia’ é derivada de *demokratia*, cujas raízes são *demos* (povo) e *Kratos* (governo). Democracia significa uma forma de governo na qual, em contraposição às monarquias e às aristocracias, o povo governa.” Sobre a democracia Sartori (1965, p. 32) destaca o sentido etimológico “Democracia é governo do povo.”

6 “No transcorrer do processo histórico, o Iluminismo é o projeto ideológico e filosófico que orienta o período de transformações revolucionárias, marcando especialmente do século XVIII ao XIX, e contribui para o triunfo de um determinado pensamento social.” (LUIZ, 2005, p. 33).

societário envolvendo maneiras de pensar, práticas morais e ideais éticos, formas de consciência religiosa, de arte e de conceber a ciência. (PEREIRA, 2001, p. 23).

Considerando os pressupostos, acima mencionados, sobre a modernidade é que optamos em tê-la como orientadora da discussão, tendo em vista seu projeto não ter sido esgotado e ainda por apresentar, em meio às contradições inerentes ao sistema capitalista, possibilidades de emancipação social para a humanidade.

Conforme nos aponta Luiz (2005, p. 38) sobre as relações entre Democracia, Estado e sociedade civil para “[...] Marx, a democracia está intrinsecamente vinculada à liberdade e, para tanto, enquanto existir o Estado, à parte ou acima da sociedade civil, a liberdade não poderá existir.” Ou seja, como coloca Sartori (1965, p. 18) “Descobrimos, outrossim, que existe pouca semelhança entre os fatos e o rótulo, entre o nosso achado e o nome. Conquanto democracia tenha um significado literal preciso, isto não nos ajudará realmente a compreender o que é uma democracia autêntica.” Ou seja, compreender as contraditórias relações presentes na sociedade moderna entre capitalismo, democracia, Estado e sociedade civil, implica em desvelar os falsos rótulos impostos pelas questões ideo-culturais e políticas que mascaram a lógica e estruturação da sociedade moderna.

Este capítulo tem a intenção de realizar um estudo crítico sobre tais relações que se constituem intrínsecas e constitutivas da modernidade.

1.1 PERSPECTIVAS IDEOPOLÍTICAS DA DEMOCRACIA MODERNA.

As práticas democráticas não se dão descoladas do contexto em que se materializam, portanto expressam ideologias, valores e princípios presentes nas conjunturas sociais, cultural e político em que se estabelece. Podemos entender a existência de diferentes correntes ideológicas e políticas que norteiam e definem diferentes perspectivas democráticas na modernidade, podendo-se falar em “democracias”.

Cabe mencionar que no contexto da sociedade clássica

A polis clássica foi marcada pela unidade, solidariedade, participação e uma cidadania altamente restrita. O Estado tinha profunda influência nas vidas dos cidadãos, mas abarcava apenas uma pequena parcela da população. Os cidadãos estavam engajados não apenas em atividades tais como administração, serviço militar, criação de leis, serviço de júri, cerimônias religiosas, jogos e festivais, mas também na vigilância e controle do grande

número de indivíduos que não podiam tomar qualquer parte do Estado. (HELD, 1987, p. 21).

Embora houvesse em Atenas, a noção da necessidade de uma vida política ativa de todos os cidadãos e a participação fosse direta, a parcela da população considerada como cidadão não se tratava da totalidade da população ateniense, mas de uma parte de homens de mais de 20 anos, proprietários de bens e riquezas, conforme nos aponta a literatura, (HELD, 1987). Verifica-se, portanto, que neste contexto a cidadania não era universal a toda a população, abarcando apenas os “homens” considerados cidadãos, sendo que, aqueles considerados 'escravos' e ainda os estrangeiros, denominados de metecos, eram excluídos de qualquer forma de participação⁷. Conforme aponta Held, (1987, p. 21, 22)

A escravatura e a democracia atenienses parecem ter sido indivisíveis. O hiato entre a base formal e real da vida política de Atenas é notável. As concepções clássicas de 'igualdade política' estavam muito distantes das idéias sobre 'poder igual' para todos os adultos; a igualdade política era uma forma de igualdade para aqueles com o mesmo status (homens e nascido em Atenas) e, mesmo nesse caso, um status igual não significava, realmente, a oportunidade para influências políticas iguais. A lendária democracia era intimamente conectada ao que poder-se-ia chamar de tirania dos cidadãos.

No entanto, apesar da íntima relação entre a democracia e a escravatura “O desenvolvimento da democracia em Atenas formou uma fonte central de inspiração para o pensamento político moderno”. (HELD, 1987, p. 15).

No âmago das transformações sociais da época de transição da sociedade antiga para a moderna, os ideais iluministas, impulsionam a Revolução Francesa, que em seu lema incorpora os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, pautados pelas influências do liberalismo econômico e político. Assim, embora, no âmago da estrutura social a população esteja dividida em classes sociais distintas, todos os cidadãos são, legitimamente, considerados livres e iguais no âmbito da esfera pública. Neste sentido, a cidadania na modernidade é universalizada para toda a população.

Desta forma, na modernidade é imposto um novo sistema de organização social - o burguês. A população antes organizada em castas estabelece-se em meio à dinâmica social imposta pelas determinações capitalismo industrial enquanto classes sociais, capital e trabalho. Conforme nos apontam Marx e Engels (2002, p.

⁷ Vale ressaltar que o princípio de isonomia na antiguidade é diferente do conceito de isonomia no contexto da modernidade, pois na primeira não se reconheciam todos como iguais, apenas os membros da polis grega, sendo que na modernidade independente das condições reais e concretas de vida, todos os cidadãos são considerados livres e iguais. (BOBBIO, 1998).

46) “A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas.”

Podemos dizer que, embora na modernidade o conceito de cidadania ainda seja restrito no sentido de que não garante efetivamente igualdade material a todos os cidadãos, o status de cidadão torna-se universal, o que de antemão aponta-nos um avanço ao processo de democratização. De acordo com Marshall (1967, p. 76) a cidadania é

um *estatus* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (itálicos no original).

Verificamos que o conceito de cidadania está estreitamente ligado ao processo de desenvolvimento da democracia, bem como a todo o movimento societário mais amplo, pois vincula-se a um determinado estado social, que é condicionado historicamente.

A democracia antiga é diferente em diversos aspectos da democracia moderna, em razão do contexto sócio-histórico em que ambas as “democracias” se constituíram, portanto, variando em razão dos princípios ético-políticos que norteavam a organização societária dos diferentes períodos. As democracias modernas carregam necessariamente singularidades do contexto da modernidade: diferem em suas características, princípios, amplitude de conceitos e de pré-condicionantes para sua dimensão, que são inerentes às objetivações societárias deste período histórico.

Coutinho (2000, p. 23) coloca que as “[...] múltiplas objetivações que formam a democracia moderna surgem como respostas, dadas em determinado nível concreto do processo de socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política.” Sánchez Vázquez, 2000, p. 90) alerta que “[...] a democracia não pode se abstrair da realidade e sua história. Suas formas, suas possibilidades, sua extensão e seus limites se acham condicionados historicamente. A democracia não é uma planta que floresça em qualquer terreno histórico e social.”

A democracia pode ser entendida em dois sentidos que não se excluem:

como sistema ou regime de organização social em que o poder, a tomada de decisões, se acha submetido a certo controle da sociedade. Ou também como um caminho para chegar a esse poder ou conjunto de procedimentos para exercê-lo sob o controle da sociedade. Em ambos os casos, a democracia é inseparável de certa participação de membros da comunidade. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2001, p. 83).

Enquanto regime de organização social de usufruto do poder na sociedade e, ainda, enquanto caminho para se chegar a este poder, a democracia além do aparato burocrático e administrativo, abrange as relações sociais, políticas, econômicas e culturais em âmbitos locais, nacionais e mundiais, e, ainda transcende barreiras territoriais e políticas, inserindo-se e reconstruindo-se em novas totalidades⁸.

Segundo Held (1987, p. 3)

A democracia tem sido defendida com base na idéia de que ela atinge um ou mais dos seguintes valores ou bens fundamentais: igualdade, liberdade, autodesenvolvimento moral, o interesse comum, interesses privados, utilidade social, a satisfação de necessidades, decisões eficientes.

Quanto às concepções de mundo de cada uma das democracias, Bobbio (1998) coloca que o “Libertarismo e igualitarismo fundam suas raízes em concepções do homem e da sociedade profundamente diversas.” O libertarismo, no âmbito da democracia formal defende uma sociedade individualista, conflitualista e pluralista – a liberal; e o igualitarismo, no âmbito da democracia substancial, defende uma sociedade totalizante, harmônica e modista – a igualitária.

Neste sentido, a democracia liberal se efetiva do ponto de vista político, estando diretamente ligada à formação do Estado Liberal, no qual há uma igualdade formal entre todos os cidadãos, porém a igualdade se dá no sentido restrito de que todos usufruem de igual liberdade para viver em sociedade. Na visão liberal, a liberdade, a vida e os bens constituem a propriedade, entendida como direito fundamental a ser defendido pelo Estado de Direito (WEFFORT, 2001), confirmando, portanto, a postura marxista referente ao caráter de classe do Estado na modernidade.

Diferente da visão liberal de liberdade, a concepção de liberdade em Gramsci “[...] tem a conotação positiva de expansão social, não de cerceamento e limitação: a liberdade individual não termina onde começa a dos outros, mas se desenvolve ainda mais quando se encontra com a dos outros.” (SEMERARO, 1999, p. 161).

⁸ Referimos-nos às discussões acerca do futuro da democracia em níveis transnacionais e ou supranacionais, dado à condição de mudanças no conceito de soberania dos Estados Nacionais na contemporaneidade.

Nesta perspectiva radical da democracia a política é vista mais que procedimento formal, requer o estabelecimento de uma práxis humana voltada à coletividade.

A democracia, assim, constrói-se na dialética do viver e a partir das diferentes perspectivas teóricas e políticas. Consequentemente possui diferentes tipologias. Esta é interpretada, defendida e explicitada na literatura como (liberal, representativa, formal, participativa, direta, substancial, socialista, radical, entre outras⁹), sendo analisada em diferentes contextos, (antiguidade e modernidade). Assim, de acordo com alguns autores¹⁰ a democracia é um 'valor'¹¹ universal¹².

É pertinente a interpretação de Coutinho (2000), uma vez que no projeto da modernidade, a democracia faz-se *mister* à manutenção do projeto societário, independentemente da classe social ou de posicionamento ideopolítico, é inegável que a democracia possui uma “aura de legitimidade” como nos apontou Held (1987) tornando-se um valor universal para a modernidade. A democracia é uma bandeira tanto no capitalismo, quanto no socialismo. Ora, nesta concepção de democracia, não se almeja a conciliação entre os ideais liberais e os socialistas, conquanto se busca o alcance de uma efetiva realização da vontade geral, sem a supressão do pluralismo¹³ no interior da sociedade, evitando-se portanto que a sociedade torne-se necessariamente uma composição homogênea, nem ao menos que reine na sociedade um liberal corporativismo, capaz de torná-la o reino do individualismo, conforme pressupõe o liberalismo.

9 Encontramos diferentes tipologias na literatura. Vale ressaltar em Held (1987), Bobbio (1987), Bobbio (1998), Sartori (1965), Avritzer e Santos (2002), Coutinho (2000), Vásquez (2001).

10 Coutinho (2000), Sánchez Vásquez (2001).

11 Heller (1992, p. 4, 5) aponta “Que entendemos por valor? Tudo o que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta e indiretamente, para a explicitação desse ser genético [...]. As componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade [...] pode-se considerar valor tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento daquelas componentes essenciais [...]”.

12 Ler o prefácio da obra *Contra a Corrente: Ensaio sobre a democracia e socialismo* de Carlos Nelson Coutinho, onde o próprio autor relata questões de relevância que justificam seu posicionamento intelectual e político.

13 “Temos assim que, se a supressão do pluralismo conduz ao despotismo totalitário, a sua afirmação incontrolada leva ao liberal-corporativismo, o qual em articulação com a burocratização do Estado, é o modo pelo qual a burguesia tenta pôr a seu serviço, ou pelo menos neutralizar, os resultados do processo de socialização da política.” (COUTINHO, 2000, p. 31).

Assim, o “[...] consenso hoje quase unânime em torno do valor universal da democracia é a expressão subjetiva de um fenômeno primariamente objetivo.” (COUTINHO, 2000, p. 23).

Como fundamento desta pesquisa, é importante apontarmos que o

[...] problema da democracia nas concepções não hegemônicas está estreitamente ligado ao reconhecimento de que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de engenharia institucional. A democracia constitui uma nova gramática histórica. (AVRITZER E SANTOS, 2002, p. 51).

Sob o entendimento de que a democracia é um valor universal, e que nas concepções não hegemônicas é uma nova gramática histórica, a articulação entre institutos jurídico-políticos da democracia representativa com os da democracia direta pode ser considerada uma possibilidade para a formação de alternativas que possam ir ao encontro dos diversos interesses, favorecendo que os interesses coletivos sejam considerados, sem a sobreposição de interesses particulares frente a estes. As relações entre Estado e sociedade comportam os interesses da hegemonia¹⁴ e da contra-hegemonia, tornando-se desta forma campo aberto para as possíveis mudanças inerentes às complexas e contraditórias relações sociais da sociedade democrático-capitalista¹⁵.

O movimento de mudança perpassa não somente a dimensão econômica e social, mas, sobretudo a dimensão moral e intelectual da sociedade que implica, portanto, em transformações nas relações do homem em sociedade e é capaz de determinar mudanças nas relações sociais, políticas e culturais. Destarte, a magnitude das relações políticas, a partir de uma nova ordem societária estabelecida toma proporções coletivo-emancipatórias. Proporções qualitativas estas, ora bloqueadas, em razão da sociedade capitalista estar atrelada às concepções de liberdade e igualdade, enquanto pressupostos da livre concorrência, e não como parâmetros para um projeto de sociedade autônomo e emancipado.

Sánchez Vázquez (2001, p. 69) aponta que a “[...] verdadeira democracia aparece assim vinculada necessariamente à liberdade.” Podemos dizer que a liberdade só é possível a partir da satisfação das necessidades humanas, portanto

14 A hegemonia diz respeito à direção da sociedade num determinado contexto ou período histórico. Cabe ressaltar que o conceito de hegemonia “deriva do grego *eghestai*, que significa 'conduzir', 'ser guia', 'ser líder'; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa 'ser guia', 'preceder', 'conduzir', e do qual deriva 'estar à frente', 'comandar', 'ser o senhor’.” (GRUPPI, 1978, p. 1).

15 Já em a Ideologia Alemã Marx e Engels (2005, p. 21) apontam que “[...] tudo muda, seja na natureza ou na cultura humana, mas em ritmos quantitativamente diferentes, embora o ritmo possa ser eventualmente acelerado e o movimento de transformação possa dar saltos qualitativos.”

que a condição socioeconômica dos cidadãos interfere nas possibilidades de participação política efetiva, entendendo esta como um ato de liberdade. Conforme já apontamos acima a liberdade possui diferentes interpretações. Cada interpretação é prenhe dos princípios atinentes à corrente teórica e ou política correspondente. Entretanto em Gramsci (2001) a liberdade é interpretada como possibilidade. Gramsci (2001, p. 406) coloca

Possibilidade quer dizer 'liberdade'. A medida das liberdades entra no conceito de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário 'conhecê-las' e saber utilizá-las. Querer utilizá-las.

Para a conquista de uma liberdade real e ativa há que se pressupor não somente a garantia de direitos civis e políticos, e de igualdade formal entre os cidadãos. É necessário, também, a formação de pactos democráticos que garantam um real desenvolvimento social e que ofereçam aos cidadãos condições para uma vida autônoma, e, portanto, condições concretas para o estabelecimento de uma democracia não somente formal, mas que caminhe para uma democracia substancial. Que os homens não só tenham condições para não morrer de fome, mas que também queiram e possam participar das negociações para que toda a humanidade possa não morrer de fome e, sobretudo possa participar ativamente das discussões coletivas e não estejam condicionados a uma vida sem alimentar a consciência, libertando-se da exploração de classe e da alienação.

Conforme nos aponta Coutinho (2000, p. 29)

Superar a alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem; essa realização implica também o fim da alienação política, o que, no limite, torna-se realidade mediante a reabsorção dos aparelhos estatais pela sociedade que os produziu e da qual eles se alienaram (é esse, de resto, o sentido da tese marxiana do 'fim do Estado').” (parênteses no original).

Este tipo de democracia é uma opção política, econômica, social e cultural. A contra-hegemonia à perspectiva liberal e/ou neoliberal é pois, embrião deste projeto de sociedade. Assim, enfrenta os limites impostos pelo grupo hegemônico e é contraditória ao projeto burguês de manutenção da ordem capitalista na modernidade. O projeto moderno é portador de elementos emancipatórios. A modernidade, da mesma forma que sustenta a ordem burguesa, por meio dos ideais liberais individualistas, pode sustentar um projeto emancipatório, uma vez que em

seus princípios estão não só a individualidade, mas também a universalidade e a liberdade. Vistos e interpretados criticamente, estes mesmos princípios mantenedores da ordem burguesa, sujeitos de sua própria dialeticidade, complexificam-se e dão abertura para um projeto social, de cunho libertário. No qual a liberdade, não é somente um conceito individualista liberal, enquanto direito natural anterior à formação do Estado, como em Hobbes e Locke, mas, sobretudo um direito de toda coletividade, portanto uma construção humano-social, garantidora de uma sociedade coletivamente livre, como nos propõe a visão marxista, principalmente na sua versão gramsciana.

Decerto, mesmo do ponto de vista estritamente político-institucional, a democracia socialista não será a continuação direta da democracia liberal; impulsionado por condições econômico-sociais mais favoráveis, o processo de democratização poderá e deverá alcançar novos patamares no socialismo. Por um lado, deverá ocorrer a criação de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal; por outro, terá lugar uma mudança de função de alguns velhos institutos, como os parlamentos. (COUTINHO, 2000, p. 24, 25).

A possibilidade de liberdade para a mudança e ou transformação dos mecanismos político-institucionais, de princípios, de valores, de condições sociais e econômicas, torna-se necessária. Liberdade, enquanto desenvolvimento ético, moral e intelectual das massas populares, no rompimento dos limites impostos pela ordem burguesa para uma nova ordem societária.

Portanto, estes limites reais, impostos pela sociedade em que se vive, longe de pôr fim à necessidade da democracia, fixam, pelo contrário, a necessidade de entendê-la e aprofundá-la; de passar de uma democracia formal, política ou parlamentar – sem abandoná-la – a uma democracia real, econômica e social; a uma democracia que, ao superar os limites assinalados, se amplie em um processo ininterrupto de participação e cada vez mais rico e diverso nos quatro pontos que assinalamos: sujeito, espaço, forma e objeto da participação. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2001, p. 86).

Devemos considerar a relevância dos múltiplos espaços de participação, dada a necessária articulação entre democracia representativa e participativa ao desenvolvimento do projeto democrático na modernidade. “A conclusão a que chegamos por enquanto é que a democracia é um valor que deve ser reivindicado não só ante as negociações, esquecimentos ou subestimações dela, mas também frente às limitações da democracia realmente existente. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2001, p. 92). Assim, a democracia abre o leque de possibilidades para a impressão de características mais homogêneas aos espaços democráticos, o que permite pensar a hegemonia dada de forma relacional e consensuada entre a sociedade política e a sociedade civil.

Refletir sobre a hegemonia na modernidade implica também na identificação das vertentes político-ideológicas, estruturas econômico-sociais, culturais, concepções morais e éticas entre outras áreas que compreendem a construção histórica neste período, que se fizeram presentes na direção da sociedade, pois o conceito de hegemonia em Gramsci é apontado por Gruppi (1978, p. 2) “[...] como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.”

Conforme nos aponta Simionatto, (1999, p. 68)

Em qualquer forma de Estado moderno, as funções de hegemonia e dominação, ou coerção e consenso, podem ser apontadas. No entanto, o que permite que a postura do Estado seja menos 'coercitiva' mais 'consensual', se imponha menos pela dominação e mais pela hegemonia, depende da autonomia¹⁶ relativa das estruturas e de como se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera. (notas de rodapé nossas).

A hegemonia, neste sentido, seria resultado da vontade coletiva presente no âmbito das classes subjugadas, que uma vez conquistada traria consigo um projeto de reforma intelectual e moral para toda a sociedade. Na visão gramsciana

[...] a hegemonia do proletariado representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural. Como tal, ela não tem consequências apenas no nível material da economia ou no nível da política, mas no nível da moral, do conhecimento, da 'filosofia'. Portanto, a revolução é entendida por Gramsci – e ele continuamente o repete – como reforma intelectual e moral. (GRUPPI, 1978, p. 2).

Tais questões pensadas por Gramsci sobre as possibilidades de contradição, e, portanto, de mudanças relativas à configuração do Estado na sociedade moderna, permitem-nos refletir sobre a questão das reformas que se processam na dinâmica das relações sociais, sobretudo que refletem na magnitude do Estado e desta forma influenciam na configuração da dialética entre Estado e sociedade civil na modernidade. Conforme aponta Nogueira (2005, p. 68)

Toda a questão da reforma do Estado repousa, em boa medida, na descoberta do modo de se proceder a essa vasta e complexa operação nas circunstâncias atuais, marcadas pela crise da política e da sociabilidade, pela mudança acelerada, pela mundialização sem precedentes dos mercados e dos intercâmbios, pela configuração de amplas redes info-

¹⁶ Gohn (2005a, p. 33), sobre a autonomia dos sujeitos, coloca que “[...] a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilite ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria.”

comunicacionais.

Convém pensar a condição histórica do projeto democrático da modernidade e assim, refletir sobre as possibilidades concretas que este possui na contemporaneidade, mediante a configuração das relações entre Estado e sociedade civil.

1.2 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE¹⁷

Na sociedade moderna as relações entre Estado e sociedade civil constituem a base para a compreensão da dinâmica social, econômica e política, uma vez que dão vida ao corpo político existente e que se interrelacionam a partir da dinâmica da ordem capitalista. As relações existentes entre o Estado e de sociedade civil são discutidas historicamente, por diferentes autores desde os clássicos aos atuais¹⁸ e perfazem um campo de contradição, que não se resume numa relação antagônica e não é também um campo de completude, é, pois uma relação complexa e multidimensional e encontra-se em permanente mutação, devido aos diferentes interesses que compõem a dinâmica da vida humana em sociedade. Tanto no âmbito do Estado como na sociedade civil expressam-se, concreto e materialmente, situações que oferecem subsídios para se descortinar a relação de dominação do capitalismo na modernidade.

A relação entre Estado e sociedade civil na modernidade configurou-se historicamente de modo que o Estado sobrepõe-se à sociedade civil, ditando os rumos da realidade econômica e social. A classe dominante se utiliza do Estado para impor hegemonicamente seus ideais, princípios, ideologias e interesses, que embora não sejam inerentes sócio-culturalmente a toda a sociedade, acabam por

¹⁷ A contemporaneidade é parte constituinte da modernidade. Compreende o período a partir de 1900, século XX. (SEVERINO, 1994).

¹⁸ Cabe ressaltar os autores Hegel, Hobbes, Kant, Locke, Marx, Montesquieu, Maquiavel, Weber, Gramsci, Boaventura de Souza Santos, Marco Aurélio Nogueira, Evelina Dagnino, Leonardo Avritzer, entre outros). Consideramos que somente uma discussão mais aprofundada sobre a questão do Estado moderno pode dar conta de analisar cada uma das posturas. As concepções apontadas por estes autores são de fundamental importância para a compreensão de que a categoria Estado não é consensuada, mas traz consigo uma variedade de interpretações.

tornar-se legítimos a todos os grupos sociais. Sendo, portanto impostos para a sociedade universal e coercitivamente. Destarte, diferentes formas de dominação são mediadas pela estrutura estatal, mais propriamente por meio da sociedade política. Os intentos da classe dominante passam a ser considerados, jurídico e formalmente a toda a sociedade, sendo possível a intervenção do Estado, através do uso legítimo da força para a contenção e repressão de situações consideradas “ilegais” existentes no interior da própria sociedade política e no âmbito da sociedade civil. Conforme apontamos anteriormente, em uma de suas reflexões Vieira (1992) alerta para o entendimento de que o Estado de Direito Liberal constitui-se uma via pela qual se realiza a legalização da dominação. Desta forma, os demais interesses presentes no seio da sociedade civil e que fazem parte da consciência sócio-cultural e ideológica de diferentes grupos sociais, tornam-se negligenciados pelo Estado e até suprimidos pelas estruturas repressivas estatais.

Sobre a questão da sobreposição do Estado frente a sociedade civil Coutinho (2005, p. 52) aponta que

Em primeiro lugar, a debilidade da sociedade civil é responsável pela minimização **de um dos papéis essenciais da cultura**, precisamente o de expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre o conjunto dos seus aliados reais ou potenciais. (negritos nossos).

Partimos da definição de Estado, com a qual nos identificamos para a realização desta pesquisa, sem negligenciar a profundidade que comporta as demais visões teóricas construídas por diferentes autores na modernidade desde o contratualismo moderno¹⁹.

Para a discussão ora proposta é fundamental a compreensão de que as bases teóricas que fundamentam a formação da concepção do Estado Moderno são determinantes para o modo pelo qual este se constituiu historicamente, enquanto instituição de uso legítimo do poder e da força em uma sociedade, cujos fundamentos ideológicos de sua constituição se formaram a partir dos ideais liberais burgueses.

Para esta pesquisa, adotamos a perspectiva de Estado em Gramsci. Pensador da tradição marxista rediscute a constituição do Estado compreendendo-o

¹⁹ Cabe destacar entre os autores contratualistas Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau. Tais autores que defendem o contratualismo são jusnaturalistas. O jusnaturalismo configura-se como uma teoria que crê na existência de direitos naturais ao homem, sendo estes anteriores à formação do Estado, nos quais, o Estado não pode interferir. Dentre os direitos naturais podemos ressaltar a vida, a propriedade e a liberdade. (WEFFORT, 2001)

“[...] dotado de uma nova e importante dimensão, a dimensão do consenso ou da legitimidade.” (COUTINHO, 1996, p. 139). Para Gramsci o Estado forma-se a partir da luta pela hegemonia, que é claramente para ele, o momento do consenso (COUTINHO, 1996) e a ainda das relações entre a sociedade política e a sociedade civil, que segundo Portelli (1977, p. 32) “[...] são, pois, estreitamente imbricadas no seio da superestrutura, conforme se revela no estudo de suas relações recíprocas.”

A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características de formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio de desenvolvimento. (SCHLESENER, 2001, p. 28).

É notável que Gramsci atribui ao conceito de hegemonia a centralidade na discussão sobre o Estado e com isso revela suas raízes de cunho marxistas, uma vez que a luta de poder entre as classes são fundantes para a construção do conceito de hegemonia.

É nesse sentido que Gramsci, em sua concepção abrangente de Estado, distingue duas esferas: a 'sociedade política' que compreende os mecanismos de coerção e a 'sociedade civil', entendida como o espaço de busca pela hegemonia, mediante o consenso e a direção. (MONTAÑO, 1999, p. 50 apud LIMA, 2002, p. 131).

Em movimentos denominados de “catarses”²⁰, na visão gramsciana, a sociedade alcança a retotalização da totalidade cindida,²¹ e pela constituição de uma nova cultura, forma um novo Estado. Como nos aponta Gramsci há, neste sentido, a passagem dos interesses econômico-corporativos para um momento ético-político. É neste momento que as classes populares podem propor uma nova direção para a sociedade, por meio de interesses não mais corporativos, mas imbuídos de um princípio ético de coletividade, que orienta hegemonicamente a sociedade.

[...] a reforma do Estado é o prolongamento de uma reforma democrática e social, pois se destina a reformular as relações entre o Estado e a sociedade civil.” (NOGUEIRA, 2005, p. 75)

Na concepção gramsciana, o Estado é visto como um Estado Ampliado, constituído tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil. Embora a sociedade civil também seja interpretada de diferentes formas e por diferentes autores, nesta pesquisa será compreendida, a partir da visão gramsciana. Em

20 Pode se empregar a expressão 'catarse' para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. (GRAMSCI, 2001, p. 314).

21 Referimo-nos ao conceito de totalidade cindida, apoiando-nos na discussão que Coutinho (2005, p. 93) realiza sobre *Rouanet a defesa da razão* quando Coutinho aponta “Decerto, ele nos adverte para o fato de que 'a alta cultura e a cultura popular são as duas metades de uma totalidade cindida’”.

Gramsci²² a sociedade civil é compreendida como

[...] espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições. Nele, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política [...]. (SIMIONATTO, 1999, p. 66).

A sociedade civil em Gramsci compreende uma dimensão do próprio Estado. Em articulação com a sociedade política a sociedade civil compreende a dinâmica do exercício do poder, através das relações hegemônicas estabelecidas no âmbito do Estado, que em Gramsci é um Estado Ampliado. O conceito de Estado Ampliado em Gramsci compreende que as relações de poder são construídas no interior do Estado pelas articulações e relações existentes entre a sociedade civil e a sociedade política, em decorrência de crescentes processos de socialização da política.

O novo conceito de Estado deve, portanto, resultar da composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. (SEMERARO, 1999, p. 75).

Com efeito, o poder político inerente ao Estado não se configura diretamente como reflexo do poder econômico, mas é mediatizado pelos diversos interesses e relações interpostos pela sociedade civil e política no seio do aparato estatal. Como coloca Raichelis (1998, p. 58).

É neste sentido que se pode falar de um Estado Ampliado nos termos de Gramsci, pois este processo abre a possibilidade virtual de que a estrutura do poder político não seja especular na relação com o poder econômico. Essa relação assimétrica entre economia e política permite que o Estado, em certas conjunturas e dependendo da correlação das forças políticas, atue contra os interesses imediatos de classe, proporcionando certa autonomização da política.

A intensa relação entre democracia moderna e capitalismo, bem como entre Estado e sociedade civil e destes com a constituição sócio-histórica na modernidade, expressam-se como complexas e contraditórias. As relações sociais que se constituem na dialética da vida humana em sociedade na luta pela hegemonia, constituem-se as bases para o conteúdo das ações no âmbito da esfera pública se traduzem na relação dialética entre sociedade política e sociedade civil no âmbito do Estado.

A constituição da esfera pública está diretamente relacionada ao modo de

²² Gramsci se ateve a refletir sobre as questões do Estado e da própria sociedade tomando como base sua vivência e militância política na Itália sob o regime fascista. Suas contribuições perfazem o período do final do século XIX até meados do século XX, mais precisamente de 1891 a 1937. (LUIZ, 2005).

como se processam as relações sociais no âmbito da sociedade, na materialização da relação Estado e sociedade civil. Neste sentido, a configuração de tais relações traduz, em boa medida, as condições do desenvolvimento para as diferentes sociedades. É pertinente compreendermos que a formação da esfera pública na modernidade também possui determinações e caráter burgueses. Conforme nos aponta Raichelis (1998), no período histórico da modernidade a organização social é formada a partir dos ideais liberais burgueses traduzidos nas revoluções e que, hegemonicamente, se firmaram no ocidente a partir do século XVIII, por meio da formação do Estado de Direito Liberal o qual fundou suas bases sobre a emergência do capitalismo industrial. A esfera pública trata-se

[...] de uma categoria típica da era do capital, vinculada à evolução histórica da sociedade burguesa saída da alta Idade Média européia. Esta esfera pública formou-se ao final do século XVIII, configurando-se em um âmbito específico da sociedade burguesa a partir do desenvolvimento histórico da cultura material burguesa. (RAICHELIS, 1998, p. 46)

No contexto moderno o Estado adquire centralidade, dada a formação do pacto social e a estruturação do poder institucionalizado. Com efeito, a esfera estatal adquire legitimidade para a sociedade civil. Raichelis (1998, p. 50) aponta que

O poder é posto em debate por uma *publicidade politicamente ativa*, que se desenvolve a partir da apresentação pública de argumentos privados na perspectiva de um consenso sobre o interesse universal. Este processo consubstancia-se na Constituição, lei fundamental que estabelece as funções da esfera pública por meio de um conjunto de direitos fundamentais: liberdade de opinião e expressão, de imprensa, associação, liberdade de voto, liberdades individuais, **proteção à propriedade, igualdade de todos perante a lei.**” (RAICHELIS, 1998, p. 50). (negritos nossos).

Podemos perceber que os direitos fundamentais apontados como funções da esfera pública, são questões inerentes à estruturação da vida no âmbito das democracias capitalistas. Denotam, portanto, os interesses da sociedade burguesa em seu conjunto. Neste sentido, cabe ressaltar, para a reflexão, dois direitos fundamentais apontados por Raichelis (1998): a igualdade de todos perante a lei e a proteção à propriedade, no sentido de colocar que tais direitos traduzem o interesse burguês garantido legalmente pela via do Estado e são hegemônicos no âmbito da esfera pública na modernidade.

Se, explicitamente, é função da esfera pública primar pela igualdade formal e pela proteção da propriedade, podemos dizer, de outra forma, que é função da esfera pública, a manutenção da “ordem”, diga-se a burguesa, uma vez que embora sendo “pública” deva contraditoriamente garantir a proteção da propriedade, que no

capitalismo, possui dimensão privada. Podemos dizer que a esfera pública, na modernidade, tanto é determinada como determina a formação das relações entre o que é “público” e o que é “privado”, dada as hegemônicas determinações dos intentos liberal-burgueses e de suas lutas frente às expressões contra-hegemônicas presentes na sociedade moderna, que resultam, em suma, das lutas travadas entre o capital e o trabalho.

Podemos perceber a consolidação da esfera pública burguesa, na qual seu conteúdo, embora tenha obtido na modernidade um caráter universalista, retrata decerto os interesses burgueses, sendo convertidos em interesse geral para toda a população.

Neste sentido, é importante considerar que a esfera pública, sendo um campo contraditório e dinâmico, não corresponde diretamente a uma concepção objetiva da realidade, manifesta sua magnitude perpassada pelos interesses e ideologias próprios da sociedade, a qual em seu conjunto pressupõe a incorporação da contraditória relação capital e trabalho. Portanto a concepção de esfera pública vai se modificando ao passo que a relação entre o capital e trabalho vai se complexificando no âmbito da estrutura socialmente construída.

O debate em torno da constituição e magnitude da esfera pública nos reporta às concepções gramscianas de hegemonia e de contra hegemonia, na constante luta pelo poder (que pressupõe o domínio da sociedade) de um lado pela sua manutenção (capital), de outro, pela conquista (trabalho), como elementos fundamentais na interpretação da esfera pública.

A luta pela hegemonia na sociedade capitalista não é simplesmente determinada pela estrutura produtiva e por fatores econômicos. Apesar de tais determinantes serem predominantes para a direção da sociedade, entendemos que são múltiplos os fatores que interferem para seu desenvolvimento, dentre eles a magnitude da esfera pública. Podemos mencionar o desenvolvimento científico, político, cultural, moral, artístico, religioso e social como elementos próprios de cada bloco histórico que se expressam no conjunto da sociedade como determinantes à complexificação das lutas hegemônicas, e conseqüentemente para a configuração da concepção de esfera pública no decorrer da história.

As várias possibilidades de “luta” contra-hegemônica abrem o caminho à população para a constituição de novos projetos éticos, políticos e ideológicos para a sociedade, fortalecendo a constituição da esfera pública. Muito embora as

condições para tais projetos, não estejam dadas socialmente, podem ser construídos meios e alternativas para se alcançar as suas finalidades.

Segundo Coutinho (2000, p. 170)

Gramsci percebeu que [...] havia surgido uma nova esfera do ser social capitalista: o mundo das auto-organizações, do que ele chamou de 'aparelhos privados de hegemonia'. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações, os movimentos sociais etc., tudo aquilo que resulta de uma crescente 'socialização da política', ou seja, do ingresso na esfera pública de um número cada vez maior de novos sujeitos políticos individuais e coletivos.

Tais mecanismos privados de hegemonia desafiam o núcleo duro estatal, e em nome da democracia, abrem espaço para a socialização da política e consequentemente para o fortalecimento da esfera pública. Segundo Coutinho (2000, p. 27)

Nos primeiros regimes liberais, de participação restrita, o Estado aparecia praticamente como o único ator político coletivo. Com a socialização da política essa situação se altera: surge uma complexa rede de organizações coletivas, de sujeitos políticos de novo tipo, com um papel mais ou menos decisivo na correlação de forças que determina os equilíbrios de poder.

Neste sentido, faz-se necessário pensar nas implicações decorrentes dos espaços em que ambos os setores se encontram. Segundo Coutinho (2000, p. 28)

Com o ingresso na esfera pública de múltiplos interesses organizados, a obtenção do consenso – da hegemonia resultados, a obtenção do consenso – tornou-se um recurso decisivo da ação política. Se Gramsci “ampliou” a teoria do Estado que herdara de Marx, nele incluindo a esfera da hegemonia e do consenso, fez isso precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, o processo de democratização da política – introduzira na vida social.

A esfera pública toma novos contornos na sociedade e impõe novas interpretações, uma vez que suas bases se incorporam em diferentes espaços onde os grupos sociais se articulam em meio ao jogo de interesses próprios da sociedade capitalista. Podemos perceber que a esfera pública é o espaço contraditório onde podem ser travadas as discussões de interesse público, sendo perpassado por diversas visões de mundo, interesses e ideologias que podem ganhar força no cenário político da sociedade, conforme sua força hegemônica ou contra-hegemônica. Nesta são impostos legitimamente diálogos, negociações e consensos, devido a relevância de seus princípios, o teor de suas questões e o peso de seus argumentos para os rumos da sociedade. Assim complementamos nossa reflexão com o que nos aponta Costa (2002, p. 27) ao nos dizer que “É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham

argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns.” Fortalecer uma esfera pública com este cariz torna-se um desafio frente aos determinantes estruturais do sistema capitalista. Socializar a política é uma necessidade, frente a este desafio da sociedade moderna.

Podemos apontar, a partir da visão gramsciana, que os contornos da esfera pública são construídos dinamicamente no cotidiano das relações hegemônicas e contra hegemônicas e se cristalizam no encontro entre a sociedade civil e a sociedade política, no âmbito das discussões de relevância societária. A natureza desta dinâmica, entre a hegemonia e a contra-hegemonia concorre para a ampliação e ou a restrição da esfera pública na sociedade. No âmbito da esfera pública as negociações podem acontecer com mais fluidez, sendo em certa medida, menores as amarras da burocracia estatal e do rigor formal impostos pelos protocolos dos procedimentos jurídico-legais já cristalizados pela sociedade política. Assim, consideramos que a magnitude da esfera pública torna-se determinante para a construção dos pactos societários. Uma esfera pública ampla e imbuída de pressupostos ético-políticos pode constituir-se um “catalizador” para as decisões públicas, contribuindo, desta forma para o aprofundamento da democracia. Neste sentido, “[...] os atores que estão vivendo experiências de constituição do espaço público, tanto no âmbito das instituições estatais quanto no plano societal, estão aprendendo a reinventar a política como ação que diz respeito a todos e a cada um [...]” (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL, 1998, 1999, p. 45). Desta forma, reinventar a política e resistir à hegemonia da sociedade política estabelecida é uma necessidade para a constituição e o fortalecimento da esfera pública.

Verificamos que as relações entre o Estado e sociedade civil, em meio às transformações da esfera pública, na sociedade capitalista manifestam-se constantemente dinâmicas e interconectadas. No debate contemporâneo, podemos perceber que as relações entre Estado e sociedade civil se mostram dialeticamente, complementares. Portanto, desvelamos que a separação entre ambos é um “falso rótulo”, conforme anunciamos no início deste capítulo.

A compreensão dialética da realidade proporciona um olhar descortinador dos mitos e preceitos que circundam ideologicamente a sociedade. Compreender criticamente a magnitude dos fenômenos pesquisados nos oportuniza condições para a adoção de posturas e inclinações teóricas, sem desconhecer e ou

negligenciar as demais posturas, conhecimento este necessário ao rigor científico de uma interpretação²³.

A visão gramsciana é apresentada, sobretudo porque suas concepções trazem uma preocupação com a transformação social da sociedade, tendo como pressuposto para tanto a dimensão ético-política da ação, elaborando conceitos chave para pensarmos a realidade democrática moderna e contemporânea. Tem como objetivo refletir sobre a realidade com fins teleológicos, no sentido de apreender os elementos necessários ao fortalecimento da luta pela constituição de uma nova ordem social, pautada em relações horizontais entre Estado e sociedade civil e, portanto, no fortalecimento de uma esfera pública democrática. Neste sentido, podemos pensar a concepção ético-política do Estado em Gramsci, como vimos anteriormente, que aponta para “[...] a criação dum projeto de sociedade que nasce da vontade política das classes subjugadas, em movimento, no campo aberto e complexo da sociedade civil.” (SEMERARO, 1999, p. 157).

Tal concepção para Gramsci encontra-se no âmbito do “dever ser”. Assim, tais concepções não se tratam da expressão direta da realidade atual da sociedade contemporânea, e nem devem ser consideradas como ponto de partida para as reflexões junto desta, ao contrário, é necessário tê-las como projeto teleológico, tendo em vista que as relações entre Estado e sociedade civil, guardam determinações advindas da hegemônica lógica de dominação capitalista, mas que na contemporaneidade, se complexificam, dando um caráter mais dinâmico e abrindo perspectivas às práticas democráticas.

As relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, decorrem, em boa medida, pelas determinações que são impostas tanto pelos rumos do desenvolvimento das práticas democráticas, quanto pelas determinações impostas pelas agendas econômicas globalizadas. Percebe-se que tais determinações impõem aos países dificuldades quanto às possibilidades de adequar o desenvolvimento democrático aos modelos de desenvolvimento propostos pela globalização, por exemplo: a desterritorialização das relações sociais, sobretudo nas relações entre capital e trabalho, mundialização e flexibilização de mercados, fragilização dos estados nacionais, entre outras questões.

Segundo Baquero (1994, p. 27) cabe salientar que “[...] a estabilidade política

23 As interpretações são em si resultantes dos diferentes fundamentos teórico-filosófico e políticos, da visão de mundo e do contexto histórico em que cada um dos autores se propuseram a sistematizá-las.

das chamadas democracias modernas decorre da aceitação consensual das formas institucionais da democracia representativa e da aceitação da estrutura social capitalista.”

No âmbito da esfera pública²⁴ embora as instituições democráticas considerem a idéia de igualdade formal a todos os cidadãos, esta se contrapõe a idéia de igualdade material quanto às condições de vida dos indivíduos, no âmbito da esfera privada, pois o que impera no âmago das relações sociais da população é uma lógica perversa de desigualdades. Percebemos, portanto que tal paradoxo permeia tanto a dinâmica das práticas democráticas quanto a dinâmica do próprio desenvolvimento societário em seu conjunto, tendo em vista que a igualdade formal entre os cidadãos pode ser cotidianamente questionada pela desigualdade material existente na sociedade.

Neste sentido, refletimos sobre o quadro econômico e político na contemporaneidade, apontando o que coloca Gómez (2000, p. 44)

Diante do quadro atual, em que o capitalismo globalizado só parece compatível com uma democracia política debilitada, limitada e de traços elitistas cada vez mais acentuados, uma questão urgente e essencial consiste em saber se ainda é possível reconciliar um efetivo governo democrático de base nacional com a escala global e transnacional das organizações econômicas e sociais contemporâneas.

Segundo Costa (2006, p. 37) a “[...] emancipação humana na ordem do capital é parcial, só ocorre para a classe burguesa, através da exploração do trabalho.” A população na sua maioria, especialmente os trabalhadores, encontra-se subordinada ao capital, na medida em que depende dele para manter-se incluída no processo produtivo e poder satisfazer às suas necessidades primeiras de comer, vestir, dormir etc., através de sua inserção no mercado de trabalho. Assim, no capitalismo a subordinação de classe é condição básica para a manutenção da sobrevivência dos trabalhadores e determina o modo como se processam as relações no interior da própria sociedade, e, portanto, condicionam as relações entre Estado e sociedade civil no âmbito da esfera pública.

24 Existe uma densa discussão sobre a esfera pública, havendo distintos conceitos na literatura. Segundo Costa (2002) possuem duas grandes linhas de argumentos “A primeira abordagem caracteriza-se pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e pela ênfase da impossibilidade factual de entendimento comunicativo dentro da esfera pública. [...] A segunda abordagem distingue-se pela atenção conferida a todo conjunto de instâncias constitutivas da esfera pública (além da mídia, as organizações da sociedade civil, os espaços de comunicação interpessoal, as redes informais de intercâmbio etc.) e por vislumbrar a possibilidade de formas discursivas de comunicação pública, relativizando-se, portanto a ação manipuladora dos meios de comunicação de massa.” (COSTA, 2002, p. 16).

Pesquisas²⁵ realizadas sobre a democracia na contemporaneidade apontam que o futuro das instituições democráticas requer o fortalecimento da esfera pública, a partir da participação da sociedade civil no âmbito desta, a fim de que práticas de negociação possam ser realizadas para a definição e o controle das ações públicas seja efetivado pela própria sociedade. A garantia para uma ampla transparência no destino dos bens públicos, como também a promoção de meios para a justiça social, no que se refere a um uso mais equânime das riquezas socialmente produzidas, em detrimento de uma participação legitimadora das ações políticas, de cunho dominador, elitista e de caráter autoritário por parte da classe política dominante, requer o fortalecimento da contra-hegemonia. Conforme nos aponta Vieira (1992, p. 13) participar “[...] dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição de renda, mas, sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção.”

Apesar das determinações históricas do capitalismo e de seus impactos para as desigualdades materiais entre os indivíduos e ainda das imposições na conjuntura atual da globalização e dos ditames da ordem mundial neoliberal, a democracia se apresenta como uma constante, que está em construção e abre perspectivas para que as relações entre Estado e sociedade civil possam constituir-se de forma mais aberta e horizontal.

Segundo Vieira (1992, p. 9)

Um Estado de Direito efetivamente exercido se sustenta em certos princípios válidos em qualquer país onde a liberdade prevalece sobre a autoridade. Tais princípios são poucos e fundamentais: o império da lei, a divisão de poderes, a legalidade da administração e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais.

No entanto, em um Estado Democrático de Direito, a liberdade não se constitui apenas enquanto direito fundamental dos indivíduos que formam o Estado, mas é compreendida como um amplo conceito que permeia tanto a sociedade civil, quanto o próprio Estado, sendo um valor inerente às práticas da esfera pública democrática.

Torna-se evidente que as práticas sociais, econômicas, políticas e culturais são determinantes para as reconfigurações do fazer político em torno do “público”, e, portanto das relações que perpassam o Estado e a sociedade civil. As relações democráticas, tanto dos espaços representativos, quanto participativos, definem os

25 Dagnino (2000), (2002), Nogueira (2001), (2005), Vieira (1992), Tatagiba (2002).

rumos do projeto democrático, que conforme nos aponta Nogueira (2005), encontra-se bloqueado e não desativado e a cada dia impõe recuos à hegemonia neoliberal.

Nogueira (2005, p. 101) acrescenta que a

[...] plena ativação do projeto democrático depende de um encontro entre essa 'desobediência civil' e a política, tanto no sentido de uma reunião da vida com as instituições (associativas e representativas) quanto no sentido e uma melhor articulação entre interesses, identidades, valores e opiniões. Depende, em suma, de uma movimentação que seja capaz de reinventar a política como prática e como projeto, que vá além da política dos políticos (Nogueira, 2001) e que se cole à vida das pessoas, de modo a ajudá-las a responder às necessidades e aos valores socialmente instituídos.

Reinventar a política, pela incorporação dos espaços públicos de participação da população, em suas novas configurações de luta, faz-se *mister* no âmago das relações da sociedade civil com o Estado, de modo a fortalecer a esfera pública. A superação das dificuldades impostas pelas instituições patrimonialistas, que se apresentam a rigor de cunho tradicional e conservador e aliada aos intentos do capital, e não a negação destas torna-se uma necessidade para a reconstrução das relações entre os diferentes espaços democráticos em que Estado e sociedade civil se encontram.

As relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade podem se rearticular, por meio não só das determinações da reestruturação do sistema capitalista, mas na contramão desta lógica dominante, do reconhecimento das necessidades quanto à legitimidade da participação cidadã, enquanto meio para uma democratização da política e do poder e para a melhoria das condições de vida da população. Pois, o Estado não é uma instituição exterior à sociedade e nem é neutro diante dos diferentes grupos sociais; e sim produto da própria sociedade, sendo assim, uma instituição contraditória e portadora dos mesmos conflitos, reproduzidos no âmbito de uma dimensão institucionalizada que possui soberania e exerce jurídico e formalmente a hegemonia, pelo usufruto legítimo do poder, frente a sociedade civil.

É pertinente apresentarmos a diferença que há entre a concepção liberal de Estado e àquela delineada por Gramsci. Na primeira a noção de Estado é restrita à sociedade política e a representação dos ideais e interesses públicos, são aqueles expressos na legislação, tomando esta como base universal para a regulação da sociedade capitalista e na segunda a “[...] nova visão ético-política delineada por Gramsci está vinculada ao exercício da liberdade, da participação ativa e da autogestão das classes populares.” (SEMERARO, 1999, p. 173). Assim, o Estado

configura-se como uma esfera pública efetiva de defesa de interesses coletivos.

É preciso, pensar que na contemporaneidade, a luta contra-hegemônica proporcionou a existência de diversas instâncias de participação democráticas na sociedade atual. Tais instâncias permitem, aos diferentes interesses da sociedade civil e da sociedade política, e ainda da sociedade econômica²⁶, que sejam colocados na esfera pública enquanto demandas da sociedade a serem pensadas e legitimadas conforme são travadas as negociações de interesse público no âmbito dos espaços de participação democráticos, de ordem representativa e participativa²⁷.

Sociedade civil e sociedade política se estabelecem hegemonicamente, por meio dos espaços de participação constitutivos à ordem democrática. Assim, os rótulos que atribuem antagonismo e alienação entre tais categorias, e destas com o Estado podem ser desfeitos pelas possibilidades de socialização da política.

Neste sentido, há que se refletir na contemporaneidade sobre as relações entre Estado e sociedade civil no intuito de que estes não podem ser vistos em separado, tendo em vista que, tanto Estado como a própria sociedade civil são criações do próprio homem na sua dimensão da vida coletiva e não adquirem autonomia um em relação ao outro. São, *a priori*, inter-relacionados e interdependentes. Enquanto criação humana, Estado e sociedade civil constituem-se parte das relações sociais permeadas pela luta hegemônica. Isto não implica em atribuímos ao Estado características de instituição imaculada e, portanto neutra diante das relações sociais, conquanto “[...] aceitar que o Estado é um aparato de dominação, condensa as relações sociais e age em conformidade com as classes que dominam a economia e que sustentam um projeto de hegemonia. Mas é também, essencialmente, um campo de disputas, no qual a correlação de forças, a movimentação social e a organização política dos interesses têm papel decisivo.” (NOGUEIRA, 2005, p. 61).

Sobre a arena política e suas fronteiras Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 15) nos apontam que nesta, o que “[...] está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação.”

A contemporaneidade é perpassada por determinantes²⁸ de cunho neoliberal

26 “Com o termo ‘sociedade econômica’ Gramsci entende tudo aquilo que em Marx aparece como estrutura; como os outros dois termos (sociedade política e sociedade civil) aquilo que Marx chamou de superestrutura.” (SIMIONATTO, 1999, 70).

27 Ver Bobbio (1998).

28 Podemos citar como determinantes do neoliberalismo a fragilidade econômica, financeira e política

que influenciam os rumos das decisões na esfera pública e ainda traz consigo os avanços proporcionados pela democratização do Estado, em oposição às formas autoritárias e ditatoriais. Tais questões proporcionaram transformações nas relações entre Estado e sociedade civil e ainda imprimiram novos rumos à concepção de esfera pública, apesar das dificuldades para seu fortalecimento no âmbito da realidade das práticas democráticas. Como nos aponta Dagnino (2002, p. 13)

Essas transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil se expressam em novas relações entre eles: o antagonismo, o confronto e a oposição declarados que caracterizavam essas relações no período da resistência contra a ditadura perdem um espaço relativo substancial para *uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da 'participação da sociedade civil'*". (itálicos no original).

Cabe mencionar que a participação da sociedade civil no âmbito da esfera pública, pode ser vista também como benéfica aos intentos neoliberais de minimização do Estado frente à sociedade civil, uma vez que esta pode ser manipulada e responsabilizada por ações que o próprio Estado deve cumprir. Tal participação favorece, portanto que o Estado se exima de muitas ações de sua responsabilidade, transferindo-as ao mercado e à sociedade.

Tais questões hegemônicas impõem para a esfera pública um dilema, que tem sua cunhagem aos moldes da ideologia econômica contemporânea neoliberal de minimização do Estado frente às questões sociais e de sua maximização frente à sua articulação com o mercado. Conforme nos aponta Sader (1999) Por isso falamos de Estado mini-max: máximo para o capital, mínimo para o trabalho.

Segundo Behring (2003, p. 59)

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

Conforme mencionamos, tal realidade imposta pelas políticas neoliberais, acaba por trazer para a esfera pública, no âmbito da arena política, programas e projetos que tratam de disputar espaços, recursos e legitimidade públicos, no sentido de direcionar os rumos das ações públicas em prol de intentos particularistas

do país frente ao processo globalizante da economia mundial, que determinam tanto a realidade da sociedade civil que enfrenta processos crescentes de exclusão social, como do próprio Estado que precariza os serviços públicos como consequência da flexibilização e terceirização dos mesmos. Como avanços podemos apontar a incorporação da sociedade civil brasileira no âmbito do Estado quando de suas conquistas com a Constituição Federal de 88 por meio da institucionalização de sua participação por meio dos espaços democráticos participativos.

e corporativos, deixando em segundo plano o caráter democratizante e emancipatório intrínseco à esfera pública, numa concepção teórica, e a seus espaços de participação democráticos. Fernandes (1995, p. 56) coloca “[...] que a viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem política de sentido claramente anti-democrático.”

Convêm ao pensamento burguês interpretações mais restritas dos institutos políticos liberais, sem muitas delongas às análises mais amplas do sistema democrático, enquanto gramática histórica, conforme nos apontaram Avritzer e Santos (2002). Portanto, à visão burguesa não é interessante que se faça a crítica ao sistema democrático liberal, para que as desigualdades não sejam questionadas.

Diniz (1999, p. 95) na discussão de alternativas ao pensamento hegemônico neoliberal coloca que

A reversão de tais tendências depende, por outro lado, da estruturação de um contra-movimento de caráter cultural, intelectual e político, baseado no pluralismo de interesses e de perspectivas, gerando um clima favorável ao debate e ao desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica. É, portanto, no plano da política que se delineiam os rumos desta evolução.

As relações políticas tornam-se, neste sentido, um caminho aberto na trama social, cultural, econômica da sociedade moderna, para se pensar as relações entre Estado e sociedade civil e a configuração da esfera pública, uma vez que os espaços de participação democráticos contemporâneos são espaços de mediação entre os interesses sociais, econômicos e políticos hegemônicos e contra-hegemônicos presentes na modernidade. Ou seja, a modernidade congrega tendências contraditórias que empreendem esforços e estratégias para ver inscritas suas perspectivas de vida em sociedade, conforme já apontado. “A modernidade, de fato, não gerou só o capitalismo e as liberdades pessoais, mas desencadeou também a aspiração à emancipação das massas e lançou as sementes da democracia social, econômica e política.” (SEMERARO, 1999, p. 158). Portadora de uma dupla composição, a modernidade no contexto latino-americano possui mais algumas especificidades.

Neste sentido, é pertinente um olhar sobre a questão da cultura política e de seus impactos sobre a questão da participação no contexto democrático, considerando-os como variáveis determinadas pelas características próprias do mundo contemporâneo. Assim como são variáveis determinadas, são também determinantes e abrem polêmicas às perspectivas contra-hegemônicas à

democracia burguesa. Segundo Coutinho (2005, p. 89, 90) “[...] sem polêmica sobre concepções de mundo e da cultura, não há luta pela hegemonia; e, sem luta pela hegemonia, não existe uma vida política saudável, ou seja, democrática e pluralista.”

1.3 CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: REFLEXÕES DA REALIDADE BRASILEIRA.

Como nos aponta Celso Furtado (1980) o substrato do desenvolvimento é, em suma, a invenção cultural. A democracia é, portanto uma invenção cultural fundamental para o desenvolvimento societário.

A cultura, neste sentido, constitui-se fator determinante para a análise da democracia, uma vez que esta compreende diferentes aspectos da vida humana e torna-se, na relação entre a sociedade civil e a sociedade política²⁹, um elemento definidor de práticas no interior das relações na luta pela hegemonia, e, portanto determina o conteúdo presente nas ações tanto do Estado quanto da sociedade civil, como também da relação entre ambos.

Elementos como a política, a economia, a ética e a moral dizem respeito ao modo de como se processa a dinâmica cultural de cada realidade ou grupo social. Portanto, expressar as diferentes consciências e ideologias presentes na sociedade é, pois fazer vivificar a cultura, ou “as culturas” presentes numa determinada realidade e ou período histórico. Podemos dizer que expressões culturais autônomas, numa dimensão ampla (de partilha de idéias, de interesses, de poderes, de ideologia) é parte de uma vivência democrática, enquanto 'valor universal'.

Traçamos tais considerações, não por entender a cultura enquanto uma categoria ampla o suficiente para dar conta de qualquer realidade, mas por determinar práticas, ações, princípios e hábitos que são traduzidos ou reconstruídos nos âmbitos institucionalizados da democracia. Assim, a democracia é uma categoria co-constitutiva deste complexo dinâmico de elementos, onde a cultura é uma constante, sendo ela favorável ou não à democracia. Portanto, a cultura e a democracia estão imbricadas numa mesma trama de relações, constituindo-se interdependentes no campo da política. Neste sentido, podemos apontar a

29 Conforme nos aponta Luiz (2005, p. 246) “A categoria sociedade política, em termos gramscianos, significa tratar a relação do Estado com a Sociedade Civil não como polaridades, como quer o pensamento liberal ou neo-liberal, mas em articulação, em síntese, para reconstrução de um espaço comum-público.”

contribuição de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 25) onde dispõem que “A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social.” A cultura interfere na dinâmica das expressões da democracia para a configuração dos diferentes cenários e contextos democráticos. Estes retratam as lutas hegemônicas que se estabelecem em sociedade entre as classes sociais.

A cultura, enquanto categoria constitutiva da vida material e social é basilar para a reflexão sobre este período histórico, sobretudo para a análise da relação entre democracia e capitalismo. Como nos aponta Burity (2002, p. 35) “Inserido na trama social, apesar de não se dissolver numa única correnteza causal, ou de determinações, o cultural torna-se co-constitutivo.” Podemos refletir que muito embora as práticas políticas sejam eventos da vida pública, no domínio privado se processam diferentes situações que dão sentido e significação às bases da constituição da política. É, pois, relevante ressaltar a interação existente entre a figura do *citoyen* e do *bourgeois*. Ou seja, o homem da esfera pública e o homem da esfera privada formam o complexo e contraditório ser social presente na cena política. Na esfera privada, se processam condições reais para a concretização de vínculos de socialização interpessoais e grupais que resultam como determinantes para a configuração da cultura política, pois acabam por influenciar direto e indiretamente na formação de pactos e articulações que dão corpo ao conteúdo e direção das negociações políticas no âmbito da esfera pública no debate democrático. Assim, pensar elementos da cultura é fundamental para desvelar diferentes aspectos da vida humana que incessantemente estão presentes nas configurações sociais, econômicas e políticas instituídas na sociedade.

Diferente da visão clássica de interpretação de cultura, onde os elementos culturais eram vistos como estáticos e separados da política³⁰, a cultura é aqui interpretada não como “[...] uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas *materiais* que constituem significados, valores e subjetividades.” (JORDAN E WEEDON, 1995, p. 8 apud ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 18). (itálicos no original).

A *cultura política* se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas. É algo vivo e operante. Ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano. O conjunto das práticas sociais, formadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do

³⁰ “A cultura, especialmente a popular, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação; em suma, o reino da ideologia.” (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 63).

movimento, gera a cultura política. (GOHN, 1997, p. 259).

Para a constituição de uma nova cultura, imbuída de elementos ético-políticos, conforme aponta Gramsci, é necessário o fortalecimento da sociedade democrática, pois uma cultura subalterna acaba por fortalecer relações autoritárias tanto no âmbito da sociedade civil como no Estado. Conforme nos aponta Gruppi (1978, p. 91)

[...] uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classe ainda não conscientes de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogênia, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.

Uma cultura, sem traços subalternos, é necessária ao caminho das lutas hegemônicas travadas no âmbito da esfera pública, para uma composição racional e de caráter teleológico entre Estado e sociedade civil, que faça frente aos intentos neoliberalizantes e instrumentais da hegemonia burguesa. Conforme coloca Gruppi (1978, p. 92)

A cultura é levada adiante pela classe operária quando essa classe se torna autônoma e encontra sua própria expressão consciente no marxismo. A nova cultura avança acertando as contas com a cultura hegemônica, vinculando-se criticamente às aquisições da cultura burguesa, reelaborando criticamente a cultura subalterna. Estabelece-se, nesse processo, uma nova unidade entre cultura-intelectuais e massas.

Cabe ressaltar que segundo Rossiaud e Warren (2000) o processo de democratização é inacabável. Assim o é, o desenvolvimento societário. Neste sentido a reflexão sobre possibilidades de culturas alternativas às culturas até então hegemônicas, no âmbito da esfera pública brasileira, se faz necessária.

Gohn (2005b, p. 29) coloca que a

[...] cultura alternativa, quando à margem do Estado, é desvalorizada atualmente. E na relação com o Estado ela tem dificuldade para se consolidar porque suas bases concretas ainda são frágeis. [...] Já não basta o parâmetro da uniformidade das carências sócio-econômicas nem o da identidade política. **O projeto social de cada movimento/grupo tem que contemplar a dimensão da cultura política presente na institucionalidade e definir como irá se confrontar ou defrontar com essa cultura na estrutura estatal e como irá recriar uma nova cultura política que contemple e priorize os direitos dos cidadãos e não o dos políticos/governantes e os do mercado. (negritos nossos).**

As sociedades poderão vivenciar novas formas para a tomada de decisões de interesse público, e os conflitos entre os diferentes grupos podem ser motores para impulsionar a gramática democrática, no entanto, tais sociedades devem saber

reconhecer quais os canais que podem tornar essas formas mais eficazes. “[...] a questão não é a de saber se um dado país está preparado para a democracia mas antes de partir da idéia de que qualquer país se prepara através da democracia. (SEN, 1999 apud SANTOS, 2002, p. 41).

A reflexão sobre a questão da participação enquanto meio pelo qual a classe subalterna acessa ao conteúdo do Estado e trava com este suas relações é importante. Nestas relações, a gramática democrática é construída, conforme nos apontou Avritzer e Santos (2002) o poder político é parte constitutiva para a configuração de tais relações.

Sánchez Vázquez (2001, p. 43) aponta que para Marx e Engels

O poder político se faz necessário na sociedade dividida por antagonismos irreconciliáveis [...]; o poder político é o lugar da ordem, da conciliação dessas contradições que, se não resolvendo, conduziriam à destruição das forças em conflito, [...] o poder chamado a cumprir esta função apenas aparentemente se situa acima da sociedade, das forças conflitantes.

Apontamos a colocação de Pinho (1998, p. 72) onde a “[...] participação da população, assim, é consagrada como fundamental na ação do governo local, seja para a elaboração de legislação, seja na fiscalização da execução dos serviços públicos locais”.

A participação ativa e consciente é dada pela construção de uma consciência crítica dos sujeitos sociais que se incorporam à sociedade política, uma vez que amadurecidos intelectual e moralmente, procuram o estabelecimento de uma nova ordem social. Segundo Semeraro (1999) somente com a emancipação e a hegemonia das classes subalternas inicia-se a história das verdadeiras liberdades sociais.

A participação dos sujeitos nos espaços institucionalizados representativos e participativos, inscritos no âmbito da esfera pública adquire diferentes concepções dependendo do contexto a qual é analisada. “É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns.” (COSTA, 2002, p. 27). Neste sentido, a participação cidadã é uma alternativa ao fortalecimento democrático, dada a partir da construção de uma nova cultura política emergente que é resistente aos pactos de dominação inerentes à democracia burguesa. Teixeira (2001, p. 30) aponta que a “[...] participação cidadã utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas articula-os a

outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social.”

Teixeira (2001, p. 28) dispõe ainda que

Exercita-se assim, uma outra lógica - a da solidariedade e busca de um consenso normativo em relação a questões básicas, tais como meio ambiente, exclusão social, cooperação internacional, possibilitando-se o surgimento de novos tipos de participação, mais ampla, inclusive de conteúdo mais contestador, formando-se uma nova cultura política em que se **valorizam a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos, o enfrentamento dos problemas cotidianos.** (negritos nossos).

Complementando esta posição Gohn (2005a) traz para o debate o conceito de participação que denota o protagonismo do sujeito em relação à sua história e ainda considera o desenvolvimento de uma consciência crítica como um dos elementos para que se alcance na dimensão coletiva e a construção de novos valores para ação coletiva.

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005a, p. 30).

Enquanto meio para o acesso ao debate posto no âmbito da esfera pública, a participação adquire distintas categorizações no decorrer do processo histórico da democratização, como participação popular, participação política e participação social³¹. Pensando na questão da participação uma sociedade democrática

[...] é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas, sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção. (VIEIRA, 1992, p. 13).

Dagnino (2002) nos coloca apontamentos sobre realidades da participação no âmbito da estrutura do Estado, alertando sobre o isolamento dos espaços públicos participativos do restante da estrutura do estatal.

Aponta nessa mesma direção a característica, frequentemente assumida pelos espaços públicos que se constituem no interior do Estado, de isolamento em relação ao conjunto da estrutura administrativa: eles acabam

31 Participação popular é aquela “muito utilizada para designar a ação desenvolvida pelos movimentos – em grande parte de caráter reivindicativo – visando ao atendimento de carências ou à realização de protestos, às vezes violentos, relativos à marginalização, compreendendo um posicionamento anti-Estado”. (CARDOSO, 1985; KOWARICK e BONDUKI, 1994a, apud TEIXEIRA, 2001, p. 31).

Sobre a participação política “[...] Considera-se participação política desde comparecer a reuniões de partidos, comícios, grupos de difusão de informações até o inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas ou, ainda, realizar protestos, marchas, ocupações de prédios (SANI, 1986, COTTA, 1979 apud TEIXEIRA, 2001, p. 25).

se constituindo como 'ilhas' separadas, em 'institucionalidades paralelas', conservadoras à margem e com difícil comunicação com o resto do aparato estatal. (DAGNINO, 2002, p. 283).

Podemos apontar ainda a contribuição de Nogueira (2005) tratando do contexto da reforma do Estado a partir do discurso reformista, que defende uma sociedade civil não hostil ao Estado, mas exterior a ele, que em parceria junto ao Estado seria “reduzida a *recurso gerencial*.” (NOGUEIRA, 2003 apud NOGUEIRA, 2005, p. 59). Neste sentido, a interação da sociedade civil com o Estado estaria a serviço de ideais neoliberais de transferência de responsabilidades estatais para a própria sociedade civil.

Não se trataria, portanto, de uma organização autônoma voltada para a emancipação, a construção de consensos e hegemonias ou a interferência coletiva nos espaços em que se definem as escolhas e as decisões fundamentais, mas de uma organização subalternizada, domesticada, concebida de modo “técnico”. (NOGUEIRA, 2005, p. 59).

Porém, o que nos é relevante é a fundamental importância do avanço e amadurecimento cultural e político da sociedade civil em seu processo de organização e a natureza de sua participação nos espaços a ela reservados no âmbito da estrutura estatal em seu conjunto.

Não há maturação efetiva e nem preparação prévia delimitada para o processo democrático. A contemporaneidade traz consigo uma esfera de possibilidades e limites que congregam a configuração das relações entre Estado e sociedade civil e constitui, portanto, a natureza e os contornos da esfera pública. A esfera pública possui os espaços que podem ser utilizados cotidianamente para travar lutas em prol de interesses contra-hegemônicos, pelo estabelecimento da nova ordem social proposta por Marx e reelaborada Gramsci. Neste sentido, apontamos à esfera pública enquanto espaço político de encontro da hegemonia com a contra-hegemonia na contemporaneidade.

O Brasil, nesta lógica, traz em sua história avanços e retrocessos no que se refere à sua gramática democrática. Os elementos culturais inerentes à formação da sociedade brasileira³² concorrem para a configuração das relações entre sociedade civil e Estado, determinando o fazer político cotidiano da esfera pública brasileira, permeado por uma relação de dominação e desigualdades.

A sociedade civil no Brasil é plural, constituída por diferentes grupos e etnias,

³² São autores que discutem a temática da formação da sociedade brasileira: Caio Prado Junior, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Octávio Ianni.

que se formaram, inicialmente ao longo dos anos de colonização e foram se configurando pelas particularidades da história brasileira. Podemos dizer que o Brasil é resultado do movimento mundial de expansão geográfica, sendo condicionado pela visão eurocêntrica de desenvolvimento. Furtado (1999, p. 58) coloca que a “[...] cultura brasileira é um dos múltiplos frutos desse processo de expansão geográfica da civilização européia nos albores da era moderna.” Europeus, africanos, asiáticos, entre outras tantas etnias formam a estrutura da sociedade civil no país. A sociedade brasileira carrega *per si* uma riqueza cultural múltipla, que se tornou híbrida no decorrer da história e guarda consigo determinantes da lógica imposta pelo modelo eurocêntrico de desenvolvimento. Formou-se, a partir de uma relação complexa e contraditória de, assimilação ou não, da cultura européia do ponto de vista ocidental, estando ainda condicionada à particular formação econômico e social do país. Coutinho (2005, p. 19) aponta que “[...] a organização da cultura já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas resulta da própria trama complexa e pluralista da sociedade civil.”

No Brasil o desenvolvimento econômico e social, as relações de poder e as transformações societárias estiveram, hegemonicamente, atreladas aos intentos da classe dominante. Esta classe busca meios para o fortalecimento dos elementos conjunturais, realizando as reformas necessárias à manutenção dos interesses dominantes, sem transformar a estrutura social do país. Aos moldes da modernização conservadora, perpetuou-se no país a manutenção de uma estrutura social desigual e a economia dependente externamente. Nesta lógica não houve historicamente uma efetiva preocupação com a articulação e sustentação interna do mercado capitalista e com a condição de existência das camadas mais pauperizadas da sociedade brasileira. Podemos apontar ainda, como determinante para a manutenção dos interesses da classe burguesa no âmbito do desenvolvimento da sociedade brasileira, a idéia de “interesse nacional”. Tal concepção é uma construção ideopolítica que permite explorar o sentimento de pertença, próprio da natureza humana, favorecendo uma leitura da realidade em seu conjunto, em detrimento das particularidades, desigualdades e distribuição de renda e de riqueza entre as diferentes camadas sociais no país³³. (FURTADO, 1980). Assim, no plano

33 “Tem aí sua origem o uso de conceitos como o de renda ou produto per capita, produtividade social dos fatores da produção e outros similares – sem qualquer referência a distribuição da renda, aos antagonismos sociais, ao perfil da acumulação e aos preços relativos –, como indicadores universais do desenvolvimento.” (FURTADO, 1980, p. 20).

da cultura, a manipulação ideológica é eficaz, portanto uma constante na sociedade. Visa a incorporação de valores de interesse minoritários, por parte de toda a população, que age como se fosse beneficiada igualmente quando da hegemonia de tais interesses, que notadamente são burgueses.

As relações no âmbito do Estado brasileiro estiveram hegemonicamente determinadas pelo caráter elitista e intimista da organização da cultura no país³⁴, no entanto vale ressaltar as resistentes e históricas lutas contra-hegemônicas à ordem burguesa emergentes no seio da população brasileira, especialmente os movimentos pela redemocratização na década de 80, como exemplos históricos da resistência popular às determinações hegemônicas da burguesia nacional. Desta forma, podemos dizer que o desenvolvimento e a formação do país aconteceram, hegemonicamente, vinculados, aos moldes da revolução passiva, “de cima para baixo”. As resistências à hegemonia burguesa, portanto aconteceram historicamente na contra regra desta lógica. No país vão sendo historicamente construídas formas organizadas de resistir às formas de dominação impostas, ao passo que várias mudanças aconteceram do ponto de vista de garantias de direitos civis, políticos e sociais.

Conforme apontam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 27)

As culturas políticas da América Latina são muito influenciadas por aquelas que prevaleceram na Europa e na América do Norte e, contudo, se diferenciam delas. Essa influência está claramente expressa nas referências recorrentes a princípios tais como racionalismo, universalismo e individualismo. Porém na América Latina, esses princípios combinaram-se historicamente de maneira contraditória com outros princípios destinados a garantir a exclusão social e política e até controlar a definição do que conta como político em sociedades extremamente hierarquizadas e injustas.

Os avanços populares possíveis, em meios às diferentes conjunturas, possuem uma dupla composição: são resultados da luta das classes subalternas e, em boa medida, constituem-se também concessões da classe dominante para garantir a manutenção da hegemonia burguesa. Como aponta Mota (2005) nem tudo

³⁴ Fatos históricos marcam a cultura política brasileira, podemos citar alguns fenômenos históricos, como a independência; a proclamação da república; a revolução de 1930; o totalitarismo de Estado aos moldes fascistas, em 1937; a redemocratização em 1945 (que apesar de abrir espaços para a participação da população brasileira, e de fortalecer, em certa medida, a democracia brasileira, não consegue romper definitivamente com os ranços da cultura elitista que continuou presente no debate democrático atuando firmemente nas relações de poder no decorrer do desenvolvimento democrático brasileiro deste período); em 1964 mais uma cooptação elitista brasileira transforma a estrutura política brasileira e desta vez o regime militar, re-emprega no país, uma cultura política de cunho centralizador, autoritário, burocratizada, clientelista, assistencialista, e continua a reforçar o paternalismo presente na cultura brasileira. E na década de 80 os movimentos pela redemocratização, culminando com a promulgação de uma nova Constituição, de caráter democrático em 1988.

é concessão, nem tudo é conquista, nem tudo se dá em nome da reestruturação do sistema capitalista, mas é consequência do movimento conflituoso entre o capital e o trabalho. A questão reside no fato do capital incorporar algumas exigências dos trabalhadores, mesmo que contrário aos seus interesses e fazê-lo a partir das exigências da ordem. Assim, contraditoriamente, dá respostas políticas às massas e atende às suas necessidades concomitantemente (MOTA, 2005).

No período ditatorial podemos observar várias ações de que visavam a expansão seletiva de programas sociais, focalizando as ações na formalização do emprego. Assim, cidadão era aquele que estava no mercado de trabalho formal, sendo que aos subempregados não eram estendidos os benefícios sociais, restando gozarem da tutela oferecida pelas ações de caridade e filantropia.

A política brasileira tem incorporado em sua estrutura a lógica da caridade e da filantropia, questões estas guardadas na histórica cultura populista brasileira. Conforme nos aponta Chauí, (2000, p. 87) sobre a cultura populista, esta se assenta num

[...] poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, e que o governante se apresenta como aquele que é o único que detém não só poder, mas também o saber sobre o social e sobre o significado da lei. Por ser o detentor exclusivo do poder e do saber, considera os governados como desprovidos de ação e conhecimento políticos, podendo por isso tutelá-los. Essa tutela se realiza numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação de clientela.

Nesta lógica o governado não é sujeito de direitos, mas receptor de favores, oferecidos pelos governantes em troca da gratidão e do compromisso do governado em mantê-lo no poder.

Em contrário à lógica da tutela e do favor inerente às políticas populistas o momento de transição³⁵ democrática é caracterizado por rupturas e avanços no que se refere à garantia de direitos à sociedade civil, frente ao Estado. As reivindicações da sociedade civil diferenciavam-se em seu conjunto. As diferentes classes sociais da sociedade brasileira lutavam motivadas por diferentes questões, sendo hegemônicas e contra-hegemônicas³⁶. Dentre as diferentes motivações para a luta

35 Segundo Petersen et al (1999, p. 28) "De acordo com Luciano Martins, por transição entende-se 'o colapso de tempo que decorre entre a liquidação de um regime autoritário e a institucionalização de um outro regime qualquer que ele venha a ser'."

36 Dentre os diferentes segmentos organizados da sociedade brasileira nesta conjuntura, cabe ressaltar a classe empresarial, que lutava pela liberalização do regime, a partir da antinomia estatal *versus* iniciativa do campo econômico; a classe média que lutava pela anistia aos presos e exilados políticos, pela liberdade de imprensa, pela democratização dos serviços públicos, (educação e saúde), fim da violência policial e militar, das torturas aos presos comuns e a modificação do sistema carcerário e hospitais psiquiátricos; os movimentos sociais que lutavam,

por direitos frente ao Estado, a luta pelos direitos humanos foi capaz de congrega as diferentes classes sociais e tendências políticas de oposição. (CHAUI, 1986).

É importante ressaltarmos que sem dúvida

[...] incorreríamos em grave engano se imaginássemos que as reivindicações, contestações e resistências vindas da sociedade possuíam as mesmas origens, as mesmas motivações e os mesmos conteúdos, ainda que globalmente aparecessem como luta social pela democratização. (CHAUI, 1987, p. 52).

A cultura popular é preta de possibilidades, no tocante às possíveis e diferentes rupturas que podem conquistar junto ao seio dos interesses dominantes, pois a “Cultura popular é, portanto antes de mais nada, consciência revolucionária’, ‘um tipo de ação sobre a realidade social’.”(ARANTES, (1990, p. 54). Imbuídos desta consciência progressista é que

Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional. (PAOLI E TELES, 2000, p. 111).

Entretanto, nesta conjuntura de transição democrática Nogueira (2005, p. 21) aponta que a sociedade “[...] a rigor, não estava preparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país.” Pois as práticas democráticas não são simples deliberações formais, constituem-se num processo social que, tem interferência de múltiplos fatores. Dentre tais fatores, podemos apontar na conjuntura brasileira de transição democrática, a intensa pressão política oriunda da ditadura militar e ainda conjuntamente a crise do modelo taylorista-fordista e das políticas keynesianas, com o desmantelamento das ações welferianas no Brasil e a reestruturação econômica, social e política no país³⁷. Tais apontamentos nos

sobretudo pela ampliação do espaço de discussão e dos centros de decisão nas instituições públicas e privadas; os trabalhadores que lutavam pela liberdade e autonomia dos sindicatos em face do Estado, pelo direito de greve, formação de comissões nas fábricas, unificação do salário mínimo, igualdade de condições entre as mulheres trabalhadoras, distribuição de terras e de riqueza, entre outras demandas, e ainda os movimentos das minorias (sexuais, de negros, mulheres entre outros) que lutavam pelos seus próprios direitos.

37 Dentre as consequências do esgotamento do paradigma fordista-keynesiano e da conjuntura de reestruturação geral do sistema capitalista, sob o viés neoliberal, podemos destacar para a sociedade brasileira, as seguintes: O cenário aponta a centralidade dos impasses políticos, gerados pela relação dialética entre velho/novo – devido à fase de transição democrática e de reestruturação do capital; novas formas de dominação do capital sobre o trabalho: novos atores; novas formas de socialização de valores (políticos, sociais, éticos); defesa do neoliberalismo como ideário político e econômico; autonomia do mercado; regulação estatal mínima; a liberdade política é derivada da liberdade mercantil; fragmentação nas posturas anticapitalista; acumulação

remetem à situação de crise que o país vivenciava nesta conjuntura, pois houve o tencionamento dos diferentes setores da sociedade brasileira que impunham para a conjuntura, condições favoráveis à sustentação da crise da década de 80³⁸. A crise da década de 80 constituiu-se uma crise global, ou societal da sociedade contemporânea que compreende as determinações econômicas, mas as problematiza no contexto da reprodução social, enfatizando os processos sociopolíticos institucionais. (MOTA, 2005).

Conforme nos aponta Mota (2005, p. 101)

[...] o traço predominante dessa cultura é idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a 'saída' da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise.

No Brasil a crise ganhou expressões particulares devido à dinâmica interna que se processava no período tanto em nível econômico, como também político.

Segundo o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998, 1999, p. 77).

É importante registrar que o pano de fundo desta discussão foi, simultaneamente, a crise do modelo de Estado centralizado ou desenvolvimentista e uma intensa demanda por parte da sociedade civil em conquistar mais espaço de participação política.

A crise da década de 80 se configura como nos aponta o conceito gramsciano uma crise orgânica que interfere nas relações de hegemonia. “[...] em suma, a crise orgânica é uma crise geral (econômica, política, moral) que pode se apresentar inicialmente como crise de direção, mas tem raízes profundas na formação econômica social.” (SCHLESENER, 2001, p. 22).

Nesta conjuntura de crise a constituinte foi elaborada pelo debate entre a esquerda (composta pela unidade cultura-intelectuais e massas) conjuntamente aos

flexível – produção em escala global; emergência da burguesia internacional; desqualificação do significado histórico dos projetos de democratização do capital e socialização da riqueza socialmente produzida. Livre ação reguladora dos mercados e das esferas não estatais; formação de um novo sujeito social o cidadão consumidor: que não é portador de direitos universais e coletivos; reforma intelectual e moral em favor da nova ordem capitalista: discurso do fim do socialismo, das ideologias, da indiferenciação entre as classes; relações entre Estado/mercado/democracia, favorecendo a formação de uma nova hegemonia pautada neste tripé. (MOTA, 2005).

38 “[...] o traço predominante dessa cultura é idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a 'saída' da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise.” (MOTA, 2005, p. 101).

grupos conservadores de interesses liberais burgueses, culminando com uma constituição democrática liberal. Podemos dizer que a constituição garantiu do ponto de vista formal, direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, na sequência de sua promulgação assistimos a sua reforma, que trouxe consigo vários pressupostos para a reestruturação administrativa e fiscal do Estado. O avanço desmedido de mecanismos internacionais de regulação da economia interna, bem como a subordinação aos ditames do capitalismo monopolista mundial foram questões determinantes à hegemonia da classe dominante do país.

Enquanto a sociedade civil se organizava na formação de uma nova configuração para as bases políticas do Estado, o próprio Estado se reformulava devido às determinações econômicas oriundas do processo de crise do capitalismo mundial e de sua reestruturação produtiva de cunho neoliberal e utilizava-se da distensão política para perpetuar ao menos com as bases do pacto de dominação ora vigente. Assim a classe burguesa consegue conter a crise, contendo as pressões contra-hegemônicas que se fortalecem nesses períodos. Marx e Engels (2002) nos alertam que a burguesia vence as crises do sistema capitalista mediante a “[...] preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las.”

Nogueira (2005, p. 37) coloca que

Pouco lugar houve para um entendimento mais substantivo da idéia mesma de reforma ou de Estado, prova cabal do pequeno espaço que tem havido para a afirmação de uma reforma autônoma em relação aos condicionantes da atual fase de acumulação do capital.

Neste sentido, na década de 80 o Estado brasileiro reforma suas bases políticas e econômicas, redemocratizando-se e liberalizando-se respectivamente. As reformas se procedem no Estado com grandes dificuldades no sentido da promoção da emancipação e da autonomia das populações subjugadas pelo sistema capitalista. O que se observa, portanto, no período da transição democrática brasileira é que o país passou por uma dupla reforma, sendo política e econômica.

O conteúdo em geral da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que se refere ao processo de descentralização³⁹ político e administrativa e fiscal carrega de per si, aspectos progressistas e conservadores, uma vez que, dentre outras questões, a população conquistou direitos e o Estado abriu as portas para a

³⁹ Entenda-se por descentralização a “institucionalização no plano local de condições técnicas para a implementação de tarefas de gestão de políticas sociais.” (ARRETCHE, 2000, p. 16).

liberalização. Embora a referida constituição expresse as conquistas da sociedade civil brasileira, especialmente por parte das classes populares, dos movimentos sociais e dos intelectuais orgânicos brasileiros, esta guarda consigo reconhecidamente, o caráter liberal.

A liberalização caracteriza-se por partir do próprio poder autoritário, embora a decisão de liberalizar decorra das pressões da sociedade civil e tenha por objetivo aliviar a tensão social, decorrente das crescentes dificuldades econômicas que poderiam comprometer o pacto autoritário de dominação. (PETERSEN, et al, 1999, p. 29).

Apesar do caráter liberal da constituição de 1988, que reafirma a lógica de reestruturação do capital contribuindo para a perpetuação da utilização dos institutos político-administrativos do Estado como instrumento de mediação dos interesses dominantes, tornando-os universais à sociedade, contraditoriamente abre espaço para construção de meios para uma afirmação de nova cultura política, uma cultura alternativa de participação ativa junto aos mecanismos de participativos inscritos na estrutura política estatal e, portanto para a formação de uma esfera pública democrática. No entanto, as condições necessárias para que esta esfera pública não estavam dadas, a consolidação de uma esfera pública democrática é um desafio do cotidiano das relações entre Estado e sociedade civil. Neste sentido apontamos o que dispõe Chauí (1987, p. 54) sobre a sociedade brasileira. Nesta

[...] as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do 'caráter nacional'.

Após a redemocratização o campo de participação política, aberto à sociedade civil brasileira no âmbito do Estado, é prenhe de relações que trazem em seu assento uma cultura que é política na medida em que se introduz no seio da esfera pública tornando-se imperativo nas relações conflituosas, antagônicas, clientelistas e paternalistas, entre os diferentes setores da sociedade civil que introduzidos nos espaços de participação do poder institucionalizado se relacionam com o Estado.

A esfera pública constitui-se uma instância de mediação dos conflitos próprios

da sociedade civil na sua relação com o Estado, entretanto, possui em sua configuração os pressupostos culturais da sociedade brasileira, em seu conjunto. Entendemos que as ações do Estado, enquanto questões da sociedade civil, que uma vez mediatizadas pela esfera pública, são impressas na agenda estatal, resultam-se, para a população enquanto ações para a coletividade, mas *per si*, são determinadas, pelo conflito societário, entre o capital e o trabalho e ainda pelas características culturais da sociedade brasileira.

Um campo aberto para as lutas hegemônicas é constituído no âmbito da esfera pública brasileira. A configuração deste campo é uma construção histórica social que depende, em boa medida da natureza das relações sociais e da cultura política do país entre os diferentes atores que compõem a arena política brasileira e, portanto formam a esfera pública no âmbito do contexto nacional.

Avritzer (1996, p. 130) nos aponta que a

A compreensão do processo de democratização a partir dessa ótica nos permitirá entendê-lo como uma disputa entre atores políticos democráticos e atores políticos tradicionais acerca da cultura política que irá prevalecer no interior de uma sociedade com instituições democráticas.

Neste sentido, a configuração das relações entre os diferentes sujeitos políticos presentes no âmbito dos espaços democráticos é fundamental para os rumos do processo de democratização nos diferentes contextos, e, portanto para a configuração da esfera pública, pois a interação entre os sujeitos oriundos da sociedade civil, participantes dos diferentes arranjos democráticos, bem como o reconhecimento destes entre si, enquanto sujeitos legítimos e fundamentais para o processo democrático, constituem-se fatores determinantes na tomada de decisões no âmbito do Estado Democrático de Direito, garantindo os rumos das ações para a coletividade.

Cabe ressaltar que não se trata do tamanho da esfera pública, mas sim da sua configuração e do caráter subalterno ou não da sociedade civil junto do Estado para a formação da mesma. Deste modo, consideramos necessário que as instituições participativas, imbuídas de um ideal autônomo frente ao Estado, (re) articuladas com as instituições representativas, podem contribuir para a (re) construção do fazer político-democrático, não como prática submissa ao Estado, mas imbuídas de uma nova dimensão⁴⁰. O Grupo de Estudos sobre a Construção

40 "A política, para Gramsci, é ato de criação e recriação da sociedade, expressão viva dos inúmeros movimentos sociais, momento privilegiado da formação de sujeitos livres e conscientes, ativos e associados, instrumento de elevação e de humanização das massas. (SEMERARO, 1999, p. 176).

Democrática (1999, p. 81) aponta que

Quem está no interior do Estado sempre possui uma posição privilegiada tanto para receber informações, quanto para se qualificar para o debate. Somando-se a isto, o funcionamento do Estado é presidido por um conjunto de prescrições jurídicas e burocráticas que oferecem obstáculos para a partilha do seu poder com a sociedade civil e para o pleno controle social sobre as ações estatais.

No âmbito da formação do Estado, embora este seja constituído de várias instâncias, podemos apontar o executivo responsável pela execução das ações nas diferentes áreas. Pressupõe-se que este se encontre numa posição em que o poder deve ser legitimamente concretizado por meio da efetivação das ações de interesse público, uma vez que as decisões devem ser tomadas pelas diferentes instâncias colegiadas soberanas de participação democráticas. No entanto, o que se observa, ainda são práticas de caráter autocráticas onde o governo acaba por se utilizar dos mecanismos de participação enquanto meros instrumentos próprios da burocracia estatal e define restritivamente as ações no âmbito das instâncias de pactuação dos governos. Há que se considerar como “[...] se sabe, entre democracia e burocracia há muito mais atrito, ruído e tensão que sintonia e integração. A democracia privilegia a autonomia e a liberdade, ao passo que a burocracia não vive sem ordem e obediência.” (NOGUEIRA, 2005, p. 43). É necessário refletir sobre os limites e possibilidades que são impostos aos espaços participativos, uma vez que primam por princípios democráticos e são, ao mesmo tempo, constituídos no âmbito de uma estrutura estatal burocraticamente estruturada, afim de não negligenciarmos os conflitos oriundos desta questão paradoxal. Neste sentido, é necessário o “reconhecimento de que a dinâmica institucional, normativa e procedimental própria dos sistemas políticos é tão importante quanto a dinâmica mais autônoma e 'espontânea' do social. (NOGUEIRA, 2005, p. 61).

É preciso considerar, portanto, que a garantia da autonomia na relação com o Estado e a ocupação efetiva dos espaços conquistados – de tal forma que se conquiste uma real partilha de poder entre Estado e sociedade civil – dependem, em grande parte, da capacidade dos atores sociais de transformar suas demandas em propostas políticas concretas. Propostas que necessitam estar apoiadas no interesse público para que sejam legítimas no espaço em que emergem. (TEIXEIRA, et al, 1999, p. 81)

Os sujeitos presentes no âmbito da sociedade civil são plurais e com visões de mundo múltiplas. Tais diferenciações possuem cunhos diversos e se expressam como determinantes no cotidiano das diferentes práticas democráticas representativas e participativas. Dentre as diferentes questões que influenciam nas

práticas democráticas, podemos citar a questão da acessibilidade à sociedade civil ao conteúdo presente no interior do Estado. É relevante que sejam acessíveis aos diferentes sujeitos presentes nas esferas de negociações democráticas as informações, os processos, bem como sejam compreensíveis os mecanismos de gestão adotados pelo Estado na execução das políticas públicas. Esta é uma necessidade à formação de novas culturas políticas em que os processos de comunicação entre Estado e sociedade sejam fortalecidos e a participação não seja vista como ineficiente quando os diferentes sujeitos sociais não dominarem os mecanismos da burocracia estatal. A burocracia deve ser apenas um instrumento em prol da democracia e não ao contrário, limitá-la. Consideramos, fundamentais os processos de capacitação técnica e política aos participantes de tais processos democráticos. “A qualificação técnica e política é, um desafio a ser enfrentado para que os atores sociais se encontrem eficazmente em ações junto ao Estado.” (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998, 1999, p. 81).

No âmbito das relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo de participação há uma disputa quanto ao modo do fazer político, que revela anseios dos mais diversos e trazem questões de interesse das distintas classes sociais da sociedade capitalista, constituindo-se, via de regra, um elemento que dificulta em diversos sentidos a efetivação de uma prática democrática emancipatória, em favor da autonomia dos cidadãos participantes, devido ao pacto de dominação vigente e às relações de hegemonia, que se constituem resultante do *modus vivendi* da sociedade capitalista.

Avritzer (1996, p. 140) nos aponta que “A transferência das estruturas do Estado Moderno e das técnicas modernas de dominação ocorre mais facilmente do que o aprendizado dos atores sociais das formas de ação no interior das estruturas políticas e econômicas criadas pela modernidade”.

Neste sentido, na contramão do processo de reestruturação das práticas de dominação Semeraro (1999, p. 157) nos aponta que a “[...] função decisiva das componentes ético-políticas e do processo de subjetivação leva Gramsci a valorizar a sociedade civil como o lugar da liberdade, da gestação de culturas e da formação de novos sujeitos políticos”, pois da passagem da dimensão individual para a dimensão pública e coletiva, o sujeito perpassa por um percurso de participação do

indivíduo ao ser social⁴¹ (SEMERARO, 1999). Coutinho (2005, p. 94) acrescenta que para Gramsci

[...] a luta por uma nova cultura (momento da luta para uma nova hegemonia) implica um esforço no sentido de 'depurar' o 'senso comum' e elevá-lo ao nível do 'bom senso', ou seja, a uma concepção do mundo mais organizada e sistemática que, liberta de anacronismos e mesclas bizarras, coloque-se à altura da modernidade e se converta em instrumento de uma práxis crítica.

Como nos aponta o próprio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, 11 “Uma filosofia da práxis⁴² só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou do mundo cultural existente).” (GRAMSCI, 2001 p. 101). Ainda complementa que

[...] a filosofia da práxis não busca manter os 'simples' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2001, p. 103).

Neste sentido, para Gramsci, por meio da filosofia da práxis, os segmentos organizados da sociedade poderão alcançar um momento de elevação ético e política onde participar não se torna apenas

[...] resultado dum efeito mecânico proveniente de estruturas objetivas, nem se identifica com alguma idéia predeterminada que dirige a história misteriosamente, mas é a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que as classes subalternas são capazes de construir quando se constituem em sujeitos conscientes e ativos. (SEMERARO, 1999, p. 155).

A elevação intelectual e cultural dos segmentos sociais organizados torna-se fundamental para que as classes subalternas possam olhar criticamente a realidade, e desta forma participar ativamente dos espaços democráticos representativos e participativos, tornando efetiva a arena de debates no âmbito da esfera pública. A atual configuração da democracia, em seu “processo de democratização”, expressa velhos e novos antagonismos e conflitos entre paradigmas, conceitos, visões e

41 “A passagem da estrutura à superestrutura, da necessidade à liberdade, para Gramsci é o momento no qual o indivíduo se transforma em ser social, no qual se produz o sentido unitário da sociedade e se forma o 'bloco histórico' que permite integrar dialeticamente as forças da esfera econômica com as expressões culturais e a participação política das massas excluídas”. (SEMERARO, 1999, p. 156).

42 Filosofia da práxis ou materialismo histórico-dialético. A filosofia da práxis, [...] não mutila a história, mas tende a reinterpretá-la a partir da divisão social, do conflito de classes, procurando compreender o processo contraditório de formação social e considerando, por isso, todas as perspectivas, numa visão abrangente da realidade. (SCHLESENER, 2007, p. 45).

utopias. Conforme nos aponta Nogueira (2005, p. 98) estamos “[...] em meio a um processo em que velho e novo se misturam.” Assim, podemos dizer que os diferentes espaços de participação no âmbito do Estado Democrático, mesclam características tradicionais e novas, ao passo que se fazem presentes no âmbito dos sistemas democráticos concomitantemente espaços de participação representativos e participativos. Nestes, os sujeitos envolvidos possuem diferentes concepções quanto à política e no que se refere mesmo à concepção de democracia. Assim, é evidente conforme nos aponta Teixeira (2001, p. 52)

A dicotomia estabelecida entre democracia representativa e participativa está presente no debate do poder local. Ora deprecia-se a validade dos mecanismos de representação e deixa-se de lado qualquer possibilidade de revisá-los ou aperfeiçoá-los, ora supervaloriza-se a participação dos diversos grupos sociais, inclusive a direta, sem espaços de articulação e mediação dos interesses envolvidos, levando ao paralelismo de ações e ao corporativismo. Não se percebem os mecanismos de participação como instrumentos de aprofundamento e controle da representação.

É, pois relevante considerar que em um projeto democrático tanto os espaços representativos e participativos teleologicamente trabalham a serviço do bem comum dos cidadãos. Assim, existe a dicotomia entre os princípios teleológicos a que se propõem tais espaços quando das relações culturais e políticas que estabelecem entre si, no âmbito da gramática democrática. Assim, a articulação e aproximação entre os espaços representativos e os participativos constituem-se necessárias mediante as demandas cotidianas das relações estabelecidas entre os mesmos.

É importante registrar que essa proposta de uma nova forma de governo baseada na articulação entre democracia representativa e democracia direta já faz parte do patrimônio teórico do movimento operário e socialista. Em 1919, combatendo o antiparlamentarismo dos bocheviques, o marxista austríaco Max Adler observava que, na ausência de formas políticas de representação de toda a sociedade, a democracia direta dos conselhos operários e camponeses terminaria por converter a representação meramente corporativa, incapaz de operar como ponto de partida para a direção geral e unitária do conjunto da sociedade. Por isso, tal como o 'centrista' kautsky e a 'esquerdista' Rosa Luxemburgo, ele propunha uma integração ente os parlamentos e os conselhos operários, considerando tal integração a forma institucional mais adequada à luta pelo socialismo e à sua construção. (COUTINHO, 2000, p. 33, 34).

Vemos que desde séculos anteriores há uma preocupação política sobre o fortalecimento das articulações entre a representação e a participação democráticas, como uma proposição para as negociações no âmbito da democracia. Desta forma, verifica-se o anseio por minimizar práticas corporativas e buscar formas conjuntas de tomada de decisão na direção geral da sociedade. Valorizam-se práticas de

negociação e de consenso hegemônicas em detrimento de critérios particularistas ou classistas no âmbito da esfera pública. Cria-se um espaço ampliado no qual sociedade civil e sociedade política travam negociações e consensos unificados, visando hegemonicamente a vontade geral da sociedade e restringindo consequentemente ações que coadunam com pactos paralelos e contingentes que não obtêm centralidade para a justiça e o bem estar de toda a sociedade. A democracia das massas é apontada por Coutinho (2000) como uma alternativa ao liberal corporativismo defendido e praticado pela burguesia contemporânea. Nesta concepção de democracia haveria “[...] uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base capaz de favorecer a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o.” (INGRAO, 1997 apud COUTINHO, 2000, p. 34).

Santos (2000, p. 270) tratando da necessidade de uma renovação da teoria democrática coloca que esta

[...] assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo político seja radicalmente redefinido e ampliado.

Verificamos algumas perspectivas e necessidades para a ampliação do espaço democrático, no campo cultural e político. Consideramos necessário que este possa ser, democratizado entre a sociedade civil, por meio da socialização da política e do poder. Desta forma a sociedade civil terá possibilidades mais concretas para elevar-se no sentido de hegemonicamente partilhar das bases do poder político na democracia, de modo a imprimir legitimidade aos interesses e direções propostos pelos diferentes sujeitos da sociedade definindo-se, contudo, os rumos do projeto democrático na contemporaneidade.

Convém pensarmos que uma nova cultura política convive em potencial nos espaços democráticos de participação da sociedade civil no âmbito da estrutura estatal, *lato sensu*. Conforme nos aponta Gramsci, a cultura subalterna⁴³ é heterogênia. Porém, se pensarmos que a democracia é um processo inacabável, inacabáveis são também os meios pelos quais a classe subalterna pode imbuir-se ético e moralmente e partilhar autonomamente do poder no âmbito do Estado.

43 De acordo com Yazbek (2006, p. 18) “A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações políticos-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.”

Disso posto, podemos dizer que as interfaces do projeto democrático da modernidade revelam que as diferentes perspectivas ideopolíticas inscritas na sociedade moderna constituem-se o substrato das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito da esfera pública. Assim, a cultura política e a participação nos diferentes espaços democráticos institucionalizados na contemporaneidade estão permeadas pelos diferentes interesses, valores e perspectivas que perpassam a lógica das relações sociais no âmbito da sociedade moderna.

CAPÍTULO 2

A ARTICULAÇÃO ENTRE PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. (FURTADO, 1980, p. 9).

Iniciamos este capítulo com uma breve reflexão travada por Amartya Sen no livro *Desenvolvimento como Liberdade*, a qual demonstra-se significativa pois traz para o debate, de modo crítico, a possibilidade de pensar a questão da liberdade, da democracia e dos direitos políticos como passíveis de ser interesse de toda a população. Corroborando a idéia de que a democracia é um 'valor universal' e, concomitantemente, desmistificando um discurso ideológico corrente na sociedade, de que pessoas em situação de pobreza não se importam com tais valores, dados paradoxalmente como universais para toda a humanidade na modernidade, verificamos a seguinte colocação Sen (2000, p. 178, 179)

Os pobres importam-se com democracia e direitos políticos? [...] A depreciação desses direitos e liberdades é sem dúvida parte do sistema de valores dos *líderes governamentais* de muitos países de Terceiro Mundo, mas considerá-la a opinião do povo é afirmar algo que não está provado.

Partimos do pressuposto de que tanto a satisfação das necessidades econômicas quanto a democracia e a conquista e usufruto das liberdades e dos direitos políticos são direitos de todos os cidadãos em sociedades democráticas. Portanto, não podem ser usurpadas no cotidiano das relações sociais, políticas, econômicas e culturais a nenhum grupo social. Para o desenvolvimento desta reflexão tomamos como parâmetro o poder local, seus dilemas, limites e particularidades, relacionando-o com o desenvolvimento. Consideramos que o poder local é uma esfera de decisões políticas, e, portanto um espaço concreto de materialização de questões para o desenvolvimento. Sen (2000, p. 337) conclui que o “[...] desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade.”

O processo de desenvolvimento, nesta perspectiva se processa pela conjugação dos mecanismos para uma livre e efetiva participação política, com a incorporação da participação popular, enquanto parte constitutiva de uma esfera pública democrática, que pensa o desenvolvimento com base em agendas públicas

amplas. Tais agendas são atentas aos processos de crescimento econômico e equidade, a partir de ações para a melhoria das condições de vida da população em seu conjunto. Essa questão impõe-nos concordar com o pensamento de Celso Furtado quando este dispõe que a rigor

[...] a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população, e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos a outros. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal como parte de um discurso ideológico. (FURTADO, 1980, p. 16).

As colocações tanto de Sen (2000), quando de Furtado (1980) nos levam a pensar que as questões da democracia, dos direitos políticos e do desenvolvimento estão diretamente imbricados na trama das relações que se estabelecem por determinações da estrutura produtiva capitalista e possuem necessariamente uma dimensão ideológica. Em suas concepções hegemônicas carregam suas ideologias, princípios e culturas, a fim de imprimir legitimidade às práticas sociais e políticas garantidoras da conservação da dominação de classe no capitalismo e velam as razões reais para desigualdades sociais e para a pobreza, inclusive política, na sociedade capitalista. “Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.” (FURTADO, 1980, p. 16). Paoli e Telles (2000, p. 119, 120) apontam que

[...] a crise social dos anos 90, na esteira dos processos de reestruturação produtiva e globalização da economia, vem colocando em pauta a importância de iniciativas públicas municipais no sentido da articulação entre economia e equidade, desenvolvimento e qualidade de vida – equações complicadas, que não se reduzem a maquinações de fórmulas econômicas e soluções técnicas, pois dependem de características sociais e econômicas locais, do leque de forças políticas presentes da trama conflituosa dos interesses envolvidos, de tal modo que soluções têm que ser construídas em fóruns democráticos que articulem atores sociais diversos em torno de uma negociação possível que abra alternativas de desenvolvimento local, criação de empregos e geração de renda (Telles, 1994).

Verificamos que tais elementos estruturais e conjunturais que cercam a dinâmica do capitalismo contemporâneo interferem diretamente no poder local e no desenvolvimento no âmbito das esferas públicas municipais, sendo estas um campo de negociação de alternativas frente à lógica de exclusão que impera na sociedade capitalista. Assim o “local” deve ser pensado, a partir destas determinações.

Cabe ressaltar que

A noção de 'local' contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se 'o local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância a uma certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns. (FISCHER, 1993, p. 10).

A discussão sobre o poder local compreende a questão das relações sociais que permeiam as articulações e as lutas de poder entre os grupos locais, num determinado espaço territorial. Haesbaert (2004, p. 1) coloca que

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Consideramos pertinente a discussão da associação das categorias poder e local frente ao desenvolvimento num determinado território, uma vez que este apresenta as conotações presentes no 'local' na sua dimensão material e simbólica, conforme a consideração de Haesbaert (2004), pois segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 16) o “[...] campo de ação das lutas democratizantes se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do 'desenvolvimento' e a erradicação de desigualdades sociais [...]”.

2.1 PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para a discussão sobre a articulação entre poder local e do desenvolvimento social faz-se necessário entendermos duas questões à partida.

A primeira, de quê no espaço local se expressam determinações no cotidiano de vida da população que advêm dos processos de mundialização do capital, pois a globalização impõe para as relações sociais, culturais, econômicas e políticas novos desenhos que as modificam, tanto em nível mundial como também nos espaços

locais. A segunda, de que o desenvolvimento social, a partir de um Estado democrático, notadamente com viés capitalista, não se limita numa reflexão de ações e alternativas arbitrárias ou ainda utópicas a serem implantadas numa determinada realidade, requer *a priori* uma dada análise da conjuntura em que se quer pensar o desenvolvimento, de seus elementos centrais às suas repercussões na configuração tanto do Estado quanto da sociedade civil frente às demandas da realidade local.

Refletir, portanto, sobre o poder local e desenvolvimento pressupõe olhar para uma dada realidade buscando entendê-la como uma totalidade a ser conhecida. É entender, de acordo com o que dispõe Fischer (1993) a dimensão espaço-territorial e ainda as dimensões abstratas e complexas das relações sociais existentes no contexto local e, pressupô-las como resultantes de um modo específico de pensar e de acontecer na sociedade, que resultam do processo de estruturação social capitalista. Ainda, segundo Haesbaert (2006, p. 121) “[...] território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.”

Podemos dizer que são características do espaço-territorial local situações e acontecimentos históricos, características sócio-políticas e culturais locais, entre outras manifestações que expressam as particularidades de um local, de um povo, de uma comunidade e de sua relação com os espaços institucionalizados que compõem o Estado. Santos (2000, p. 111) coloca que quanto “[...] mais global for o problema, mais locais e mais multiplamente locais devem ser as soluções.”

Segundo Fischer (1993, p. 10, 11)

[...] invariavelmente a análise do 'local' remete ao estudo do poder enquanto relações de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e a formação de identidades e práticas políticas específicas.

Tomar como ponto de partida para uma pesquisa o 'local' e nele discutir o 'poder local institucionalizado' significa analisar como que (Estado e sociedade civil), questão esta já discutida anteriormente, se encontram e se interrelacionam nos diferentes espaços de participação institucionalizados e ainda compreender como realizam as discussões, negociações e consensos travados na arena política. Desta forma, convém reportarmos ao entendimento de Haesbaert (2006) sobre o conceito

de “lugar” que segundo este traduz “todo um contexto social de interação e significado.” (HAESBART, 2006, p. 139). Assim, a discussão do poder local remete ao entendimento do poder interpretado na sua interação com um determinado local, neste caso a esfera municipal, e ainda pressupõe a discussão da correlação de forças estabelecidas no âmbito das relações democráticas dadas a partir dos diferentes interesses em jogo na arena política. Nesta o

[...] exercício do poder ocorre pela articulação das funções da sociedade política e da sociedade civil: à primeira, corresponde o 'domínio direto' ou o comando; à segunda, a função de direção da sociedade pela formação e conservação do consenso, viabilizando a legitimação do poder. (SCHLESENER, 2007, p. 29).

Neste sentido, os segmentos organizados da sociedade civil podem participar na definição das ações para o desenvolvimento, estando ativamente relacionados ao processo de tomada de decisão no interior do Estado, sendo também em última instância beneficiários dos serviços estatais prestados por meio das políticas públicas.

Tal entendimento acerca das questões que permeiam o poder local nos reporta à conceituação de poder em alguns autores⁴⁴ que fornecem subsídios para nossa compreensão. Sánchez Vázquez (2001, p. 35) aponta que “O poder é uma particular relação entre os homens [...] na qual os termos dela ocupam uma posição desigual ou assimétrica.” São relações na qual um subordina, e os outros são dominados, subordinados.” Aranha e Martins (1993, p. 180) discutem o poder como uma

[..] capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. Portanto, o poder supõe dois pólos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido. Portanto, o poder é uma relação, ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.

Ainda sobre o poder Fischer (1993, p. 12) destaca que

O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidade de ação. (FISCHER, 1993, p. 12).

Verificamos que o poder, portanto é parte constitutiva do jogo das relações sociais no âmbito da sociedade. Assim, possui expressões tanto no âmbito da sociedade civil como no Estado norteando as relações entre estes no âmbito dos

44 Sánchez Vázquez (2001), Aranha e Martins (1993).

espaços de participação do poder local institucionalizado. Segundo Aggio (1998, p. 65)

No 'Estado Simbólico Moderno', o poder não é mais explícito, ninguém é obviamente proprietário e os papéis sociais presentes são de cidadãos, de representantes e de governos eleitos; a estrutura social é mais complexa e o conflito de classe social é mediado por um Estado regulador e fornecedor de serviço.

Numa perspectiva gramsciana o exercício do poder através do Estado não se dá descolado das relações sociais e políticas da sociedade, uma vez que a sociedade política e a sociedade civil formam a estrutura estatal e no espaço local constituem o poder local institucionalizado.

Verificamos que discutir as relações do poder local na contemporaneidade, constitui-se analisar a magnitude das relações democráticas sob a égide do capitalismo e de suas ideologias, pois atualmente o poder local “[...] passou a ser visto como espaço de gestão político-administrativo e não como simples sede das elites (econômicas, sociais e políticas). Mudanças na conjuntura política e no cenário econômico explicam tais alterações.” (GOHN, 2005b, p. 27).

O “poder local” torna-se, portanto um complexo conjunto de relações que permitem um encontro entre a hegemonia e a contra-hegemonia propondo que um campo aberto, de interesses, anseios e valores, seja construído na sociedade, a partir das relações abstratas e do espaço-territorial. Desta forma, o poder local torna-se espaço de co-existência e de cisão entre hegemonia e contra-hegemonia. Tal consideração nos leva a perceber que o Estado é, sobremaneira, fundamental para recompor a sociedade moderna, ético e politicamente, permitindo a reconstituição da totalidade cindida, como nos aponta Gramsci⁴⁵, quando da análise sobre a sociedade capitalista em sua divisão de classes.

Consideramos que no âmbito do poder local institucionalizado as práticas democráticas que articulam a relação entre Estado e sociedade civil, podem reproblematicar a hegemonia, como um caminho possível, a fim de se chegar a um objetivo coletivo, consensuado, cristalizado em alternativas e ações para o desenvolvimento societário. Conforme nos aponta Gohn (2005b) o poder local passa por uma resignificação no século XXI.

É na esfera pública local – mais especificadamente, do poder local – que

45 Nogueira (1999, p. 81) coloca que “Gramsci diria que os sujeitos sociais se candidatam à dominação e à hegemonia na medida em que 'se tornam Estado'. Sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção: sem Estado não pode haver hegemonia.”

estão sendo construídas novas formas de fazer política e surgindo novos modelos de gestão pública, da mesma forma que, em passado recente, experiências desenvolvidas no seio da sociedade civil, a partir dos mecanismos sociais, fundadas na esperança, na crença em um novo devir, na utopia, construíram novos caminhos para a transição política brasileira, do autoritarismo à redemocratização. (GOHN, 2005b, p. 26).

Gohn (2005a) registra diferentes formas na atualidade de ações em rede, entre outros projetos que dão base para novos modelos de atuação frente às demandas da realidade, tanto no âmbito do poder público, quanto no âmbito de outros espaços, coletivo-sociais, presentes no âmbito dos segmentos organizados da sociedade civil. No entanto, nesta pesquisa, apesar de não negligenciarmos a importância dos movimentos sociais, do associativismo, das Ongs, entre outros mecanismos de participação social no âmbito do poder local, focalizamos a atenção para as expressões e determinações da participação no âmbito do poder local institucionalizado, uma vez que, consideramos que a via do Estado, não se esgotou e que por meio dela a hegemonia torna-se legítima social e politicamente. O Estado, neste sentido, diferente de ser extinto ou relegado pela sociedade civil, necessita, de uma “reforma” para atender às demandas impostas por esta. Uma reforma que não arbitrária ou ainda submissa às classes dominantes, mas àquela proposta por Gramsci. Uma reforma de caráter intelectual, moral e ético, garantidora de uma nova ordem, subversiva ao capitalismo.

Registre-se também que é na esfera do local que se apresentam muitas novidades na atualidade, tanto na área política da gestão pública, com os processos de descentralização e inovações de várias ordens, como na área do social, com o surgimento de inúmeras novas formas de associativismo atuando em redes, com projetos pioneiros e criativos realizando trabalhos em parcerias com vários atores sociais, inclusive com o poder público. (GOHN, 2005b, p. 26).

Mediante as considerações realizadas até o presente momento podemos dizer que, na contemporaneidade, o poder local pode ser entendido como um espaço dialético e dialógico entre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade civil na esfera local e que se incorporam na sociedade política, determinando hegemonicamente as definições no âmbito da esfera pública na sociedade moderna. Assim, o poder local é permeado por conflitos e entendimentos entre dominantes e dominados, capitalistas e trabalhadores, oriundos do conjunto das relações sociais abstratas e ou concretas, existentes num determinado contexto específico – o local, sendo que no âmbito deste o poder local institucionalizado materializa na esfera municipal as relações entre Estado e sociedade civil.

Neste sentido, realizamos a discussão sobre as relações do poder local institucionalizado frente às perspectivas de desenvolvimento, compreendendo este como elemento fundamental às condições de vida do homem em sociedade, e ainda considerando que seu “[...] substrato é o processo de invenção cultural.” (FURTADO, 1980, p. 9).

No que se refere ao desenvolvimento, nos referenciamos nas concepções de Celso Furtado, o qual discute esta temática partindo do pressuposto básico de que é necessário homogeneizar a sociedade, distribuindo os benefícios desse crescimento. As riquezas socialmente produzidas devem ser distribuídas entre a população, através do acesso aos ativos sociais. Ativos são: capital físico, terra, educação, ativos financeiros. (KERSTENETZKI, 2002).

Furtado (1980) em suas análises críticas sobre o desenvolvimento na sociedade capitalista moderna, coloca que o desenvolvimento, numa visão global, comporta três correntes, a saber: A primeira relacionada à busca progressiva pelo racional; a segunda voltada à acumulação de riqueza e a terceira assentada no entendimento da Europa como uma forma superior de civilização, considerando os demais povos como “retardados” no processo de desenvolvimento. Daí a crítica de Celso Furtado à referência “países em desenvolvimento”, pois, em sua visão tal colocação pressupõe uma trajetória linear em direção a um paradigma de desenvolvimento, que *a priori* já teria se estabelecido – o europeu. Em síntese, podemos dizer, que tais correntes do desenvolvimento global citadas por Furtado (1980) pressupõem que o eixo estruturante do desenvolvimento na sociedade moderna, constitui-se de uma valorização da produção e uso da técnica, atrelados aos modelos de desenvolvimento capitalistas, já estruturados na Europa.

O conhecimento humano centrou-se hegemonicamente na produção de tecnologia em favor do desenvolvimento constante do sistema capitalista. Neste sentido, a técnica, tornou-se um instrumento essencial a serviço do regime de acumulação do capital. Destarte, a criação humana, em boa medida, tornou-se estruturalmente instrumentalizada pelo capitalismo, sendo a fonte de criação para os instrumentais postos historicamente a seu serviço, uma vez que o uso do conhecimento tecnológico é *mister* ao desenvolvimento e ao aprimoramento constante dos modelos de produção e gestão do sistema de produção capitalista. Tal questão garante maior e melhor lucratividade à classe dominante, agravando por consequência as condições de vida daqueles que não usufruem da riqueza

socialmente construída.

Conforme nos aponta Furtado (1980) no processo de acumulação se distinguem dois eixos fundamentais. São eles: a) o desenvolvimento das forças produtivas, b) a acumulação fora do sistema de produção.

Furtado (1980, p. 54) explica que enquanto

[...] a acumulação do primeiro tipo é instrumental, a do segundo concerne diretamente aos fins que se propõe a coletividade. Desta forma, os dois eixos da acumulação são qualitativamente distintos: o primeiro é expressão do esforço criador do homem para alcançar um comportamento mais racional com respeito a fins preestabelecidos, ao passo que o segundo traduz a atividade criadora aplicada aos fins da vida social considerados em si mesmos.

Podemos dizer que o processo de desenvolvimento no capitalismo depende dos rumos do processo acumulativo, que perpassa o campo da produção, no âmbito do primeiro eixo, e da divisão da riqueza socialmente construída, no segundo. Significa dizer que a humanidade produz! Restando-nos saber: o que fazer com a produção humana? A acumulação, neste caso, pode tomar o rumo do aumento do excedente ou ser utilizada para o bem estar coletivo. A decisão corre por conta da sociedade em geral. Os fins que se propõem a sociedade e a definição de seu projeto societário são permanentes desafios culturais da humanidade.

No âmbito do desenvolvimento, a criação humana desenvolveu-se subordinada à ordem burguesa, portanto ciência e técnica, conforme nos apontou Luiz (2005) estiveram a serviço da tecnologia e do capital, ou seja, o desenvolvimento esteve subordinado à ordem capitalista burguesa, hegemonicamente estabelecida na sociedade moderna. Assim, verificamos que coube ao jogo complexo da história da sociedade moderna capitalista, construir as possibilidades e limites para a proposta da modernidade. Assim, a gramática histórica movimenta cotidianamente tal projeto, sendo os pactos societários fundamentais para seu avanço e ou retrocesso. Consideramos que a hegemonia burguesa delineou seus caminhos em meio a este projeto, porém novos caminhos já foram e ainda podem ser trilhados; novas possibilidades podem ser exploradas em meio ao projeto moderno, tanto no que se refere às relações de poder, quanto à forma de acumulação no âmbito dos modelos de desenvolvimento. Portanto, pressupõe-se que longe de ser esgotado, o projeto da modernidade foi parcialmente realizado, e, portanto, conservando seus valores centrais, pode ser base para novas formas de viver e de construir a ordem societária na contemporaneidade.

Com efeito, do modo de produção e acumulação capitalista na sociedade moderna, os problemas sociais tornaram-se objeto de atenção do interesse público e sendo problematizados e discutidos no âmbito da esfera pública. Uma vez problematizados socialmente, tornam-se questões sociais que impõem ao Estado e a sociedade civil, novas relações e novas formas de gestão para seu enfrentamento.

A satisfação das necessidades mais essenciais para sobrevivência humana, deve ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento da sociedade, e é no Estado que encontra a direção dos meios mais adequados para tal satisfação, devendo ser o próprio Estado, na sua relação com a sociedade civil, quem deve construir meios para suprir as demandas da contemporaneidade.

Há que se compreender que o desenvolvimento pensado sem consideração às particularidades sócio-culturais de cada local e ou região⁴⁶ incorre em modelos de desenvolvimento que primam por garantir a acumulação econômica pautados numa dimensão macroeconômica, garantindo apenas “*progresso*” no conjunto da sociedade, em detrimento das garantias necessárias à promoção de condições equânimes de desenvolvimento para todos os locais, regiões e ou camadas sociais. Ainda sobre o desenvolvimento Furtado (1980, p. 9) coloca que as “[...] sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações.”

O homem, atuando individual ou coletivamente, é um agente ativo: seu comportamento inclui um elemento de intencionalidade que pode ser determinante. Poder romper com o passado é exatamente sua especificidade. É porque o homem é um agente criador que no desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas. (FURTADO, 1980, p. 43).

“A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto na transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida.” (FURTADO, 1980, p. 23). Portanto, as relações de produção interferem diretamente na magnitude das relações entre Estado e sociedade civil, interferindo por consequência nas perspectivas de desenvolvimento, adotadas historicamente na sociedade capitalista.

O desenvolvimento na perspectiva do local pressupõe analisar as diferentes implicações desta opção. Há que se avistar as perspectivas de desenvolvimento

46 Convém apontar o conceito de Haesbaert (2006) para iluminar a discussão. A região “[...] deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/pelo espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre, podendo ser, assim, um tipo de território.” (HAESBAERT, 2006, p. 136).

condizentes às dinâmicas sociais, políticas e culturais que se apresentam interativamente no espaço local. Entendemos que o local possui em, sua dinâmica, determinantes do “global” e que estes são partes de uma mesma teia de princípios hegemônicos e contra-hegemônicos, dispostos no âmago das relações sociais contemporâneas. Conforme nos aponta Teixeira (2001, p. 50)

A ênfase demasiada no local tem se constituído, inclusive, um suporte para políticas neoliberais de desoneração do Estado central, transferindo-se determinadas funções para o nível local como passo para a privatização, num processo perverso de descentralização e neolocalismo, na expressão de Melo (1993a), traduzido na competição por investimentos entre municípios e na fragmentação das identidades. Pode significar também uma estratégia de elites tradicionais que controlam o poder local, realimentando o clientelismo.

Também precisamos entender que o desenvolvimento local pressupõe a participação da sociedade civil. Porém tal participação da sociedade na gestão pode ser uma conquista da população pelo controle social da gestão pública, ou ainda, um meio pelo qual o Estado se desonera de suas obrigações transferindo responsabilidades a esta. Assim a questão da participação da sociedade civil nos espaços do poder local institucionalizado frente às perspectivas para o desenvolvimento, possui como fator de risco, uma intenção restritiva da prática democrática, intento neoliberal, que é o de, sob o discurso da parceria entre Estado e sociedade, tornar responsável a sociedade civil por demandas às quais o próprio Estado deve suprir.

O processo de democratização, neste sentido, tem sofrido com os determinantes inerentes à dinâmica de reestruturação produtiva do sistema capitalista, concretizada pela lógica neoliberal, tem se prevalecido apropriando-se do discurso da participação da sociedade civil e utilizando-a em seu favor.

Como nos aponta Teixeira (2001, p. 51) quanto aos estudos sobre o 'local'

Essa visão, muito encontrada nas ONGs, inclina ao estudo das lógicas internas dos movimentos e associações, sua articulação, a construção de suas identidades e alternativas ou atendimentos de suas carências, desconsiderando as relações com o poder estruturado no Estado e suas instituições, o que engendra uma ação coletiva de cunho sobretudo comunitarista⁴⁷.

47 Discutimos o poder local a partir da relação entre Estado e sociedade civil por entender que “No enfoque 'catastrofista' supervalorizam-se o 'comunitário' o local, os agentes sociais, as pequenas lutas, as soluções e alternativas ao poder estabelecido, sem consideração pelos condicionantes estruturais, numa visão que Kowarick (1994b) chama de 'anarco-catacumbista', muito presente em grande parte das formulações das ONGs e de grupos religiosos. Segundo esse autor, trata-se de uma visão que alimenta o discurso da inexorável ineficiência do Estado e, consequentemente, da adoção de política de privatização, ainda que sob o eufemismo 'comunitário'.”(TEIXEIRA, 2001, p. 51).

A dinamização tanto na área econômica quanto social, constroem demandas ao desenvolvimento local. Tais demandas tornam-se, por consequência, pontos nevrálgicos a serem discutidos pelo poder local. A primazia das ações do Estado é condição *sine qua non* para a gestão do desenvolvimento local. Entretanto descobrir os meios mais adequados para que o desenvolvimento aconteça é a tarefa de uma sociedade, ética, política e culturalmente preparada para tanto. O campo das relações entre Estado e sociedade civil torna-se fecundo no espaço local para se pensar o desenvolvimento municipal sob esta perspectiva.

Franco (1999, p. 180) coloca que

A diversidade do país e as experiências exitosas em desenvolvimento local exigem um novo modelo de gestão integrada de políticas públicas de forma articulada entre as diversas instâncias e áreas de governo. Sustenta-se que é necessário ampliar as experiências de desenvolvimento local, implementando mecanismos de gestão integrada de políticas públicas em apoio ao desenvolvimento local.

Tal colocação de Augusto de Franco nos remete à reflexão de quão é importante às relações entre as diferentes instâncias democráticas, reforçando o pensamento de Dagnino (2002) já mencionado, de que as diferentes instâncias da esfera pública não podem configurar-se como ilhas, sem comunicação entre si e com o restante do aparato estatal.

Como nos aponta Franco (1999) e a Gohn (2005a) faz-se necessário que as diferentes políticas trabalhem de modo articulado, e que ainda, antes mesmo da execução, o planejamento e as discussões sobre as decisões sejam realizados articuladamente entre Estado e sociedade civil, de modo que todas as esferas de participação democrática possam dialogar reciprocamente, reafirmando-se à perspectiva de articulação entre as diferentes instâncias de participação democrática, sobretudo entre os espaços inerentes à democracia representativa com os espaços da democracia participativa, conforme citamos anteriormente. Tal intenção fomenta a articulação entre os diferentes setores da sociedade política, favorecendo a construção de uma nova hegemonia, alcançada pela via do consenso, conforme nos aponta Gramsci. Concorre para isso o fortalecimento da esfera pública municipal.

Partindo da concepção gramsciana, podemos dizer que há que se construir no processo uma nova cultura política norteadora das ações no âmbito da esfera pública local, incluindo o sentido do espaço-territorial e o sentido abstrato das

relações sociais. A garantia de uma gestão local de caráter efetivamente democrático, do ponto de vista da articulação entre os diferentes sujeitos presentes na esfera local no âmbito do poder local institucionalizado, nos aponta, de acordo com as proposições gramscianas, novos consensos hegemônicos, mais compromissados com valores éticos e morais em prol da coletividade em detrimento de consensos de dominação de um para com o outro.

Percebemos que a base institucional democrática no país vem se alicerçando nos diferentes níveis de governo, no entanto traz consigo carências de algo que, novo historicamente, está ainda se configurando e conquistando seus espaços de poder de decisão, entretanto sob as conseqüências de um Estado Liberal Democrático, notadamente subordinado a uma tendência hegemônica de garantia de direitos, em detrimento da materialização dos direitos conquistados.

Embora existam experiências consolidadas de gestão local democrática no país, este processo não é homogêneo nacionalmente. A afirmação das instâncias de participação democrática, enquanto esferas deliberativas e soberanas da gestão pública demandam não só garantias legais, como a “previsão na Constituição Federal”, mas, sobretudo a afirmação de uma nova cultura política institucional, capacidade técnica administrativa e ainda capacidade fiscal, para que, efetivamente se processem sejam efetivadas em todos os níveis de governo as democracias participativas no âmbito das políticas públicas sociais.

Neste sentido, podemos dizer que o processo de democratização da política é prenhe de possibilidades que podem levar, dentre outras conquistas, ao avanço da sociedade moderna no que se refere ao estabelecimento de meios mais concretos à população de participar da vida política e de usufruir do poder social e politicamente instituído, podendo participar ativamente do processo de decisão quanto aos assuntos de interesse público. É através do fortalecimento da esfera pública local como resultado da socialização da política que o desenvolvimento poderá ser pensado pelo poder local institucionalizado nas áreas em que forem de sua competência. Assim as decisões, o planejamento e a execução de ações das políticas sociais pelo poder público municipal, numa relação democrática participativa com os conselhos gestores de políticas públicas na área social, podem garantir ao município ações que impactem na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento municipal em seu conjunto.

2.2. A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL.

No Brasil as classes dominantes construíram historicamente os meios para a sua hegemonia, sendo a resistência uma constante própria das classes populares frente aos mesmos. Neste movimento societário de dominação e resistência se inscrevem as políticas sociais, enquanto resultantes da luta de classes, pois a área social esteve sempre atrelada às ações de controle das classes dominantes junto da população nos diferentes níveis de governo. Neste âmbito, a questão social se revela como objeto de atenção das diferentes políticas públicas no país.

Conforme nos aponta Vieira (1992, p. 98) a “[...] política social expressa e carrega encargos do Estado, materializados em serviços e em atividades de natureza pública e geral, encargos estes também voltado à reprodução da força de trabalho de que o capitalismo não pode prescindir.” Estas são gestionadas através das diretrizes do processo de descentralização político-administrativo, que tem por base o princípio da municipalização das ações.

Neste viés de interpretação da política social Vieira (1992) acrescenta que as políticas sociais estão amparadas nas relações sociais no âmbito do sistema de produção.

A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma [...] é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. (VIEIRA, 1992, p. 21, 22).

Assim, as políticas sociais são resultados das lutas que se processam na sociedade entre as classes sociais, que historicamente influenciam direta e indiretamente nas ações e posturas estatais frente à realidade econômica e social, tornando-se meio de luta por direitos sociais, historicamente conquistados pela população, sobretudo da população trabalhadora.

Vieira (1992, p. 23) complementa

Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento.

Tais lutas são travadas entre as classes sociais e institucionalizam-se na contemporaneidade por meio dos mecanismos de participação democrática, seja

pela via da representação ou participação direta, nos diferentes níveis de governo.

Com a descentralização das políticas públicas a partir da constituição de 1988 ocorreram transferências de responsabilidades dos poderes centrais para os estados e municípios. Arretche (2000, p. 48) coloca que “Nestes anos 90, o governo federal vem delegando aos Estados e municípios grande parte das funções de gestão das políticas de saúde, habitação, saneamento básico e assistência social.” Além destas políticas citadas por Arretche (2000) a política de educação, do trabalho e mais recentemente sobre a política urbana, também passaram pelo processo de descentralização político administrativo e fiscal de sua gestão.

Inscritos nesse processo as esferas municipais passam cotidianamente pelo desafio de manterem-se de acordo com as normativas legais quanto ao cumprimento dos critérios exigidos para a descentralização político, administrativo e fiscal, a fim de tornar efetivamente municipalizada a gestão das referidas políticas, pois cabe ressaltar que a descentralização não é um processo igualmente estabelecido para todas as políticas. As diferentes políticas sociais passam por processos particulares que se diferenciam historicamente e sua gestão diferencia-se de acordo com as características de cada política, bem como da realidade conjuntural político e economicamente em que o processo vai se consolidando em meio ao jogo de interesses estabelecidos politicamente na sociedade. Assim, o processo de descentralização ocorre em graus diferenciados. Os graus estão relacionados tanto aos níveis de riqueza econômica, quanto à participação política, e ainda à capacidade fiscal dos governos. (ARRETCHÉ, 2000). Ainda de acordo com Arretche (2000) poderiam ser vários os determinantes para o processo de descentralização das políticas sociais. A autora aponta

[...] *fatores de tipo estrutural*, sejam eles de natureza econômica ou de natureza político administrativa; [...] *fatores de tipo institucional*; ou ainda [...] *fatores ligados à ação política*, quer estes envolvam as relações entre os três níveis de governo ou as relações entre Estado e Sociedade. (ARRETCHÉ, 2000, p. 28).

O processo de descentralização das políticas sociais é um campo inesgotável de investigação, porém nesta ocasião não é nossa pretensão aprofundar a discussão sobre este assunto. No entanto, é de fundamental importância o entendimento de que os determinantes para este processo de acordo com Arretche (2000) são fatores estruturais, institucionais e ainda fatores da ação política.

Cabe ressaltar que o processo de descentralização político-administrativo

possui uma dupla interpretação. Como coloca Lesbaupin (2000 p. 46) em “[...] outras palavras a descentralização tanto pode significar maior participação, mais cidadania, ampliação do processo democrático, como pode restringir a democracia.”

Lesbaupin (2000 p. 46) acrescenta que

Há, em curso, um processo de descentralização e de valorização dos governos locais. É certo que o incentivo à descentralização faz parte do intento neoliberal de desonerar o governo central (tanto no Brasil como nos demais países envolvidos nesse projeto). O governo centraliza recursos, mas se descarrega de responsabilidades e as distribui, tanto a governos estaduais como a governos municipais e, inclusive, ONGs.

Sobre a gestão das políticas sociais Arretche (2000, p. 47) aponta que em

[...] Estados federativos, Estados e municípios – porque dotados de autonomia política e fiscal – assumem funções de gestão de políticas públicas ou por própria iniciativa, ou por adesão a algum programa proposto por outro nível mais abrangente de governo, ou ainda por expressa imposição constitucional.

É relevante ressaltar que independentemente da forma com que a descentralização seja efetuada, seja por iniciativa, adesão e ou imposição, é fundamental pensar sobre a sustentabilidade da gestão descentralizada tendo em vista a relação desta com o desenvolvimento municipal.

No que se refere aos municípios, a descentralização impacta direto e indiretamente na forma de proceder ao planejamento, a execução, bem como o controle social da referida política, uma vez que impõe novos esforços ao desenvolvimento para a prestação dos serviços públicos à população local.

A descentralização das políticas sociais pode oferecer maior abertura à população nas decisões quanto ao direcionamento dos recursos e serviços, o que efetiva o princípio da autonomia do município enquanto ente federado, mas também demanda atenção especial na captação e direcionamento de recursos, o que torna mais complexa a sua gestão.

Verificamos que do ponto de vista político-institucional, a descentralização das políticas sociais torna-se campo fértil para o favorecimento de meios para uma gestão democrática participativa, no entanto do ponto de vista administrativo e fiscal, a descentralização torna-se preñe de contradições devido ao complexo jogo federativo de manipulação de recursos e obrigações.

Podemos dizer que as esferas municipais constituem-se espaços privilegiados para a execução das ações, uma vez que se encontram próximas às demandas locais, portanto atuam frente a frente com as expressões da questão

social que se apresentam para o Estado e para a sociedade. No entanto, embora as ações sejam descentralizadas e o município constitua-se como ente federado, portanto autônomo para a proposição e execução de políticas, o fator financeiro acaba por tornar-se um entrave para a efetivação das ações nas esferas locais.

Conforme nos aponta Arretche (2000, p. 48)

[...] a adesão dos governos locais à transferência de atribuições depende diretamente de um cálculo no qual são considerados, de um lado, os custos e benefícios derivados da decisão de assumir a gestão de uma dada política e, de outro, os próprios recursos fiscais e administrativos com os quais cada administração conta para desempenhar tal tarefa. (itálicos no original).

O processo de descentralização das políticas sociais torna-se um ponto nevrálgico para a questão da gestão democrática participativa, uma vez que em sua magnitude compõe-se contraditoriamente de limites e possibilidades para a concretização desta proposta.

Podemos dizer que a gramática da gestão das políticas sociais está assentada, sobremaneira, no processo de descentralização. E que tal processo concretiza, nesta mesma ordem, os desafios da gestão democrática participativa. Portanto, compreender as relações que perpassam o processo de descentralização das políticas públicas locais, bem como a sua relevância para o desenvolvimento municipal é um imperativo para a conquista de melhores e mais eficazes meios de articulação entre Estado e sociedade civil, para a efetividade do caráter democrático e participativo das políticas sociais na esfera pública local, na definição de ações e alternativas para o desenvolvimento municipal.

Como coloca Moura (1998) apud Lesbaupin (2001, p. 47) apesar “[...] dessa advertência, as reformas descentralizadoras podem também assumir um potencial democratizador e abrir possibilidades de construção de alternativas de desenvolvimento local.”

Na medida em que as políticas sociais foram sendo descentralizadas no país, tornaram-se cada vez mais responsabilidades dos governos municipais a gestão das referidas políticas e neste sentido o direcionamento de suas ações frente às realidades nas esferas locais. Tal realidade permitiu que ao gerir as referidas políticas as suas ações possam ser planejadas e executadas considerando, sobremaneira o contexto local em suas particularidades. Podemos dizer que as políticas sociais adquiram papel importante no país no que se refere à potencial contribuição que estas podem ter ao relacionarem-se com a dinâmica do processo

de desenvolvimento municipais. Outrora, centralizadas sua relação com o desenvolvimento local, considerando as esferas municipais, suas ações eram deslocadas, sobremaneira da conjuntura econômica, social, política e cultural que cercam a dinâmica do “local”, entretanto a municipalização permite ao poder local institucionalizado nas esferas municipais, flexibilidade e autonomia na definição de ações. Desta forma, elementos concernentes à dinâmica do desenvolvimento municipal podem ser considerados quando da definição das ações nas diferentes políticas públicas na área social.

O poder local institucionalizado tem como desafio planejar e definir ações na área das políticas sociais que possam contribuir com a dinâmica do desenvolvimento municipal em seu conjunto. Tornando-se, desta forma, efetiva a relação entre políticas sociais e o desenvolvimento municipal. Concorre para tanto o compromisso do poder local institucionalizado em procurar definir ações que conjuguem com tal pressuposto. O de entender que na esfera municipal as ações das políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento local, pois conforme nos apontou Furtado (1992) para haver desenvolvimento é preciso que haja homogeneização entre as classes sociais. Este processo torna-se possível na contemporaneidade por meio do acesso da população aos ativos sociais, conforme já apontamos anteriormente.

A articulação entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado constitui-se uma necessidade na intenção de efetivamente gerenciar democrático e participativamente as políticas sociais no âmbito da esfera pública municipal, de modo que o consenso possa ser fruto de uma discussão horizontal entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado e não um pacto de dominação em que prevalece a opinião dos espaços hegemônicos da sociedade política municipal.

O sistema descentralizado e participativo contribuiu para a dimensão do “local” em sentido relacional, político e territorial. A discussão de interesse público, quando no “local” pode obter maior concretude, no sentido de haver melhor dimensionamento das questões sociais considerando-se as relações políticas, o sistema econômico e a realidade social enquanto realidades complementares de uma mesma trama de relações cristalizadas no âmbito de um espaço político-territorial. Tal compreensão permite aos sujeitos envolvidos na gestão democrática e participativa, melhores condições para a tomada de decisão, uma vez que as relações sociais da sociedade capitalista tornam-se particularizados no espaço local

e que as políticas sociais, em sendo descentralizadas abrem a possibilidade para um planejamento estratégico do ponto de vista das demandas locais.

O município, visto enquanto um espaço fértil para o fortalecimento da democracia, pode promover a socialização da política e o desenvolvimento social. As ações do poder local institucionalizado na área social podem ser consideradas como desafios em movimento para as esferas municipais a fim de contribuir com a dinâmica do desenvolvimento local, uma vez que o espaço local possui a dimensão das relações sociais impressas em um espaço-territorial delimitado, que possui suas particularidades e materializa-se enquanto problemas de um “lugar” e não simplesmente enquanto questões genérico-simbólicas da sociedade em geral. Assim, o fortalecimento da esfera pública municipal a partir da participação de sujeitos coletivos da sociedade civil no âmbito dos espaços do poder local institucionalizado, abrem possibilidades para uma gestão democrática e conquanto podem contribuir para as decisões no âmbito das ações das políticas sociais descentralizadas, questões estas fundamentais ao desenvolvimento municipal, em seu conjunto, uma vez que a execução de ações na área social é uma das atribuições do poder público municipal, e por isso tanto Estado quanto sociedade civil local têm esse compromisso no âmbito da esfera pública.

Os sujeitos presentes no espaço local podem e devem participar das negociações, discussões e decisões do poder público através dos espaços de participação direta que se abriram na gestão político-administrativa das políticas sociais, a fim de contribuir com suas perspectivas de desenvolvimento atuando efetivamente no âmbito da esfera pública local.

Não há de se negar as diferenças de natureza e magnitude, no que se refere a origem, composição, legalidade, constituição e atribuições de cada um dos diferentes espaços do poder local institucionalizado, no entanto, são convergentes teleologicamente os fins éticos a que tais espaços se propõem, o de traçar os rumos hegemônicos para a sociedade, bem como para seu desenvolvimento. Ressaltamos que o modo pelo qual se processa a tomada de decisão define em boa medida os rumos do 'local'. Assim, a luta pela garantia e efetivação dos direitos sociais faz-se, na contemporaneidade, uma “luta necessária”, pois Estado e sociedade civil têm parcela de contribuição no que se refere à desigualdade real e efetiva existente entre a população.

Compreendemos que as relações democráticas participativas estão

intimamente relacionadas e determinadas pelo processo de descentralização das políticas públicas no país, portanto estão condicionadas, sobremaneira, aos critérios estabelecidos pelas políticas, à burocracia imposta para a efetivação das ações e ainda à questão do financiamento das diferentes políticas para os diferentes níveis de governo, entre outras questões que impactam diretamente sobre o cotidiano das relações entre Estado e Sociedade, das quais destacamos a questão da cultura, conforme já mencionamos em tópicos anteriores. Tais questões expressam-se cristalizadas no âmbito das esferas de participação do poder local institucionalizado e acabam por determinar a configuração da esfera pública municipal. Cabe ressaltar que é na esfera pública municipal que são travados os debates sobre as perspectivas de desenvolvimento na área social, uma vez que neste campo o município possui autonomia para intervir na realidade do espaço local.

Tornando-se uma realidade nos municípios brasileiros, a gestão das políticas sociais deve construir-se no conjunto das relações entre Estado e Sociedade Civil e acompanhar o todo do processo político nacional, no que se refere aos princípios e diretrizes pactuados nos níveis mais amplos de gestão, como os estaduais e o nacional. Diante da possibilidade para uma atuação conjunta entre o Estado e a sociedade civil as realidades dos novos arranjos participativos no âmbito da esfera pública são campos em que tais atuações são pensadas e colocadas para o debate público como alternativas ao desenvolvimento social, impondo desafios para toda a sociedade. É sabido que o “[...] conhecimento detido pelos atores sociais passa, assim, a ser um elemento central não apropriável pelas burocracias para a solução de problemas de gestão.” (AVRITZER E SANTOS, 2002, p. 48).

No debate sobre a gestão democrática em âmbito local, assim como em outros níveis de gestão, as relações entre os mecanismos de representenção e de participação direta são essenciais para a tomada de decisões, devido a complexidade das relações sociais na contemporaneidade e ainda dos avanços alcançados em termos do cânone democrático na sociedade moderna. Porém, ainda existem posturas que colocam a democracia representativa e a participativa como dicotômicas na ordem democrática, contrariando tal paradigma de gestão. Tal questão se faz presente no âmbito do local, conforme nos aponta Teixeira (2001, p. 52)

Ora deprecia-se a validade dos mecanismos de representação e deixa-se de lado qualquer possibilidade de revisá-los ou aperfeiçoá-los, ora supervaloriza-se a participação dos diversos grupos sociais, inclusive a

direta, sem espaços de articulação e mediação dos interesses envolvidos, levando ao paralelismo de ações e ao corporativismo. Não se percebem os mecanismos de participação como instrumentos de aprofundamento e controle da representação.

Tais dicotomias e visões antagônicas sobre os diferentes meios para a tomada de decisão carregam resquícios das diferentes interpretações sobre a democracia, estando, portanto atreladas à visões de mundo, com posições ideopolíticas antagônicas. Portanto, a limitação quanto ao modo de olhar para as diferentes formas de participação democráticas, percebendo-as como dicotômicas e não complementares, estão, bem mais atreladas à defesas intransigentes de posições ideopolíticas antagônicas, do que propriamente uma preocupação com as melhores formas de se processarem as decisões no âmbito do Estado. Há, portanto, em tais posicionamentos, uma preocupação mais voltada aos meios do que aos fins do próprio Estado e das práticas democráticas. Vale ressaltar que em tais posicionamentos a democracia não é vista enquanto um valor universal como nos aponta Coutinho (2000).

Podemos dizer que para a articulação entre os espaços representativos e os participativos, numa tentativa de trabalharem complementando-se mutuamente, é necessário o entendimento sobre a democracia enquanto um valor universal.

Conforme nos aponta Trindade (1994, p. 59)

Os canais múltiplos de representações de interesses permitem aos cidadãos competirem para influir nos processos de desenho e implementação de políticas públicas em diversas arenas e de diferentes maneiras. Mesmo que os partidos sejam o instrumento principal desta competência, uma variedade de organizações intermediárias facilitam aos cidadãos o acesso à informação, à definição de suas preferências e aos canais para influir nas políticas e controlar o exercício do poder.

Nesta lógica, ao Estado é necessário um esforço no sentido de tornar mais claras as rotinas burocratizadas que norteiam as ações no âmbito da máquina estatal e um esforço para fomentar espaços de gestão democráticos a fim de socializar a política.

Entendemos que a relação entre o Estado e a sociedade civil para ser aprimorada é necessário a acessibilidade desta junto do conteúdo daquele. É corrente que a sociedade civil necessita acessar os conhecimentos necessários à sua participação, mas é também igualmente necessário que esta possa acessar aos espaços de participação, pois não adianta uma sociedade civil imbuída criticamente de conhecimentos se o Estado se fechar diante das possibilidades democráticas de

aprimorar as relações entre ambos.

As assimetrias de saber, de acesso ao poder e às informações colocam os conselheiros que representam a sociedade civil, particularmente os representantes populares, numa grande dependência das informações, dos recursos materiais e da 'boa vontade' do governo. É grande, portanto, a capacidade dos governos de esvaziá-los, seja tomando decisões 'por fora' dos conselhos, seja desmobilizando-os, retirando-os deste espaço ou indicando para os conselhos funcionários pouco representativos, com grande rotatividade, com pouca capacidade de tomar decisões. (CARVALHO, 2008, p. 16).

Portanto, a socialização do fazer político e o reinventar da política fazem-se necessários para que a sociedade civil possa adentrar os contornos da sociedade política e com isso possa tomar decisões igualmente quanto às questões de interesse público. O fortalecimento das decisões no âmbito da esfera pública requer que as relações entre Estado e sociedade civil estejam ativas no âmbito deste mesmo processo; não se limitar no domínio da burocracia e da técnica, mas ir ao encontro dos valores universais que permeiam a gramática democrática, socializando a política na esfera municipal e tornando prioridades para o poder local institucionalizado as ações que dizem respeito ao que lhe cabe legalmente frente à realidade social pela via das ações inerentes às diferentes políticas sociais municipalizadas.

A socialização da política no âmbito do poder local institucionalizado pode contribuir para o fortalecimento da esfera pública local, com isso as ações das políticas sociais podem ser pensadas a partir das perspectivas de desenvolvimento apresentadas pelos diferentes sujeitos oriundos dos segmentos organizados da sociedade civil, pois as ações das políticas sociais são essenciais para o desenvolvimento social local e este para o desenvolvimento municipal, em seu conjunto.

CAPÍTULO 3

A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO⁴⁸ EM CARAMBEÍ E SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL

“Retomar a política significa, também, alcançar uma nova idéia de desenvolvimento, distante do padrão predatório, mercantil e monetarista em que ainda estamos. [...] Retomar a política significa, portanto, explorar as possibilidades que tem a política de auxiliar os homens a tentar o impossível para, com isso, acumular forças para realizar o possível e ir além.” (NOGUEIRA, 1999, p. 80).

Para a compreensão de um fenômeno de pesquisa é importante situá-lo no contexto específico onde ele se origina e desenvolve, além do seu contexto estrutural e conjuntural. A partir deste pressuposto, pesquisar as relações do poder local institucionalizado em Carambeí, para o desenvolvimento social municipal implica em desvelar, mesmo que de forma sintética, os elementos constitutivos do espaço local. Neste sentido, o presente capítulo apresenta, num primeiro momento, a formação sócio-histórica, econômica, política e cultural de Carambeí, entre outras expressões que caracterizam as particularidades do local. Num segundo momento caracterizamos do ponto de vista formal o poder local institucionalizado do município de Carambeí e, em especial, sistematizamos a configuração do poder local institucionalizado, a partir das relações entre o executivo, o legislativo e os conselhos municipais de políticas públicas e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal.

Para iniciar a discussão relembremos a construção teórica do conceito de poder local, que foi realizada a partir da inter-relação entre os conceitos “poder” e “local”, com o qual pensamos esta pesquisa. Entendemos o poder local como um espaço dialético e dialógico entre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade e que se incorporam na sociedade política, determinando hegemonicamente as ações no âmbito da esfera pública na sociedade moderna. Assim, o poder local é permeado por conflitos e entendimentos entre dominantes e dominados, oriundos do conjunto das relações sociais existentes num determinado contexto específico.

Nas relações que permeiam o poder local pode haver um encontro entre as

48 Executivo Municipal, Legislativo Municipal e Conselhos Municipais Gestores de Políticas Públicas (Assistência Social e Trabalho).

tendências hegemônicas e contra-hegemônicas, no qual interesses, anseios e valores podem ser mantidos ou reconstruídos na sociedade.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL

A compreensão de Carambeí, enquanto região, território e lugar é relevante para interpretarmos historicamente a formação deste jovem município do Estado do Paraná⁴⁹. Assim, para a contextualização do espaço local carambeiense, destacamos alguns elementos relevantes a fim de abstrair as interações e configurações políticas, culturais econômicas e ou sociais que se estabeleceram, ao longo de sua história.

3.1.1 Aspectos históricos e culturais de Carambeí.

A história de Carambeí retrata singularmente situações que dizem respeito à história de povos distintos e de culturas que se diferenciam, mas que, sobretudo se entrelaçam no cotidiano da formação histórica de uma população que é plural e que forma o povo brasileiro. Retratar, a história local carambeiense requer uma aproximação que conjugue aspectos estruturais quanto à formação do país e sua relação com as comunidades estrangeiras, bem como aspectos particulares da situação social e da cultura regional, os quais configuram a particularidade local.

A região de Carambeí pertenceu a um grande conjugado de terras, divididas em fazendas da região atualmente chamada “Campos Gerais”, que então fazia parte das sesmarias⁵⁰. A fazenda Carambeí começava no Rio Iapó e se estendia até o Rio Pitanguí, sendo que por volta do início do século XVIII, a fazenda foi a leilão. Até meados de 1854 foi sendo arrendada por diversas vezes, sendo permutada por outra fazenda, pelos descendentes de Francisca Teixeira de Azevedo, a Sinhara do Carambeí.

Carambeí significa “rio das tartarugas”. Rio das tartarugas é a junção de

⁴⁹ Mapa do município em anexo.

⁵⁰ Pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia vastas extensões de terras às famílias que pretendessem aqui se fixar.

carambé (carumbé) que significa tartaruga e y que significa rio, ambas as palavras advindas da língua guaraní⁵¹. (CARAMBEÍ, 2008). Carambeí compõe a região dos Campos Gerais e fez parte do município de Castro e Ponta Grossa até o ano de 1996.



Fonte: <http://images.google.com.br/images>. Acesso em: 21 abr. 2008.

MAPA 1 – REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS ONDE FOI CRIADO O MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ⁵² – CARAMBEÍ – 2008.

A região de Carambeí se desenvolve lentamente nesse período, tendo em vista que o Brasil, não havia ainda expandido suas ocupações internas e encontrava-se numa situação de crise financeira, devido à decadência do ouro; vivendo uma situação de instabilidade política decorrente de suas relações com Portugal e outros países invasores⁵³.

Carambeí, em sua gênese de formação, tem ainda estreita relação com o tropeirismo, movimento que se intensifica ao sul, em virtude das capitanias do norte do Brasil buscarem, nesta região, animais para satisfazerem as necessidades de transporte demandadas pelo desenvolvimento agropecuário das mesmas. Embora não tenha sido este evento o motor de desenvolvimento econômico da região de Carambeí, ele é relevante, histórico e culturalmente, para o município, pois a região

51 Disponível em: <http://www.carambei.pr.gov.br>.

52 A localização delimitada pela estrela refere-se à localização aproximada em que futuramente foi criado o município de Carambeí.

53 É no início do século XIX, que grandes acontecimentos políticos urgem no Brasil. Segundo Furtado (1971) cabe ressaltar a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808; a separação definitiva do Brasil em relação a Portugal em 1822, o acordo pelo qual a Inglaterra conseguiu consolidar sua posição em 1827 e ainda “Cabe referir a eliminação do poder pessoal de Dom Pedro I, em 1831, e a conseqüente ascensão definitiva ao poder da classe colonial dominante formada pelos senhores da grande agricultura de exportação” (FURTADO, 1971, p. 94).

é parte da rota dos tropeiros, portanto traz consigo historicamente indícios desta cultura no local. Em 1751, por conta da proibição dos religiosos carmelitas quanto à passagem dos tropeiros nas terras localizadas no vau do Capão Alto⁵⁴, região de Castro, terras estas que os carmelitas haviam recebido como doação, os tropeiros tiveram que abrir novo caminho para a rota, passando então, pela Fazenda Carambeí, onde encontraram outro vau para a travessia do rio Iapó. Devido a este fato a Fazenda Carambeí se transformou em mais um pouso para os tropeiros vindos do sul, o lugar ficou conhecido como a paragem de São João. Esta paragem resultou no início de um intenso ponto de comércio de muare. “A Fazenda Carambeí chegou a ser propriedade dos sócios Francisco Teixeira de Azevedo, o Teixeirão, e João da Silva Machado, o Barão de Antonina, um dos maiores tropeiros da época.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 2004, p. 6).

Apesar de ter sido no século XVIII, o início da formação histórica de Carambeí, foi apenas no início do século XX que a região de Carambeí, pertencente naquele período ao município de Castro, teve oportunidade de se desenvolver economicamente, dada a imigração holandesa à região. Ao longo do século XX a região de Carambeí, foi se desenvolvendo econômico, social e politicamente, acarretando seu desmembramento do município de Castro, por meio de sua emancipação política em 1997. Criando-se nesta conjuntura um novo município do Estado do Paraná.

Não se tem apenas um motivo que levou os holandeses a imigrarem para o Brasil, no entanto, sabe-se que com o fechamento do Porto de Roterdã na Holanda, muitos holandeses ficaram desempregados e muitas famílias tiveram suas finanças abaladas. (AARDOOM, FERREIRA E. e FERREIRA L., 2002). Com a abertura do Brasil às imigrações européias, junto às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, no início do século XX os holandeses viram nas terras brasileiras possibilidades para se instalarem e com isso desenvolverem suas atividades no ramo da agricultura e da pecuária. Segundo Furtado (1971) o governo brasileiro oferecia vantagens aos europeus para que eles imigrassem para o país. “Desta forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura”. (FURTADO, 1971, p. 127). Cabe

54 Este pouso que ficou conhecido como Capão Alto “tornou-se propriedade dos religiosos da Ordem dos Carmelitas, fato que propiciou o crescimento de outro pouso rio abaixo. (MARTINS, 2005, p. 102).

ressaltar que tais ações do governo brasileiro dizem respeito à chamada ideologia do branqueamento e de seus desdobramentos, conforme apontou Theodoro (2004) que basilaram as ações do desenvolvimento brasileiro a partir do final do império e início da república.

Com efeito, ao final do período monárquico, o projeto de modernização incorporara a idéia da necessidade de se promover uma política de migração cujo sentido era, em grande parte, dotar o país de um contingente populacional capaz de contribuir efetiva e positivamente para o desenvolvimento, ao contrário do que se acreditava ser capaz a então maioria afrodescendente. Teses eugênicas, muito em voga à época, inspiraram a política de estímulo à migração européia. Política esta que, na forma como se efetivou, a despeito da grande contribuição do imigrante em largo espectro, sedimentou as bases da perpetuação da pobreza e exclusão até hoje vivenciada. (THEODORO, 2004, p. 17).

No âmbito desta lógica de imigração algumas famílias holandesas vieram para o Brasil, entre elas a família

Leendert Verschor que junto com outros companheiros imigrara, em 1908, para o Brasil, fixando-se em uma colônia agrícola próxima a atual cidade de Irati, com o fracasso desta, resolvera procurar um outro lugar para viver e sabendo que a Brazilian Railway Company realizava junto a Carambeí um ousado plano de colonização, buscando com isto obter produção agrícola para carga de seus trens, adquiriu um terreno no local, juntando-se a algumas famílias alemãs que já se encontravam estabelecidas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 2004, p. 6).

A negociação para a aquisição do terreno se deu da seguinte forma: segundo Aardoom, Ferreira E. e Ferreira L. (2002, p. 3) a companhia “[...] repassou aos pioneiros: um lote de terra, uma casa, uma canga de bois, três vacas leiteiras, sementes e adubo para o primeiro plantio, o qual seria pago em 10 anos”.

A data de 4 (quatro) de abril de 1911 é considerada como início da colonização holandesa em Carambeí. Segundo Fiala (1997, p. 13) “Entre as famílias que vieram para o Brasil encontramos: De Geus, Vriesman, Los, Voorsluys e Verschoor.”

Os holandeses, embora não tivessem experiência com a agricultura, obtiveram auxílio dos brasileiros no plantio. Assim, deram início às atividades agrícolas juntamente com algumas famílias alemãs que ali já se encontravam. Em 1913 outras famílias holandesas se instalaram em Carambeí. Também famílias de brasileiros foram migrando para a região em busca de trabalho, as quais começavam a estruturar a agricultura na região. A relação entre brasileiros e holandeses foi se estruturando determinada pela realidade de trabalho em torno das

terras e dos meios de produção que já estavam sob o domínio dos imigrantes. Assim, podemos dizer que a cultura carambeense é, sobremaneira, fruto desta híbrida composição. As famílias de imigrantes europeus e as famílias de migrantes oriundos das regiões vizinhas à Carambeí. A relação entre imigrantes e brasileiros na região de Carambeí se estruturou, basicamente pela relação de trabalho, formaram-se as raízes para a relação Capital/trabalho em Carambeí: imigrantes colonizadores e brasileiros trabalhadores.

No ano de 1925 foi fundada a “Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios” sendo esta a primeira cooperativa de produção do Brasil e em 1941 a Cooperativa Mista Batavo⁵⁵, transformando-se mais tarde em Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, que representou um grande avanço em termos de tecnologia e desenvolvimento da produção agropecuária na região. Tal cooperativa, em conjunto com a Cooperativa Castrolanda situada também em Castro, na época, e a Capal em Arapoti, construíram em Carambeí a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. - CCLPL, que se tornou referência nacional para a industrialização de derivados de leite e carne.

Com o desenvolvimento da estrutura produtiva em torno da industrialização dos produtos agropecuários, aumentou a migração na região. Os trabalhadores da região buscavam trabalho no complexo industrial que se formara e também nos demais setores econômicos que vinham se desenvolvendo em função do complexo.

Aardoom, Ferreira E. e Ferreira L. (2002) apontam que por volta do final de 1980 o distrito já contava com uma determinada infra-estrutura, possuía postos de saúde, escola municipais, estaduais e particulares, creches, bancos, indústrias, comércio⁵⁶.

55 Batavo era “uma população que na antiguidade havia habitado uma parte da Holanda, onde haviam morado também algumas famílias da Colônia Carambeí”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 2004, p. 6).

56 O Distrito já estava dividido em vilas sendo estas a AFCB – Associação dos Funcionários da Cooperativa Batavo, Boqueirão, Jardim Novo Horizonte, Vila Cristina, Vila Banana, Jardim Brasília, Jardim Bela Vista I, II, III, Vila Nova Holanda, todas localizadas na considerada área urbana do distrito. Enfim o então Distrito de Carambeí estava estruturado para se tornar um município, pois já possuía estabelecido o que de básico precisava para auto gerir-se econômico e politicamente. (AARDOOM, FERREIRA E, e FERREIRA 2002).

Fatores como o complexo industrial formado e a conseqüente infra-estrutura que se iniciou; o aumento dos impostos proveniente dos setores da economia que estavam se desenvolvendo, além do engajamento político local concorreram para a emancipação de Carambeí, então distrito do município de Castro. A emancipação do Distrito de Carambeí política carambeense junto ao poder legislativo castrense.

Em Carambeí o movimento de Emancipação começou a se legitimar nos anos 90. Antes dos anos 90, cogitava-se a questão, só que a mesma não tinha como legitimar-se porque, segundo os políticos da região, o distrito não tinha os itens suficientes que a lei pedia para que a mesma fosse feita. A comunidade carambeense sentiu a necessidade de liberdade para poder ficar com a arrecadação que Carambeí dava a Castro, pois Castro não daria conta de atender Carambeí na proporção necessária às necessidades sociais da cidade. (FIALA, 1997, p. 29).

O processo de emancipação não foi consensuado no âmbito do legislativo castrense, pois a questão econômica era determinante. Castro, então município ao qual Carambeí estava vinculado, contava com 45% de sua arrecadação advinda deste distrito, o que impactava positivamente para o conjunto das receitas municipais. No entanto, concluindo-se o processo político-administrativo da câmara de vereadores do município de Castro, em 13 de dezembro de 1995, a população carambeense votou em plebiscito pela emancipação do Distrito.

Através da participação da comunidade carambeense, no dia 13 de dezembro de 1995, data em que oficialmente o município de Carambeí foi criado, foi realizado um plebiscito. Segundo Aardoom, Ferreira E. E Ferreira L. (2002, p. 4). “95% da população compareceu às urnas para a sua realização, sendo que 02% votou contra a emancipação e 93% votou a favor, consolidando pelo voto a oficialização da emancipação”.

A primeira eleição municipal de Carambeí deu-se em 03 de outubro de 1996. Concorreram ao cargo Alci Pedroso de Oliveira e Enio Luz Júnior, sendo eleito com 55,8% dos votos o primeiro. (FIALA, 1997). Os vereadores eleitos foram os seguintes:

Inácio Povaz Filho (PDT) com 312 votos, presidente da Câmara; Juceli Ruts (PRP) com 214 votos, Bart Janssem (PMDB) com 188 votos; Ardoino Miguel Parizotto (PTB) com 183 votos; Gaspar de Geus (PPB) com 168 votos; Ernesto César Solek (PRP) com 181 votos; Nelson Luís Batista (PTB) com 165 votos; Sebastião Costa de Oliveira (PDT) com 183 votos e Jacinto Armed Pedrollo (PPB) com 162 votos. (FIALA, 1997, p. 30).

Eleito presidente da câmara de vereadores, Inácio Povaz Filho e os demais

representantes do legislativo municipal, o executivo e os demais colaboradores iniciam a organização do aparato legal que regula o município de Carambeí, dando-se prioridade para a elaboração da Lei Orgânica Municipal que foi promulgada no dia 30 de setembro de 1997 e as leis de criação dos conselhos municipais. A partir de então foi sendo estruturado o novo município do Paraná: o município de Carambeí. (SILVA, 2005).

A gestão 1997-2000 foi encerrada pelo prefeito Alci Pedroso de Oliveira que se recandidatou atingindo sua reeleição para a gestão 2001-2004. Em 23 de abril de 2002 o então prefeito foi afastado judicialmente do cargo no executivo municipal, após ter sido realizada pelo ministério público, várias denúncias de corrupção e demais irregularidades em sua gestão. Com seu afastamento assumiu o executivo municipal o então vice-prefeito Nelson Crist. Neste período foi aberta Comissão Parlamentar de Investigação em relação à gestão do então prefeito, sendo que em meados de 2003 Alci Pedroso de Oliveira voltou a ocupar a cadeira no executivo municipal, após votação no plenário da câmara municipal de vereadores, onde foi concedido, por maioria de votos, o seu retorno ao cargo de prefeito, até o final da gestão em 2004.

Nas eleições de 2004 candidataram-se a prefeito do município os senhores Osmar Rickli, coligação “Ghegou a Hora, Carambeí”, pelos partidos PSDB/PMDB/PFL/PDT/PTC, obtendo 5537 votos, Sergio Augusto Spinardi, coligação “Por um Carambeí melhor”, dos partidos PP/PT/PPS, obtendo 2659 votos e Juceli Ruths, da coligação UPC – Unidos por Carambeí, dos partidos PTB/PTN/PL/PRTB/PRP/PT do B. obtendo 1614 votos. Com este resultado nas urnas Osmar Rickli tornou-se por maioria de votos prefeito municipal de Carambeí, na gestão 2005-2008.

Conforme pudemos verificar, a partir de observação durante o processo de campanha do então candidato a prefeito Osmar Rickli e ainda durante os primeiros meses de sua gestão no executivo municipal, que o mesmo enfatizou o interesse pela divulgação dos imigrantes de Carambeí. Dentre as ações desenvolvidas neste sentido, vale ressaltar a Festa dos Imigrantes, prática adotada anualmente⁵⁷ no município a partir da gestão Rickli, e demais festividades nas datas comemorativas da imigração, construções ornamentais na cidade, (moinhos na entrada da cidade),

⁵⁷ Cabe ressaltar que no terceiro ano de gestão a festa não foi realizada. Segundo o prefeito Osmar Rickli alguns fatores determinaram a não realização da festa, dando destaque ao não apoio da colônia ao evento.

divulgações na mídia elevando a cidade de Carambeí como a mais holandesa das cidades paranaenses, entre outras ações⁵⁸. Quanto à festa dos imigrantes o PM destaca

“ [...] um dos objetivos nossos da festa dos imigrantes é a integração, justamente pra quebrar essas barreiras, mas não está sendo fácil, mas eu acredito que com o crescimento da cidade resolve isso aí. [...] Carambeí está com três classes: os imigrantes, os nativos e os invasores. Os invasores dos quais eu sou o principal porque eu vim de fora, mas acho que essa política de boa vizinhança de pegar as coisas positivas de todos os lados e ceder também um pouco, isso é que falta e quebrar essa muralhas de divisão porque ninguém é melhor que ninguém, nem pela posição social, nem pelo sangue todos somos iguais.” (PM)⁵⁹

Cabe ressaltar que o PM já havia retratado, em outra ocasião em contato realizado com a pesquisadora, que a iniciativa da festa deu-se com objetivo de acessibilizar a cultura dos imigrantes aos demais carambeienses. Para o PM, o povo de Carambeí, que não é imigrante, não conhece a cultura de Carambeí⁶⁰.

Pudemos perceber que a imigração em Carambeí é, sobremaneira, considerada pelo poder executivo municipal, na atual gestão, elemento relevante para o desenvolvimento do município.

A cultura dos imigrantes é fundamental na composição da cultura local, entretanto, ela sozinha não dá conta de demonstrar a formação sócio-histórica econômica e cultural da região, tendo em vista que não há cultura, povo e ou etnia superior a outra e que tão importante quanto à imigração é a migração para o desenvolvimento municipal. Da mesma forma que a imigração foi e ainda é relevante para a formação econômica e cultural de Carambeí, a migração também o é, uma vez que a formação econômica e cultural do município é composta da relação entre estes dois fenômenos na esfera local. Há uma mescla entre as diferentes culturas, povos e etnias que ao longo da história foram perfazendo a realidade local. Desta forma, imigrantes, migrantes e nativos da região formam a essência do povo carambeiense e todos são basilares para a magnitude das características locais. Assim, explicitam os determinantes para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município, sendo, igualmente, importantes à formação da coletividade

58 Tal questão, da imigração em Carambeí, também exploramos durante a monografia de conclusão do curso de Serviço Social, conforme apontamos.

59 Os negritos que se seguem durante os depoimentos dos sujeitos são destacados pela pesquisadora a fim de apontar os fragmentos mais significativos.

60 A primeira festa dos imigrantes foi realizada no dia 2 de abril de 2005 nas dependências do Parque de Exposições do município. Estivemos presente nas festividades da 1ª festa dos imigrantes e através desta experiência percebemos que uma parcela da população de Carambeí não acessou ao evento. Cabe destacar que para participar havia pedágio para o estacionamento dos automóveis e ainda existia entrada no valor de R\$1 (um) real por pessoa, o que acabou criando barreiras ao acesso de toda a população, sobretudo da parcela em situação de pobreza.

carambeiense a partir da complexa trama de relações que circundam a realidade local na contemporaneidade.

3.1.2 Aspectos políticos, econômicos e sociais de Carambeí.

Este item dispõe brevemente dos dados inerentes à realidade local do município de Carambeí, os quais auxiliam na compreensão das questões territoriais, políticas, econômicas, sociais, educacionais e culturais do município, sendo essenciais para a compreensão acerca do desenvolvimento municipal.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007) o município de Carambeí encontra-se situado na mesorregião Centro Oriental do Paraná. Seus limites confrontam-se com os municípios de Castro, Ponta Grossa e Tibagi. A área territorial do município é de 64.425 ha o que corresponde a 644,25 Km², estando situado a 135,28 Km da capital do estado. (LEI nº 11225/95). O município representa 0,3244% do Estado, 0,1122% da Região e 0,0076% de todo o território brasileiro. (IBGE, 2000). Possui um distrito administrativo e pertence à comarca de Castro. Sua latitude 24° 55' 00" S e sua longitude é de 50° 05' 00" W. (IBGE, 2007).

Carambeí tem clima subtropical úmido mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca. A média de temperatura dos meses mais quentes é inferior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. (IPARDES, 2003). Segundo dados do IBGE (2000) a população censitária total de Carambeí era de 14.860 habitantes, já na contagem (1) IBGE (2007) chegou-se ao resultado de 16.521 habitantes. (IPARDES, 2008). Assim, percebemos um aumento de 0,9% da população em 7 anos. A densidade demográfica do município é de 27,17 Hab/km². (IPARDES, 2006). A partir dos dados do IBGE (2007) apud (IPARDES, 2008) dos 16.521 habitantes, 8.183 são homens e 7.988 são mulheres. No que se refere à disposição da população entre a área urbana e rural verificamos que atualmente a população urbana é de 12.609 e a população rural é de 3.912 habitantes. Sendo assim, verificamos que houve um aumento de 20, 15% da população urbana, do ano de 2003 a 2007 e no que se refere à população rural houve um decréscimo de habitantes, pois em 2003 conforme dados do IPARDES, (2003) haviam 4.366

peças e atualmente são 3.912 o que equivale a um decréscimo de 10,4% da população rural. Verificamos assim, a continuação do êxodo rural no município. Sendo assim, Carambeí continua a ter um perfil essencialmente urbano em termos de habitabilidade. A população urbana corresponde a 76,3% do total da população municipal, enquanto que a população rural corresponde a 23,7% .

Quanto às questões políticas do município verificamos que este desmembrou-se dos municípios de Castro e Ponta Grossa, iniciando suas atividades autônomas político-administrativamente, enquanto ente federado do país em 01/01/1997. Carambeí encontra-se na sua terceira gestão político-administrativa, enquanto ente federado – gozando de autonomia jurídica enquanto um município do estado do Paraná.

Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (2006) Carambeí possui atualmente, uma zona eleitoral e seu eleitorado soma 11.800 pessoas.

TABELA 1 - ELEITORES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA – CARAMBEÍ – 2006.

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	MASCULINO	FEMININO	NÃO INFORMADO	TOTAL
De 16 a 17	150	141	-	291
De 18 a 24	1.074	1.115	-	2.189
De 25 a 34	1.717	1.635	-	3.352
De 35 a 44	1.286	1.303	5	2594
De 45 a 59	1.156	1.102	9	2.267
De 60 a 69	333	332	3	668
De 70 e mais	220	206	4	43
Idade Ignorada	5	4	-	9
TOTAL	5.941	5.838	21	11.800

Fonte: TSE apud IPARDES, 2008.

Do total de eleitores do município 50,35% são homens e 49,47% são mulheres e apenas 0,2% possuem o sexo não informado. Percebemos ainda que o maior número de eleitores concentra-se, tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino, na faixa etária entre 25 a 34 anos de idade, sendo que os eleitores desta faixa etária representam um total de 28,4% do total de eleitores do município, seguido pela faixa etária de 35 a 44 anos representando 21,9%, depois pela faixa etária de 45 a 59 anos com 19,2% e por fim a faixa etária de 18 a 24 anos representando 18,5% do total de eleitores, sendo estas as faixas etárias de maior

expressão no eleitorado carambeense.

No que se refere aos mecanismos de participação da população carambeense para o planejamento, controle e avaliação as ações públicas municipais em diversas áreas, verificamos que o município possui 12 conselhos municipais, órgãos colegiados e paritários entre Estado e sociedade civil constituídos no município, os quais descrevemos posteriormente.

Com relação às finanças públicas verificamos os seguintes dados, apresentados pelo IBGE, Cidades, (2008). As receitas orçamentárias realizadas são de R\$ 21.584.531,59 e as correntes são de R\$ 24.226.606,31. Referente às despesas orçamentárias realizadas, estas são de R\$ 19.972.113,39, sendo as correntes de R\$ 19.085.879,72. Vale ressaltar que o valor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM é de R\$ 5.214.857,23 e do imposto territorial rural – ITR é de R\$ 85.842,21. (Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos, 2005).

O Produto Interno Bruto - PIB (2005) municipal possui valor adicionado na agropecuária de R\$ 72.790,00, na indústria R\$ 256.257,00, no serviço de R\$ 180.497,00 em impostos R\$ 63.755,00 sendo o PIB a preço de mercado corrente de R\$ 573.299,00. Podemos verificar que o setor que maior contribui para o PIB municipal é o ramo da indústria, setor este que corresponde com 44,7% do total do PIB seguido do setor de serviços com 31,5 %.

As fontes com maior expressão na arrecadação de impostos no município, são os impostos sobre serviços (ISS), que totalizam R\$ 1.391.679,31, correspondendo a 55% do total, seguida pelos impostos retidos na fonte (IRRF) com R\$ 618.506,97, equivalente a 24% do total de impostos do município.

O setor industrial é composto pelo complexo industrial, que atualmente compreende às empresas Perdigão agroindustrial S.A e Batávia S.A. Cabe ressaltar que a Perdigão obtém atualmente controle total da Batávia S/A após negociar com a Cooperativas Agromilk dos grupos (Castrolanda, Batavo e Capal) para a compra dos 49% da participação detidas por elas no capital da empresa até o ano de 2007. (Disponível em: <http://www.perdigao.com.br>. Acesso em: 18. abr. 2008).

No setor de serviços possuem destaque as empresas de transportes, como a Empresa Transardo e a Begnine Ltda. Ainda possui destaque para o município o setor madeireiro, onde a principal empresa é a Madeireira Ricki, de propriedade do Sr. Osmar Rickli, atual prefeito municipal. As empresas constituídas no município

contribuíram sobremaneira para o crescimento econômico do município, influenciando também para o crescimento demográfico local. As empresas locais são empregadoras da região dos campos gerais, portanto atraem pessoas que vêm em busca de encontrar emprego na cidade e acabam fixando residência no município.

No que se refere à realidade empresarial local e a sua relação com a questão do emprego formal e informal municipal, podemos verificar que são setores que movimentam a economia em Carambeí os seguintes ramos, conforme nos apontam dados do IBGE (2005) na tabela abaixo:

TABELA 2 – REALIDADE DOS SETORES DA ECONOMIA MUNICIPAL – CARAMBEÍ – 2005.

RAMO	UNIDADES LOCAIS	PESSOAL OCUPADO	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO
Agricultura, pecuária e exploração florestal	32	509	464
Indústrias extrativas	3	6	3
Indústrias de transformação	63	5.361	5.266
Construção	15	123	100
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	346	1.167	764
Alojamento e alimentação	52	148	87
Transporte, armazenagem e comunicações	56	471	382
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	4	22	18
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	40	110	49
Administração pública, defesa e seguridade social	3	573	572
Educação	11	54	36
Saúde e serviços sociais	19	52	27
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	68	207	134
TOTAL	712	8803	7920

Fonte: IBGE, (2005).

Podemos verificar que o município possui ativos 13 ramos na economia local, sendo que estes ao todo possuem 712 unidades locais em funcionamento. Juntos ocupam 8.803 pessoas e destes 7.920 são assalariados. Assim, no cruzamento de

tais dados com os dados referentes à população municipal, podemos perceber que em Carambeí, 53,3% do total da população é ocupada, sendo assalariada 48% desta. Cabe ressaltar que a porcentagem referente aos ocupados e assalariados em Carambeí no ano de 2000 é equivalente a 36,4% e 58,4 % respectivamente. No cruzamento dos dados referente à ocupação e assalariamento de 2000 e 2005 percebemos que houve um aumento na taxa percentual de ocupação e um decréscimo na taxa percentual para o assalariamento, o que denota o aumento do setor informal na economia carambeense e respectivamente uma diminuição no que se refere à inclusão dos trabalhadores no setor formal de empregos, sendo este um dado agravante para a realidade local, tendo em vista obter relação direta com as condições de vida da população municipal e neste sentido impactar negativamente para a qualidade de vida da mesma, visto que a informalidade não oferece ao trabalhador segurança e garantia de direitos trabalhistas. Percebemos que o total de pessoas ocupadas e ou assalariadas no município em 2000 era de 14.071 trabalhadores, o que correspondia ao equivalente 94,7% do total da população. Isso não significa que tais pessoas ocupadas e ou assalariadas eram necessariamente as que residiam no município, pois Carambeí importa mão de obra dos municípios vizinhos (Castro, Ponta Grossa e Piraí do Sul) para ocupar as vagas de trabalho e emprego locais. Tal afirmação pode ser comprovada ao relacionarmos o número de ocupados e ou assalariados do município com o número de habitantes em idade economicamente ativa⁶¹. Estes somavam em 2000 um total de 9.398 pessoas, portanto podemos afirmar que mesmo considerando que toda esta parcela da população carambeense estivesse inserida no mercado de trabalho local, ainda assim, sobraria um total de 4.673 vagas de trabalho disponíveis. Ocorre que, apesar de terem sido e ainda serem suficientes em termos quantitativos o número de oferta de vagas de trabalho à população local, existem variáveis qualitativas que interferem no processo de inclusão destes em tais vagas. Concorrem para esta situação as questões da escolaridade e qualificação profissional, o que favorece a não inclusão ao mercado de trabalho local daqueles carambeenses que não obtiveram acesso à educação formal no município.

Cabe ressaltar que a taxa de analfabetismo no município em 2000 constituía-se de 10,1% da população e com menos de 8 (oito) anos de estudo correspondia a 70,6% da população, portanto um total de 10.492 habitantes. (IBGE, 2000).

61 Consideramos para esta análise os habitantes de Carambeí entre 15 e 65 anos de idade.

Atualmente as vagas de trabalho disponíveis no mercado de trabalho nacional, em sua maioria, exigem no mínimo o ensino médio completo, sendo esta característica igualmente verificada na realidade local de Carambeí. De acordo com dados da Agência do Trabalhador (2007) verificou-se que dos 348 (trezentos e quarenta e oito) cadastros realizados pelos desempregados de Carambeí na agência do trabalhador local, durante o Projeto “Semana do Trabalhador”⁶², apenas 31% possuía ensino médio completo⁶³. Diante desta realidade em que 70,6% da população não alcança 8 (oito) anos de escolarização, nível educacional este exigido na maioria das vagas ofertadas para a inserção no mercado de trabalho formal, podemos dizer que a não escolarização constitui-se um dos determinantes para a realidade do nível de desemprego no município.

Assim, explica-se a contradição existente entre o número de vagas ofertadas no município e a realidade do desemprego municipal, uma vez que as vagas disponíveis no mercado de trabalho local acabam por ser supridas por trabalhadores de outros municípios, em detrimento da necessidade de inserção ao mercado de trabalho dos trabalhadores carambeienses. Tal realidade pode ser compreendida na medida em que o critério de inserção ao mercado de trabalho atual, mediante as características do capitalismo contemporâneo, seguem hegemonicamente aos interesses do mercado. Com isso, as condições econômicas e sociais em que se processa o desenvolvimento municipal acabam prejudicadas.

No que se refere à situação educacional o município de Carambeí possui um índice de analfabetismo de 7,6%. (IBGE, 2000). A faixa etária mais atingida é a população idosa, com 25% seguida da faixa etária entre 40 a 49 anos com 9,0%.

Quanto à situação das matrículas escolares na rede escolar municipal Carambeí apresentou em 2006 os seguintes dados: 567 matrículas no ensino pré-escolar, 3.168 no ensino fundamental, 668 no ensino médio. No que se refere ao ensino superior o município não dispõe desta modalidade de ensino⁶⁴. (IBGE, 2008).

Quanto à realidade social municipal os dados oficiais do Atlas de

62 Projeto este planejado e implementado pela agência local.

63 No que se refere à idade dos trabalhadores desempregados foi verificado que 51% daqueles que realizaram o cadastro possuíam entre 18 a 24 anos, 32% eram de 28 a 35 anos, 17% de 36 a 50 anos e apenas 1% com mais de 50 anos. Quanto à escolaridade foi verificado que 38 pessoas possuíam o ensino fundamental incompleto, 20 pessoas possuíam ensino fundamental completo, 50 pessoas com ensino médio incompleto, 57 pessoas com ensino médio completo, 6 pessoas com ensino superior incompleto, 3 pessoas com ensino superior completo e apenas 2 pessoas não alfabetizadas chegaram a se cadastrar. (CARAMBEÍ, Agência do Trabalhador, 2007).

64 A instituição pública de ensino superior mais próxima é a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que fica a aproximadamente 21 km de Carambeí.

Desenvolvimento Humano (2000) apontam que do ano de 1991 a 2000 houve significativo aumento no que se refere à transferência de renda proveniente dos programas sociais do governo federal, de 6,25% da renda passou para 12,51% no respectivo período. Isto implica na diminuição da porcentagem da renda proveniente de rendimentos do trabalho, pois em 1991 significava 89,25% da renda, sendo que em 2000 diminuiu para 74,60%. (BRASIL, IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000). (SILVA, 2005).

O IBGE (2000) indicou que neste ano a população em situação de pobreza do município de Carambeí totalizou 22,24%. Já o IPARDES (2003) apontou um dado de 757 famílias em situação de pobreza⁶⁵ o que equivalia a 18,81% da população municipal, naquele período⁶⁶. Sendo assim, verificamos uma melhora na situação social da população, visto que o índice de pobreza obteve relativo decréscimo. De 2003 a 2008 verificamos que esta melhoria não permaneceu, inclusive os dados que se apresentam nos alertam para um aumento significativo no número de famílias em situação de pobreza no município. De 757 famílias em 2003 passou para um número de 1504 famílias. Este é o dado referente ao número de famílias cadastradas para o recebimento do auxílio financeiro do Programa Bolsa Família, portanto estão na faixa de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Das 1504 famílias cadastradas 1274 possuem renda per capita de até R\$ 120,00 (Cento e vinte reais). Atualmente, apenas 581 famílias estão recebendo bolsa família, 1 família recebe bolsa escola e 45 famílias recebem auxílio gás. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008).

Mediante os dados apresentados, constatamos que atualmente o programa bolsa família cobre apenas 627 famílias, o que corresponde a apenas 41% demanda municipal os demais 59% correspondem à demanda reprimida do programa na esfera municipal, sendo que equivalem a 877 famílias, sem acesso ao benefício de transferência de renda.

Quanto ao Índice de Gini⁶⁷, o município de Carambeí possui índice é de 0,570. (BRASIL, IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000). Cabe ressaltar que o índice mediano para o Índice de Gini é o equivalente a 0,5. O indicador

65 "Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo." (IPARDES, 2008).

66 Estatísticas em relação aos 14.860 habitantes de acordo com o IBGE, 2000.

67 Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

municipal nos mostra que Carambeí possui uma expressiva desigualdade ao superar o indicador de 0,5. Conforme nos apontam Marx e Engels (2002, p. 57) “A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; [...]”

Podemos verificar a realidade local quanto à distribuição de renda municipal enquanto um fator desencadeador das desigualdades sociais.

TABELA 3 – PORCENTAGEM DA RENDA PER CAPITA MÉDIA MUNICIPAL - CARAMBEÍ⁶⁸ – 2000.

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO	% DA RENDA MÉDIA MUNICIPAL
Dos 20% + pobres	3,39
Dos 40% + pobres	10,52
Do 60% + pobres	21,20
Do 80% + pobres	37,65
Dos 20% + ricos	62,35
Dos 10% + ricos	48,12

Fonte: BRASIL, Ibge, Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000.

É possível perceber a partir dos dados da tabela acima, correlacionando o valor percentual do 20% mais pobre com o valor percentual dos 20% mais ricos, que os primeiros possuem renda média o equivalente apenas 5,4% da renda média. A tabela mostra ainda que a renda média dos 20% mais pobres possui renda média equivalente a apenas 7,045% do valor da renda média do décimo 10% mais ricos do município. Assim, percebemos que o município de Carambeí possui um alto índice de desigualdade na distribuição da renda entre a população, não havendo equidade entre os diferentes estratos da população local. Tal situação é determinante para o agravamento da situação de pobreza municipal. Sendo assim, podemos perceber que a questão da pobreza é estrutural e o fator renda é um dos determinantes para seu agravamento, sendo consequência da lógica de acumulação de riqueza e renda pela via do lucro privado.

O objetivo da produção capitalista é a própria produção, a recriação da produção em escala ampliada e cuja base de sustentação é a dominação do capital sobre o trabalho. A mais-valia é mistificada no cotidiano da produção através do caráter de plena legalidade e normalidade do regime de

⁶⁸ Nível de Renda Domiciliar por Faixas da População é a média da renda familiar per capita dos indivíduos pertencentes às partes mais pobres e mais ricas da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. %.(BRASIL, Ibge, Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000).

propriedade privada dos meios de produção e apropriação dos produtos do trabalho produtivo. Trabalho produtivo é aquele que gera valor, segundo Marx, gera mais-valia. (COSTA, 2001, p. 51).

Mediante tal colocação de Costa (2001) podemos perceber que a mais-valia, enquanto apropriação por parte do capital, por meio do trabalho assalariado, à riqueza socialmente construída é um dos principais fatores que determinam os níveis de desigualdades entre a população. Tal questão é claramente explícita para realidade do desenvolvimento municipal em Carambeí. Assim, os altos níveis de desigualdade social e os processos de exclusão social que decorrem destes fatores tornam-se determinantes para que parcelas da população vivam em situação de pobreza. Em Carambeí, o nível de desigualdade social, promovido pelo alto nível de concentração de renda e de riqueza entre os estratos da população municipal concorre para a realidade da pobreza local. Conforme aponta Fernández (2003, p. 11) analisando a perspectiva marxista da pobreza

En la perspectiva teórica analizada, la **pobreza desempeña al mismo tiempo un doble papel. Es efecto del régimen de acumulación capitalista, al mismo tiempo, es condición determinante** de dicho proceso de acumulación. Como condición o efecto, expresa siempre el carácter antagónico del régimen. **Por consiguiente, el aumento de ésta, es decir la extensión cada vez mayor de la privación de las necesidades básicas a obreros activos o parados**, indica tendencialmente la concentración de la riqueza en un grupo cada vez más concentrado de 'ricos' capitalistas.⁶⁹ (negritos nossos).

Percebemos que o modo de distribuição das rendas e das riquezas em Carambeí está promovendo processos de desigualdade social elevados no município, contribuindo para que desta forma, o processo de exclusão social atinja parcelas da população, que não possuindo acesso a um nível de renda mínimo para a satisfação de suas necessidades básicas, são atingidas pelo fenômeno da pobreza e da indigência, conforme vimos no contexto municipal carambeiense o aumento o aumento do número de famílias em situação de pobreza, nos últimos anos.

O município de Carambeí possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de 0,785 que se aproxima ao nível nacional que é de 0,800 (IPARDES, 2003). No que se refere à variável educacional o índice de alfabetização

69 Na perspectiva teórica analisada, a pobreza desempenha ao mesmo tempo um duplo papel. Constitui-se efeito do regime de acumulação capitalista, e ao mesmo tempo é condição determinante desse processo de acumulação. Como condição ou efeito expressa sempre o carácter antagónico do regime. Por conseguinte, o aumento desta corresponde à extensão cada vez maior da privação de necessidades básicas dos trabalhadores ativos ou aposentados, indica tendencialmente a concentração da riqueza num grupo cada vez mais concentrado de 'ricos' capitalistas.

de adultos em Carambeí é de 92,42% correspondendo a um total de 11.472 pessoas alfabetizadas, na questão da longevidade o município apresenta 69,75 anos de expectativa de vida ao nascer e na questão da renda o município possui uma per capita R\$ 276,06 (Duzentos e setenta e seis reais e seis centavos)⁷⁰. Tais dados conferem ao município os seguintes IDH-M: 0,899 no componente educacional, 0,746 no componente longevidade e no componente renda 0,711, o que de acordo com as classificações do IPARDES (2003) o município de Carambeí encontra-se classificado como de médio alto grau de desenvolvimento, segundo indicadores socioeconômicos e demográficos 1991/2000⁷¹.

Vimos que o município de Carambeí não se encontra entre os municípios com pior desenvolvimento do Estado do Paraná, no entanto, isto não significa que não tenha indicadores de exclusão social e pobreza na realidade local. Embora o município possua em sua estrutura condições econômicas para o desenvolvimento, ele se deu num sentido restrito de acumulação. Sendo assim, entendemos que houve um processo histórico que levou o município ao subdesenvolvimento onde como coloca Furtado (1980, p. 7) são “processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população”.

3.2 CARACTERIZAÇÃO FORMAL DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO DO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ.

Conforme vimos no histórico de Carambeí a formação de seu Poder Local Institucionalizado se deu quando este o município foi criado. Em 1996 teve a primeira eleição para prefeito e vereadores locais e em 1997 deu-se início à primeira gestão municipal dos espaços representativos do poder local institucionalizado de Carambeí.

Cabe ressaltar que neste primeiro ano de gestão executiva e legislativa foram sendo elaboradas e sancionadas as leis básicas para a manutenção da instância municipal, conforme dispõe a Constituição Federal. Cabe destacar a elaboração da Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

70 Dado referente ao ano de 2003, portanto o valor é proporcional ao salário mínimo daquele período, que era de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

71 0,800 é considerado alto índice de desenvolvimento. (IPARDES, 2003).

Ainda neste ano foram sendo elaboradas e sancionadas as leis para a criação dos espaços participativos do poder local institucionalizado, destacando-se as leis de criação dos conselhos municipais de políticas públicas, tendo em vista o pleito municipal de recursos do governo federal e estadual para as diversas áreas, sobretudo as sociais como saúde, educação, assistência social e trabalho. Assim, podemos observar que os espaços participativos no âmbito municipal são organizados legalmente, sobretudo pela questão normativa das diferentes políticas públicas, pois tais espaços são previstos jurídico e formalmente para a gestão democrática das mesmas.

A seguir dispomos de breve caracterização dos espaços representativos (legislativo e executivo municipais) e dos espaços participativos (conselhos municipais locais).

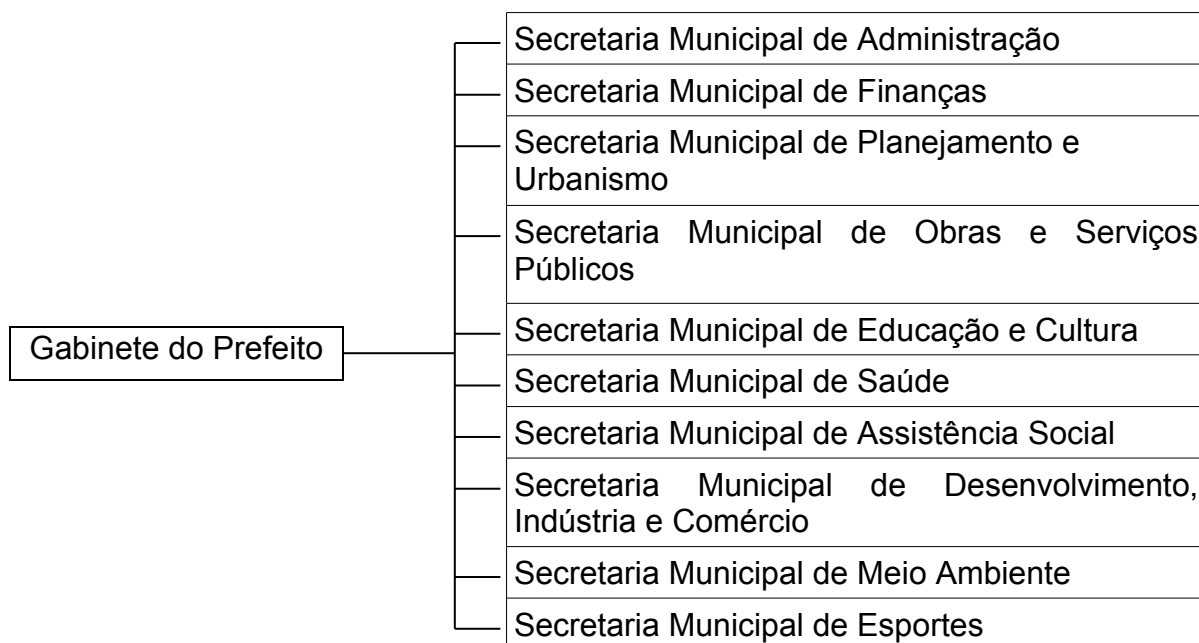
3.2.1 Espaços representativos: executivo municipal e legislativo municipal.

a) poder executivo municipal: prefeitura municipal de Carambeí;

Conforme a Lei Orgânica Municipal “[...] a prefeitura é o órgão executivo municipal, independente, composto, central e unipessoal; executa o mandato legal, genérico e abstrato, convertendo-se em atos administrativos, individuais e concretos.” (CARAMBEÍ, Lei Orgânica Municipal, 1997).

Atualmente, o município está na sua terceira gestão, tendo como prefeito Osmar Rickli, (PSDV/PMDB/PFL/PDT/PTC) que foi eleito com 5.537 votos. Nesta gestão a prefeitura municipal de Carambeí é estruturada em 10 (dez) secretarias distintas que dão suporte à operacionalização das ações no âmbito da gestão pública municipal.

A seguir dispomos do organograma da prefeitura, delimitando na sequência toda a equipe de gestão da atual administração municipal.



Fonte: Plano Diretor do Município de Carambeí, 2006.

QUADRO 1 - ORGANOGrama SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ – 2008.

b) poder legislativo municipal: câmara municipal de vereadores.

O poder legislativo municipal é institucionalmente representado no âmbito do município pela Câmara Municipal de Vereadores. Segundo a Lei Orgânica Municipal a Câmara Municipal de Vereadores “[...] no exercício das funções legislativas, delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; combinando ainda a função de controle e fiscalização do Executivo e o seu assessoramento.” (CARAMBEÍ, Lei Orgânica Municipal, 1997).

A atual composição é de um total de 9 (nove) vereadores. O legislativo tem nesta gestão sua terceira legislatura. Possui sede própria e está localizada na região central da cidade de Carambeí. Atualmente são vereadores os seguintes:

COLIGAÇÃO/PARTIDO	Nº DE VOTOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
Partido do Movimento Democrático Brasileiro ⁷²	357	PMDB
“Carambeí Rumo à Vitória”, dos partidos PSDB/PDT	347	PDT
“Liberdade e Ação” - formada pelos partidos PTB/PL/PRTB	321	PTB
“Carambeí de Cara Limpa” do PFL/PTC ⁷³	276	DEM
“Progresso e Trabalho” - PTN/PRP/PT do B.	273	DEM
“Carambeí Rumo à Vitória”, dos partidos PSDB/PDT	245	PSDB
“Liberdade e Ação” - formada pelos partidos PTB/PL/PRTB	231	PDT
Coligação PT PPS PP	223	PP
“Carambeí de Cara Limpa” PFL/PTC	211	DEM

Fonte: Bonde das eleições, (2004).

Disponível em: www.bonde.com.br/eleicoes/mun2004/1turno/apuracao/PR/75221.htm

QUADRO 2 - COMPOSIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – CARAMBEÍ – 2005-2008.

3.2.2 Espaços participativos: Conselho Municipal do Trabalho e Conselho Municipal de Assistência Social.

Os conselhos gestores das políticas públicas são espaços que podem fortalecer as práticas democráticas. Estes se constituem parte da “nova institucionalidade pública” (GOHN, 2001) da democracia brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988⁷⁴. Perissinotto (2004, p. 48) aponta que essa

[...] nova institucionalidade seria portadora de duas importantes mudanças no processo de elaboração de políticas governamentais, a saber: a descentralização, isto é, a transferência da responsabilidade decisória para as unidades subnacionais (estados e municípios), e o viés claramente participativo que, a partir daquele momento, deveria caracterizar o processo decisório [...]. Uma expressão fundamental dessas mudanças institucionais seriam os diversos conselhos criados legalmente e que se constituiriam na nova arena, essencialmente participativa, em que o processo decisório deveria ocorrer.

A partir de 1988 os conselhos passaram a fazer parte de uma nova

⁷² Atual presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

⁷³ Ex-presidente da Câmara Municipal de Vereadores – foi presidente nos primeiros 2 (dois) anos da gestão atual.

⁷⁴ Convém ressaltar que já em 1981 era prevista a participação da sociedade civil na gestão da política de meio ambiente, através do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA) e ainda em 1984, a lei de execução penal previa o Conselho da Comunidade. (BIDARRA, 2006).

institucionalidade pública, tendo em vista os novos princípios e diretrizes da democracia no país. Entretanto, convém ressaltar que os

[...] conselhos gestores de políticas públicas não são exatamente uma novidade no cenário político brasileiro. Nas décadas de 1970 e 80 realizaram-se experiências de participação popular na gestão de políticas públicas por meio de conselhos e fóruns populares (Gohn, 2001, p. 53-4), principalmente na área de saúde, em diversos municípios por todo o país. Um diferencial importante no atual contexto é o nível de institucionalização e de expansão por diferentes áreas temáticas e níveis de governo. A partir da inscrição na Constituição de 1988 da participação da comunidade como diretriz a ser seguida nas ações e serviços públicos em diversas áreas, os conselhos modelaram os espaços para a participação e se multiplicam com intensa velocidade por todo o país. (FERRAZ, 2006, p. 60).

Os conselhos podem ser considerados como espaços de participação que uma vez, consolidados jurídico e formalmente, com a Constituição Federal de 1988 proporcionaram possibilidades de aproximação e debate no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil na esfera pública, uma vez que prevêem a paridade entre o poder público e os segmentos organizados da sociedade civil. Conforme Tatagiba (2002) *“Os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.”* (itálicos no original). Conforme nos aponta Bidarra (2006, p. 42)

Na Constituição de 1988 encontram-se os aparados que garantem a disseminação da demanda participativa. Nela foram confirmados alguns dos anseios e dos projetos das forças sociais que, durante o momento constituinte, puseram na pauta e inauguraram uma intensa disputa pela indispensável participação e socialização da política, isto é, o compartilhamento do poder estatal com as organizações da sociedade civil. Essas demandas expressam o compromisso com a continuidade do processo de construção democrática da sociedade brasileira.

Os conselhos podem fortalecer as democracias em todos os níveis de governo, sendo que a partir da descentralização político-administrativa o município tem sido protagonista em enfrentar as demandas populares, e os conselhos uma via pela qual a população pode participar ativamente da política democrática. Porém, somente a instituição legal destes mecanismos não garante a efetivação dos direitos à população.

Os conselhos gestores de políticas públicas são fundamentais para a definição das ações nas referidas políticas e concretizam a perspectiva da socialização da política, conforme nos apontou Gramsci. Nesta lógica o município de Carambeí, nos seus espaços de participativos da gestão municipal, diferentes conselhos municipais gestores de políticas públicas. Tonella (2006, p. 27) coloca

que a “[...] participação passou a significar não apenas ocupar os espaços dos movimentos, mas propostas foram apresentadas no sentido da redemocratização e da ampliação da sociedade civil na gestão pública.” Verificamos que os espaços de participação da sociedade civil, no âmbito da gestão pública, estão explícitos na configuração político-institucional local que se organizou a partir das exigências do processo de descentralização das políticas públicas no país, que colocam as esferas municipais em destaque no processo de gestão das referidas políticas.

Podemos observar a seguir os conselhos gestores de políticas públicas, legalmente constituídos na esfera municipal carambeiense.

Nº	Conselhos Municipais de Políticas Públicas de Carambeí
1	Conselho Municipal de Saúde
2	Conselho Municipal de Assistência Social
3	Conselho Municipal de Educação
4	Conselho Municipal do Trabalho
5	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Fonte: Documentos municipais, 2008.

QUADRO 3 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CARAMBEÍ – 2008.

Além dos conselhos de políticas públicas cabe ressaltar que o município possui outros conselhos que visam o aprimoramento da gestão pública municipal.

São conselhos municipais locais:

- a) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEF;
- c) Conselho Municipal de Cultura;
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Conselho Municipal de Segurança;
- f) Conselho Municipal da Juventude;
- g) Conselho Municipal da Comunidade (conselho constituído conjuntamente com o município de Castro).

Vale ressaltar que o plano diretor municipal⁷⁵ de Carambeí possui previsão

⁷⁵ “[...] verdadeiro instrumento de planejamento estratégico do próprio Município, que, aplicado por sua legislação correlata – Lei do Uso, Ocupacional, e Parcelamento do Solo, Código de Obras e Código de Posturas – deve conter diretrizes das mais diversas, desde as relacionadas às condições de acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais e fundamentais, como emprego, habitação e serviços, passando pela proteção ao meio ambiente e patrimônio natural e cultural,

para a criação de outros três conselhos, sendo eles: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Conselho Municipal de Desenvolvimento. Este último deverá ser o órgão central que congrega todos os conselhos do município. Terá por objetivo o acompanhamento da política de desenvolvimento do município de Carambeí, explícita no interior do Plano Diretor. Cabe ressaltar que até o presente momento (2008/1) não foi criado na esfera municipal.

a) conselho municipal de assistência social;

O Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão colegiado de composição paritária de caráter deliberativa e permanente. (CARAMBEÍ, Lei 054/97). Ele foi criado no município no ano de 1997 juntamente com o fundo municipal de assistência social de Carambeí, conforme apontamos anteriormente. O conselho passou ao longo desses anos de criação por situações de baixa participação. Cabe ressaltar que durante o período de realização de estágio na Secretaria Municipal de Assistência Social, de 2002 a 2003, acompanhamos o risco do município de Carambeí perder a municipalização da gestão da política de assistência social, por razões de não realização das reuniões do conselho municipal de assistência social, assim prejudicando o planejamento e o controle democrático da política em nível local. No de 2003 realizou-se a IV Conferência Municipal de Assistência Social, na qual ocorreu a eleição dos novos conselheiros municipais de assistência social, bem como de sua diretoria. Cabe ressaltar que nesta conferência a presidência do referido conselho passou de um representante do poder público para um representante não governamental, que permanece até a gestão 2007-2009, conforme podemos constatar a seguir. A gestão de 2003 -2005 foi do segmento de pessoas com deficiência, a gestão 2005-2007 foi do segmento das entidades de assistência social atuantes do município e atualmente a gestão 2007-2009 é do segmento das assistentes sociais atuantes no município.

A composição atual deste conselho está assim estruturada.

até aquelas que digam respeito ao perfil econômico do Município, entre outras". (FERNANDES, 1998, p. 21).

CARGO	REPRESENTAÇÃO
Presidente	Assistentes sociais atuantes no município
Vice presidente	Entidades sociais atuantes no município
Secretária Executiva	Pessoas portadoras de deficiência

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado junto da secretária executiva do conselho municipal de assistência social, (2008).

QUADRO 4 - DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAMBEÍ – 2008.

Representantes do Poder Público	
Nº	Representação
1	Representante do Departamento de Promoção Social
1	Representante da Secretaria de Saúde
1	Representante da Secretaria de Educação e Cultura
1	Representante da Secretaria de Finanças
1	Representante da SERT “Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho” ⁷⁶ atuante no município.
Representantes da Sociedade Civil	
Nº	Representação
1	Representante de grupos organizados da 3ª Idade
1	Representante das pessoas portadoras de deficiência
1	Representante de entidades de Assistência Social de reintegração à família
1	Representante das Assistentes Sociais atuantes no município
1	Representante das Associações de Produtores Rurais

Fonte: CARAMBEÍ, Lei Municipal 054/97.

QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAMBEÍ – 2008⁷⁷

b) conselho municipal do trabalho.

⁷⁶ A SERT foi extinta, atualmente é SETP – Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social. Nesta representação quem participa é um funcionário da Agência do Trabalhador em razão de ser um órgão do município vinculado a esta secretaria de estado.

⁷⁷ Convém mencionar que a lei do conselho municipal de assistência social está passando por uma reformulação, sendo que uma das alterações serão as representações para sua composição. Tal processo de reformulação vem ocorrendo por orientação dos órgãos de apoio aos conselhos, por decorrência das normativas legais da política de Assistência Social.

O Conselho Municipal do Trabalho foi criado no dia 22 de agosto de 1997 através da Lei nº 018/97, sendo, portanto no primeiro ano de gestão municipalizada, conforme apontamos anteriormente.

De acordo com o relatório da Corregedoria Geral da União (2004) o Conselho Municipal do Trabalho em Carambeí, embora criado formalmente em 1997, obteve precária operacionalização até o ano de 2004 e enfoca as irregularidades no âmbito deste. Os resultados demonstram

[...] que o colegiado, instituído em 10/03/97, de forma tripartite e paritária, com a composição de nove conselheiros titulares e nove suplentes, com mandato de 12 meses para a presidência, em sistema de rodízio, deixou de atuar desde a última reunião, ocorrida em 16/12/2003, pela qual também foi dada a posse dos novos conselheiros e do novo Presidente (representante dos trabalhadores). Até aquela data as reuniões já eram realizadas com pouca frequência: foram apenas duas em 2002 (10/set e 21/nov) e duas em 2003 (30/abr e 16/dez), registradas em ata. Entretanto, após a posse dos novos conselheiros, não houve mais nenhuma reunião. (BRASIL, Corregedoria Geral da União, 2004).

Mediante tais informações verificamos que, assim como o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Trabalho passou por dificuldades para a sua atuação na esfera local. Embora, criados formalmente, ou seja, institucionalizados na esfera municipal, não estavam dadas as condições concretas para sua operacionalização, especialmente no que se refere à participação da população na construção destes espaços em nível local.

Atualmente o Conselho Municipal do Trabalho tem se reunido regularmente. Possui uma diretoria composta pelos seguintes representantes, (FIALA, 2007).

CARGO	REPRESENTAÇÃO
Presidente	Agência do Trabalhador
1ª secretário	Departamento de Extensão Rural

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado junto da presidente do Conselho Municipal do Trabalho, (2007).

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO - CARAMBEÍ – 2007.

O conselho municipal do trabalho é composto de forma tripartite e paritária sendo formado pelos seguintes representantes:

- 3 (três) representantes do poder público;
- 3 (três) representantes indicados pelas entidades de trabalhadores;

- 3 (três) representantes indicados pelas entidades patronais;

Nº	Representantes do Poder Público
1	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
1	Departamento de Extensão Rural
1	Agência do Trabalhador
Representantes das Entidades dos Trabalhadores	
1	Sindicato dos Transportes
1	Sindicato das Indústrias
1	Sindicato das Cooperativas
Representantes das Entidades Patronais	
1	Associação do Comércio e da Indústria
1	Cooperativa Batavo
1	Perdigão Agroindustrial S.A

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado junto da presidente do Conselho Municipal do Trabalho, (2007).

QUADRO 7 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO - CARAMBEÍ – 2007.

Frente à caracterização dos espaços participativos verificamos que estes têm enfrentado dificuldades para atuarem efetivamente em nível local. Assim, confirma-se que o fato de tê-los criado por decreto. Concorrem para esta situação o fato de a comunidade carambeense não ter sido incluída democraticamente na construção e pactuação iniciais para a criação destes espaços participativos.

3.3 AS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS QUE COMPÕEM O PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO DE CARAMBEÍ.

“Quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma ‘teoria’ para si e traça um plano de ação.” (NOGUEIRA, 2005, p. 130).

Para a aproximação com a especificidade do objeto desta pesquisa, partimos da visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado em Carambeí, pois são estes que vivenciam e materializam as relações entre os diferentes espaços de participação que compõem o mesmo.

As reflexões realizadas no âmbito desta pesquisa foram organizadas a partir categorias de análise, conforme o quadro abaixo.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ITENS ANALISADOS
A experiência dos sujeitos nos espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí	Perfil dos sujeitos
	Dificuldades e conquistas da participação
As relações entre os espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí	Características e determinantes das relações
	Poder de decisão
	Estratégias para o aprimoramento das relações
Perspectivas para o desenvolvimento social municipal na visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado de Carambeí	Relações entre a cultura local e o desenvolvimento social municipal
	O desenvolvimento social municipal: questões prioritárias

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

QUADRO 8 – CATEGORIAS ANALISADAS NA PESQUISA

3.3.1 A experiência dos sujeitos nos espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí

Conforme destaca Marx (1997) o sujeito constrói a sua história e a história de seu tempo, conforme as condições dadas e herdadas do passado. Neste sentido, constitui-se parte de um momento histórico prático⁷⁸, onde o próprio sujeito é produto da relação dialética entre sujeito e objeto numa determinada realidade, síntese da práxis histórica⁷⁹. Assim a experiência do sujeito é ponto fundamental para a reflexão ora proposta, uma vez que explicita questões importantes no que tange à vivência dos sujeitos pesquisados, enquanto representantes da população carambeense nos diferentes espaços do poder local institucionalizado (seja no executivo, no legislativo ou nos conselhos municipais).

De acordo com Severino (1994, p. 38)

Subjetividade (e seus conceitos correlatos: sujeito, subjetivo): é a condição daquilo que se refere à consciência enquanto pólo que recebe as informações sobre os objetivos nas relações que constituem as experiências dos homens frente aos vários aspectos da realidade. É a condição e o modo de atuação do sujeito, entendido este como a esfera mental do homem

78 “Sujeito e objeto se constituem reciprocamente. A historicização do sujeito constitui-se pela práxis criadora.” (SEVERINO, 1994, p. 75).

79 “Concepção subjetiva da realidade filosofia da práxis. A filosofia da práxis ‘absorve’ a concepção subjetiva da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas; absorve-o e o explica historicamente, isto é ‘supera’ -o e o reduz a um seu ‘momento’. A teoria das superestruturas é a tradução da concepção subjetiva da realidade termos de historicismo realista.” (GRAMSCI, 2001, p. 315).

enquanto pólo que recebe e apreende as informações referentes aos objetos na relação do conhecimento e das demais formas de sensibilidade.

Tendo em vista a necessidade de conhecer os sujeitos participantes do poder local institucionalizado de Carambeí, traçamos o perfil dos mesmos, pois consideramos que as relações que compõem o poder local institucionalizado de Carambeí são permeadas e constituídas a partir da experiência dos sujeitos que vivenciam e materializam estas relações no âmbito do poder local institucionalizado, conforme apontamos.

a) perfil dos sujeitos;

Para a caracterização do perfil dos sujeitos apontamos *a naturalidade, a escolaridade, a profissão, a ocupação profissional, o tempo de residência em Carambeí, o tempo de participação no poder local institucionalizado, e ainda a participação destes em outros espaços de participação do poder local.*

REPRESENTANTES	MUNICÍPIO DE ORIGEM	TEMPO DE RESIDÊNCIA (anos)
PCMV	Ponta Grossa	31
PM	Tibagi	28
PCMT	Ponta Grossa	25
PCMAS	Ponta Grossa	2

Fonte: Formulário de dados da pesquisa, (2008).

QUADRO 9 - NATURALIDADE E TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO - CARAMBEÍ – 2008.

Podemos verificar que o PCMV, o PCMT e a PMAS nasceram em Ponta Grossa e o PM nasceu em Tibagi. Cabe ressaltar que apenas a PCMAS migrou para Carambeí recentemente, os demais já residiam no local quando da sua emancipação, a PCMT e PCMV por serem de famílias locais e o PM porque migrou para Carambeí em 1980. Conforme destacou *“Então a gente já está aqui, no caso Carambeí, desde 1980 [...]”*.

Destacamos abaixo a colocação do PM sobre o que o motivou a morar na cidade de Carambeí.

“Eu estou aqui há 28 anos, mas eu me apaixonei pelo lugar, quando eu conheci Carambeí, eu [...] vinha toda a semana pra cá e eu não enxergava Carambeí. De repente eu acordei pra realidade de Carambeí e acabei me apaixonando pela cidade. [...] pra mim é uma cidade fantástica, tem tudo, eu sempre falo é um município totalmente atípico. Você chegar num município que tem

dezesseis mil habitantes e tem uma empresa que tem seis mil funcionários, isso eu não sei onde que tem.” (PM)

A partir da fala do PM que o fator determinante para a sua própria migração, diz respeito à particularidade histórica carambeense, relacionada à grande disponibilidade de trabalho na região. Carambeí é um município de pequeno porte, (IPARDES, 2003) que sedia um complexo agroindustrial de grande porte, antes de propriedade dos imigrantes colonizadores do local e atualmente a maior parte de propriedade da empresa Perdigão, que em sua organização societária possui investimentos nacionais e internacionais⁸⁰, instalada no espaço local desde o ano de 2000, que dispõe de grande absorção de mão-de-obra. Esta é, conforme já discutimos uma das características centrais do perfil econômico da realidade local, que portanto rebate na questão social municipal.

No que se refere à escolaridade dos representantes do poder local institucionalizado, verificamos abaixo a situação atual:

REPRESENTANTE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO ATUAL
PM	Ens. Fundamental incompleto	Empresário	Prefeito Municipal
PCMV	Pós-graduação incompleta	Administradora	Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PCMT	Pós-graduação incompleta	Assistente Social	Gerente da Agência do Trabalhador de Carambeí
PCMAS	Ensino superior completo	Assistente Social	Assistente Social da APAE de Carambeí

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

QUADRO 10 – ESCOLARIDADE, PROFISSÃO E OCUPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO – CARAMBEÍ – 2008

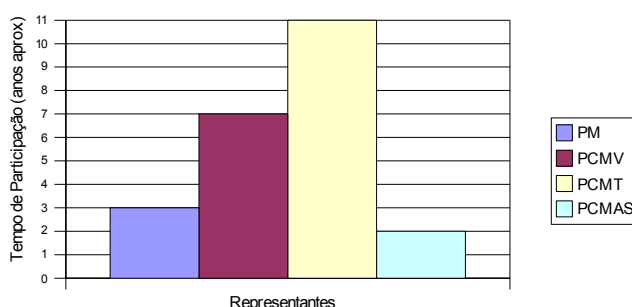
Todos os representantes do poder local institucionalizado de Carambeí

⁸⁰ Cabe ressaltar que a atual Perdigão, na época em que o PM migrou para Carambeí ainda não tinha sede no município, mas veio a incorporar parte da Batávia, em 2000 e hoje é uma das maiores companhias de alimentos da América Latina, com sede na cidade de Carambeí. “A Perdigão chegou ao Paraná em 2000, quando adquiriu 51% do capital da divisão de produtos cárneos da Batávia. Em 2006 a Perdigão comprou os restantes 49% da Batávia S/A, preservando a marca Batavo, acessando rapidamente o promissor mercado de carne de perus e, desde então, vem investindo no aumento da capacidade de abate e ampliação do parque agropecuário. A empresa é sediada em Carambeí (PR), com atuação agroindustrial também no Estado de Santa Catarina. A composição acionária da empresa Perdigão é a seguinte: 14,11% - PREVI – Caixa Prev. Func. Bco Brasil; 12,04% - PETROS – Fund. Petrobrás Seg. Soc.; 7,26% - Fundo BIRD; 4,53% - WEG Participação e Serviços S. A.; 4,00% - Fund. Telebrás Seg. Social – SISTEL; 3,72% - VALIA – Fund. Vale do Rio Doce; 1,68% - FPRV 1 Sabiá F I Multimercado Previd. 1,68%; 1,27% - REAL GRANDEZA Fundação de A.P.A.S; outros 51,39%, sendo um total de 206.958.103 ações ordinárias. Das ações 20,5% são de controle difuso nacional e 30,3% são de controle difuso de estrangeiros.(Disponível em: www.perdigao.com.br. Acesso em: 24. out. 2008.

acessaram à educação formal, entretanto tal acesso não se deu em igual proporção. Acessaram até pós-graduação o PCMV e o PCMT, até o ensino superior o PCMAS, e o PM possui apenas o ensino fundamental incompleto. Verificando o perfil educacional destes representantes do poder local em Carambeí podemos dizer que embora a educação seja fator fundamental para o desenvolvimento humano e societário o acesso pleno deste direito não é universal no Brasil. A própria sociedade política brasileira revela *per si*, tal questão social.

Quanto à profissão temos que tanto o PCMT quanto PCMAS são assistentes sociais, o PM é empresário e o PCMV é administrador. No que se refere à ocupação o PM, o PCMV e o PCMT ocupam cargos públicos remunerados, sendo os dois primeiros cargos eletivos e o segundo é cargo de carreira na esfera municipal, profissional concursado. Apenas o PCMAS atua no âmbito da esfera privada, em uma entidade da rede socioassistencial municipal. Outra observação é que dos 4 (quatro) sujeitos pesquisados, 2 (dois) são assistentes sociais.

Quanto ao tempo de participação dos sujeitos pesquisados, no poder local institucionalizado de Carambeí, temos os seguintes dados.



Fonte: Formulário de dados, 2008.

GRÁFICO 1 – TEMPO DE PARTICIPAÇÃO ENQUANTO REPRESENTANTE DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO – CARAMBEÍ – 2008

Verificamos que o PCMT participa há aproximadamente 11 (onze) anos nos espaços participativos (conselhos municipais de políticas públicas), entretanto enquanto presidente do CMT iniciou suas atividades em novembro de 2007. No que se refere ao PCMAS este participa do referido conselho há aproximadamente 2 (dois) anos, sendo presidente do mesmo há aproximadamente 2 (dois) meses. O PCMV ocupa cargo de vereador desde 2001, entretanto como presidente do legislativo há aproximadamente 11 (onze) meses. Quanto ao PM esta é a primeira

participação no poder local institucionalizado de Carambeí, sendo eleito prefeito pelo PSDB nas eleições de 2004. Assim, 3 (três) dos sujeitos representativos deste não completam 1 (um) ano de experiência enquanto presidente do respectivo espaço (PMAS, PCMT, PCMV) e 1 (um) sendo o PM está no quarto ano de sua gestão.

Buscamos mapear também as participações dos sujeitos pesquisados em *outros espaços do poder local*, seja institucionalizado ou não. A exposição está dividida por mecanismos de participação conforme o que dispõe Teixeira (2001) sobre esta questão.

Modalidades Mecanismos	Representativo		Participativo	
	PM (Legislativo Municipal)	Legislativo Municipal	PCMT (Conselhos de Políticas Públicas)	PCMAS (Conselhos de Políticas Públicas)
Institucionalizados da Esfera Pública	Conferências	Conferência, Comissão, Conselho, Comitê	Conferência, Conselho, Comissão	Conferência, Conselho, Comissão
Político/eleitorais	Partido Político	Partido Político	Partido Político	
Cooperativos (da sociedade Civil)			Associação PROVOPAR	Associação
Político Sociais (da Sociedade Civil)			Associação	Fórum

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

QUADRO 11 - PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO, POR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO⁸¹ – CARAMBEÍ – 2008.

Quanto à participação em **conferências**, os sujeitos pesquisados participaram das seguintes: conferência municipal de educação, assistência social, criança e adolescente, saúde (em Carambeí) e conferência municipal da mulher e da pessoa com deficiência (em outros municípios). Quanto à participação em **comissões**, verificamos que o PCMV participou de uma comissão interna no âmbito do legislativo municipal, sendo uma comissão de Justiça e Redação. O PCMT participa atualmente de uma comissão denominada Comissão de Unidade de Transferência de Recursos, cujo objetivo é acompanhar e fiscalizar a aplicação e prestação de contas de recursos dos convênios firmados pelo município com o estado e com a união, vigentes no município de Carambeí. Quanto ao PCMAS esta participou no município de Joinville – SC de duas Comissões: uma comissão de

⁸¹ Os mecanismos descritos na tabela são categorizados por Teixeira (2001) em seu livro *O local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã*.

finanças, junto do executivo municipal e ainda uma Comissão do Fórum de Economia Solidária, no âmbito da sociedade civil.

Quanto à participação em **conselhos**, verificamos que 3 (três) dos sujeitos pesquisados participam de tais espaços. No âmbito dos espaços representativos apenas a PCMV participa voluntariamente, nos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho de Segurança, Educação, Cultura e Meio Ambiente. Quanto aos espaços participativos, os 4 (quatro) sujeitos participam de conselhos atualmente. Como não poderia deixar de ser no caso do PCMAS e o PCMT, entretanto o PM e o PCMV participam na condição de convidados em determinadas ocasiões. A PCMAS participou também no município de Joinville-SC do conselho municipal da mulher e do conselho municipal do trabalho e emprego e o PMCT participou em Carambeí dos conselhos municipal de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente.

Quanto à participação em **partidos políticos**, como não podia deixar de ser o PM e a PCMV são filiados, o PM no PSDB e a PCMV no PMDB. Nos espaços participativos apenas a PCMT é filiada em partido político - PMDB.

Em **comitês**, atualmente somente a PCMV participa do Comitê Programa “Fome Zero”. No que se refere à em **outros espaços de participação** todos os espaços elencados pelos sujeitos são oriundos de segmentos organizados da sociedade civil, o PM e PCMV participam de movimentos e ou obras sociais da Igreja, sendo o PM na igreja protestante e o PCMV na igreja católica, o PCMAS manifestou ter participado de fórum e o PCMT de associações.

Mediante os dados apresentados podemos considerar que as experiências de participação dos sujeitos do poder local institucionalizado de Carambeí são restritas e heterogêneas e caracterizam-se como práticas isoladas.

b) dificuldades e conquistas da participação;

No que se refere às dificuldades e conquistas da participação, enquanto sujeito participante dos espaços do poder local institucionalizado, estes passam a reconhecê-las quando da sua experiência.

O PM de Carambeí aponta quanto às dificuldades da sua participação no

âmbito do executivo, questões relacionadas à cultura clientelista do local.

*No caso particular da prefeitura municipal de Carambei a cultura que foi implantada. **Embora Carambei seja um município na terceira gestão, já começou com uma cultura errada, do assistencialismo, do protecionismo e da perseguição.** Então isso aí foi uma das maiores dificuldades. Nosso plano de campanha foi sempre trabalhando o fim do assistencialismo e abrindo oportunidades de trabalho pra todos; o fim da perseguição e o fim do protecionismo. (PM)*

Verificamos que o clientelismo se expressa claramente nas relações do poder local institucionalizado de Carambei, sendo apontado pelo PM com uma das dificuldades no âmbito de sua experiência no executivo. O PM aponta o assistencialismo, o protecionismo e a perseguição, enquanto realidades locais, desde as primeiras gestões municipais, que, portanto, determinam as relações entre os diferentes espaços de participação do poder local institucionalizado e destes com a população local, acarretando, por consequência, outras dificuldades para as relações do poder local. Entretanto, é importante percebermos que é inerente à prática democrática a disputa pelo poder. Conforme apontou Fischer (1993) o poder pressupõe uma relação em que há um desequilíbrio: o que é “*perseguição*” para uns, pode ser considerado “*proteção*” para outros, vai depender de qual lugar se ocupa no jogo complexo de relações estabelecidas entre si. Neste sentido, o próprio PM acrescenta

*[...] Então quando se faz justiça com uma pessoa que foi teu aliado. Ele diz: Poxa! Perdi meu tempo! Mas não é. **Eu sempre digo aquilo é justo é justo, tanto faz para um amigo, quanto para um inimigo, a medida é a mesma. Então eu acho que a parte mais difícil é isso aí. É você ser entendido.** (PM)*

Mediante esta fala do PM verificamos que a cultura clientelista torna-se base para as relações do poder local e os critérios igualitários não são interpretados como justos entre as relações do poder local institucionalizado, inclusive contraditoriamente pelo próprio PM, pois em determinado momento julga que existem práticas de perseguição e protecionismo no município, e depois acrescenta que “*não é entendido*”. Ora o que para ele na relação é fazer justiça, para o outro pode ser considerado, da mesma forma, perseguição. Disso posto nas relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado, vale ressaltar que cabe à justiça julgar o que é perseguição e ou protecionismo e aos governantes entender que as práticas democráticas são conflituosas, pois diferentes são os interesses em jogo na arena de debates.

No que se refere à justiça a PCMV que em item anterior retratou a questão do clientelismo, apontou como dificuldade inerente à sua participação no âmbito do poder local institucionalizado a questão da “*justiça*” no que se refere à fiscalização

da coisa pública. Diante dos relatos da mesma verificamos que esta considera a “ampla defesa aos políticos” um empecilho para a resolução de determinadas questões, sendo assim, dificultando a transparência e a legalidade no âmbito da esfera pública.

“A maior dificuldade que eu enfrento até hoje é a questão da justiça. Existe muita lei pra se fazer pouca coisa. Uma lei acaba atrapalhando a outra. [...] Essa questão da ampla defesa que se dá aos políticos abre muita brecha para os políticos fazerem coisas erradas e eles não serem punidos. Então a dificuldade é essa. [...] É a dificuldade de se fazer justiça no Brasil. [...] Essa questão da ampla defesa é horrível. [...] A justiça brasileira ela se torna praticamente inviável e o desmando se torna muito grande.” (PCMV)

Neste sentido, podemos enfatizar a importância do controle social no país e a relevância deste para a justiça no país. Teixeira (2001, p. 124) aponta que

[...] do ponto de vista do Estado, a existência de todo um aparato para coibir a corrupção (50 mil funcionários) não significa a possibilidade de contê-la, não só porque é 'constitutiva da institucionalidade oligárquica' (Chauí, 1993), mas também porque não há nenhum mecanismo de controle nas mãos da sociedade. Denúncias recentes (precatórios, venda de votos, uso indevido de verbas públicas) mostram a persistência do fenômeno, sem que os mecanismos existentes tenham efeito. Esse fato tem duas implicações: a primeira, é o papel estratégico que passa a exercer a sociedade civil no controle dos atos e decisões do Estado em face da ineficiência dos controles internos aos próprios poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo); a segunda, é que se evidencia não bastarem o mero apelo à ética, certamente importante no sentido da formação da cultura política, ou mobilizações de denúncias, sendo necessários instrumentos de controle externo, cívico, e a capacitação dos cidadãos para exercê-los.

Conforme aponta Teixeira (2001), embora existam espaços de controle da sociedade para com o Estado, ainda existem dificuldades para conter a corrupção no país. Entretanto para a efetivação do preceito do controle social por parte da sociedade civil frente ao Estado é necessária a materialização do mesmo no âmbito das relações entre os mesmos.

Sobre as dificuldades da participação o PCMAS e o PCMT enfocaram questões referentes ao funcionamento dos conselhos, desde a sua formação à sua organização documental e ainda quanto ao desconhecimento dos conselheiros no que se refere ao próprio conselho, conforme verificamos abaixo.

“A documentação do conselho tinha sido perdida, porque a secretaria havia mudado de espaço. Foi perdido várias documentações e o registro de todas as entidades. Então nesse um ano e meio a gente teve que regularizar toda documentação do conselho, tentar reaver o que tinha sido perdido. [...] O maior problema são as mudanças governamentais, porque das entidades continuam as mesmas pessoas, ou senão entra o suplente, então são pessoas que já estavam acompanhando o conselho. Agora entrou gente tudo nova, gente que não sabe nem pra quê serve o conselho. Então a gente começa tudo do zero no sentido das pessoas saberem. [...] Então é um pouco complicada a participação no conselho.” (PCMAS)

“[...] o conselho do trabalho ele não tem muita coisa documental. Então agora que a gente está podendo formular as resoluções [...]. A gente está fazendo com que o conselho tenha uma certa base

de dados.” (PCMT)

Percebemos na fala do PCMAS e do PMCT que a estrutura de funcionamento dos referidos conselhos sofrem por fragilidades administrativas. As bases de dados não são consolidadas, desta forma não há uma organização documental adequada. Tal questão é apontada, também por Tatagiba (2002)⁸² quando trata das dificuldades inerentes à relação Estado/sociedade civil no âmbito dos conselhos gestores de políticas públicas.

Na continuação da fala da PCMAS foi possível perceber que a autonomia dos conselhos torna-se frágil tanto para com o Estado quanto para com a sociedade civil, situação esta explicitada a seguir:

“Eu vejo que o conselho às vezes não é muito respeitado também. Você vê que muitas coisas vem de cima pra baixo. Então às vezes, uma entidade quer um aumento de uma subvenção, por exemplo. Vai direto no gabinete do prefeito, o prefeito autoriza, daí vem pro conselho. Só que essa verba sai do fundo! Então quem tem que liberar esse aumento é o conselho, o conselho tem que dar o seu aval pra daí o governamental ver se tem a verba ou não e ser votada em câmara e tal, mas primeiro vem lá de cima e daí você percebe que os conselheiros têm medo de votar contra uma ordem do prefeito. Porque se o prefeito já liberou! Então porque que o conselho vai contra? Então, as vezes não importa se a entidade está fazendo um trabalho dentro da assistência ou não. Então tem umas coisas que são complicadas, você vê que dentro da gestão mesmo, as vezes o conselho, pra eles não importa, não tem papel mesmo.” (PCMAS)

Percebemos que há um debate apresentado pelos depoimentos dos sujeitos que apontam que em Carambeí os referidos conselhos possuem fragilidades não só no que se refere à organização e manutenção de documentos, à rotatividade de membros, mas sobretudo quanto à efetividade de sua autonomia no que se refere às deliberações na sua área. Verificamos que embora os conselhos estejam estruturados e em funcionamento, as deliberações são feitas pelo executivo, em detrimento da visão dos mesmos, sendo que as próprias entidades representadas nos conselhos acabam por se submeter às práticas clientelistas do executivo municipal, e seus representantes nos conselhos municipais atuam temerosamente, conforme apontou o PCMAS. Percebemos que tais dificuldades se dão em razão da desconsideração por parte do executivo e do legislativo municipais à legitimidade dos conselhos enquanto órgãos cuja autonomia lhes permite deliberar nas respectivas áreas de sua atenção. Outrora, mencionamos a gênese dos conselhos em Carambeí, tal questão pode ser considerada determinante para a realidade atual de subordinação dos conselhos, sobretudo ao executivo. O poder dos conselhos,

⁸² Tatagiba é uma referência na literatura brasileira sobre estudos relacionados à questão da participação em conselhos gestores de políticas públicas.

enquanto espaço democrático participativo no âmbito do Estado Democrático de Direito, advém dos princípios que regem sua legitimidade. Conforme nos aponta Bobbio (1987) os três grandes princípios da legitimidade são “a Vontade, a Natureza, a História”.

O debate sobre os critérios de legitimidade não tem apenas um valor doutrinal: ao problema da legitimidade está estreitamente ligado o problema da obrigação política, à base do princípio que a obediência é devida apenas ao comando do poder legítimo. (BOBBIO, 1987, p. 91).

Podemos acrescentar, conforme Aranha e Martins (1993), sobre os princípios da legitimidade, sobretudo os democráticos. “Ao longo da história humana foram adotados os mais diversos princípios de legitimidade do poder. [...] na democracia, vem do consenso, da vontade do povo.” (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 180). Embora os conselhos em Carambei estejam formados, a gênese de sua formação na esfera municipal não se originou pela iniciativa popular. Com efeito foram formados por um segmento então hegemônico no município em decorrência das determinações constitucionais. Conforme o PM apontou *“Ainda é uma minoria que manda”*. Desta forma, explica-se a deslegitimação existente frente a tais espaços, tanto por parte da sociedade civil, que não contribuiu democraticamente com a sua formação, quanto do executivo que, outrora, o formou subordinado à estrutura estatal e que atualmente obtém resistência em considerá-lo como espaço autônomo frente à administração municipal.

Segundo Tatagiba (2002, p. 63)

Quanto à representatividade dos conselheiros governamentais, estudos de caso permitem afirmar a existência de um vínculo muito frágil entre os representantes governamentais e seus órgãos de origem. Os conselheiros governamentais tendem a defender nos conselhos suas próprias opiniões e não as propostas e posicionamentos resultantes da discussão com as agências estatais envolvidas. Assim, as posições do governo nem sempre chegam ao conhecimento do conselho, assim como as discussões dos conselhos costumam não ser acompanhadas pelas agências estatais envolvidas. Muitas vezes, isso decorre da pouca importância que o Estado confere à sua participação nos conselhos, mandando para as reuniões pessoas não preparadas para a discussão e com pouco poder de decisão. Essa política de esvaziamento dos conselhos tem se refletido nos altos índices de ausência dos conselheiros governamentais das reuniões e da grande rotatividade.

Conforme citou Tatagiba (2002) e ainda de acordo com o depoimento do PCMAS, verificamos que a desconsideração do executivo frente à relevância dos conselhos acaba por esvaziá-los e torná-los frágeis mediante o conjunto da estrutura estatal. Percebemos ainda que apesar da conquista da garantia legal e da

legitimidade jurídico-formal dos conselhos ao tornarem-se autônomos e deliberativos, a partir da Constituição Federal de 1988, em Carambeí e ainda em outros contextos locais do país, os sujeitos participantes não se relacionam horizontalmente no processo decisório das ações, sendo sobremaneira, desviado o eixo decisório, aos gabinetes dos prefeitos, em detrimento do poder concedido jurídico e formalmente aos demais espaços do poder local institucionalizado. Neste contexto, verificamos, a partir do depoimento dos sujeitos pesquisados que a sociedade civil, ainda se submete à relações particularistas, favorecendo a hegemonia do executivo no poder local institucionalizado. Com isso coloca-se, por vezes, como inferior ao governo, desconsidera a lógica da coletividade e do direito, para submeter-se à relações meritocrático-particularistas, inerentes à cultura do clientelismo no Brasil. Esta questão foi identificada no município de Carambeí, conforme a fala dos sujeitos pesquisados. Neste sentido, Tatagiba (2002, p. 63, 64) acrescenta que

Isso produz um enfraquecimento dos conselhos que, apesar de suas prerrogativas legais, não consegue impedir que muitas questões importantes sejam decididas nos gabinetes dos altos escalões do governo, sob a influência dos interlocutores tradicionais.

Tais características são próprias da esfera pública estatal e configuram hegemonicamente as relações entre os espaços de participação nos poderes locais institucionalizados do país, sendo esta particularidade identificada, no âmbito do poder local institucionalizado em Carambeí, conforme apontamos. As relações clientelistas fazem parte do conjunto das dificuldades da participação democrática e determinam, sobremaneira, o conteúdo da ação política no Brasil, portanto, condicionam as bases de construção do Estado Democrático de Direito. Neste sentido, no âmbito das experiências dos sujeitos representantes do poder local institucionalizado de Carambeí, as relações clientelistas se expressam enquanto parte do tecido das relações políticas do país. Consideramos que a sociedade brasileira está no início de um aprendizado, o de (des) construir uma longa história baseada na cultura do autoritarismo e no clientelismo político. Cabe ressaltar a histórica fragilidade na questão educacional, dentre outros fatores de exclusão social no país como determinantes ao não acesso consciente aos conhecimentos necessários ao fortalecimento democrático no âmbito da esfera pública brasileira. Com efeito, conforme a visão marxista, uma revolução cultural levará séculos para acontecer, entretanto lutando por uma nova cultura se chega a mudar o 'conteúdo'

da arte. (GRAMSCI, 2001).

Pudemos perceber que a dinâmica interna da estrutura estatal é permeada por mecanismos que engessam o Estado para uma melhor relação com a sociedade civil. A burocracia pode ser considerada, *a priori*, como um mecanismo que visa garantir a segurança jurídica necessária aos procedimentos e ações públicos, no entanto muitas vezes acaba por tornar-se uma das principais amarras para a ação, e um impeditivo para uma melhor relação entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que a efetivação de muitas das propostas levantadas no âmbito da arena de debates na esfera pública pelos diferentes segmentos da sociedade civil, não são efetivados devido aos entraves burocráticos existentes. Conforme os depoimentos abaixo, podemos verificar que tal questão está presente na fala dos seguintes sujeitos pesquisados, portanto é uma realidade vivenciada no município de Carambeí.

“Ah! É da própria política, sabe! da própria política do trabalho, que de repente a gente quer fazer alguma coisa, mas, é impedido pelo Estado. Que nem agora, [...] ontem a gente estava discutindo sobre o disque pequenos serviços. É fácil de implantar só porque se torna complicado. Porquê? Porque a gente tem que ter um curso que vem do Estado, entende? Então esse curso que vem do Estado é demorado para chegar até nós, sabe? [...]” (PCMT)

“Eu diria que hoje eu já estou bem mais empolgado, mas no início foi uma grande decepção. A gente imaginava que iria poder fazer muito mais coisas e em menos tempo, mas hoje eu estou mais ciente da realidade do país e da burocracia que perdura nesse país. Eu diria, mais ainda aqui no Brasil cria-se dificuldades pra vender facilidades. Esse é o termo correto, e isso é triste, triste mesmo. [...]” (PM)

Verificamos que 2 (dois) dos sujeitos pesquisados, oriundos dos espaços representativos do poder local institucionalizado, notadamente, apontam a burocracia como uma dificuldade para ação política. É verdade que a realidade imposta aos mecanismos de participação no país é perpassada pela organização burocrática. Conforme nos aponta Nogueira (2005, p. 123)

[...] gestão pública ainda funciona, de modo geral, com base em ritos e ritmos burocráticos não propriamente ágeis nem velozes. É provável que não consiga funcionar diferentemente, por mais que se imaginem estratégias para modernizar a burocracia, aproximá-la do empreendedorismo e invadí-la de novas tecnologias. Como os ritos burocráticos são constitutivamente lentos, entram em atrito com a velocidade adquirida pela vida.

Além das questões inerentes à estrutura estatal, conforme vimos anteriormente questões que advém da própria lógica de estruturação da sociedade civil impactam no âmbito das relações dos diferentes espaços do poder local institucionalizado. Dentre estas questões podemos citar em Carambeí, a partir fala do PCMV que o perfil pessoal do mesmo foi considerado como dificultador na sua relação com os demais espaços pesquisados.

“A minha inserção na política foi muito complicada porque além de eu ser jovem e ser mulher, na minha família ninguém se envolveu com política. Então pra mim foi muito complicado, porque além dessas barreiras naturais que a gente enfrenta por ser mulher, eu acabei me elegendo por um grupo e esse grupo acabou sendo a minoria, foram dois só. [...]” (PCMV)

Conforme verificamos a participação do sujeito é determinada pela sua condição pessoal, social, política e ou cultural. Nesta única situação podemos verificar a questão de gênero, idade, e a estratificação social, como determinantes para a configuração de suas relações com o conjunto dos espaços do poder local institucionalizado em Carambeí. Neste sentido, o viés cultural que perpassa toda a sociedade interfere nas ações e reações entre os diferentes grupos societários diante de fatos e acontecimentos que possam representar qualquer ruptura com o que está dado historicamente. Ou seja, possíveis situações que possam tornar-se contra-hegemônicas frente aos padrões culturais, historicamente dominantes, são desconsideradas e ou renegadas no âmbito dos diferentes espaços societários. Sendo assim, podemos dizer que os padrões conservadores existentes na sociedade estão permeados de uma visão verticalizada, onde aqueles que historicamente obtiveram a hegemonia sentem-se cristalizados socialmente, no sentido de manterem-se numa posição superior aos demais segmentos contra-hegemônicos existentes. Tais padrões, por muitas vezes, são reproduzidos ideologicamente pela população. É necessário, portanto relembrarmos a importância histórica da cultura popular de resistência frente aos pressupostos culturais conservadores inerentes à formação da sociedade brasileira.

Nesta linha de raciocínio, confirmamos que o PCMV sofreu as consequências das características culturais inerentes à sociedade brasileira. Embora, estejamos numa sociedade democrática, cujos avanços políticos são visíveis, as questões culturais de uma longa tradição conservadora, ainda permanecem vivas no ideário nacional.

Além do cumprimento das normativas legais é necessário para a esfera municipal carambeense, a incorporação dos novos valores inerentes a tais instituições de participação democráticas no ideário social da população. Segundo Junior et al (2004, p. 18)

Podemos assim afirmar que um dos principais problemas da nossa democracia pode estar relacionado exatamente ao baixo vínculo entre nosso arcabouço legal e a realidade institucional e social dos municípios, seja pela fragilidade dos mecanismos locais de garantia dos direitos de cidadania e o alto grau de desigualdades sociais, seja pelo padrão de cultura cívica existente, que bloqueia a conformação de esferas públicas e a participação da sociedade, incidindo, portanto, sobre as possibilidades de

interação entre governo e sociedade.

Verificamos nesta questão que a relação entre Estado e sociedade civil é determinada pelas características culturais, econômicas e sociais dos sujeitos participantes no âmbito dos espaços democráticos, sendo condicionada, portanto pelos padrões conservadores da cultura política carambeense. Os sujeitos pesquisados expressam “certa experiência” no âmbito da prática participativa na esfera pública municipal, porém encontram dificuldades advindas de questões da cultura política do clientelismo e ainda por “inexperiência” no que se refere aos conhecimentos necessários para contribuir com a construção de uma prática participativa autônoma. Tal realidade é expressa em Carambeí, em razão de que historicamente os sujeitos não exercitaram uma prática de vida pública. Foram incorporados nos espaços do poder local institucionalizado por razões diferentes, entretanto por motivações que se aproximam no plano do ideal. Assim, a experiência parte não só do sujeito enquanto indivíduo na sua relação com a realidade, mas também de questões do coletivo, principalmente porque os sujeitos tramam contraditoriamente relações coletivas no âmbito dos espaços representativos ou participativos. Assim, as dificuldades para a participação, perpassam tanto o nível individual, na questão do perfil do sujeito, quanto da própria dinâmica sócio-política e cultural e ainda político-institucional e administrativa em que as relações democráticas são constituídas entre os diferentes espaços de participação.

Destarte, os sujeitos representantes do poder local institucionalizado em Carambeí tomam conhecimento das condições de cada espaço de participação no âmbito deste e das condições com que se processam as relações entre os seus diferentes espaços na medida em que participam. Desta forma experenciam as dificuldades da prática participativa no âmbito do poder institucionalizado, uma vez que passam a intervir na dimensão coletiva da qual fazem parte. Muito embora no plano do ideal todos os sujeitos pesquisados correspondam às motivações que se aproximam, na trama das relações estabelecidas no plano coletivo, surgem as dificuldades para a realização das ações, pois neste, as motivações dadas *a priori* passam a sofrer as múltiplas determinações das questões ideopolíticas e culturais que norteiam a prática democrática em seu conjunto, e que revelam os múltiplos interesses em jogo na cena política, não explicitados quando do discurso oficial. Entretanto, é relevante considerar, conforme já apontamos, que é um avanço da democracia contemporânea a conquista de novos campos abertos à participação da

população no âmbito da esfera pública, apesar das dificuldades encontradas para participar.

Da mesma forma que o reconhecimento das dificuldades é constitutivo da experiência dos sujeitos, o mesmo o é no que se refere às **conquistas alcançadas** no decorrer da experiência participativa. Uma das conquistas apontadas pelo PM foi a seguinte:

“Ontem nós tivemos conversando com as mulheres, com as costureiras, que foram umas batalhadoras, que dá pra fazer uma novela quase em cima do trabalho delas e agora ontem nós vimos com muita alegria elas com bastante trabalho já procurando até um espaço maior, [...] no outro ano vai começar uma indústria de confecções em Carambeí. Então isso já é um fruto do trabalho assim que a gente vê com muito orgulho, com muita alegria mesmo, a gente vê o resultado do trabalho”⁸³. (PM)

Verificamos que a conquista apontada pelo PM refere-se à área social. Trata-se de uma ação de capacitação de mão-de-obra e geração de renda. Foi realizado um curso de costura e paralelamente realizado incentivo à formação de uma associação de costureiras entre as mulheres participantes do projeto. Portanto, as “costureiras” mencionadas pelo PM tratam-se das mulheres que participaram do referido projeto e na seqüência formaram uma associação. O projeto chamou-se “Costurando Oportunidades”, sendo operacionalizado em parceria com o governo do Estado do Paraná. Teve como objetivo formar uma associação de costureiras no município, a fim de fomentar a geração de renda local através da economia solidária⁸⁴. Este projeto foi uma alternativa de enfrentamento à questão da insuficiência de renda de famílias em situação de pobreza. A geração de renda foi apontada na seqüência pelos PCMAS, PCMT e PCMV como uma das áreas de atuação para o desenvolvimento social municipal que requer atenção prioritária por parte do poder local institucionalizado, tendo em vista a realidade de pobreza da população de Carambeí.

A geração de renda é um eixo de atuação da política de assistência social,

83 Quando retrata o trabalho das costureiras refere-se a um dos projetos implantados na sua gestão. Este projeto, de nome “Costurando Oportunidades” visou à formação de uma associação de costureiras e foi executado em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social. Foi gerido no âmbito local em conjunto pela Secretaria Municipal de Assistência Social e a Agência do Trabalhador, depois passou a ser gerido pela Provopar local. Cabe ressaltar que foram selecionadas pela secretaria municipal de assistência social mulheres que participaram de um curso de costura que as capacitou para o ofício. Para a organização da associação das constureiras de Carambeí, o projeto contou com o apoio da IESOL (Incubadora de Economia Solidária) da UEPG.

84 [...] pode ser caracterizada como toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços, com vistas à geração de trabalho e renda. Sua especificidade consiste na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária e na autogestão. (IASKIO, 2001, p. 123).

portanto deve ser gerido especialmente por esta política em âmbito municipal. Assim, constitui-se dever do Estado prover meios para que a população em situação de pobreza possa gerar renda, tendo em vista que não a obtêm pela via do mercado de trabalho. A geração de renda é uma estratégia coletivamente construída no país e uma atribuição do poder público em todas as esferas de governo, sendo uma estratégia para o desenvolvimento social. Assim, não negligenciamos a iniciativa do poder local institucionalizado em desenvolver um projeto social para responder a esta demanda na esfera municipal, entretanto, tal iniciativa não pode ser resumida enquanto conquista do PM e sim uma conquista coletiva do município de Carambeí, tendo em vista tais ações estarem previstas legalmente enquanto um eixo de atuação da política de assistência social.

Com relação às conquistas apontadas pelo PCMV no âmbito do legislativo podemos verificar as seguintes:

“[...] a gente percebe que as pessoas estão se conscientizando mais. Eu sei que isso ainda vai levar um tempo pra acontecer, mas as pessoas estão se tornando muito críticas e isso é muito bom. Na verdade quanto mais pessoas críticas tiverem vai ser muito interessante, porque vai começar ter um lado diferente. Eu vejo assim que o povo brasileiro, que o Brasil é um país de muita festa, então tem copa do mundo, tem carnaval e a gente esquece os problemas e a gente vê de uma forma muito simplista. Mas isso está mudando, as pessoas estão começando a observar mais, estão começando a ver que existem coisas erradas.” (PCMV)

O PCMV ao apontar como conquista o fato de que a população está começando a olhar criticamente a realidade do país, não dimensiona a partir do local a sua observação, mas, a faz de forma genérica. Verificamos, ainda que o mesmo retrata questões referentes à idéia de “identidade nacional⁸⁵ do povo brasileiro”. Conforme aponta Chauí (2000, p. 26) em seu livro *Mito Fundador e a Sociedade Autoritária* “O apelo da 'identidade nacional' à consciência opera um deslizamento de grande envergadura, escorregando da consciência de classe para a consciência nacional.” Sob efeito desta manipulação ideocultural o brasileiro percebe-se satisfeito e “feliz” ao ser retratado como parte de uma identidade cultural 'nacional'. País do futebol, povo festeiro, ordeiro e trabalhador, etc. (CHAUÍ, 2000). Quando aponta que “as pessoas estão se tornando mais críticas e isso é muito bom”. (PCMV) notamos que o conhecimento da realidade e a criticidade, pode tornar a sociedade mais consciente acerca das questões que lhes dizem respeito, portanto, é sinal de que embora ideologicamente imposto o conceito de identidade nacional, a sociedade

85 O conceito de “nação” perpassa a construção do conceito “identidade nacional” com a significação de que todo o povo é nascido de uma mesma 'mãe', de uma mesma 'ninhada'. (CHAUÍ, 2000).

brasileira está se conscientizando frente os problemas que permeiam a realidade do país. Neste sentido, podemos perceber o que nos aponta Dagnino (2000, p. 66, 67)

A dimensão da cultura é crucial para o processo hegemônico por dois motivos fundamentais. Primeiro, ela requer, num sentido muito forte, o que Gramsci chamou de *reforma intelectual e moral*. Em segundo lugar, e mais importante (embora nem sempre reconhecido ou devidamente enfatizado), é no terreno da cultura que o *consentimento ativo*, o modo específico de operação da hegemonia, que define o conceito e o distingue da dominação, é produzido (ou não). É, portanto, por meio do conceito de hegemonia que Gramsci formula uma nova maneira de pensar a relação entre cultura e política, na qual a primeira se torna radicalmente constitutiva da segunda.

Desta forma, percebemos que a conquista apontada pelo PCMV não obteve um dimensionamento concreto do ponto de vista do local, não constituiu-se uma ação isolada e ainda não referiu-se a uma ação desenvolvida pelo próprio sujeito, entretanto referiu-se a uma observação em nível macro-societário, neste sentido uma conquista da sociedade brasileira que de acordo com o PCMV “*está se conscientizando [...] e começando a ver que existem coisas erradas*”.

Quanto às conquistas apontadas pelos representantes dos conselhos de políticas públicas apontamos os seguintes depoimentos:

*[...] no conselho do trabalho a gente conseguiu desenvolver uma pesquisa. O projeto se chama **Semana do Trabalho. Nós fizemos a divulgação para os desempregados virem até a agência fazerem e ou renovarem seu cadastro, porque eles iam ter cursos.** O SESI⁸⁶ foi parceiro e doou duas bolsas para nós fazermos um sorteio. Na pesquisa a gente perguntava várias coisas que não tinham no sistema da SETP, por exemplo: onde que você trabalhou em Carambeí? Onde você mora aqui em Carambeí? **Então foi assim, foi voltado pra Carambeí, para os desempregados de Carambeí. Depois nós fizemos uma análise e a gente apresentou para o conselho. Então eu acho que isso foi uma grande conquista nossa.** Então pudemos ver um pouquinho do perfil do desempregado em Carambeí, isso assim eu acho que foi uma conquista nossa. (PCMT)*

“Eu acho que foi a questão de regulamentar a questão das entidades dentro do conselho em relação à secretaria municipal de assistência social, [...] a gente conseguiu que as entidades que não eram realmente entidades de assistência social, e que até por lei não deveriam estar recebendo. Por exemplo: entidades religiosas que a gente sabe que não pode estar recebendo subvenção do fundo de assistência, aqui em Carambeí ainda estavam recebendo. Então a gente conseguiu que essas entidades não tivessem recebendo essa verba, que essa verba estivesse sendo destinada a quem realmente estivesse fazendo trabalho de assistência social. Então eu acho que isso foi uma conquista.” (PCMAS)

Verificamos que as conquistas expostas pelos representantes dos conselhos municipais de políticas públicas estão relacionadas a atividades investigativas quanto de controle das realidades específicas para cada área respectiva dos conselhos. Verificamos que o depoimento do PCMAS aponta para uma ação de controle social, onde o Conselho Municipal de Assistência Social pôde efetivamente exercitar o controle social frente à questão dos recursos destinados às entidades

86 Serviço Social da Indústria.

sócio-assistenciais municipais. Esta foi considerada, oportunamente pelo PCMAS, como uma conquista, pois se trata da efetivação de uma ação de fiscalização frente às condições de execução no uso dos recursos públicos mediante as diretrizes da política pública na área da assistência social, visando verificar irregularidades mediante a possibilidade de redirecionar recursos públicos.

No que se refere ao Conselho Municipal do Trabalho podemos verificar que este realizou uma atividade de diagnóstico e fomento à notificação da situação de desemprego dos trabalhadores carambeienses. Podemos perceber que as duas ações apontadas pelos representantes dos conselhos são ações que podem contribuir com o exercício democrático frente às atribuições de planejamento, investigação e controle no que se refere às questões pertinentes à cada área das políticas públicas, seja no trabalho ou na assistência social.

O olhar crítico sobre a realidade é uma conquista para os rumos das relações democráticas. Conforme citou o PCMV “[...] *quanto mais pessoas críticas tiverem vai ser muito interessante, porque vai começar ter um lado diferente.*” Verificamos que quanto mais as forças contra-hegemônicas tornarem-se criticamente instruídas, portadoras dos conhecimentos necessários para contrapor aos idealismos, às práticas clientelistas e às diversas tentativas de manipulação, exploração e dominação hegemônicas, melhor estarão instrumentalizadas e preparadas ético, moral e intelectualmente para contribuir na transformação das condições de vida societárias, pois conforme verificamos anteriormente a cultura e a democracia são categorias constitutivas da política. No que se refere ao processo de transformação social, Dagnino (2000, p. 67) coloca que nele “a revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada do poder do Estado, mas como um processo, no qual a reforma intelectual e moral é parte integral, em vez de, simplesmente, uma consequência possível.”

Consideramos que o acesso a conhecimentos críticos torna-se condição *sine qua non* aos setores contra-hegemônicos da sociedade capitalista para que nesta possam interferir no âmbito da sociedade política, contribuindo para o movimento de transformação social, cuja base, segundo os princípios gramscianos, está assentada em duas formulações fundamentais:

A primeira refere-se à própria **noção de poder, entendido, por Gramsci não como uma instituição, uma “coisa” a ser tomada, mas como uma relação entre forças sociais que deve ser transformada.** A segunda é uma forte ênfase no caráter de construção histórica da transformação social, diferente de um processo fatalista e predeterminado. (DAGNINO, 2000, p.

67). (negritos nossos).

Concordamos que o poder é uma relação entre forças. Portanto, no que se refere ao poder local institucionalizado, o poder refere-se às relações estabelecidas entre as forças advindas dos diferentes espaços de participação, ou seja, o legislativo, o executivo e os conselhos. É no âmbito de tais relações que discutimos as **dificuldades e as conquistas** da participação para os sujeitos que o compõem e verificamos a necessidade destes obterem acesso aos conhecimentos inerentes à prática participativa, a fim de se instrumentalizarem para a ação política no âmbito da esfera pública municipal.

As dificuldades apontadas pelos sujeitos revelam-se como determinadas pela cultura política local, uma vez que resultam das relações que se estabelecem entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado em Carambeí. Como bem apontou o PM o clientelismo e o assistencialismo configuram-se como práticas adotadas no município ao longo do histórico municipal. Verificamos ainda que as dificuldades dos sujeitos representantes dos conselhos estão relacionadas à fragilização das instituições democrática-participativas e ainda do desconhecimento e da inexperiência dos sujeitos no que se refere à prática participativa frente à burocracia estatal, e ainda devido a histórica não socialização da política no Brasil, questão esta visível nas relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí, conforme verificamos.

Podemos dizer sinteticamente, que em Carambeí as conquistas do poder local institucionalizado, na visão dos sujeitos pesquisados, foram as seguintes: a elevação da consciência da população brasileira em geral frente à realidade, (PCMV); uma ação de geração de renda, desenvolvidas no município, (PM); uma ação de investigação e diagnóstico da realidade local para subsidiar ações públicas, (PCMT); uma ação de controle social, frente à destinação de recursos sócio-assistenciais, (PCMAS). Podemos observar, a partir da fala dos sujeitos, que as conquistas do poder local institucionalizado de Carambeí, embora tenham relevância do ponto de vista específico, constituíram-se ações desarticuladas e isoladas entre si, apontando para a não aproximação teleológica entre as ações. Ora, estes apontam conquistas, tomando por base um apontamento geral no contexto nacional, (PCMV); ora num sentido restrito apontando ações pontuais (PM, PCMT, PCMAS). Consideramos, então, que as conquistas do poder local institucionalizado em

Carambeí podem ocorrer na medida em que os sujeitos reconheçam em suas práticas as possibilidades de melhor relacionar-se entre os espaços participativos e representativos, entendendo o processo político-institucional, num sentido mais amplo, e ainda aprendendo a operar e a controlar as questões de interesse público no espaço local.

3.3.2 As relações entre os espaços representativos e participativos do poder local institucionalizado de Carambeí.

A sociedade brasileira, sobretudo ao final do século XX passou a construir alternativas contra-hegemônicas ao poder das elites oligárquicas e políticas do país, incorporando à gramática histórica nacional expressões de luta pela democracia e pela resignificação do interesse público. Este movimento possui suas interfaces nas diferentes esferas da federação.

Conforme vimos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, o movimento contra-hegemônico galgou espaços no âmbito da estrutura política hegemônica, por meio da participação da sociedade civil no âmbito do poder institucionalizado nos diferentes entes federados, seja nacional, estaduais e ou municipais. A perspectiva contra-hegemônica da institucionalização da participação “[...] não deve, dentro do enfoque aqui desenvolvido, substituir obrigações do Estado, mas deve ser agente capaz de fazer que a sociedade civil se dinamize, visando a redução de riscos que a ameaça.” (PALERMO e ARANTES, 2002, p. 70). Assim, as relações entre os espaços da democracia representativa e da democracia participativa são fundamentais para a análise da relação entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade.

Tomando por base a realidade carambeiense verificamos que após a emancipação política da esfera local, podemos dizer que Estado e sociedade civil redesenharam os contornos da esfera pública municipal, a partir de sua nova institucionalidade – o poder local, espaço possível de hegemonia e contra-hegemonia. A partir de 1997, executivo municipal, legislativo municipal e ainda os conselhos municipais gestores de políticas públicas, tornaram-se espaços institucionalizados do poder local. Desta forma, o poder local foi instituído politicamente com base nos princípios e diretrizes democráticos representativos e

participativos, quando da municipalização do então distrito de Carambeí. Podemos dizer que o “local” conquistou autonomia político-administrativa frente ao pacto federativo nacional, tornando-se ente federado do país.

Na atual conjuntura convém compreender como se dão as relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado, enquanto espaços representativos e participativos, tomando por base o município de Carambeí, entendendo que tais relações são constitutivas da dinâmica que perpassa tanto o Estado quanto à sua articulação com a sociedade civil frente às ações do desenvolvimento municipal. Conforme coloca Teixeira (2001, p. 27, 28) “Entender a participação como processo significa perceber a interação contínua entre os diversos atores que são 'partes', o Estado, outras instituições políticas e a própria sociedade.”

a) características e determinantes das relações;

Neste item buscamos analisar como se dão as **relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado** no município de Carambeí.

Abaixo podemos verificar o relato do PCMT

“Na realidade [...] não existe essa relação, eu acho que cada um puxa para o seu lado. Sendo assim, a gente nunca vai conseguir resolver problema nenhum. Então eu já havia comentado na realidade as três partes deveriam unir-se e pensarem no bem maior do cidadão de Carambeí. O que não pode acontecer é o que está acontecendo agora. O poder executivo acusando o legislativo, o legislativo acusando o poder executivo, os conselhos acusando os dois. [...]. Então eu acho que falta um pouco de interesse de ambas as partes, de todo mundo sentar juntos e tentar discutir todos os problemas. Com certeza soluções vão sair.” (PCMT)

Ao analisarmos o relato do PMCT percebemos que as relações entre o executivo, o legislativo e os referidos conselhos de políticas públicas no município de Carambeí são permeadas por disputas de interesses, conforme já apontamos anteriormente. O depoimento aponta que existe uma acusação mútua entre os diferentes espaços de participação, sem uma real e efetiva preocupação com a resolução dos problemas. Tais questões são expressivas de uma cultura política local voltada à não construção de consensos normativos em relação às questões básicas, conforme apontou Teixeira (2001). Desta forma o poder local institucionalizado enfrenta dificuldades na definição das ações para o desenvolvimento municipal de modo que o mesmo não valoriza ações coletivas no

enfrentamento dos problemas sociais municipais. Assim, as questões do jogo de interesses sejam pessoais e ou corporativos, que permeiam as negociações no âmbito da esfera pública, interferem diretamente na definição das ações de interesse público. Desta forma, apresenta-se

[...] o problema de como responder aos interesses gerais em face do particularismo e do corporativismo dos atores, exigindo-se condições objetivas e subjetivas e argumentações, livremente expostas, permitam chegar-se a um consenso traduzível em decisões no sistema político.” (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

Tais particularismos e corporativismos existentes na esfera pública são determinantes para que as relações entre os sujeitos participantes do poder local institucionalizado, tornem-se relações complexas e contraditórias e, em essência, constituam-se relações conflituosas, muito embora hegemonicamente haja uma lógica de dominação do executivo frente aos demais espaços institucionalizados de participação.

O imperativo torna-se a defesa de interesses econômico-corporativos, faltando-lhes ainda as condições necessárias para uma horizontalidade nas relações, que atendam aos pressupostos democráticos radicais. Podemos verificar tais questões conforme apontam o PCMV, o PM e o PCMAS, nos relatos abaixo.

“É uma relação conturbada, pois existe falta de conhecimento técnico, com isso dificultando as ações do governo municipal, pois muitos vêem a política, como uma base assistencialista, para manter uma clientela e assim existir continuidade da carreira.” [...] (PCMV)

“Olha eu diria, que se eu dissesse que está funcionando bem, estaria mentindo, já melhorou, mas ainda tem muita coisa a ser trabalhada. Falta bastante experiência de ambas as partes. Eu reconheço também não tinha nenhuma experiência com a administração pública.” (PM)

“Eu acho que está havendo um início de uma integração entre as três esferas, digamos assim, executivo, legislativo e os conselhos.” (PCMAS)

Apoiando-nos na visão gramsciana, e verificando a colocação do PM e do PCMV percebemos a relevância da reforma intelectual e moral para a sociedade, afim de que possam ser rompidas, processualmente por forças contra-hegemônicas as amarras à socialização da política e, conseqüentemente, um aprimoramento das relações entre os espaços do poder local institucionalizado, sejam eles representativos ou participativos. Tal necessidade se explicita na realidade carambeiense quando verificamos nos relatos a insuficiência de conhecimento e de experiência para o aprimoramento das relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado, vinculados ainda a uma intenção de permanência no poder.

A cultura política de caráter clientelista, assentada em relações assistencialistas, transforma a relação democrática em uma relação autoritária e verticalizada. Estas são características presente na cultura política local em Carambeí no âmbito das relações entre os espaços do poder local institucionalizado.

As relações no âmbito do poder local institucionalizado carambeense são perpassadas por interesses privados, o que, em boa medida, configura o modo como se processa culturalmente o fazer político local. Assim, o poder local institucionalizado em Carambeí, tem sido utilizado por interesses fragmentados, em detrimento de ações coletivas de enfrentamento ao conjunto dos problemas sociais locais, conforme apontou o PCMT *“[...] falta um pouco de interesse de ambas as partes, de todo mundo sentar juntos e tentar discutir todos os problemas.”*

Fazemos referência ao necessário acesso dos diferentes segmentos sociais aos conhecimentos intrínsecos da vida política, a fim de que a esfera pública possa ser pensada e construída por interesses ético-políticos, conforme os pressupostos gramscianos e não de forma submissa e fragmentada, conforme temos visto acontecer no país e especialmente no município de Carambeí, nesta pesquisa.

O redesenho das relações, pela via do consenso, pode oportunizar a concretização de uma nova ordem societária, rearticulada no que concerne à sua hegemonia, conforme nos apontou Gramsci. Assim, podemos dizer que em Carambeí é necessário o amadurecimento cultural e político da sociedade civil local, afim de que a organização e a natureza das relações possam ser rearticuladas nos espaços em que ela deve adentrar na estrutura estatal municipal. Neste sentido, democratizar o conteúdo presente no interior do Estado, na esfera do poder local institucionalizado, é uma necessidade à socialização da política no espaço local carambeense.

Conforme aponta Luiz (2005, p. 143)

Para que as práticas sociais desenvolvam possibilidades emancipatórias contra-hegemônicas, entre outros espaços, precisam estar capacitadas e fortalecidas para a elevação do senso comum à auto-constituição de uma consciência crítica e do seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

A ação política de caráter crítico é composta por fundamentos teleológicos, os quais devem ser pensados e estruturados conforme o PCMAS vislumbrou através de maior articulação entre os espaços do poder local institucionalizado, existentes no âmbito da esfera pública municipal em Carambeí. Busca-se, outrora, uma cisão dos sujeitos que compõem a sociedade política, a fim de oportunizar possibilidades

para a formação de consensos entre os espaços do poder local institucionalizado.

Cabe ressaltar que as relações sofrem determinações e condicionamentos advindos de diferentes fatores que são inerentes à atual situação das relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambei. Foram apontados pelos sujeitos pesquisados fatores determinantes e condicionantes das relações entre o executivo, legislativo e conselhos de políticas públicas municipais. As questões que implicam na atual configuração das relações entre os espaços pesquisados podem ser verificadas nos quadro abaixo, conforme o depoimento dos sujeitos pesquisados.

Espaços de participação	Determinantes das relações	Síntese dos determinantes por categoria
Executivo Municipal	- “Então, eu vejo por estar no conselho municipal do trabalho, que as vezes a gente convida o poder executivo, para estar presente, convida o poder legislativo e eles nunca estão presentes, ou de repente o executivo vai, dá uma olhadinha e sai . Ele não fica ali. Ele não fica ali pra saber quais os problemas que Carambei está passando.” (PCMT) - “O executivo está abrindo mais espaço, até pelas próprias necessidades, então agora, cada vez mais, o tribunal de contas exige coisas por causa da lei de responsabilidade fiscal e tal e isso está diretamente relacionado ao conselho, então as pessoas que são governamentais têm que estar participando mais, têm que estar interadas.” (PCMAS) - “No atual governo, melhorou um pouco, mas essa questão do assistencialismo, porém, em minha opinião pessoal, o executivo procura desenvolver apenas ações que visem 'status' e que tenha retorno na mídia [...] Das proposições elaboradas nas conferências municipais, pouco é concretizado demonstrando o que mencionei acima, [...]” (PCMV) - “Eu reconheço também não tinha nenhuma experiência com a administração pública, [...]. Nós temos que ter uma conscientização maior da responsabilidade de um vereador, da responsabilidade do próprio prefeito.” (PM)	- isolamento/resistência à participação conjunta - assistencialismo; - ações que visam apenas “status” e retorno na mídia; - desconsideração da legitimidade das deliberações das conferências; - in experiência;
Legislativo Municipal	- “Então, eu vejo por estar no conselho municipal do trabalho, que as vezes a gente convida o poder executivo, para estar presente, convida o poder legislativo e eles nunca estão presentes, [...]. (PCMT) - Quanto ao legislativo a gente trabalhou durante a campanha [...]. Eu disse que eu não queria ter cinco, ou seis ou sete vereadores do lado do prefeito, e sim os nove do lado do município. Que se o prefeito estivesse errando, fazendo as coisas que não estivesse de acordo com as propostas [...] eles tivessem toda a liberdade de me chamar a atenção, inclusive me punir. Agora, de outro lado se eu quisesse executar todas as propostas e eles não tivessem apoiando eu ia chamar a população e nós íamos partir. Então essa fase ainda não chegou, talvez vai chegar. Mas eu acredito que não vai precisar, mas eles não souberam, eles não entenderam. Os primeiros erros foram cometidos, realmente foram erros administrativos, e eles tentaram punir e cassar o prefeito.[...] Mas eu vejo hoje as coisas estão bem diferentes, o maior problema é com a própria câmara mesmo e a gente está em paz de consciência está podendo trabalhar e vai ser um ano de sucesso aí. (PM) - “Então eu percebo que o legislativo tem toda essa dificuldade de entender o papel do conselho. Eu vejo que não é só com o conselho de assistência, pelo que eu converso com as pessoas que participam dos outros conselhos é meio que unânime assim, quase que com todos os conselhos essa dificuldade.[...] É! Infelizmente eu percebo assim, que, principalmente, o legislativo ele não sabe muito qual é o papel do conselho, porquê o conselho existe e, de certa forma, acaba não respeitando muito as decisões do conselho, as deliberações do conselho.” (PCMAS) “Na realidade eu vou ser bem franca. Eu acho que o legislativo não está preocupado com outras questões. Na realidade eles estão ali pra fazer leis, pra aprovar e tal. Só que de repente eles . . . Por exemplo: o lixo eles fizeram oh! Sabe? Mas só para aparecer” (PCMT)	- isolamento; - dificuldade de entendimento em relação às propostas e ações do executivo municipal e em relação ao papel dos conselhos de políticas públicas; - desconsideração da legitimidade das decisões e deliberações dos conselhos; - manifestações que visam apenas “status” frente as discussões de interesse público.

Espaços de participação	Determinantes das relações	Síntese dos determinantes por categoria
Conselhos Municipais de Políticas Públicas (assistência social e trabalho)	- “Com os conselhos estaria, eu diria normal, mas pode ser melhorado muito mais.[...] Então tem muita coisa assim que a gente percebe de repente . . . a pessoa pegar aquilo como um partido, o meu partido. Mas não é. Vamos pensar maior. Vamos pensar meu Carambeí. O quê que é bom pro meu Carambeí. Essa é a minha visão. Não aquilo que é bom pro meu partido. [...] Acho que tem que ter uma mente mais aberta. Quando se tem uma visão, um ideal maior, eu acho que as coisas clareiam mais.” (PM) - “Eu acho assim, o próprio conselho, não se vê ainda, como . . . Não sabe da dimensão do conselho, a importância que o conselho tem dentro do município.” (PCMAS). - “[...] então os conselhos deveriam saber de tudo o que está acontecendo em Carambeí. Como é que ele vai aprovar uma coisa, uma questão, sendo que ele nem tem conhecimento, ou de repente ele até aprova. Porque? Porque ele é manipulado por quem que está ali, alguém que precisa que isso aconteça.” (PCMT)	- desconhecimento do papel do conselho, da dimensão e da sua importância dos conselhos para o município; - desconhecimento da realidade municipal; - manipulação na tomada de decisão;

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

QUADRO 12 - DETERMINANTES DAS RELAÇÕES NO ÂMBITO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO, POR ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO – CARAMBEÍ – 2008.

Dentre os determinantes das relações do poder local institucionalizado verificamos que o desconhecimento por parte dos conselheiros com relação ao papel dos conselhos (PCMAS, PCMT) foi retratado por 2 (dois) dos sujeitos, sendo estes oriundos dos espaços participativos, e a inexperiência do executivo municipal quanto às responsabilidades inerentes a um vereador ou a um prefeito (PM). Assim, podemos inferir que a não compreensão dos representantes do poder local institucionalizado sobre o papel dos referidos espaços do poder local institucionalizado, bem como de suas próprias responsabilidades, tornam, em boa medida, prejudicadas as relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado em Carambeí.

A questão do isolamento e a resistência à participação conjunta, foram destacadas como determinante para o executivo e para o legislativo (PCMT). Tais questões apontadas pelos sujeitos nos reportam à colocação de Dagnino (2002), citada anteriormente, quanto à posição assumida pelos diferentes espaços públicos em relação ao conjunto da estrutura estatal, retratando a questão do isolamento, como “ilhas” separadas do restante do aparato estatal, ressaltando a dificuldade de

conquistas, nesta ocasião expomos a nota oficial da prefeitura municipal de Carambeí em 30/05/2007 sobre a referida situação: “Como a construção deste aterro não estava prevista no orçamento municipal deste ano, a Prefeitura deu entrada junto à Defesa Civil do Estado de um pedido para decretar Situação de Emergência no município, o que permitirá agilizar a desapropriação como a aquisição do material necessário para a preservação do meio ambiente. [...] Importante destacar que o município de Carambeí merece uma atenção especial em relação a Biosegurança da região, visto que é uma área de cabeceiras de riachos e rios que deságuam no Alagados e nos rios Tibagi e Pitangui. O Plano Diretor Municipal, elaborado recentemente por especialistas e comunidade, comprova esta informação, bem como destaca que menos de 2% do município tem condições de receber a instalação de um aterro.” Disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br>. Acesso em: 31/05/2007.

comunicação entre o conjunto do Estado.

Sobre o executivo, exclusivamente, 1 (um) dos sujeitos referenciou a questão da participação deste no âmbito dos conselhos enquanto ação compulsória por razões jurídico-legais, utilizando-se como exemplo as exigências do tribunal de contas e as determinações oriundas da lei de responsabilidade fiscal (PCMAS). Ainda sobre os conselhos verificamos a questão referente à interpretação dos conselhos como um partido, desconsiderando as demandas do município como um todo (PM). Outra questão apontada deu-se quanto à desconsideração do executivo e do legislativo frente às decisões dos conselhos (PCMAS). Outra colocação tratou da sobreposição por parte do executivo às ações deliberadas pelos conselhos. As deliberações são manipuladas no sentido de proporcionar “status” e retorno na mídia, apontando ainda o caráter assistencialista das mesmas (PCMV). Sobre as ações assistencialistas Oliveira (1994) relaciona-as com o clientelismo.

A relação clientelista não pode ser definida por sua essencialidade e sim através do processo pelo qual ela se dá. Ela é clientelista não porque os fins sejam perversos, mas pela forma como é processada. Ninguém diria que a finalidade de atender de forma assistencialista a carência de alguns eleitores seja essencialmente perversa. Seria uma acusação banal. Perversa é a forma pela qual esse atendimento se processa, sem estruturas de mediação construídas pelos próprios atores demandantes. (OLIVEIRA, 1994, p. 8).

Conforme os depoimentos dos sujeitos pesquisados as relações do poder local institucionalizado são conflituosas e acusativas, carecendo de maior aproximação entre os espaços de participação para a definição das ações do desenvolvimento municipal. Apontam que as relações que existem entre os diferentes espaços dão-se em função da legislação, portanto constrói-se por razões jurídicas, e não por uma prática do local pautada numa intenção de democratizar a política no município. Conforme vimos anteriormente desde a criação dos conselhos de políticas públicas o município de Carambeí, segue-se essa lógica, oportunizando à sociedade civil carambeense o acesso aos espaços, entretanto de modo a ser uma participação limitada ao conteúdo e à possibilidade de interferir efetivamente no direcionamento das ações no âmbito do poder público municipal.

Verificamos que os determinantes para as características das relações do poder local institucionalizado de Carambeí são diversos e perpassam os seus diferentes espaços do poder local. Os determinantes constroem-se processualmente no âmbito das relações entre os mesmos. No que se refere ao executivo municipal foram apontados pelos sujeitos os seguintes determinantes: a questão do

assistencialismo e da inexperiência; quanto ao legislativo municipal foram apontados: a questão da dificuldade de entendimento quanto às propostas e ações do executivo e com relação ao papel dos conselhos de políticas públicas. O legislativo, não coaduna com o posicionamento do executivo, entretanto fortalece a postura de desconsideração frente à relevância dos conselhos na definição das ações para o desenvolvimento municipal. Assim, observamos que foram apontados, tanto para o executivo quanto para o legislativo municipais os seguintes determinantes: a questão do isolamento e desconsideração à legitimidade das decisões e deliberações dos conselhos, a realização de ações apenas visando “status”. E por fim verificamos no que se refere aos conselhos de políticas públicas os determinantes estão relacionados ao desconhecimento do papel, da importância e da dimensão dos conselhos, o desconhecimento dos conselheiros frente a realidade municipal e ainda a questão da manipulação existente no âmbito dos processos decisórios dos próprio conselhos.

Assim, os depoimentos apontam que as relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado em Carambeí são permeadas por um contexto de conflitos e manipulação entre os espaços que o compõem. Tais características das relações configuram a cultura política local. As decisões quanto às ações do poder local institucionalizado permanecem vinculadas aos interesses do executivo municipal na atual conjuntura. O desconhecimento do papel, da importância, da dimensão e das responsabilidades inerentes a cada espaço democrático, seja representativo e ou participativo, tem sido nesse novo momento político do “local” determinante para das relações do poder local institucionalizado. Tal realidade, verificada no âmbito da configuração das relações do poder local institucionalizado em Carambeí, reporta-nos à questão da cultura política local, que conforme vimos anteriormente, compõe o substrato das relações entre os diferentes sujeitos no âmbito da ação política.

A emancipação política em Carambeí iniciou sob as bases do assistencialismo e do clientelismo político, reafirmando características que foram combatidas pelo movimento democrático contra-hegemônico da década de 80. De acordo com a pesquisa que desenvolvemos em 2005 sobre a assistência social e a pobreza em Carambeí, verificamos que a Política de Assistência Social Municipal constitui-se meio para a troca de favores entre governo e população. A população em situação de pobreza (na época da pesquisa 18,81%) viu na assistência social

“uma ajuda do governo”, fortalecendo e legitimando o próprio governo. Tal realidade se dá em decorrência da postura particularista adotada pelo governo municipal, em detrimento da legitimidade do direito inerente às ações estatais.

Com relação à questão da desconsideração às decisões dos espaços do poder local institucionalizado, frente à coletividade, entendemos que no município tal realidade é também reflexo da cultura particularista e assistencialista que impõe ao local a lógica do clientelismo político, legitimando o desrespeito aos espaços democráticos participativos, enquanto espaços de participação e de defesa legítimos dos interesses da população, sobretudo espaços aberto para a manifestação das forças contra-hegemônicas, no âmbito do poder local institucionalizado.

Consideramos que a realidade dos particularismos e da deslegitimação dos espaços participativos por parte dos espaços representativos pode ser modificada na medida em que tanto do Estado quanto sociedade civil, sujeitos constitutivos da sociedade política, enquanto “síntese da relação Estado/Sociedade” (OLIVEIRA, 1994, p. 1), pré-disporem-se a atuar em conjunto no âmbito da esfera pública municipal no intuito de traçar ações coletivas para o desenvolvimento municipal.

b) poder de decisão;

O poder de decisão do poder local institucionalizado é determinado pela configuração das relações entre os diferentes espaços que o compõe, tornando-se fatores essenciais para a definição das ações deste na esfera municipal. Pois, em Aranha e Martins (1993, p. 180), Fischer (1993) e Sánchez Vázquez (2001) a concepção de poder é apontada como uma relação. Relembrando o que nos apontam tais autores dispomos que o poder pressupõe uma relação ou um conjunto de relações assimétricas e desequilibradas nas quais há um predomínio de uns sobre outros, ou seja há uma relação dominação e de subordinação.

Conforme, vimos no item das características e determinantes as relações do poder local institucionalizado de Carambeí as suas relações se configuram como de dominação do executivo frente aos demais espaços que o compõem. Falta ainda aos conselhos a compreensão do seu poder e ainda conhecimento no que concerne ao seu papel no âmbito do processo de decisão, conforme observamos na fala do PCMT.

“[...] esse processo puxa muito pra questão do executivo. Claro o conselho é maior que tudo isso, mas só que ainda o conselho não tem essa noção. [...] O conselho ele é muito forte. Acima de tudo, estão os conselhos! [...] (PCMT)

Verificamos, portanto que em Carambeí o executivo municipal exerce maior influência no processo decisório, enquanto que os conselhos municipais embora sejam espaços deliberativos e autônomos para a tomada de decisões nas respectivas políticas que gestionam, não o fazem, ora, por falta de acesso aos conhecimentos necessários ao usufruto do poder que possuem, ora porque ficam temerosos frente às pressões exercidas pelos representantes do poder público.

Podemos verificar tal questão no depoimento do PCMAS quanto ao processo decisório no âmbito do próprio conselho

“[...] Claro que existem situações em que existe pressão, existe intimidação e você percebe que muitos membros do conselho não se posicionam. Acabam seguindo e indo pela forma mais fácil, pra não ter confusão. Isso é um problema difícil de algumas decisões que você sabe qual a decisão correta a ser tomada, mas ela acaba não saindo da forma que deveria ser tão correta assim pra agradar uma situação ou agradar a outra.” (PCMAS)

Ainda quanto ao processo decisório, entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado o PCMT relata

“[...] legislativo não se entende com o executivo e aí o conselho fica ali no meio, meio que espiando assim o que é que está acontecendo. Então, na realidade, não tem negociação. Eu não vi ainda [...] de sentar todo mundo, e fazer uma negociação. [...] não acho que tenha efetividade, pode até ter assim, do conselho conversar com o executivo, mas o legislativo está de fora. Ou do executivo conversar com o conselho e o legislativo de fora de novo, [...] mas de sentar, as três partes juntas e conversarem, sabe? E falarem assim: não, eu acho que é melhor assim, e o outro, não! Mas ‘pera’ aí! Veja o meu ponto de vista e tal. Isso eu nunca vi que tenha.” (PCMT)

Neste fragmento o PCMT reforça a questão da não articulação entre o executivo e o legislativo municipais, reafirmando o apontamento do PM outrora, em seu depoimento. Verificamos que os conselhos de políticas públicas ficam na retaguarda deste processo, conforme problematiza o PCMT. Podemos inferir que o isolamento entre os diferentes espaços de participação do poder local institucionalizado interfere no processo de decisão municipal, uma vez que desencontro entre estes acaba por excluir a possibilidade do debate democrático, e ainda a formação de consensos entre eles. A partir da fala do PCMT verificamos que o legislativo, ora ou outra, não se faz presente nos diálogos que são abertos entre o executivo e os conselhos de políticas públicas na esfera pública local. Conforme nos colocaram Franco (1999) e Gohn (2005a) é necessário que a tomada de decisão seja de forma integrada entre os diferentes grupos da sociedade, entretanto, esta não é a realidade do poder local institucionalizado em Carambeí. Conforme já

apontou Sánchez Vázquez (2001) numa sociedade democrática deve ocorrer uma real participação, tanto no que se refere aos rendimentos de produção, quanto também no que se refere a uma coletivização das decisões.

Neste sentido, cabe à esfera pública a realização das negociações e debates entre os diversos grupos e ou classes sociais inerentes à sociedade para que as decisões públicas sejam tomadas pela via do consenso e não da imposição. Práticas de negociação tornam-se necessárias neste contexto de relações entre Estado e sociedade civil na esfera local. Quanto à questão da negociação no âmbito da esfera pública Telles (1994, p. 92) aponta que

[...] isso está a depender da constituição de espaços públicos nos quais as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível; espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam e que exigem, por isso mesmo, de cada um, a cada momento, o exercício dessa capacidade propriamente moral de discernimento entre o justo e o injusto, [...].

Podemos verificar ainda, conforme já apontamos que os conselhos não possuem a compreensão de sua responsabilidade, do seu papel e de sua relevância no âmbito do poder local institucionalizado em Carambeí. Conforme o depoimento da PCMT os conselheiros não conhecem a realidade carambeense em seu conjunto, o que dificulta sobremaneira a tomada de decisão, e favorece que se tornem sujeitos favoráveis à manipulação, conforme nos aponta o PCMT a seguir

“[...] os conselhos deveriam saber de tudo o que está acontecendo em Carambeí. Como é que ele vai aprovar uma coisa, uma questão, sendo que ele nem tem conhecimento? Ou de repente ele até aprova. Porquê? Porque ele é manipulado por quem está ali, alguém que precisa que isso aconteça [...]” (PCMT).

Neste sentido, reafirmamos a importância do acesso aos conhecimentos necessários à uma prática participativa no âmbito dos espaços democráticos representativos e participativos, uma vez que decisões autônomas dependem de sujeitos autônomos. E a autonomia é uma construção histórica e não uma condição escolhida pelo sujeito, pois os homens fazem a sua própria história, mas não a partir das condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas e herdadas do passado. (MARX, 1997).

O PCMT coloca oportunamente que *“o conselho deve saber de tudo o que está acontecendo no município”*. O conhecimento da realidade do município é uma necessidade para os conselhos, entretanto cabe ao Estado proporcionar meios para

que os conselheiros possam acessar tais conhecimentos, pois quanto aos conselhos “O objetivo institucional é desenvolver a cooperação entre Estado e sociedade na solução de problemas de interesse comum [...]” (COSTA, 2002, p. 88). Assim, a lógica da relação entre estes é de interação e co-responsabilidade e não de desoneração do Estado e responsabilização da sociedade civil. Entendemos, portanto que os conselhos devem participar efetivamente das decisões públicas, uma vez que são órgãos deliberativos, de gestão e que assumem funções administrativas no âmbito da esfera pública, podendo os conselheiros, inclusive, serem responsabilizados pelas consequências de suas decisões, o que pressupõe ao Estado incorporar efetivamente a sociedade civil em sua estrutura, tornando-se ambos partes de um mesmo conjunto. No entanto a

Participação efetiva não é, entretanto, um critério simples. Implica igualdade de oportunidade para introduzir questões na agenda e para expressar as razões de apoio a um resultado e não a outro. A impossibilidade de garantir oportunidades adequadas à participação efetiva, por exemplo, informação desigual sobre as alternativas disponíveis e seus resultados, contraria o critério de igualdade política. (COSTA, 2002, p. 105).

O poder de decisão dos espaços dos diferentes espaços de participação no âmbito do poder local institucionalizado deve ser reconhecido e utilizado pelos diferentes sujeitos, no entanto não é o que se observa na realidade do município de Carambeí. Podemos observar na fala do PCMT tal questão.

*“[...] eu acho que o conselho fica um pouco frágil nessa parte. Eles cobram muito do poder público, porque o poder público não faz isso, não faz aquilo e tal, mas é o próprio conselho que tem que se conscientizar do seu poder. [...] o executivo não pode fazer nada sem a permissão dos conselhos e o legislativo não pode aprovar nenhuma lei que venha contra a decisão dos conselhos. Então aí é que vem de novo as parcerias. **A relação entre os três, de serem mais ser mais unidos. Os três têm que ter mais união pra poder tomar as decisões que sejam necessárias pro bem do município.** (PCMT).*

No depoimento do PCMT verificamos que há resistência no que se refere à partilha do poder de decisão entre os espaços inerentes do poder local institucionalizado. Ocorre que cada espaço decide, conforme seus interesses, sem diálogo e ou partilha de poder entre si, tornando, desta forma, o 'poder de decisão' estanque e fragmentado mediante as definições para as ações necessárias ao município, o que favorece a hegemonia do 'poder de decisão' ao poder público e não aos representantes da sociedade civil, muito embora estes se façam representados no âmbito dos conselhos municipais de políticas públicas. Questionar a hegemonia do poder público em Carambeí, especialmente a centralização do poder no executivo local, não significa desconsiderar a legitimidade do sistema representativo,

entretanto corresponde ao entendimento de que o sistema representativo per si não esgota as relações democráticas. Conforme aponta Nogueira (2008, p. 114, 115)

Um sistema representativo é a base da vida democrática, mas não esgota a vida democrática. Além do mais, a representação não exclui que os indivíduos, os grupos, as associações, participem diretamente da vida pública, tanto no sentido de eleger bons representantes e de fiscalizá-los quanto no sentido de exercer pressão e controlar o poder de Estado, quanto enfim no sentido de agir para organizar a comunidade.

A centralização do poder de decisão no âmbito do Estado é uma questão que se faz presente na esfera pública municipal carambeiense, uma vez que o executivo centraliza as decisões e como podemos observar na fala do PCMAS quando o executivo e o legislativo acatam as deliberações dos conselhos, o fazem em razão de seus próprios interesses.

“[...] com relação à subvenção. Na área da assistência social, o prefeito aceita o que foi discutido e tal, aí depois vem pro legislativo, o legislativo também aprova, sabe? Mas, eu acho que aí tem um jogo de interesse muito grande. Porquê? Porque de repente se o legislativo não aprovar as entidades caem em cima e as entidades tem um poder muito forte. Elas podem assim, se passar por despercebidas, mas, quando elas querem elas têm um poder, assim, incrível. E aí o legislativo vai estar jogando contra a população. Esperamos que a gente consiga fazer deliberações em que o poder executivo e o legislativo possam aprovar pra que isso se torne freqüente e que não seja apenas, por interesse.” (PCMAS)

Quando se trata de interesses corporativos de cada espaço do poder local (executivo e legislativo municipais) e estes se sentem pressionados por segmentos organizados da sociedade civil, acabam por decidir favoravelmente às demandas apresentadas por tais segmentos. Desta forma, verificamos que existe um jogo de interesses que é composto pelos interesses tanto do Estado quanto da sociedade civil e que se expressam em ambas as partes por interesses corporativistas. Na situação específica apontada pelo PCMAS em Carambeí houve o interesse particularista pela subvenção por parte dos representantes das entidades e do outro (Estado), os representantes tanto do executivo quanto do legislativo interessados na permanência e legitimação destes no poder. O que ocorre é que diante de uma pressão particular oriunda de um determinado grupo organizado da sociedade civil, (entidade) o Estado, (executivo e legislativo municipais) cede aos interesses particularistas deste segmento da sociedade civil, optando, pela via concessão, por uma prática “meritocrática-particularista”, em detrimento da legalidade da partilha de recursos, que deve ser democrática, equânime e transparente. Neste sentido, os espaços participativos são deslocados do eixo decisório no âmbito da esfera pública municipal, imperando práticas próprias de uma esfera pública liberal-burguesa onde

o particularismo da sociedade individualista impera sobre os critérios democráticos de interesse público. Esta realidade particulariza-se em Carambeí, conforme nos aponta Habermas (1984) a “[...] esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e Sociedade Civil [...]” (HABERMAS, 1984, p. 169). Ou nas palavras de Tatagiba (2002, p. 80)

Os encontros entre Estado/sociedade nos conselhos têm sido afetados negativamente por uma grande recusa do Estado em partilhar o poder de decisão. Os governos têm resistido – de forma mais ou menos acentuada dependendo da natureza do governo e do seu projeto político – às novas formas de fiscalização controle e participação da sociedade civil no processo de produção de políticas públicas.

Outra questão que é determinante para as relações entre Estado e sociedade civil e que se confirma no âmbito do poder local institucionalizado em Carambeí, a partir do depoimento dos sujeitos pesquisados, é que os próprios conselheiros ainda não sabem o poder que têm legalmente, não tendo clareza de suas responsabilidades, do seu papel e da relevância que os conselhos possuem no aprimoramento da democracia no país, sendo necessário o fortalecimento destes espaços participativos. Conforme aponta a PCMT

[...] o conselho não sabe o poder que tem e por isso fica prejudicado. As vezes tem ações maravilhosas, mas que não podem ser implantadas porque o conselho não sabe como agir e aí é repassado para o executivo e aí o executivo olha assim e diz: Ah! Mas isso a gente pode deixar para mais tarde, e aí fica assim. Vem uma lei pro legislativo, o legislativo olha assim aquela lei, questiona, porque eles têm o poder de questionar, e muitas vezes essa lei não é aprovada. (PCMT)

A partir das diversas críticas tecidas pelos representantes dos espaços representativos e participativos, estes passam a formular proposições quanto ao como acreditam que deveriam ser as relações do poder local institucionalizado no município, questões estas relevantes para o debate do aprimoramento das relações democráticas no âmbito do poder local.

Projetar e criar alternativas que visualizem o aprimoramento das relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado torna-se uma questão positiva frente à atual configuração das relações entre estes no município de Carambeí. Visualizar saídas pode ser o primeiro passo para que o município, futuramente, possa concretizar as possíveis estratégias construídas neste contexto histórico pelos representantes do poder local institucionalizado. Questões que muitas vezes existem de modo latente entre os sujeitos que representam os segmentos organizados da sociedade civil e que ainda não foram debatidas no âmbito do poder local institucionalizado do ponto de vista de contribuir para o

desenvolvimento do município. Vale ressaltar que as experiências de participação dos diferentes sujeitos históricos do espaço local constroem a história do município, entretanto, determinadas pelas condições “dadas e herdadas do passado” conforme os pressupostos marxianos (MARX, 1997).

Podemos reiterar que a configuração das relações entre os espaços que compõem o poder local institucionalizado em Carambeí são resultantes das características políticas, econômicas e culturais do município e interferem no modo que se processam as decisões no âmbito deste. Assim, tal realidade pode sugerir aos sujeitos que compõem tais espaços, conteúdo para a problematização e levantamento de estratégias ao aprimoramento de tais relações, a fim de que o *por vir* na esfera pública local, seja parte de um projeto de sociedade, pensado estrategicamente, pelos próprios sujeitos que participam do poder local institucionalizado, considerando, sobretudo as características da realidade municipal em seu conjunto. Conforme aponta Furtado (2003, p. 103) o “[...] desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade.”

c) estratégias para o aprimoramento das relações.

A relação Estado/sociedade civil no âmbito da sociedade democrática é fruto de relações plurais e como tal compõem-se de contradições, de conflitos, dominações, subordinações, isolamentos, fragmentações, temores, jogo de interesses, dentre outras questões já apontadas anteriormente, que se expressam contundentemente na realidade carambeense.

A democracia, parte da idéia de pluralidade, com objetivo de tornar rica e diversificada a discussão no âmbito da esfera pública, dando-se oportunidade aos diversos segmentos da sociedade de expressarem-se e fazerem valer seus intentos para a coletividade. A hegemonia é formada, uma vez que tais intentos passam pelo crivo da esfera pública constituindo-se legítimos para toda a coletividade. Sendo, assim, quanto mais plural e autônoma for a sociedade política, mais chance há para que a sociedade não seja hegemonicamente conduzida com base em interesses minoritários, oriundos das classes dominantes econômico e culturalmente. A esfera pública pode ser utilizada, e assim a foi no Brasil, por setores da esfera privada,

conforme ainda verificamos na realidade carambeense.

Conforme nos aponta Nogueira (2005) a sociedade civil não é a extensão mecânica da cidadania política ou da vida democrática. Longe de ser universal, é um território de interesses que se contrapõem.

Também Tatagiba (2002, p. 71) aponta que

O grande desafio presente nas experiências participativas é construir mecanismos capazes de minorar os efeitos das desigualdades sociais no interior dos processos deliberativos, de forma a permitir que a construção dos acordos não esteja sujeita à influência de fatores endógenos como o poder, a riqueza ou as desigualdades sociais pré-existentes.

Com base na sua própria experiência os sujeitos representantes dos espaços do poder local institucionalizado de Carambeí propõem estratégias para o aprimoramento das relações entre os mesmos, as quais analisamos a seguir:

“Eu acho assim que todos, todos (executivo, legislativo e conselhos). Todos deveriam estar juntos, juntos pra propor alternativas. Mas, fica um atirando para um lado, o outro atirando do outro lado, o outro atirando do outro lado. Eles não se reúnem pra saber o que realmente pode ser feito. (PCMT)

“As manifestações poderiam ser via conselho, mas precisa ter uma participação maior, pra ter certeza que é a vontade da maioria da população. Então eu acho que deve ser trabalhado tudo isso aí. [...] Nós temos que enfrentar e eu acho que nós não podemos ficar passivos às injustiças que estão acontecendo no país e no nosso lugar também. Então acho que o país está engatinhando ainda na democracia, tem muito a crescer, nós estamos na adolescência ainda, rebelde ainda.” (PM)

Conforme o relato do PCMT, percebemos que este se refere ao poder de decisão entre os espaços do poder local institucionalizado, destacando como estratégia para o aprimoramento das relações que as decisões devem ser tomadas em conjunto. Cabe ressaltar o que dispõe Severino (1994, p. 166) “Assim, ao contrário do Estado autoritário, fundado no fato da vontade singular de um único indivíduo, o Estado democrático quer se fundar no direito expresso pela vontade livre do conjunto dos cidadãos.” O poder de decisão inerente a todos os espaços do poder local institucionalizado deve ser considerado democraticamente como legítimo para a definição das ações no âmbito da esfera pública municipal de Carambeí.

Verificamos ainda que o PM retrata a importância de maiores manifestações da população pela via dos conselhos a fim de possa oferecer aos mesmos maiores subsídios para as decisões, entretanto questiona a legitimidade destes no âmbito do poder local institucionalizado. Cabe ressaltar, que apesar da estratégia elencada pelo PM ter um cunho crítico e propositivo, tendo em vista ser de extrema relevância uma maior participação e aproximação da população junto aos conselhos, anteriormente o PM expressa uma postura não só questionadora, mas também

deslegitimadora da atuação dos conselhos municipais de políticas públicas, o que denota certa contradição na posição do mesmo.

A necessidade das decisões serem tomadas em conjunto pelo poder local institucionalizado, justifica-se no sentido permitir maior discussão e negociação entre os diferentes espaços, sejam representativos e ou participativos. Neste caso as discussões e negociações concernentes ao interesse público, proporcionam maiores subsídios para a formação de um consenso. Assim, o “[...] consenso para ser legítimo, precisa ser o resultado de um processo no qual todos os participantes da interação tenham condições de expressar seus pontos de vista de forma não coagida, e sustentar, perante os outros, suas opiniões e interesses.” (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1998, 1999, p. 55). Neste sentido, Teixeira (2001, p. 48) aponta que a “[...] definição da natureza dos interesses em jogo e em debate fica por conta dos participantes e da sua argumentação no processo de discussão pública e das articulações que podem levar a um compromisso.”

O compromisso colocado por Teixeira (2001) embora não pontuado pelos sujeitos na esfera municipal carambeense, torna-se uma necessidade para o desenvolvimento social de Carambeí, conforme podemos verificar na fala do PCMT.

“[...] sentar as três partes juntas e conversarem e falarem assim: não, eu acho que é melhor assim! e o outro: não! Mas ‘pera’ aí! Veja o meu ponto de vista e tal. Isso eu nunca vi que tenha.” (PCMT)

“[...] eu acho que falta um pouco de interesse [...] de todo mundo sentar juntos e tentar discutir todos os problemas. Com certeza soluções vão sair.” (PCMT)

Percebemos que em Carambeí os sujeitos, embora inseridos no âmbito dos espaços do poder local institucionalizado, ainda são inexperientes mediante as demandas que emergem da atividade pública, uma vez que agem do ponto de vista do particularismo político e não da coletividade, conforme podemos observar nestes fragmentos da fala do PCMT e que é relevante que estes se conscientizem da necessidade de assumir um compromisso em buscar uma maior aproximação e articulação entre os mesmos a fim de buscar soluções comuns aos problemas vivenciados no espaço local.

Assim, o compromisso entre os diferentes sujeitos que compõem o poder local institucionalizado torna-se uma necessidade conforme o que dispôs o PCMT e ainda o que apontou Teixeira (2001).

Podemos refletir sobre a relevância do exercício da representatividade na democracia, pois os sujeitos pesquisados são em suma representantes da população carambeense, e, portanto devem agir sob tal premissa democrática. Contudo, é necessário, conforme já apontamos outrora, que estes ultrapassem a ação isolada, incorporando práticas mais abertas e articuladas entre os espaços representativos e participativos. A participação dos sujeitos no âmbito do poder local institucionalizado pode estabelecer canais de comunicação com as bases que os elegeram e ou indicaram a fim de realmente se tornarem organicamente representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil no âmbito da esfera pública local. Conforme aponta o PM

“[...] O Brasil não está vivendo o exercício pleno da democracia. [...] perdura ainda o sistema mais rígido, mais ditatorial, que seria um grupo com o poder. O menor comanda a maioria, isso ainda está em Carambeí também. Eu acho que até dentro dos conselhos, de repente a pessoa que entra no conselho se acha autoridade, assim, mas não é, ela está ali representando a população, então tem que ouvir mais a população, tem que ouvir mais o que a maioria quer [...]. Essas coisas, não estão funcionando ainda no Brasil. Pode ter certeza, que é uma minoria ainda que comanda. Falta mais representatividade, inclusive na câmara. Eu não concordo que um vereador com cento e cinquenta, duzentos votos seja vereador, diante de um cenário de dez mil eleitores. São esses tipos de coisas que não têm representatividade, são coisas que precisam ser revistas, são reformas que o país tem que passar ainda.” (PM)

Ter pactos democráticos, jurídico e formalmente estabelecidos, não significa garantir a efetividade de práticas democráticas. Em Carambeí, participar de um conselho não significa necessariamente que o sujeito tenha clareza de seu papel no âmbito dos espaços democráticos participativos que compõem o poder local e ainda de que o poder público municipal esteja aberto à relação com estes, para partilhar o poder no âmbito do fazer político.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista estrutural, o Brasil desenvolveu-se aos moldes da “revolução passiva”, conforme nos apontou Coutinho (2005) ao tratar da realidade brasileira. Quando o PM aponta que ***“[...] O Brasil não está vivendo o exercício pleno da democracia. [...] perdura ainda o sistema mais rígido, mais ditatorial, que seria um grupo com o poder”***, tal depoimento pode ser relacionado ainda com a realidade do município de Carambeí, uma vez que embora os conselhos estejam formados democraticamente no espaço local, conforme determinam as disposições legais para cada política pública, a lógica das relações estabelecidas entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado, ainda é uma lógica de dominação e subordinação. Embora o PM tenha tecido a crítica ao país e não ao especificamente ao município de Carambeí, cabe ressaltar que este é parte constituinte desta mesma totalidade – Brasil. Neste sentido, podemos retratar

pelos dados analisados até o presente momento da pesquisa, que os traços da cultura política local carambeiense não apontam para uma esfera pública democrática, ao contrário demonstram que os diferentes espaços do poder local institucionalizado, estão isolados entre si e ainda que o eixo decisório inclina-se ao executivo. Podemos identificar na fala do PM que *“Pode ter certeza, que é uma minoria ainda que comanda.”* (PM).

Assim, os representantes das classes populares, no âmbito da sociedade política devem subverter-se às práticas inerentes à cultura política das classes dominantes. A aproximação entre os espaços representativos e espaços participativos, bem como o estabelecimento de um compromisso comum são estratégias para o aprimoramento das relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí, mas também são para o fortalecimento da democracia, num viés contra-hegemônico, no âmbito da esfera pública brasileira.

O PM apontou que

“A população tem que se manifestar mais, ordenadamente, sem bagunça, mas eu acho que está faltando se manifestar mesmo, pra fazer as coisas acontecerem, mas sem desrespeitar a democracia.” (PM).

Verificamos nesta passagem da fala do PM a necessária organização da população para participar no âmbito dos espaços democráticos. Tomando por base o poder local institucionalizado de Carambeí, verificamos na fala do PM a necessidade da população articular-se para compor o poder local carambeiense e desta forma contribuir para a definição dos rumos hegemônicos do local. A articulação da sociedade civil e sua relação direta junto ao poder local institucionalizado vêm fortalecer os pressupostos democráticos, intensificar a pluralidade e ainda garantir maior fluidez nas decisões no âmbito da esfera pública local. Conforme acrescenta Coutinho (2005, p. 31) a “[...] relação de dependência entre cooptação e adoção de uma cultura elitista tende a relaxar, a deixar de ser uma tendência quase impositiva, no momento em que surge ou se fortalece uma sociedade civil articulada.” A seguir a fala PCMT trata das relações dos conselheiros de políticas públicas no espaço local.

“[...] eu acho assim, quando você entra em um conselho e você sabe um pouquinho mais da questão, você tem que informar você não pode querer manipular. Isso é uma coisa que eu vejo gritante nos conselhos. Eles manipulam de uma forma assim as pessoas que você fica sem saber o que pensar. Então eu acho que, de repente, cada conselho fosse explicativo, que pudesse explicar mesmo o porquê está acontecendo aquilo tudo. Aí sim seria uma forma do próprio conselho convidar o poder executivo, o poder executivo ir até o conselho, convidar o poder legislativo, o poder legislativo ir ao conselho também e ali sim formar uma discussão. Uma discussão por quê?

Pra que pudessem formar alternativas para o bem do município, para o bem dos munícipes.”
(PCMT)

Podemos perceber que os apontamentos do PCMT denotam que não há partilha de informações entre os conselheiros, e que há a necessidade de que sejam explicadas as questões inerentes a estes, ou seja, referente aos conteúdos que perpassam os debates no espaço democrático. Reafirmamos a importância de que os sujeitos da sociedade civil tenham acesso ao conteúdo inerente à estrutura estatal.

Assim a esfera pública passaria a “[...] indicar a *dimensão da sociedade* onde este intercâmbio discursivo torna-se possível, algo como uma 'instância geradora de poder legítimo'.” (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1998, 1999, p. 55). (itálicos no original). Por se tratar da *res pública* existem princípios, valores, leis, normas, regras e procedimentos que norteiam a ação política democrática, que, portanto requerem dos participantes conhecimentos referentes a tais questões, sendo tal conhecimento condição *sine qua non* para que possam exercer as funções públicas com clareza do processo, afim de que as decisões sejam tomadas de modo que sejam responsáveis e efetivas. Conforme aponta Tatagiba (2002, p. 70)

Se o acesso às informações e o próprio conhecimento quanto ao funcionamento da máquina administrativa colocam os conselheiros governamentais em vantagem em relação aos representantes da sociedade entre estes últimos, as diferentes capacidades também oferecem obstáculos à igualdade de participação nos processos deliberativos [...].

Afirmando a complexidade das atividades inerentes aos espaços de participação do poder local institucionalizado verificamos o que dispõe o PCMAS e ainda o que acrescenta o PCMT

“Eu acho que agora que a gente está começando a entender quais são as verdadeiras necessidades, o quê realmente o conselho faz, pra quê que tem o conselho. Eu admito, assim que é difícil pra gente entender, faz dois anos que eu estou no conselho e ainda tem coisas que eu dou umas 'pedaladinhas' pra entender.” (PCMAS)

“Então eu, eu acho assim que, é na medida em que cada um, que cada conselho tenha uma visão daquilo que pode, do quê pode e do quê não pode, qual decisão tomar, então vai ficar muito mais fácil! Só que eles têm que ter alguém, alguma pessoa que, que fale pra eles assim. Não! Vocês têm que agir dessa forma! Olhem no regimento, olhem como é que é o estatuto e briguem por isso.” (PCMT)

Percebemos na fala do PCMAS que este sente dificuldades em entender as questões inerentes ao conselho e ainda que o PCMT coloca sobre a necessidade de “*alguém, alguma pessoa*” para explicar e orientar os participantes dos conselhos sobre a magnitude e fundamento destes espaços de participação na contemporaneidade.

Podemos inferir que essa pessoa, citada pelo PCMT pode ser comparada à figura gramsciana do intelectual orgânico. Intelectual

[...] é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade civil. [...]. Os intelectuais também podem ser orgânicos, produzidos por uma classe social no seu desenvolvimento histórico. Cada classe social que desempenha um papel fundamental na produção e organização econômica deve ter, assim, os seus próprios intelectuais. (SECCO, 2002, p. 102).

Coutinho (2005) trata da existência dos intelectuais orgânicos brasileiros e aponta que estes fazem parte das “exceções” à cultura intimista. Segundo este autor os intelectuais não são poucos, pois

[...] essas exceções aumentam, tendem mesmo a deixar de ser exceções, no momento em que se estrutura uma sociedade civil, em que começam a se formar diferenciações no mundo da cultura: surge para o intelectual, mesmo para aquele que continua ligado 'profissionalmente' ao Estado, uma possibilidade bem mais concreta de romper as paredes do mundo fechado do 'intimismo' e de ser influenciado pela riqueza cultural, pelo ambiente pluralista da batalha democrática das idéias. (COUTINHO, 2005, p. 31).

Com a atuação dos intelectuais orgânicos, no âmbito das diferentes classes sociais, torna-se possível a instrumentalização dos diferentes sujeitos da sociedade civil para que estes compreendam que no âmbito das relações do poder local institucionalizado a participação democrática

[...] é um instrumento de controle do Estado pela sociedade, portanto, de controle social e político: possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública. Esse entendimento opõe-se ao que se verifica na perspectiva liberal, a chamada 'liberdade negativa' que visaria impedir maior ação do Estado para garantir maior liberdade possível aos indivíduos. (TEIXEIRA, 2001, p. 38).

Os espaços representativos e participativos podem ser campos abertos para o estabelecimento de relações democráticas entre Estado/sociedade civil, no entanto não o são, *a priori*. Conforme aponta Carvalho (2008, p. 9) ainda existe

[...] falta de vontade e de cultura política que favoreça a partilha do poder, uma co-gestão das políticas públicas em que participem o Estado e a sociedade. A resistência ou a dificuldade de efetivamente repartir o poder com a sociedade devem-se, em alguns casos, a compromissos fisiológicos que beneficiam elites econômicas e/ou políticas ou clientelismo, corporativismo e à centralização que tradicionalmente regem as relações entre Estado e sociedade.

A realidade da participação no âmbito dos espaços de poder institucionalizados é prenhe de contradições. Suas relações podem favorecer práticas democráticas do ponto de vista contra-hegemônico, como também legitimar práticas hegemônicas de caráter liberal burguês, não deixando de ser democrática, deste ponto de vista. Disso posto, a configuração das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito dos espaços institucionalizados de participação concorre para legitimar características liberais historicamente constituídas. “Prestam-se muitas vezes à legitimação de governos e práticas cuja democracia se limita a um verniz 'de fachada'.” (CARVALHO, 2008, p. 24). Portanto, os setores contra-hegemônicos da sociedade contemporânea possuem um grande desafio: o de romper com as amarras da centralização de poder e da manipulação ideopolítica que envolvem as relações entre Estado e sociedade civil, que na esfera municipal se explicitam no âmbito do poder local institucionalizado.

Por tudo isso, o Estado precisa ser assimilado tanto como estrutura de dominação quanto como parâmetro ético de convivência e *lôcus* para o encontro de soluções positivas para os problemas sociais. (NOGUEIRA, 2005, p. 60).

As contradições constituem-se inerentes às relações do poder local institucionalizado e são partes da estrutura da esfera pública municipal. O poder local é campo de dialeticidade e de diálogo e também de construção e reconstrução da democracia, mas é, sobretudo, campo em que se afluam os conflitos societários oriundos da magnitude das relações sociais capitalistas modernas. Os fortes sinais de domínio do poder público, sobretudo do executivo municipal, frente aos conselhos municipais de políticas públicas caracterizam relações em que o diálogo é insuficiente e a democracia é vista como instrumento de legitimação de práticas autoritárias.

Em síntese, verificamos que no decorrer das análises os sujeitos pesquisados apontam algumas estratégias para o aprimoramento das relações entre os espaços do poder local institucionalizado, sendo as seguintes: a atuação em conjunto; a participação da população junto aos conselhos visando subsidiar estes espaços para as decisões; maior aproximação dos representantes do poder local junto às bases populacionais e à realidade local, afim de que estes conheçam as demandas da realidade carambeiense; a necessidade de maior organização da população para a participação junto dos espaços democráticos; acesso aos conhecimentos necessários à prática participativa aos que se inserem nos espaços do poder local

institucionalizado e para tanto a figura do intelectual é elencada como necessária para que tal estratégia seja efetivada. São estas as estratégias levantadas pelos sujeitos pesquisados, pois percebem os limites e apontam estratégias frente a atual configuração das relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado de Carambeí. Tais estratégias constituem-se essenciais para o estabelecimento de conquistas dos setores contra-hegemônicos do município.

Esta rearticulação passa por uma redefinição da cidadania, e em particular por uma redefinição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas. As hierarquizações tradicionais dos espaços já são insuficientes, ou inadequadas. Precisamos de muito mais democracia, de uma visão mais horizontal e interconectada da estrutura social. (DOWBOR, 1998, p. 46).

Corroborando com o que colocou Dowbor (1998) consideramos que o fortalecimento da esfera pública municipal de Carambeí é de suprema relevância para que a democracia seja fortalecida no espaço local, e ainda para que permaneça vivo o debate entre as classes sociais (capital/trabalho) de modo que o debate entre a hegemonia e a contra-hegemonia seja construído no âmbito da esfera pública, imprimindo a ela concretude do ponto de vista pleno de seu conceito.

Assim, não são perdidos de vista os princípios contra-hegemônicos à ordem burguesa, no sentido de vivificar os fundamentos democráticos modernos. Para tanto, o Estado (regulador) tem um papel fundamental: o de proporcionar o fomento e a legalização da participação no âmbito da esfera pública, sem que esta seja experienciada apenas em razão da compulsoriedade jurídico-legal que norteia as práticas democráticas. Contudo, enquanto uma gramática de interlocução das relações entre Estado e sociedade civil, oportunizando o acesso da população aos espaços democráticos institucionalizados e ainda ao conteúdo pertinente e essencial para que a democracia se materialize no âmbito das relações do poder local institucionalizado, de modo a aprimorá-las constantemente no âmbito da esfera pública.

3.3.3 Perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado de Carambeí.

“Hoje, a cada dia que passa somos sempre mais instigados a refletir sobre um fato incômodo e assustador: a despeito dos constantes avanços tecnológicos, das descobertas da ciência e das conquistas produtivas, a desigualdade continua viva e operante. Desníveis brutais de renda, de escolaridade, de saúde, de nutrição, de oportunidades continuam a separar os homens.” (NOGUEIRA, 1999, p. 73).

Neste item nos propomos a apresentar as perspectivas para o desenvolvimento social do município de Carambeí, a partir da visão dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado, tendo em vista estes serem integrantes da esfera pública municipal e, portanto significativos para o “local”. Realizamos a aproximação a esta questão tomando por base os anseios, proposições, reflexões e inquietações dos sujeitos que compõem o poder local institucionalizado, considerando-os enquanto partícipes do processo de desenvolvimento social municipal, uma vez inscritos no âmbito da sociedade política devem assumir o desafio de buscar alternativas possíveis e realizáveis politicamente no espaço local. Assim, esta reflexão não tem por objetivo pesquisar sistematicamente os instrumentos de gestão municipal, mas analisar as perspectivas para o desenvolvimento social municipal, apontadas pelos sujeitos enquanto possibilidade política no âmbito do poder local institucionalizado.

Consideramos que a partir das suas experiências e de seus elementos culturais, intelectuais e morais os sujeitos do poder local institucionalizado podem potencializar, hegemônico e ou contra-hegemonicamente, as perspectivas para o desenvolvimento social municipal. Conforme coloca Severino (1994, p. 150)

O homem é, de fato, um ser em permanente construção, que vai se fazendo no tempo pela mediação de sua prática, de sua ação. Ele é, assim, um ser histórico, que vai se criando no espaço social e no tempo histórico. Portanto o homem não é apenas uma realidade dada, pronta e acabada, mas fundamentalmente um sujeito que vai construindo aos poucos sua própria realidade. É por isso que se diz que o homem é também aquilo que ele se faz.

Corroborando com Severino (1994) a concepção de Furtado (1980), aponta a visão de homem enquanto agente criador de novas formas sociais para o desenvolvimento da sociedade.

As perspectivas de desenvolvimento social do município de Carambeí perpassam as relações do poder local institucionalizado, uma vez que nas relações entre os sujeitos é que são debatidas e adotadas ações para o espaço local.

De acordo com Nogueira (2005) é no âmbito da esfera pública que se travam conflitos, se abrem debates e, sobretudo se busca a garantia de direitos e ações que contribuam para o desenvolvimento societário. Conforme Nogueira (2005)

A luta por direitos é um fator de avanço civilizacional e democrático, mas sua potência somente se explicita quando se politiza, até mesmo porque só tem como ser travada em meio a conflitos sociais, jogos institucionais e postulações de autoridade ou de poder. Uma eventual 'estratégia de direitos' não tem como se completar fora da política: hipostasiada, produz apenas expectativas mal dimensionadas e frustrações. (NOGUEIRA, 2005, p. 62).

Consideramos, entretanto que, embora os problemas sociais sejam determinados pela lógica econômica, a busca de soluções para tais problemas percorre o campo político e cultural. Conforme aponta Furtado (1999, p. 37) “A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto.” Assim, o desenvolvimento social do município de Carambeí, perpassa pelo poder local institucionalizado e necessita deste para que sejam garantidas relações favoráveis à sua materialização. Não podemos esperar do mercado tal iniciativa, cabe ao Estado e a esfera pública firmar esse compromisso. Com efeito, convocando o mercado e a sociedade civil mediante um pacto possível.

a) Relações entre a cultura local e o desenvolvimento social municipal.

Conforme Furtado (2003) a economia e a cultura constituem-se as duas dimensões do desenvolvimento. Assim, cabe ressaltar que as características socioeconômicas e culturais existentes em Carambeí impactam diretamente no processo de construção das relações sociais no município, determinando desta forma o *modus vivendi* do local e conseqüentemente o desenvolvimento social municipal.

A base cultural, assim como as características sociais e econômicas locais são, portanto, determinantes para a magnitude do desenvolvimento social municipal. As relações entre a cultura e o processo de desenvolvimento são profundas e demandam ampla investigação. Assim, nos propomos neste momento a traçar algumas considerações acerca de tais relações, a partir da cultura local de Carambeí e o desenvolvimento social municipal.

Conforme vimos, Carambeí apresentou em meados da década de 90 uma

demanda política favorável ao pleito de sua emancipação. Com a emancipação em 1997 conquistou autonomia político-administrativa, através da instituição dos espaços institucionalizados do poder local.

A estruturação de um poder local institucionalizado frente a uma realidade local é necessária quando a realidade econômica e social do espaço local torna-se demandatária da atuação estatal afim de regular, intervir ou (re) estruturar as relações sociais estabelecidas historicamente em um espaço territorial.

Em Carambeí verificamos que, historicamente, o ramo das indústrias de transformação fomenta a economia local contribuindo, portanto para o desenvolvimento da região em seus aspectos econômicos. Assim, os processos migratórios e o setor econômico agroindustrial local foram e ainda são determinantes para o crescimento populacional do local, pois a migração de jovens e famílias da região para Carambeí deve-se, via de regra, às expectativas de trabalho que se criam em razão do desenvolvimento da agroindústria no local. Assim, tais fatores são determinantes para o processo de desenvolvimento social em Carambeí. Conforme aponta Souza (1999, p. 15) em “[...] muitos países subdesenvolvidos, a migração entre setores implica deslocamentos espaciais de população em direção às zonas industriais e áreas urbanas.”

Destaca-se, portanto, a híbrida composição da população local e, portanto a particularidade da formação histórico-cultural, econômico e social de Carambeí. A relação da cultura com o desenvolvimento social municipal, requer, portanto o trato acerca desta dinâmica.

Disso posto, podemos dizer que o eixo do desenvolvimento de Carambeí, perpassa por dois movimentos migratórios: a imigração européia, no início do século XX, sob a influência do Estado brasileiro e a migração brasileira, que se desencadeou na medida em que os imigrantes absorviam mão de obra em suas propriedades e depois de 1925 na cooperativa fundada por eles. Foi inter-relacionado a estes dois movimentos migratórios que a região iniciou e desencadeou seu desenvolvimento.

Na fala do PM podemos observar que a questão cultural determina o contexto carambeense resultando numa certa estratificação sócio-cultural entre os imigrantes e os demais moradores do município, tendo em vista as diferenças culturais e ainda sociais constituídas entre os diferentes grupos que compõem a população local. Podemos verificar os depoimentos do PM e do PCMT, conforme a seguir:

“Carambeí está com três classes: os imigrantes, os nativos e os invasores [...]. Mas acho que essa política de boa vizinhança de pegar as coisas positivas de todos os lados e ceder também um pouco, isso é que falta, e quebrar essa muralha de divisão porque ninguém é melhor que ninguém, nem pela posição social, nem pelo sangue [...].” (PM)

“Tem aquela coisa, brasileiros e holandeses. Então, eles acham assim que quem fica para o lado das empresas são os holandeses. Eu acho que o lado de cá são os brasileiros. É o prefeito, porque ele conseguiu! Veio de uma família pobre e conseguiu se reerguer. Chegou ao ponto que chegou como empresário. E os holandeses do lado de lá, vieram de uma cooperativa. Então não adianta dizer não! Carambeí é um só! Fraternidade! Porque não é! Tem esses dois lados. É uma pena! Porque a gente pensa assim: Poxa! Poderia ser uma sociedade unida. Tudo o que se faz é para uma sociedade, e ela sendo unida é melhor! Assim como a tomada de decisão, se todos estivessem unidos, seria melhor.” (PCMT)

O desenvolvimento em Carambeí constrói-se a partir de uma heterogeneidade composição sócio-cultural, portanto deve ser pensado como um campo rico em pluralidades, subjetividades e contradições. Percebemos quão forte é a divisão sócio-cultural e ainda espacial *entre as relações entre “os brasileiros do lado de cá e os holandeses do lado de lá”* conforme apontou o PCMT. Vimos que as relações entre holandeses e brasileiros formaram-se historicamente a partir das relações de trabalho devido às necessidades da esfera produtiva local ao desenvolver-se no local com a chegada dos colonos europeus. Europeus, empregadores e brasileiros, trabalhadores.

Entretanto ao observar o depoimento do PCMT verificamos que esta analisa as relações estabelecidas entre brasileiros e holandeses, a partir dos novos elementos históricos identificamos na conjuntura atual. Podemos constatar a partir do depoimento que este relaciona os holandeses com o poder econômico local – as empresas e os brasileiros com o poder local institucionalizado na figura do prefeito municipal, que embora não sendo imigrante europeu, alcançou historicamente *status* de empresário no município e atualmente representa a população municipal no poder local institucionalizado.

Podemos inferir que a análise tecida pelo PCMT representou na lógica de seu discurso, um avanço da sociedade brasileira frente aos povos europeus, tendo em vista relembrarmos que historicamente a Europa foi considerada o centro do desenvolvimento e cuja cultura seria superior, e os demais povos “retardados”. (FURTADO, 1980). Assim, explica-se na conjuntura atual carambeiense, a divisão sócio-cultural da população local, uma vez que na esfera local co-habitam representantes, tanto do “centro” quanto da “periferia” do sistema capitalista.

Elementos da cultura local expressam, portanto as relações entre esta e o desenvolvimento social municipal em Carambeí, vimos que as relações

estabelecidas entre a figura do imigrante e do prefeito, embora culturais, explicitam elementos objetivos presentes na conjuntura local, do ponto de vista econômico e social. Conforme vimos em Furtado (2003) a cultura constitui-se uma das dimensões do desenvolvimento. Assim, Coutinho (2005, p. 80) acrescenta:

Lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e, ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural.

A democratização da cultura e a incorporação efetiva desta dimensão no processo de consolidação do desenvolvimento social do município de Carambeí tornam o processo de desenvolvimento local mais próximo e condizente com a magnitude das relações sociais estabelecidas no âmbito da sociedade municipal, dada a divisão sócio-cultural existente no espaço local. Uma vez incorporada a cultura, enquanto categoria constitutiva do processo de desenvolvimento, tal dimensão servirá de pressuposto para um processo de homogeneização do ponto de visto socioeconômico no município, tento em vista que a desigual estrutura econômica e social em Carambeí está relacionada intrinsecamente à estratificação cultural no local. Tem-se que as famílias em situação de pobreza do município, são na maioria formadas de migrantes brasileiros oriundos de regiões vizinhas ao município. (SILVA, 2005)⁸⁸ A pobreza torna-se histórica, na medida em que expressa sua origem e formação sócio-cultural e espacial no âmbito do processo de desenvolvimento.

Neste sentido, em Carambeí, a horizontalização cultural é pressuposto básico para uma maior homogeneização entre as classes sociais, (FURTADO, 1992). Tal pressuposto pode tornar-se pressuposto para uma perspectiva de desenvolvimento social em que uma estrutura socioeconômica mais equânime seja historicamente constituída entre as diferentes classes sociais locais. Conforme aponta a PCMV

“Não adianta a gente querer trabalhar uma cultura, alguma coisa se nós não tivermos comida dentro da casa e só a cesta básica não vai resolver, porque nós precisamos fazer com que as pessoas tenham atitude, a dignidade social como um todo. [...] A partir do momento que a gente trabalhar esse lado, fica muito mais fácil da gente inserir a classe média inclusive a classe alta pro desenvolvimento, porque daí a gente faz um tipo de sinergia entre todas as classes e assim desenvolver ações, [...], desenvolver projetos em relação a cultura, ao lazer.” (PCMV)

Ao analisar a perspectiva de desenvolvimento social apontada pelo PCMV em seu depoimento da PCMV podemos retratar a colocação de Marx e Engels, (2005)

⁸⁸ Tal dado foi constatado pela pesquisa de graduação, onde a pesquisadora discutiu sobre a Assistência social e a pobreza em Carambeí.

em *A Ideologia Alemã*, quanto às necessidades humanas.

Somos obrigados a lembrar que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história [...], é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história' [...] Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. (MARX e ENGELS, 2005, p. 53).

Para viver e fazer história os homens necessitam das condições adequadas ao seu desenvolvimento. Ou seja, a elevação cultural requer condições sociais favoráveis, que permitam que esse processo.

Carambeí cresceu economicamente ao longo dos anos e juntamente com o crescimento econômico, cresceu também as expressões da questão social no espaço local. A estrutura produtiva não absorveu totalmente demanda de trabalhadores que migrou ao longo dos anos para o local a procura de trabalho. As indústrias locais não priorizam a contratação de trabalhadores locais e atualmente empregam, majoritariamente, trabalhadores oriundos de outros municípios, como Castro e Ponta Grossa. Reafirma-se o descompromisso do setor econômico dominante frente às questões sociais locais e a necessidade do poder local institucionalizado em firmar pactos possíveis com este, para que o mesmo possa comprometer-se com o desenvolvimento social local. Souza (1999, p. 14, 15) explica que enquanto

[...] em países desenvolvidos a evolução de relação de assalariamento acompanha o desenvolvimento tecnológico, na modernização dos subdesenvolvidos a maior parte da tecnologia, importada, é implementada desconsiderando as características locais da mão-de-obra, criando assim um descompasso entre os meios de produção e a força de trabalho que os utiliza.

Verificamos o reflexo de tais questões apontadas por Souza (1999) no depoimento do PCMAS ao se referir à realidade local carambeense.

“Eu vejo que Carambeí é um município novo, tem pouco tempo de formação, era município de Castro e tudo. Então eu vejo que a parte de desenvolvimento social de Carambeí parece que foi sendo deixado de lado. A cidade foi crescendo e se formando conforme as necessidades para se tornar um município e a parte do desenvolvimento social foi ficando naquela questão do assistencialismo e sem pensar numa mudança da situação em que o município se encontrava.” (PCMAS)

Conforme aponta o PCMAS o crescimento do município vem acontecendo sem muita preocupação por parte do poder local institucionalizado com o

desenvolvimento social municipal.

A realidade de exclusão de uma parcela da população local, que não conseguiu inserção no mercado de trabalho formal, seja porque não atingiu aos padrões exigidos pelas empresas, seja porque ao competir com a mão de obra dos municípios vizinhos, acabou sendo vencida pela concorrência, contribui para o agravamento da questão social na esfera municipal. Pois, ao tornar-se excluída do mercado de trabalho formal do município, engrossam a fila de desempregados locais e agravam a situação de pobreza em que vivem. Assim, aumentam a população usuária dos serviços assistenciais municipais.

Mediante tal quadro social do município de Carambeí os sujeitos pesquisados apontam questões relevantes que podem contribuir para o desenvolvimento social municipal. Referem-se à necessidade de participação comunitária e às políticas públicas.

Quanto à participação comunitária o PCMAS apontou que

“Não tem participação comunitária em Carambeí. Você não vê nenhuma associação de moradores, nenhum tipo de movimento que envolva a comunidade, o povo [...]. E eu vejo que de certa forma, você também acaba, mesmo estando dentro do conselho não participando muito, porque não tem espaços de participação e daí você acaba ficando meio limitado, só com o que o município te oferece. Eu sinto bastante disso. É até um comodismo próprio nosso, mas você acaba não querendo se envolver muito, porque a cidade é pequena, você não quer se envolver em questão política porque daí você acaba batendo de frente com muita gente. Então, você acaba meio que se isolando. [...] Eu acredito que deva ser uma característica de município pequeno. As pessoas se conhecem muito, todo mundo sabe quem é quem.” (PCMAS)

Verificamos no depoimento do PCMAS que na realidade do município de Carambeí, a participação comunitária é restrita, se limitando aos espaços oferecidos pelo poder público, apontando que os conselhos são vistos pelos sujeitos participantes do poder local institucionalizado enquanto um espaço de participação oferecido pelo poder público local. Tal realidade corrobora com a constatação anterior a respeito da gênese destes na esfera municipal. Disso posto, verificamos que culturalmente, os conselhos são vistos como espaços ocupados pela posição hegemônica, o que determina culturalmente a limitação da participação dos sujeitos oriundos da sociedade civil no âmbito destes, conforme apontou o PCMAS.

Podemos identificar na visão do PCMAS outro fator determinante para a limitação dos sujeitos no âmbito dos espaços de participação do poder local institucionalizado. O PCMAS aponta um fator territorial, sendo este o *“tamanho da cidade”*. Como podemos verificar segundo o PCMAS a cidade é pequena o que determina o receio da população em *“não bater de frente com muita gente”*. Identificamos,

neste sentido que as características espaço-territoriais interferem na cultura política no município, pois tais condicionam as expressões das relações abstrato-concretas da dimensão do “local”, e acabam por restringir a prática democrática de modo real, em sua dimensão política, econômica e social. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2001). O sujeito no âmbito dos espaços do poder local institucionalizado, não é visto enquanto um sujeito coletivo da esfera pública, porém ainda é visto como sujeito individual da esfera privada, não sendo realizadas as mediações necessárias à dinâmica das relações no âmbito da esfera pública municipal, pois há uma confusão entre a figura do *citoyen* e do *bourgeois* no agir participativo local quando o PCMAS aponta “as pessoas se conhecem muito, todo muito sabe quem é quem”.

A participação no âmbito dos espaços do poder local institucionalizado é necessária, igualmente, para a coletivização das decisões como também para a busca de melhores condições de participação da população no sistema de decisões na esfera pública municipal. “[...] a própria idéia de que devemos trabalhar com a criação de espaços de elaboração de consensos entre os atores-chave que intervêm no processo [...] é essencial.” (DOWBOR, 1998, p. 276), entretanto verificamos que no âmbito do poder local carambeiense, embora a participação aconteça formalmente, como tal, ela mostra-se limitada e favorece o isolamento dos sujeitos, pois temem a “rotulação” mediante os demais sujeitos no espaço local. Verificamos no depoimento do PCMAS, elementos relevantes que expressam questões importantes sobre as relações que se estabelecem no âmbito do poder local institucionalizado frente às ações das políticas sociais locais.

“Eu acho que o maior problema de Carambeí é a falta de políticas públicas. Carambeí não tem políticas públicas específicas. Então a gente percebe as vezes algum vereador que tem uma idéia, ele vai lá, leva pra câmara, é votado e a coisa tem que acontecer, sem pensar no todo. Como é que isso vai interferir? Existem muitos problemas. Não têm programas básicos, programas de distribuição de renda. Tem os programas básicos do governo, como bolsa família, mas não tem programas de geração de renda. O quê é feito é tudo muito atropelado, tudo muito político, político no sentido partidário, porque o vereador deu, porque o prefeito deu. É bem difícil da gente estar seguindo uma linha. Eu acho que é um pouco do que eu disse anteriormente, o próprio pessoal que participa do conselho têm medo de se expressar, porque isso pode interferir politicamente em algum sentido. Então as entidades têm medo de perder verba, porque podem cortar.” (PCMAS)

Verificamos que as relações culturais estabelecidas entre os sujeitos no âmbito do poder local institucionalizado interferem no modo como se processam as ações para o desenvolvimento social municipal, neste caso identificamos que determinam a realidade das políticas públicas (sociais). Tais práticas inerentes à cultura política local configuram-se como problemas para o desenvolvimento social

municipal, uma vez que são geradoras de vínculos de dependência e de favorecimento político-eleitoreiros e avessas à constituição de políticas públicas efetivas, pautadas em critérios equânimes e apoiadas na lógica do direito e não do favor.

Conforme o relato do PCMAS, no município de Carambeí as ações do Programa Bolsa Família do governo federal, não atendem toda a demanda emergente do município, pois conforme vimos, existem atualmente cadastradas no município um total de 1504 famílias, e destas apenas 581 famílias recebem o benefício de transferência de renda. A cobertura do programa é de apenas em 38,6% da demanda na esfera municipal de Carambeí. Com isso, confirmamos que a atenção básica às famílias em situação de pobreza no município de Carambeí, encontra-se deficitária, no que se refere às ações dos programas federais. No que se refere às ações municipais, verificamos que ainda faltam ações de intervenção frente à realidade social local, que tenham capacidade de promoção das famílias, visto que nos últimos anos a taxa de pobreza tem aumentado⁸⁹. Sabemos que o contexto do neoliberalismo “[...] tem se materializado através de programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas, pouco contribuindo para amenizar as condições de pobreza de grande parte da população brasileira [...]” (SILVA E SILVA, 2000, p. 36). Entretanto é também sabido que há necessidade de vontade política em enfrentar tais consequências, pois a questão de pobreza requer maior número de recursos e ainda atenção redobrada pelas proporções que atingem.

Assim, a insuficiência de políticas públicas de atenção básica torna-se um problema para a esfera municipal, uma vez que em Carambeí existem demandas emergentes no que se refere às várias expressões da questão social (apontadas pelos representantes do poder local institucionalizado no próximo item).

Conforme, vimos anteriormente, no Brasil, o processo de descentralização político-administrativo e fiscal não ocorre suficientemente em todas as dimensões, pois, via de regra, descentraliza ações em proporção superior à descentralização financeira. Tal fator concorre para a escassez de recursos na esfera municipal. Podemos verificar tal questão na fala do PM que aponta as principais questões que precisam ser revistas no que se refere às questões que envolvem as políticas públicas.

“Ah! Primeira coisa a municipalização. Dar mais autonomia aos municípios. Na semana que

89 Idem nota de rodapé anterior.

vem estou indo a Brasília, você se sente um mendigo, você vai lá pra Brasília com o chapéu na mão pedir esmola. E o dinheiro é nosso! Isso aí é terrível, eu não admito isso, não concordo e nunca vou concordar com esse tipo de coisa. Nós tínhamos que mandar a nossa sobra daqui. Carambeí com a arrecadação que tem, recebe 25% da nossa arrecadação. Isso não é justo. Então a primeira coisa seria isso, é dar mais autonomia aos municípios. Tanto o governo estadual como federal ser órgão fiscalizador, orientador e punidor. Orienta, fiscaliza e põe na cadeia. Ai sim, então é saber que o prefeito é responsável e que tem autonomia, mas responde pelos seus atos. A partir disso, o Brasil seria uma potência em dez anos. As decisões e tudo o que se for criar tem que criar de baixo pra cima, tem que começar no município.” (PM)

No depoimento do PM podemos perceber a crítica realizada por este quanto a forma atual de distribuição dos recursos no âmbito da federação, no seguinte fragmento “você vai lá pra Brasília com o chapéu na mão pedir esmola.” (PM). Desta forma, verificamos na fala do PM a repercussão para a esfera municipal da questão da centralização dos recursos na esfera federal e a conseqüente insuficiência de recursos para a gestão das ações nas diferentes políticas públicas às esferas municipais. O PM destaca, destaca ainda as funções de orientação e fiscalização dos governos federal e estaduais, em relação aos municípios e a importância dos municípios no processo de desenvolvimento do país, o que contraria a realidade atual de centralização de recursos no governo federal. Dados da Secretaria Federal de Controle Interno (2008) apontam que o município de Carambeí nos últimos quatro anos realizou um total de 30 convênios com o governo federal sendo que destes 17 (dezessete) com o Ministério de Educação, 7 (sete) com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 3 (três) com o Ministério das Cidades, 1 (um) com o Ministério da Saúde, 1 (um) com o Ministério dos Esportes e 1 (um) com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total de recursos financeiros investidos totalizam R\$ 1.171.422,81 (Um milhão, cento e setenta e um mil, quatrocentos e vinte dois e oitenta reais e um centavos), sendo proveniente da esfera federal R\$ 1.040.832,96 (Um milhão, quarenta mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos) e da esfera municipal R\$ 130.589,85 (Cento e trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Desta forma, tomando por base os últimos quatro anos, verificamos que a média anual de investimentos federais, via convênios com o município de Carambeí é de R\$ 260.208,24 (Duzentos e sessenta mil, duzentos e oito reais e vinte quatro centavos) e da esfera municipal um total de 32.647,46 (Trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos). Confirmamos assim, a escassez de recursos destinados aos municípios que provêm de convênios, o que expressa, sobremaneira, a dificuldade de serem mantidas ações conveniadas no âmbito das

políticas públicas entre as diferentes esferas da federação.

O processo de descentralização das políticas públicas é um ponto a ser debatido pela federação, e a esfera pública municipal, tem como possibilidade política o levantamento de proposições quanto às reformas necessárias à gestão das políticas públicas no país, tendo em vista a atual conjuntura das gestões locais frente às demandas emergentes nas diferentes áreas do desenvolvimento municipal, uma vez que os recursos financeiros são cruciais para o desempenho das ações nas diferentes políticas públicas.

O planejamento, a elaboração, a execução e avaliação de planos, programas e projetos alinhados às diretrizes jurídico-legais para cada área das políticas públicas são fundamentais para a atuação frente às questões sociais, conquanto os recursos à concretização das ações dadas como necessárias no plano ideal são fundamentais para a execução das mesmas. O desenvolvimento, enquanto campo de criação humana (FURTADO, 1980) deve ser considerado como campo de possibilidades. Apesar dos determinantes impostos pela globalização, as vontades políticas locais alinhadas por um projeto ético-político construído a partir da elevação intelectual e moral da sociedade civil abre caminhos para a formação de uma nova cultura política capaz de promover movimentos contra-hegemônicos à lógica do capital e com isso construir possibilidades políticas no âmbito do sistema de poder. Souza (1999, p. 9) acrescenta que “[...] as instituições políticas são capazes de traduzir poder mobilizado em reformas desejadas, sobrepondo-se ao poder hegemônico e servindo a interesses antagônicos aos do capital.” Conforme nos aponta Furtado (1999, p. 37)

A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto. Essa é a lição que podemos tirar dos decênios de crescimento que vivemos a partir do imediato pós-guerra.

A realidade das políticas públicas está perpassada por esta lógica, pois a construção de um projeto para nortear o desenvolvimento das ações, torna-se imprescindível para fundamentar as perspectivas para o desenvolvimento social municipal. Assim, “Os programas devem ser adaptados às necessidades locais, apoiados por instituições que buscam sinergias e flexibilidade através de uma coordenação prática das ações.” (DOWBOR, 1998, p. 294).

Verificamos que o PCMAS, corrobora com a colocação de Dowbor (1998) pois ambos apontam a necessidade do planejamento para as ações, conforme as

necessidades locais, afim de que as ações não sejam realizadas arbitrariamente, mas sejam apoiadas no conhecimento da realidade municipal.

*“Eu acho que primeiro teria que ser traçado um perfil do município e das características das pessoas. Porque está tendo uma migração muito grande aqui no município. Não se conhece mais quem mora em Carambeí, qual o perfil das pessoas que estão vindo pra cá [...]. É necessário até um próprio levantamento de necessidades. Porque a gente acredita que seja a habitação a necessidade de Carambeí, mas é necessário um levantamento de necessidades, **porque as necessidades têm que partir de baixo pra cima e não de cima pra baixo. Não do quê a gente imagina que as pessoas precisam, mas do que elas realmente precisam.** [...] Então, eu acho que primeiro tinha que ter esse perfil para saber com quem você está trabalhando, pra depois traçar as estratégias. [...] e **fugir dessa política de assistencialismo que vem dos anos anteriores** que é realmente aquele assistencial, assistencial assim dos primórdios, que é só o dar, o dar, o dar e pronto sem trabalhar nada, sem mudar essa situação, o status quo das pessoas continua sempre o mesmo. Então acho que daí você consegue traçar linhas de atuação. (PCMAS)(grifos nossos).*

Conforme já apontamos, a fala do PCMAS retrata a importância do planejamento das ações a partir do conhecimento da realidade. Este considera necessário que ações não podem ser perpassadas pelo crivo do clientelismo e por um viés assistencialista, como verificamos no decorrer da pesquisa.

Conforme nos apontaram Franco (1999) e Gohn (2005a) o planejamento deve integrar não somente o Estado e ou a sociedade civil, mas deve construir-se de forma integrada, através dos espaços de participação democráticos, tanto representativos quanto participativos. Ou seja, na esfera pública tal integração torna-se possível por meio do aprimoramento constante da participação direta da população nas decisões de interesse público.

Abaixo, na análise do PCMAS sobre a questão habitacional, podemos verificar as conseqüências para a realidade local de uma ação não planejada, conforme as necessidades emergentes da mesma.

“Saiu agora um projeto habitacional, mas é pra quem está empregado, pra quem tem uma renda de tantos salários. Então quer dizer, esse perfil de pessoas a gente já sabe quem é. Agora o perfil de quem está morando em terra de invasão e que realmente precisa, quem é? Como é que você vai fazer pra montar uma política habitacional que envolva essas pessoas, até para a gente não cair naquela mesmice de sempre: as pessoas vão morar lá, depois acabam vendendo a casa e voltam a invadir.” (PCMAS)

Verificamos que o PCMAS realiza uma crítica ao direcionamento do projeto habitacional, pois considera que este não atingirá as famílias moradoras de área de invasão atualmente. Neste sentido, podemos citar o que aponta Dowbor (1999) retratando os resultados de uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial no Brasil para verificar porque no Brasil se gasta tanto dinheiro na área social e se tem resultados tão desanimadores. Citou que os resultados da pesquisa apontaram que tal questão responde-se pela má destinação de recursos. Abaixo, verificamos (conforme apontou a equipe técnica do Banco Mundial) as três maneiras referentes

à má distribuição dos recursos, em boa medida contribuem para a análise do relato da PCMAS sobre a realidade do direcionamento das ações em Carambeí, citando como exemplo a questão habitacional.

i) má distribuição dentro dos setores, tais como educação e saúde, resultando em subsídios públicos relativamente altos para os tipos de programas que não tem a alcançar os pobres, e em baixos subsídios para os tipos de programas que alcançam essa classe; ii) má destinação entre setores, resultando em subsídios públicos relativamente altos para setores como previdência social e habitação, que servem principalmente à classe média e aos ricos, em comparação com setores como o da nutrição, que servem principalmente aos pobres; iii) falha dos programas em alcançarem os grupos mais pobres e mais carentes. (DOWBOR, 1998, 247).

Trazendo essa análise à questão de Carambeí, segundo o depoimento do PCMAS, o projeto habitacional a ser desenvolvido em Carambeí não beneficia as famílias das sub-habitações existentes nas áreas de invasão locais, pois estas na sua maioria vivem em situação de pobreza. Assim, não se enquadram nos critérios de renda necessários à inclusão no projeto de habitação do município. Desta forma, confirma-se na situação relatada pelo PCMAS o disposto pelo relatório citado por Dawbor (1999) quanto ao mau direcionamento dos recursos públicos no Brasil. Conforme vimos, o município de Carambeí firmou com o Ministério das Cidades, no período de 2005 a 2008, três convênios que se tratam de ações na área habitacional municipal. Destes, o primeiro deles destinou R\$ 28.970 (Vinte e oito mil e novecentos e setenta) somente para a elaboração dos planos habitacionais (etapas 1, 2 e 3), ou seja, foram destinados recursos específicos para o planejamento habitacional municipal, entretanto identificamos que este foi realizado sem que houvesse consenso entre os espaços de participação do poder local institucionalizado, quanto à referida questão. Constatamos que, além da escassez de recursos, confirma-se a não consulta os sujeitos que compõem o poder local institucionalizado para planejar os programas habitacionais locais. Isso confirma o não partilhamento das decisões entre os espaços de participação desde o planejamento das ações. Quanto ao planejamento habitacional local podemos refletir sobre o depoimento do PM que aponta elementos sobre o Plano Diretor Municipal⁹⁰.

*É em primeiro lugar, uma das primeiras coisas que nós desenvolvemos foi o plano diretor de Carambeí. Onde que ele vai crescer? E pra onde? Eu sempre falava em campanha: De onde nós viemos? Onde nós estamos? E onde nós queremos chegar? **Então eu já falei a minha meta são, mais ou menos, uns cinquenta mil habitantes. E essa cidade dever ser programada, projetada com muito cuidado, preservando as características da colônia principalmente, da imigração,***

⁹⁰ Instrumento democrático participativo de planejamento da política urbana. Possui como objetivo traçar metas e objetivos estratégicos para o desenvolvimento municipal.

preservando a natureza. (PM)

Verificamos que o PM destaca inicialmente a realização do Plano Diretor Municipal, como um instrumento coletivo que prevê os objetivos e metas para desenvolvimento de Carambeí, entretanto, contraditoriamente, na sequência ressalta *“Então eu já falei a minha meta é mais ou menos um cinqüenta mil habitantes. E essa cidade dever ser programada, projetada com muito cuidado, preservando as características da colônia principalmente, da imigração, preservando a natureza. (PM)*. Assim, percebemos que apesar do município possuir o Plano Diretor Municipal, conforme o próprio PM mencionou e nele constar objetivos e metas construídas coletivamente pela população carambeiense, torna-se evidente no depoimento do PM o caráter individualista com que aponta *“minha meta”*, em detrimento do disposto no Plano Diretor Municipal, por ele próprio no depoimento. O disposto no Plano Diretor Municipal aponta o seguinte:

Uma vez que o alcance de uma qualidade de vida elevada [...] para a *média* para a população carambeiense parece ser simples consequência do desenvolvimento já atingido, propõe-se estabelecer, como meta a ser alcançada ao fim dos dez anos de planejamento continuado, uma melhor distribuição dos frutos do progresso [...], que pode ser sintetizada pelo vocábulo *inclusão*, compreendendo a inclusão dos hoje desempregados ao mercado de trabalho, a inclusão dos moradores de sub-habitações à malha urbana consolidada e a universalização da infra-estrutura, do equipamento e dos serviços prestados à população, tanto em relação à população urbana quanto em relação à população rural. Ao mesmo tempo, deverão ser empreendidos todos os esforços possíveis para que o desenvolvimento, já alcançado e por alcançar, seja sustentável, tanto pelo respeito aos limites naturais do ambiente quanto pela criação de salvaguardas em face das flutuações naturais da economia. (CARAMBEÍ, Plano Diretor Municipal, 2005,2008).

Convém mencionar que a meta do Plano Diretor de Carambeí sintetiza-se pela melhor distribuição do *“progresso”*, enquanto consequência do desenvolvimento já atingido. O que não coaduna com o pensamento do PM que aponta o aumento populacional como consequência de um maior crescimento do município. Disso posto, verificamos que há um descompasso entre a meta apontada pelo PM e a meta legitimamente constituída no Plano Diretor Municipal. Assim, confirmamos a desconsideração do executivo municipal à legitimidade das definições democrático-participativas locais, para o desenvolvimento social de Carambeí.

O PM na continuidade de seu depoimento aponta ainda a necessidade da união e do esforço da comunidade como um todo para o desenvolvimento de Carambeí e destaca a necessidade da conscientização da população frente ao respeito desta pelas ações que vêm sendo desenvolvidas pela prefeitura no município, tecendo uma crítica à postura da população local, frente às ações do

executivo no espaço local.

“Então, são coisas assim, não são tão muito difíceis só depende muito de união, de um esforço da comunidade num todo, porque não é a prefeitura ou o prefeito que vai definir isso aí, e que vai conseguir manter isso aqui. Então tem que trabalhar com a conscientização da população também. Hoje nós estávamos discutindo isso aqui, estamos fazendo a avenida das flores, no outro dia as pessoas estão arrancando as flores, então é uma batalha da conscientização de preservar aquilo que é deles mesmos, não é do prefeito. Então essas metas são traçadas pra gente ir pensando pra seguir um caminho aí, que seria de dez, vinte anos pra acertar.” (PM)

Percebemos, nesta questão específica que o PM ressalta a questão do desrespeito da população frente às ações de paisagismo que vem sendo desenvolvidas na cidade, e destaca ainda a necessidade da população em “conscientizar-se” de que não é para o prefeito, mas para toda a comunidade que estão sendo desenvolvidas tais ações. Diante de ambos os fragmentos do depoimento do PM, nos quais no primeiro ressalta uma meta pessoal para o desenvolvimento de Carambeí, em detrimento das decisões coletivas e no segundo apela que as ações desenvolvidas pelo executivo não são para o prefeito mas para toda a comunidade, seguido do questionamento quanto à “conscientização” da população frente o desrespeito da população às ações do executivo, nos resta questionar: a quem está faltando a referida “conscientização”? À população que desconsidera as ações do executivo ou ao executivo que desconsidera as decisões da população?

Convém acrescentarmos, nessa reflexão, que o fato da população não “respeitar” as ações de paisagismo, não deve ser considerado, aprioristicamente, como um ato de “desrespeito”, conquanto, pode revelar-se como um manifesto de descontentamento da população frente às ações governamentais. Quanto à “conscientização” frente às necessidades do desenvolvimento societário, convém apontar que esta é uma necessidade tanto para o Estado quanto para a sociedade civil. A questão cultural é elemento dinâmico deste processo. Assim, identificamos nesta questão, que o diálogo e a aproximação entre o executivo e a população é prática relevante e necessária para o desenvolvimento social municipal, a qual precisa ser aprimorada na esfera pública municipal, uma vez que ocorrem crises de legitimação nas decisões e ações públicas no município. Os falsos antagonismos presentes entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, precisam ser desconstruídos e a cultura é uma via facilitadora deste processo. Reportamos-nos a Gramsci, para apontar a necessária elevação intelectual e moral na sociedade para que possam ser estabelecidos legitimamente consensos no âmbito da esfera

pública. Desta forma, ressaltamos a necessidade da aproximação entre os diferentes espaços de participação democráticos para a re-articulação da relação entre Estado e sociedade civil frente à definição das ações para o desenvolvimento social na modernidade. Conforme nos aponta Dowbor (1998, p. 367, 368)

A modernidade não se conquista com passes de mágica. Implica uma visão política, de que participar na construção do seu espaço de vida, mais do que receber presentes das 'autoridades', constitui uma condição essencial de cidadania. Implica uma visão institucional, menos centrada nas 'pirâmides' de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes de elaboração de consensos e os processos horizontais de interação. Implica finalmente numa visão centrada no homem, na qualidade de vida, na felicidade do cotidiano, e um pouco menos nas taxas de retorno.

Portanto as dificuldades quanto à participação da população, à descentralização e no que se refere ao planejamento, a insuficiência e ou ausência de políticas públicas condizentes com as demandas do local; são elementos que se destacam no depoimento dos sujeitos, e podem ser vistos como conseqüências das características das relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado de Carambeí que se desenham sobre as bases da cultura local. Tais elementos interferem na dinâmica inscrita no âmbito da esfera pública municipal, frente ao desenvolvimento social municipal.

Verificamos, portanto na expressão dos sujeitos que há uma tendência na relação entre a cultura local e o desenvolvimento social municipal no âmbito do poder local institucionalizado, em reiterar, ainda, padrões históricos tradicionais, que se prevalecem sobre os avanços democráticos instituídos, sobretudo no que se refere à partilha do poder nas decisões e ações desenvolvidas no espaço local.

Novos elementos culturais devem ser incorporados pelo poder local institucionalizado a fim de que novas atitudes possam permear as relações no âmbito deste, frente às ações a serem desenvolvidas em Carambeí. A elevação intelectual e moral da sociedade pode contribuir para a coletivização das decisões e para a legitimidade democrática das ações no município.

A socialização de uma cultura democrática pode favorecer a (des) construção dos falsos rótulos inerentes à relação Estado e sociedade civil e com isso favorecer o próprio desenvolvimento social municipal. O desenvolvimento é cultural, pois o processo de invenção cultural é o substrato do desenvolvimento. (FURTADO, 1980).

b) Questões prioritárias para o desenvolvimento social municipal.

Longe de negligenciar a complexa e contraditória dinâmica da realidade que determina a lógica do desenvolvimento societário, nos propomos neste momento discutir as questões prioritárias para o desenvolvimento social do município de Carambeí, na visão dos sujeitos do poder local institucionalizado. Estas são apontadas pelos mesmos, como ações necessárias ao município a serem apresentadas no âmbito do poder local institucionalizado como possibilidades políticas para a realidade local. A conjuntura em que se realizou a pesquisa é síntese temporária de uma totalidade, e como tal é parte inter-relacionada de um conjunto historicamente construído – a sociedade carambeense.

Inicialmente apontamos que o desenvolvimento possui dois problemas (FURTADO, 2003).

O primeiro problema é definir o campo de opções que se abre à coletividade. Em seguida apresenta-se o problema de identificar, entre essas opções, as que se apresentam como *possibilidade política*, isto é, aquelas que correspondendo a aspirações da coletividade, podem ser levadas à prática por forças políticas capazes de exercer um papel hegemônico no sistema de poder. (FURTADO, 2003, p. 103, 104).

A definição do campo de opções que se abrem à coletividade torna-se um ato político e apontar ações possíveis mediante o sistema de poder torna-se um desafio para os sujeitos que compõem os espaços democráticos de participação no âmbito do Estado Democrático de Direito. É neste sentido que apresentamos a seguir as questões prioritárias apontadas pelos sujeitos frente à realidade do desenvolvimento social municipal de Carambeí, uma vez que estes, inseridos no âmbito de tais espaços, devem assumir o compromisso de vislumbrar perspectivas para tanto.

As questões apontadas pelos sujeitos pesquisados relacionam-se às seguintes áreas no município: meio-ambiente, habitação, emprego, geração de renda, saúde, educação, segurança e cidadania. As referidas questões apresentam-se ao poder local institucionalizado como demandas das expressões da questão social, particularizadas na esfera local.

No que se refere à questão do meio ambiente verificamos no relato do PCMT que este apresenta como prioritária ao desenvolvimento social do município a questão da coleta e destinação do lixo. Sobre esta realidade o PCMT coloca

“Nessa questão ambiental tem também o problema do lixo, que até gerou uma forte discussão e que foi matéria de imprensa e tudo. [...] A prefeitura está pagando pra Castro, pra virem aqui e colocarem lixo lá. Só que eu não acho isso certo. [...] Eu acho assim que eles deviam estar

preocupados, apesar de ter esse escape. É um escape! Estão mandando lixo pra Castro, mas tem um período. Então eu acho que eles deveriam estar procurando uma nova área e que já fosse tratando o solo pra que isso não acontecesse.” (PCMT)

Notamos que a preocupação do PCMT é de que Carambeí encontre meios para a sustentabilidade no que se refere à coleta, destino e tratamento do lixo. É bem sabido, que a questão do meio ambiente é de fundamental importância para o desenvolvimento social, visto que se constitui base de sustentabilidade para as condições de vida da população. Atualmente Carambeí é consorciado com o município de Castro para a destinação do lixo municipal. Cabe ressaltar que em meados do ano de 2007 encontrou dificuldades para a renovação do consórcio, situação esta que causou transtornos para a realidade local, uma vez que no período das negociações para a renovação do mesmo, que perdurou por aproximadamente um mês, a destinação do lixo de Carambeí para o aterro do município de Castro não foi realizada.

Mediante esta questão ambiental, especialmente no que se refere à destinação do lixo municipal, verificamos que o município de Carambeí possui previsto no Plano Diretor Municipal a previsão de construção de um aterro próprio até o ano de 2011, entretanto embora haja tal previsão, não há previsão de recursos voltados a efetivação da mesma na dotação orçamentária municipal de 2008. Outro elemento, que interfere nesta questão e que, portanto, merece atenção constitui-se

[...] em relação a Biosegurança da região, visto que é uma área de cabeceiras de riachos e rios que deságuam no Alagados e nos rios Tibagi e Pitangui. O Plano Diretor Municipal, elaborado recentemente por especialistas e comunidade, comprova esta informação, bem como destaca que menos de 2% do município tem condições de receber a instalação de um aterro.” Disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br>. Acesso em: 31/05/2007.

Verificamos que apenas 2% do município tem condições de receber o aterro, e acrescentando-se à esta informação, é de conhecimento que as áreas que são consideradas apropriadas são de propriedade privada, portanto precisam ser desapropriadas para a utilização pública. (CASTRO, Página Um, 2007, Ed. nº 993).

Diante destes elementos, percebemos que embora a construção do aterro seja apontada pelos sujeitos do poder local institucionalizado como uma questão prioritária para o desenvolvimento social de Carambeí e tal questão seja prevista no Plano Diretor Municipal, verificamos que na atual conjuntura a ausência de recursos e a complexa situação da biosegurança do espaço local são fatores determinantes no encaminhamento da referida questão em Carambeí. (PND, 2005). Portanto,

continuar com o consórcio intermunicipal, tornou-se para o município de Carambeí, um “escape”, conforme apontou o PCMT, mediante a complexidade que se apresenta para o município na questão ambiental.

Outra questão que possui rebatimento para a questão da destinação do lixo urbano de Carambeí, é o uso e a ocupação do solo, devido à situação irregular de diversas áreas do mesmo. As precárias condições de saneamento nas habitações em solo urbano irregular próximo às zonas de riachos agravam a realidade da questão ambiental no município e para a construção do aterro, é necessária a desapropriação de uma das áreas do município que foram consideradas adequadas pelo IAP. Conforme o PCMT aponta a seguir em seu depoimento o lixo não coletado polui tais áreas. O PCMT aponta que

“[...] tem um problema sério, com relação a essas áreas de invasão, que são perto de riacho, porque essa população que vive nessas áreas de invasão jogam o lixo no riacho. Então são essas coisas assim que atrapalham no meio ambiente. Porque nessas áreas não tem saneamento. Agora faz uns 6 meses, mais ou menos, que a prefeitura investiu em saneamento. Então, hoje está bem melhor do que há um ano atrás! [...] Isso foi um ganho que Carambeí teve também, só que o grande problema estão nessas áreas de invasão.” (PCMT)

Verificamos que o PCMT aponta que o problema é “*essa população que vive nessas áreas de invasão jogam o lixo no riacho*”. Nesse fragmento, verificamos o sujeito responsabiliza a população pela poluição nos riachos, entretanto logo na seqüência podemos perceber no próprio depoimento uma das causas que determinam tal problemática no município, quando esta aponta que *[...] nessas áreas não tem saneamento.*”

De acordo com o que dispõe o PDM a região mais afetada pelas precárias condições de saneamento compreende as Vilas Esperança, Nossa Senhora Aparecida, Boqueirão e Lageado. Nesta região 22,9% das moradias não possuem banheiros, 11,2% jogam lixo em terrenos baldios e 9,6 % o esgoto é depositado em valas ou rios. Assim, esta região é considerada com nível ruim de cobertura em saneamento, conforme o disposto no PDM. (CARAMBEÍ, PDM, 2005).

Diante da interface da questão ambiental com as condições de saneamento básico no município de Carambeí, verificamos que a poluição dos riachos não depende exclusivamente da postura individual dos moradores do entorno destes, mas também de ações que requerem atenção do poder público, no sentido de oportunizar condições de saneamento básico a estas regiões, que sejam propícias ao favorecimento de hábitos saudáveis com relação ao destino do lixo doméstico por parte daqueles que habitam nas mesmas. A questão do meio ambiente não se

resolve apenas, com mudanças pontuais de hábitos individuais, requer atenção ampla e estrutural e a formação de pactos coletivos envolvendo Estado, mercado e sociedade civil, pois as consequências ambientais, tomam proporções sociais e políticas uma vez que são provenientes da lógica das relações sociais na contemporaneidade.

Em Carambeí, a questão do meio ambiente requer uma atenção especial por parte do poder local institucionalizado, uma vez que está relacionada diretamente com as questões de planejamento urbano, infraestrutura e habitação. As invasões e ocupações existentes no município são resultantes de um processo de expropriação do direito à moradia na realidade municipal e consequência da desestruturação do uso e ocupação do solo urbano na esfera municipal.

As favelas organizam-se pela ocupação de áreas públicas ou privadas, onde crescem habitações extremamente precárias, de tábuas velhas ou novas, zinco, latão, papelão e outros materiais, inclusive 'blocos'. Localizados em geral em terrenos íngremes sobre barrancos, à beira de córregos, ou sob viadutos, predominantemente nas periferias, constituem assentamentos habitacionais sem infra-estrutura, socialmente muito desvalorizados, em áreas vedadas pela legislação que acabam por agravar as condições em que vivem as famílias em situação de pobreza. (YAZBEK, 2006, p. 113)

A questão da habitação se apresenta como uma demanda para o poder local institucionalizado, uma vez que a realidade de favelas é presente na realidade local, guardadas as características apontadas por Yazbek (2006). Em Carambeí existem um total de 10 áreas de ocupações irregulares, sendo 6 (seis) delas na zona urbana, tratando-se de áreas que compreendem a Vila Nossa Senhora Aparecida, partes da Vila Lageado, fundos do cemitério, atrás da fábrica de manilhas, área denominada Vila Rickli, partes do Jardim Brasília e ainda na Vila Banana. De todas as ocupações irregulares a de maior preocupação do ponto de vista ambiental é a ocupação da Vila Banana por se tratar de área próxima a cursos d' água e preservação permanente. Na área rural as áreas de ocupação irregular são 4 (quatro), sendo Cassandoca, Vila Esperança, Rede Ferroviária e Campos dos Cavalos. É relevante destacar que as ocupações irregulares rurais conservam as características das ocupações irregulares urbanas, o que aponta que a periferia da cidade aumenta, em detrimento do povoamento do centro urbano que ainda possui grande área sem utilização efetiva. Tal realidade expressa a realidade de exclusão territorial devido ao não acesso ao solo urbano, que atualmente é hiper-valorizado no mercado imobiliário local. Como consequência social desta realidade o município de

Carambeí conta com uma estimativa de 225 moradias localizadas em zonas de ocupação irregulares. (CARAMBEÍ, PDM, 2005). Podemos verificar a seguir, as preocupações do PCMT, do PCMAS e do PM referentes a questão da habitação.

“[...] deveria ter algum programa pra habitação. Ontem numa reunião que nós tivemos no social, foi falado a respeito disso. Foi falado que até o ano que vem o poder público vai investir em 200 casas populares. Então isso já ajuda um pouco, mas vai ajudar pra quem pode pagar agora quem está lá nas áreas de invasão, pra quem não tem trabalho, nada, aí acho que vai ficar meio complicado. Não sei como é que o poder público vai fazer e qual política pública ele vai usar pra resolver isso.” (PCMT)

“Prioridade em Carambeí? Habitação! Porque não tem! Não tem! Agora é que eles montaram não é nem uma secretaria, uma comissão de habitação. Habitação é uma das principais [...]. A maior parte das pessoas, a maior parte dos bairros que estão se formando em Carambeí é invasão. São áreas de invasão, as pessoas não têm mínimas condições de moradia, não tem trabalho. Então acabam sempre dependendo da assistência social. Então de urgente, urgente seria essas duas questões. Habitação e a geração de renda! (PCMAS).

“O que está atrapalhando um pouco o desenvolvimento da nossa cidade seria não atender a necessidade habitacional, pra essas pessoas ter oportunidade, não de nós trazê-los, mas que pelo menos eles tenham oportunidade de vir morar em Carambeí, pra quê? Pra que essa riqueza gerada em Carambeí ela também circule por Carambeí, porque não adianta nós gerarmos uma riqueza tão grande como é gerada aqui, e sair toda tarde, toda manhã, três turnos de ônibus saindo pra Ponta Grossa e para Castro. Então o dinheiro não é gasto em Carambeí. E quando a gente tiver 80% desse dinheiro sendo gasto em Carambeí, vai ativar o comércio, vai gerar mais emprego, tem a construção civil que já está acelerada, vai acelerar mais ainda. Então eu vejo Carambeí como um pólo de desenvolvimento dos melhores do Paraná, só que as pessoas têm que acreditar mais em nossa cidade, investir mais em nossa cidade, e o cidadão ser um pouco mais bairrista, dar preferência para o comércio de Carambeí. (PM)

Notamos que na fala do PCMT e do PCMAS a preocupação com a habitação diferencia-se da preocupação expressa pelo PM. Assim, explica-se o fato das habitações a serem construídas futuramente em Carambeí, não atenderem aos usuários da política de assistência social, oriundos das áreas de ocupação irregular municipal, conforme verificamos nos dados sobre a realidade local. Ao PM interessa incentivar a vinda das famílias de trabalhadores que estão inseridas no mercado de trabalho formal em Carambeí, mas que residem em outros municípios a fim de que tais trabalhem e morem em Carambeí, e desta forma possam se utilizar do comércio local, ativando este setor da economia no município. Ou seja, sua preocupação, *a priori*, possui caráter econômico em detrimento das questões sociais locais, portanto a sua prioridade não se caracteriza em oportunizar acesso a uma moradia regularizada àqueles que já residem em Carambeí e em não tendo acesso a uma renda suficiente para custear as necessidades habitacionais de modo regularizado, dependem de estratégias habitacionais marginalizadas que se concretizam pela via da utilização irregular do solo urbano carambeense e da conseqüente precarização de sua periferia que sendo irregular não é alvo de atenção por parte do poder

público, no que se refere à cobertura em saneamento básico.

Na questão habitacional há uma disparidade entre os interesses dos conselhos e os interesses do executivo municipal em Carambeí, o que contribui para que esta questão não seja encaminhada pela via do consenso do poder local institucionalizado, o ainda prejudica sobremaneira o processo de desenvolvimento social municipal, uma vez que torna cada vez mais prejudicada as condições de vida das estimadas 225 famílias que habitam irregularmente o solo urbano e rural carambeense. Esta problemática carambeense nos reporta ao alerta dado por Jaguaribe (2006, p. 11), ao tratar do dilema do desenvolvimento brasileiro. Para o autor ou “[...] o Brasil supera a marginalidade e a incorpora à cidadania, ou a marginalidade asfixiará o país num prazo não muito grande.”

Conforme apontou o PCMAS *“Então de urgente, urgente seria [...] duas questões. Habitação e a geração de renda!”* (PCMAS). Este sujeito apontou anteriormente quanto à realidade das famílias que estão em situação irregular, verificamos que um dos determinantes que impacta diretamente sobre tal realidade é o não acesso ao mundo do trabalho. O não acesso ao trabalho consequentemente gera o não acesso à renda para a manutenção de sua sobrevivência. A conquista de uma moradia digna e segura do ponto de vista legal, torna-se desta forma dificultada ou ainda impossível diante de uma realidade de precariedade e pobreza absoluta. Trabalho e geração de renda tornam-se desta forma questões prioritárias para o município de Carambeí. Entretanto, na visão do PM o desemprego local não é considerado por ele uma questão prioritária para o desenvolvimento social do município.

“[...] no caso de emprego, que eu acredito que se a pessoa está desempregada em Carambeí, deve ser acompanhado de perto porque nós temos muitas oportunidades, então a prova disso está que nós temos mais de três mil pessoas vindo de fora, e esse eu vejo como maior desafio.”
(PM)

Verificamos que o PM considera que o trabalhador local de Carambeí não acessa ao emprego no município por uma decisão pessoal e não por uma questão determinada pela estrutura econômica local, argumentando quanto a grande contratação de trabalhadores por parte das empresas instaladas no município. Entretanto cabe ressaltar que este não se atenta quanto à origem dos trabalhadores ora contratados pelas grandes empresas locais, pois estas não priorizam os trabalhadores de Carambeí, empregando, sobretudo trabalhadores de outras cidades, conforme já verificamos anteriormente.

Verificamos que o PM não realiza as mediações necessárias ao entendimento

do fenômeno local, no tocante à sua afirmação quanto ao desemprego municipal, pois conforme vimos anteriormente existem dados quantitativos de órgãos oficiais do país que explicam conjunturalmente a questão do desemprego local. Além da objetividade de tais dados, pois de acordo com dados da Secretaria do Trabalho e Promoção Social – SETP (2008) cadastraram-se na agência do trabalhador de Carambeí 802 (oitocentas e duas) pessoas, sendo que apenas 156 foram colocadas no mercado de trabalho local. Podemos ainda endossar nossa crítica ao posicionamento do PM quanto à sua explicação no que se refere aos determinantes do desemprego local, com os relatos do PCMT e do PCMAS que fazem uma leitura conjuntural desta expressão da questão social local. Cabe ressaltar que a responsabilização do indivíduo quanto aos seus problemas coaduna com a visão liberal de sociedade, cujo tratamento das expressões da questão social é dado de modo individualista e fragmentado, a fim de não evidenciar os determinantes estruturais da questão social no sistema capitalista e responsabilizar o sujeito pela sua condição social.

Neste sentido, as evidências estruturais e conjunturais que explicam o desemprego enquanto uma demanda para o poder local institucionalizado, torna esta questão prioritária para o desenvolvimento social municipal, conforme os elementos apontados pelos depoimentos do PCMAS e do PCMT.

“Carambeí é uma cidade que muita gente trabalha aqui, mas não mora aqui. Então também tem essa característica. Daí você acha: Ah! Não. Mas tem tantos empregos. Mas as pessoas não moram aqui. Então as vezes quem mora aqui não tem emprego e os empregos estão sendo supridos por pessoas de outras cidades. Então também tem tudo isso que precisa fazer esse levantamento para daí poder traçar (um perfil) e assim fugir dessa política de assistencialismo que vem dos anos anteriores que é realmente aquele assistencial, assistencial dos primórdios, que é só o dar, o dar, o dar e pronto, sem trabalhar nada, sem mudar essa situação. O status quo das pessoas continua sempre o mesmo [...]” (PCMAS)
(parênteses nossos)

“É, na realidade, o que aconteceu com Carambeí? Vieram muitas pessoas de outros municípios, na esperança de conseguir emprego e se estabilizar aqui em Carambeí e isso prejudicou muito a agência do trabalhador, porquê? Vem toda essa população aqui e nós não temos emprego pra todos e aí nós temos, por causa disso, vários problemas. De repente como eles não conseguem ganhar pra sobreviver, caem direto no social. Então gera todo um problema e muitas vezes o social não está atendendo como deveria, mas, o primeiro problema que eu acho que tem é o desemprego, por causa até mesmo dessa mudança das pessoas para cá.” (PCMT)

Corroborando ainda com o PCMAS quanto à questão do desemprego o PCMT traça propostas de priorização das vagas de trabalho para os munícipes, numa tentativa de reversão do atual quadro conjuntural do município quanto ao desemprego e ainda favorecendo a dinamização do mercado de trabalho (setor de

industrial, comercial e de serviços), uma vez que prevê a necessidade da instalação de mais empresas, a partir do favorecimento do governo local, por meio de uma política pública específica de fomento aos investimentos privados no município em tais áreas, conforme a seguir:

Para o desemprego deveria abrir maior participação para as empresas. Empresas deveriam se instalar aqui no município. Você pode pensar: Ah! Mas tem a Batavo, tem a Perdigão. Mas só que a Perdigão pega a maior parte dos trabalhadores de Ponta Grossa. Então nós estamos tentando em várias conversas com a Perdigão, de fazer alguma coisa pra que eles peguem (trabalhadores) somente daqui, por quê? Porque nós vamos ter um ganho, vamos colocar quem está desempregado com carteira assinada e eles também vão estar ganhando porquê? Porque o custo deles com ônibus é muito grande, então é uma troca, a gente tem que trabalhar na base de troca mesmo. Agora vai se instalar aí a LaveBras que é um sistema de lavanderia. A gente já conversou também com os diretores da Lavebras, pedindo pra que eles peguem trabalhadores de Carambeí, já que eles vão se instalar aqui e que a prefeitura está dando todo apoio pra eles, em infraestrutura. É nada mais decente de que eles contratarem pessoas que sejam daqui, isso ainda está em negociação. Então, o desemprego em Carambeí vai diminuindo a partir do momento que essas conversas forem entrando nos eixos assim com as outras empresas nós temos falado também, no comércio, eu acho que é nesse sentido que caminhamos bem.” (PCMT).

A partir do depoimento do PCMT, nos reportamos à questão do descompromisso dos setores econômicos, frente aos impactos sociais de suas ações, pois ao não priorizarem a contratação de trabalhadores locais, contribuem para a manutenção da situação de desemprego no município. É sabido que o

[...] lucro do empresário nunca deixará de ser uma perda para o operário até o momento em que as trocas entre as partes sejam, iguais, e as trocas não podem ser iguais enquanto a sociedade estiver dividida entre capitalistas e produtores, e enquanto os últimos vivam de seu trabalho, ao passo que os primeiros engordam com o lucro desse trabalho.” (MARX, 2007, p. 102).

A lógica do sistema capitalista é a exploração do trabalhador por parte do capitalista. O mercado possui os meios materiais de gestão frente aos rumos da economia determinando com isso a realidade social. Desta forma, torna-se necessária a mediação do Estado e do poder local institucionalizado, frente ao conflito entre as classes sociais (capitalistas e trabalhadores). Na esfera municipal, configura-se um desafio ao poder local institucionalizado propor à esfera privada, pactos que primem por uma gestão empresarial sustentável e responsável do ponto de vista social. A “[...] capacidade de integração social das instituições econômicas é limitada até mesmo para coordenar o funcionamento da economia, requerendo a existência de outras instituições, como o Estado, para realizar essa tarefa.” (SOUZA, 1999, p. 16). Parcerias com o mercado local, podem tornar-se uma possibilidade política, quando buscarem amenizar os dramas socialmente vividos pelos trabalhadores em decorrência do não acesso ao mundo do trabalho. Contudo, vale o

alerta de que a lógica de atuação Estado-mercado, pela via das parcerias, não se constitui uma prática garantidora de direitos aos trabalhadores, uma vez que não se trata de ações efetivas e legítimas por meio de políticas públicas, jurídico e formalmente, estabelecidas.

Embora o município de Carambeí conte com uma infra-estrutura econômica suficiente para incluir no mundo do trabalho toda a população economicamente ativa do município, tal possibilidade não se efetiva na realidade local. A industrialização *per si* não promove desenvolvimento social, é necessário da mesma forma, investimentos do poder público a fim de buscar maior homogeneização social entre as classes. Conforme aponta Dowbor (1998, p. 244, 245)

Tradicionalmente, considerava-se que o investimento numa empresa industrial, ao criar empregos e renda, traria mais resultados sociais do que o investimento na área social. Hoje, no entanto, com a crescente modernização do aparelho produtivo, descobre-se que os países que investiram no homem, que se preocuparam com os seus pobres, são justamente os que melhor desempenho produtivo alcançaram no mundo.

Com efeito, verificamos nos depoimentos do PCMAS e do PCMV que estes apontam alternativas para o desemprego carambeense, a partir de ações de geração de renda.

Prioridade em Carambeí? [...] Programas de geração de renda. Não de transferência como já tem, mas de geração. Porque o quê que está acontecendo? A cidade está crescendo, ela não tem mercado de trabalho pra todas as pessoas como quase todos os lugares [...]. Tem empresas, mas também não vão pegar (todas as pessoas) porque precisa de um mínimo de escolaridade e muita gente que vem pra cá vem da área rural então não têm essa escolaridade e daí acaba ficando sem ter o que fazer e daí está essa situação assim de invasão. A maior parte dos bairros que estão se formando em Carambeí é invasão. São áreas de invasão, as pessoas não têm mínimas condições de moradia, não tem trabalho, então acabam sempre dependendo da assistência social. [...]” (PCMAS) (parênteses nossos).

Percebemos que o PCMAS retrata a importância da implantação de programas de geração de renda no município, como uma alternativa de acesso à renda por parte dos trabalhadores que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal local e acaba dependendo da política de assistência social municipal, pois não conseguem suprir suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, moradia entre outros, via mercado, agravando a situação de pobreza. Cabe ressaltar que 69% da população carambeense apontou o emprego e a geração de renda como questões prioritárias ao município de Carambeí. (CARAMBEÍ, PDM, 2005).

Theodoro (2004, p. 107) aponta que no

[...] caso de países cujas taxas de crescimento da força de trabalho atingem

níveis elevados, como no Brasil, engendra-se uma perspectiva real de aumento das atividades informais assim como das taxas de desemprego. Dessa forma, a necessidade de uma ação estatal efetiva para enfrentar (e reverter) esses problemas parece ser cada vez mais premente.

Com efeito, a questão do desemprego é nacional e, a partir do depoimento do PCMAS vemos que se particulariza no município de Carambeí, na medida em que se expressa na realidade local com características singulares, explicadas historicamente, conforme vimos, portanto requer atenção do poder local institucionalizado, sendo também uma questão prioritária para o município, conforme apontam os sujeitos.

Projetos de geração de renda, aliados à ações de profissionalização e escolarização podem contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias usuárias da política de assistência social, e desta forma potencializá-las à concorrência no mercado de trabalho formal. Esta pode ser uma alternativa viável para o município de Carambeí, mediante a demanda que se apresenta ao poder local institucionalizado. Conforme a legislação pertinente à política pública de assistência social esta

[...] realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004, p. 27).

Outra alternativa parece ser a formação de cooperativas, conforme o depoimento do PCMV.

“Então o poder público ele tem que gerar renda para esse pessoal [...]. Nós poderíamos, enquanto poder público desenvolver cooperativas. [...] Nós temos vários focos que a gente poderia desenvolver dentro de Carambeí, que estaria trabalhando diretamente isso. Eu vejo assim um exemplo de sucesso nisso é a Boqueirão Ambiental. Eles acabaram pegando esse pessoal pra desenvolver o trabalho. E veja o quanto de geração de renda que está tendo. Então o poder público poderia ter mais ações neste sentido. E esse é o maior problema que, hoje, Carambeí enfrenta, porque a partir do momento que se desenvolva um trabalho e tenha uma geração de renda, fica mais fácil de desenvolver as outras ações sociais que nós precisamos.” (PCMV)

Já retratamos anteriormente a questão das cooperativas como uma possibilidade aos projetos de acessibilidade ao trabalho e a geração de renda, (IASKIO, 2006). Desta forma, entendemos que, guardadas as devidas ressalvas desta proposta, frente ao projeto neoliberal, entendemos ser a formação de cooperativas uma estratégia viável para a geração de renda no espaço local. A proposta da economia solidária torna-se uma saída para a efetivação de ações de

geração de renda no município de Carambeí, através de cooperativas.

A mobilização dos recursos subutilizados e a racionalização geral das atividades locais implicam um esforço sistemático de estudos e organização do conhecimento sobre o potencial existente, enfocando o ciclo completo de atividades que asseguram o desenvolvimento econômico e social. (DOWBOR, 1998, p. 380).

Verificamos conforme o relato do PCMV e ainda conforme já retratou anteriormente o PM que Carambeí possui estruturadas e em andamento cooperativas que são exemplos bem sucedidos de enfrentamento à questão do desemprego local, mesmo que em pequena proporção. A mobilização de recursos subutilizados tem sido fomento para a organização da população municipal na cooperativa de reciclagem de lixo “Boqueirão Ambiental”. Assim, conforme apontou Dowbor (1998) o enfoque no ciclo desta atividade contribui para o desenvolvimento econômico e social local.

Outras questões são essenciais ao desenvolvimento social municipal. Saúde e educação são áreas que inegavelmente determinam o desenvolvimento social municipal. Entretanto, apesar de vários e diferentes elementos em saúde interferirem no desenvolvimento social municipal, o depoimento referente à área de saúde centrou-se em uma questão. O PCMAS retratou a realidade do atendimento nesta área no município de Carambeí. Enfatiza a insuficiência da estrutura de atendimento no espaço local, conforme a seguir.

“Carambeí não tem hospital, não tem nada. [...] A gente brinca que ninguém nasce em Carambeí, porque não tem maternidade. Então, é complicado, o município do tamanho que já está não tem nada, ter que depender de um posto de saúde pequeno que é o que tem aqui. Então tem bastante coisa, assim das questões sociais que precisariam mudar.” (PCMAS)

Percebemos que o PCAMS chama atenção para a melhoria da estrutura de atendimento em saúde no município, tendo em vista na sua visão a estrutura atual não ser suficiente para o atendimento no local, visto o crescimento municipal. Quanto à ausência de um hospital no município, cabe ressaltar que os princípios da integralidade e da universalidade no atendimento em saúde não impedem a realização de consórcios intermunicipais para o atendimento das demandas locais, pelos contrário os municípios devem manter regularizados e em funcionamento diversos convênios que objetivam garantir o pleno acesso ao atendimento em saúde em todos os níveis de complexidade. Conforme dispõe a Lei 8.080/1990, “Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.” (BRASIL, Lei Orgânica da Saúde, 1990, p. 108). Contudo, embora, do ponto de vista da gestão dos serviços de saúde

se justifique a formação de consórcios para serviços como o internamento hospitalar, outros serviços podem ser implantados no espaço local, a melhoria da estrutura do atendimento, no âmbito de sua gestão, torna-se uma questão prioritária a ser refletida pelo poder local institucionalizado. Entretanto, é relevante chamar atenção para o seguinte fragmento da fala do PCMAS *“a gente brinca que ninguém nasce em Carambeí porque não tem maternidade”*. Podemos dizer que a preocupação com a ausência do hospital e especialmente da maternidade no município possui interrelação com a cultura local, uma vez que, embora seja uma brincadeira, conforme apontou o PCMAS, parece sentir-se incomodada ao referir-se que *“ninguém nasce em Carambeí”*, sendo este fator a justificativa preponderante para a necessidade da maternidade no município. Como vimos no histórico municipal, Carambeí tem sua formação populacional assentada em movimentos migratórios, sendo esta característica histórica determinante para a atual divisão sócio-cultural de sua população. Assim, a constituição de uma população local nativa, apresenta-se como um fator significativo para o fortalecimento de uma nova identidade cultural. Sendo assim, reiteramos a relação entre a cultura local e o desenvolvimento social municipal.

No que se refere à questão da educação do município, o PM e o PCMT realizaram as seguintes colocações, conforme os depoimentos analisados a seguir:

*“Eu acho que uma coisa que eu tenho batido bastante na tecla é que seja levado a sério as prioridades, que todo político fala. Que o quê, que é? Saúde, educação, habitação, segurança e emprego. Mas na realidade é só no discurso, se você vai ver cada setor desse não está sendo levado a sério. **Educação não é levado a sério. Nós não estamos tendo educação ainda como deveria ter. [...].**” (PM)*

Verificamos, a partir da fala do PM, que este não aborda a questão da educação tomando por base a realidade municipal. Realiza um comentário sobre a realidade das políticas públicas em geral, e em especial aponta **Nós não estamos tendo educação ainda como deveria ter. [...].**” (PM)

É sabido que a educação formal no Brasil é um ativo social que a população brasileira é carente de acesso. A taxa de analfabetismo no Brasil é de 11,1% da população. (BRASIL, Síntese de indicadores sociais, 2007). Quase um terço (30,3%) da população acima dos 25 anos de idade tem menos de quatro anos de estudo e ainda “A diferença em anos de estudo entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos chega a 6,5 anos. (BRASIL, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, 2004).

A realidade de exclusão social do acesso à educação formal no país constitui-

se uma das expressões da questão social que se apresenta para a realidade nacional e se particulariza em Carambeí. Conforme o depoimento do PCMT, podemos perceber que a questão educacional no município se particulariza, na medida em que as demandas que se apresentam referem-se à necessidade de alfabetização dos jovens para a inserção no mercado de trabalho formal, visto que a mesma aponta que

*“A educação aqui, [...], a gente não pode falar mal porque está a contento, claro que poderia ser melhor, mas está caminhando pra isso. **Só que quem vem aqui na agência, geralmente, é quem tem o ensino fundamental incompleto. [...] o perfil, que [...] os empregadores estão pedindo é bem acima do ensino fundamental, ainda mais o ensino fundamental incompleto. O que mais me dói é que de repente são jovens que pararam de estudar e a gente está sempre incentivando, volte estudar [...] porque essas pessoas estão muito desgostosas, eu acho. Então tem que ter uma política que chame a atenção deles, sabe? tem que ter um diferencial, sabe?” (PCMT)***

Conforme dados do Ministério da Educação o município de Carambeí conta com um índice de 4,8 no IDEB⁹¹ referente aos anos iniciais do ensino fundamental, 3,8 referente aos anos finais, estando abaixo da média estadual nas duas situações, pois o Paraná obteve médias 5,2 e 4,0 respectivamente. A meta nacional constituiu-se de 6,0 para os anos iniciais e 5,5 para os anos finais, sendo que o alcance do país foi de 4,2 e 3,8. (BRASIL, Ministério da Educação, 2008). Diante dos dados podemos perceber que Carambeí não alcançou as médias estaduais e quanto à média nacional verificamos que a superou nos anos iniciais do ensino fundamental e empatou nos anos finais. Entretanto, o índice de analfabetismo de município é de 7,6%; nas faixas etárias a partir de 25 anos, este índice se acentua na medida em que a idade aumenta, chegando a 9,0% na faixa etária entre 40 a 49 anos e 25% na população acima de 50 anos. (IBGE, 2000). Atualmente em Carambeí encontram-se matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) um total de 514 (quinhentos e quatorze) alunos, o que corresponde a 3,1% da população total do município. Diante de tais dados podemos dizer que embora o município atualmente venha atingindo uma média suficiente do ponto de vista do rendimento nacional, a alfabetização dos jovens e adultos em Carambeí constitui-se, em especial uma das questões prioritárias na área da educação para o desenvolvimento social de Carambeí, uma vez que tem determinado o não acesso dos jovens ao mercado de

91 O IDEB (índice de desenvolvimento da educação) é o “[...] indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022.” (Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>. Acesso em: 11 set. 2008)

trabalho formal no município e ainda pela situação de analfabetismo da sua população adulta, conforme vimos nos dados.

É importante destacarmos que educação não pode ser considerada como um meio de instrumentalização do homem ao mercado, e ou um bem a serviço da economia, pelo contrário, esta se constitui condição *sine qua non* ao desenvolvimento societário e como tal deve ser subversiva aos intentos do mercado, fortalecendo a criatividade humana, a consciência crítica, a cidadania e a justiça social no país. Conforme o que dispõe o Plano de Desenvolvimento da Educação a educação é

[...] uma face do processo dialético que se estabelece entre a socialização e a individuação da pessoa, que tem por objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. (BRASIL, Ministério da Educação, 2008, p. 5).

Por fim, apontamos outras questões prioritárias que dizem respeito a dois aspectos da realidade carambeense que foram abordados pelos sujeitos e que são relevantes para o desenvolvimento social municipal, sendo eles: segurança e cidadania. Consideramos que segurança e cidadania são questões, que além de inter-relacionadas e interdependentes, dizem respeito à todas as demais áreas, pois tratar de segurança pressupõe falar de acesso à direitos e não há como falar em direitos sem pressupor a relevância da cidadania. O interesse público gira em torno destas duas questões, assim como o desenvolvimento social necessita destas para sua concretude.

Em Carambeí o contexto de violência se expressa inerente às determinações do contexto local. A juventude no município tem sido alvo de diferentes violações: a pobreza, o analfabetismo, a baixa escolaridade e o desemprego são fatores determinantes no contexto de violações estruturais que perpassam a realidade carambeense. Conforme aponta a PCMT

“A violência aqui está um problema sério e geralmente quem comete a violência são jovens, adolescentes.” (PCMT)

Verificamos no depoimento do PCMT que no município de Carambeí as práticas infracionais, por parte de adolescentes, têm se manifestado como um problema para a esfera pública local. Na seqüência o PCMV complementa esta questão, buscando uma explicação para o fenômeno.

“Hoje nós temos aqui em Carambeí o adolescente infrator. [...] Então nós vemos que esse é um problema [...]. Só que a partir do momento em que a gente não tem geração de renda nós não vamos atingir o objetivo que é trabalhar esse adolescente infrator. Esse adolescente infrator se ele está existindo é por um problema familiar. E se nós formos fazer um perfil dessa

família, o grande problema dessa família está em relação a falta de emprego. Então se nós quisermos desenvolver várias ações a gente tem que começar da base.” (PCMV)

Notamos que o PCMV também aborda a realidade infracional dos adolescentes de Carambeí, retratando-a como um problema para o desenvolvimento social municipal, uma vez que as práticas infracionais, na sua visão estão relacionadas a outros problemas de cunho familiar relacionados ao não acesso ao emprego e a renda. Graves são as consequências quando as políticas sociais básicas não atingem seus objetivos de inclusão e promoção das populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As questões sociais, portanto interferem diretamente na realidade da segurança pública, do ponto de vista de que não acessar direitos é uma violência e como tal gera outros tipos de violência. Ações sócio-assistenciais são necessárias ao enfrentamento da violência juvenil em Carambeí, conforme aponta o PCMT

*“[...] a gente vê muita violência. [...] **precisa assim urgentemente de uma política pública, voltada pro adolescente pra que desenvolva ele, senão nós vamos estar perdidos.** (PCMT)*

Pensar tais ações torna-se mais uma das questões prioritárias ao desenvolvimento social de Carambeí. Na visão do PCMT tais ações são necessárias na medida em que os adolescentes que infracionam estão, “colocando em risco a população local”. (PCMT). Neste fragmento da fala do PCMT observamos que o fator determinante para a sua preocupação com a atenção à juventude é a fragilidade da população local frente às situações infracionais dos adolescentes. Neste sentido, ressaltamos que em risco já vivem tais adolescentes. O ato infracional é consequência deste risco já vivido por eles, que ao infracionar acabam por ampliar o alcance deste risco para outros sujeitos da sociedade civil, momento em que uma questão de cunho essencialmente social, passa a ser visto pela sociedade estritamente como um problema para a segurança pública, dado o caráter 'criminal' que assume socialmente.

Cabe ressaltar que o caráter fundamental das políticas públicas de atenção à juventude do país é sócio-assistencial. As diretrizes de atendimento para esta área, não possuem como objetivo, *a priori* a segurança pública, conquanto a promoção social dos adolescentes e jovens brasileiros. Assim, a promoção da justiça social e o acesso à cidadania, por consequência garantem segurança à população. Conforme aponta Dowbor (1998, p. 292) a “[...] acumulação da miséria e ausência de programas culturais leva à criminalidade, gerando imensos gastos com o aparato

policial e a manutenção da população carcerária.” Convém lembrar, nesta ocasião, a colocação de Jaguaribe (2006, p. 11) apontada anteriormente: “Ou o Brasil supera a marginalidade e a incorpora à cidadania, ou a marginalidade asfixiará o país num prazo não muito grande.” As ações nesta área são sugeridas pelo PCMV para o desenvolvimento social municipal.

“A partir do momento que você tenha geração de renda, você tira um problema que está acontecendo porque quem tem fome tem pressa, precisa comer, precisa comprar, então a geração de renda é essencial. A partir do momento em que se tenha isso, o restante do desenvolvimento social é através das ações. A gente precisa fazer ações de cidadania.” (PCMV)

Podemos notar que o PCMV reitera a necessidade da geração de renda, como condição para a efetivação das demais ações para o desenvolvimento social municipal, apontando na seqüência a relevância de ações que contribuam para a cidadania da população local. Tal colocação nos reporta ao que dispôs Marx e Engels na citação que fizemos anteriormente, quando os referidos autores apontam a necessidades da satisfação das necessidades básicas do homem para que este possa fazer história.

O primeiro fato histórico é, portanto, [...], a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. (MARX e ENGELS, 2005, p. 53).

Assim, constatamos que a perspectiva de desenvolvimento social apontada pelo PCMV destaca a cidadania como base de sua sustentação. Podemos ainda, endossar esta afirmação ao verificarmos o que dispõe neste fragmento de sua fala.

Partindo do pressuposto que a cidadania deve ser considerada enquanto acesso aos direitos civis, políticos e sociais, entendemos que, efetivamente a cidadania, deve ser basilar para as ações do Estado, pois possui em si a garantia de efetivação de direitos. Portanto é pela via da cidadania que o Estado cumpre seu papel de ser, sobretudo garantidor de direitos à sociedade em geral. (PCMV)

Verificamos que o PCMV define explicitamente sua concepção de cidadania, aludindo ao conjunto dos direitos civis, políticos e sociais. Neste mesmo sentido, podemos lembrar que a cidadania historicamente foi restrita a um grupo de pessoas, tornando-se universal apenas a partir do advento da modernidade com Revolução Francesa. No Brasil o conjunto de direitos sociais foi incorporado à noção de cidadania apenas com o advento da Constituição Federal de 1988. Entretanto, no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, a realidade brasileira aponta para a não materialização destes direitos, uma vez que a situação socioeconômica brasileira aponta para altos níveis de desigualdade e exclusão social. Estima-se que

no ano de 2006, o número de brasileiros em situação de pobreza e indigência era de 36,1 milhões. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008). Portanto a cidadania ainda permanece em situação de “vir a ser” para parcelas consideráveis da população brasileira.

Em Carambeí, ainda não têm acesso aos direitos de cidadania, todos aqueles que são excluídos e ou vulnerabilizados socioeconomicamente. Cabe ressaltar algumas expressões da questão social no município que nos permitem tal afirmação: o índice de analfabetismo de 7,6%, o índice de pobreza de 18,81%, o aumento da informalidade no mundo do trabalho últimos anos; a baixa escolaridade juvenil; o não acesso à renda; a situação irregular de habitação no solo urbano; a insuficiência de saneamento básico; precarização habitacional e o desemprego local tem sido expressões que emergem no contexto carambeiense e apresentam-se como questões prioritárias frente à luta pela cidadania e a garantia de direitos. Estas são questões prioritárias que exigem atenção do poder local institucionalizado, no que diz respeito ao desenvolvimento social, considerando-se uma perspectiva contra-hegemônica à lógica de exclusão social de uma perspectiva de desenvolvimento onde o crescimento econômico tem predomínio sobre o desenvolvimento social. Pois, a cidadania não foi concebida como uma conquista universal, mas foi conquistada pelos setores que foram sendo beneficiados pelo crescimento econômico e pela industrialização na sociedade moderna. (SINGER, 2003)

Os dados da pobreza municipal em Carambeí apontam que a cidadania é negada à parcela da população que se encontra nesta situação. Esta realidade configura-se como uma violência no contexto municipal. Conforme aponta Costa (2005, p. 170) “A pobreza como falta de autonomia se expressa através de um conjunto de privações individuais e coletivas, geradas pelo não acesso à riqueza⁹² produzida socialmente.” (COSTA, 2005, p. 170). (notas de rodapé no original). Assim, para “[...] superar a pobreza é preciso investir pesadamente em educação, saúde e moradia e ativar políticas voltadas para o crescimento econômico, redistribuir rendas e riqueza para inserir no mercado milhões de pessoas.” (COSTA, 2005, p. 191). A superação da pobreza na busca de maior homogeneização das camadas sociais é *mister* para o processo de desenvolvimento social na contemporaneidade. Para tanto, desafios econômicos, políticos, sociais e

⁹² O conceito de riqueza não se reduz aos bens e ao dinheiro, mas ao conjunto de bens produzidos pelos homens, tais como a cultura, a arte, a atividade política, e também aos serviços essenciais à vida humana, tais como educação, saúde, moradia, lazer, trabalho etc. (COSTA, 2005, p. 170).

principalmente culturais se impõem ao Estado e à sociedade civil, uma vez que não bastam novas perspectivas para o desenvolvimento social, novas devem ser também as relações em que tais perspectivas são criadas, discutidas e materializadas pelo Estado e pela sociedade civil no âmbito dos espaços institucionalizado de poder, tendo em vista o caráter democrático que o desenvolvimento social numa perspectiva contra-hegemônica deve assumir.

Em Carambeí, verificamos que muitas questões prioritárias ao desenvolvimento social municipal são apontadas pelos sujeitos do poder local institucionalizado, que aludem a uma perspectiva contra-hegemônica de desenvolvimento social, entretanto são questões que ao dependerem do poder local institucionalizado para serem materializadas encontram dificuldades frente às relações que se estabelecem entre os diferentes espaços que o compõem, pois estas não favorecem a construção de consensos democráticos no âmbito do mesmo, pelo contrário ainda reiteram práticas autoritárias, fragmentadas e descompromissadas com a coletividade local.

A divisão sócio-cultural e a estratificação socioeconômica são questões centrais que determinam o contexto de desigualdades e pobreza local em Carambeí e consequentemente particularizam na esfera municipal as expressões da questão social, enquanto conseqüências de uma perspectiva de desenvolvimento que é histórica no município. Esta é centralizadora de poder, riqueza, renda, cultura e tecnologia nas mãos da minoria da população, cuja atenção está voltada ao crescimento econômico do município em detrimento do desenvolvimento social.

Para que novas perspectivas para o desenvolvimento social possam ser materializadas no espaço local faz necessário que as relações entre os espaços que compõem o poder local institucionalizado proporcionem as condições políticas para que as questões prioritárias inscritas pelas novas perspectivas sejam debatidas e fortalecidas concretamente no âmbito deste, a fim de que sejam materializadas e consolidadas na realidade local.

Vale ressaltar que a meta do desenvolvimento municipal conforme aponta o PDM (2005) se configura como

[...] alcançar, até 2016, um padrão de qualidade de vida alto (IDH acima de 0,800), sustentável e inclusivo (Gini abaixo de 0,500), de maneira a assegurar às futuras gerações carambeienses o direito a um espaço ambientalmente equilibrado, ocupado por uma população com iguais oportunidades de desenvolvimento.

Consideramos, neste sentido que o município de Carambeí demandará não apenas o tempo necessário, como também a vontade política e o conhecimento de cada sujeito coletivo em fortalecer práticas ético-políticas e culturais favoráveis ao desenvolvimento social municipal, numa perspectiva contra-hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto síntese integradora dos conhecimentos alcançados durante o processo de pesquisa, as considerações que realizamos a seguir transmitem nossa compreensão sobre diferentes elementos que permeiam o objeto em estudo, considerando as múltiplas determinações que o influenciam e, sobretudo o caminho metodológico adotado durante a realização da mesma.

Com o aporte teórico da pesquisa, calcado nos pressupostos gramscianos, pudemos dialogar com os dados coletados sobre a realidade empírica reconstruindo o objeto ora estudado. Este tratou da configuração das relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado de Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal, na visão dos sujeitos o compõe.

Com a construção do referencial teórico cercamos o objeto de estudo com a sistematização das categorias teóricas inerentes ao mesmo. O conhecimento acerca das perspectivas ideopolíticas inscritas no âmbito do debate sobre a democracia na modernidade, foi necessário para a compreensão da relevância destas na constituição das relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade.

Pudemos perceber que são diferentes as perspectivas ideopolíticas da democracia na modernidade, podendo-se apontar as interfaces do projeto democrático da modernidade. Tais perspectivas formam o substrato das relações entre os diferentes espaços de participação institucionalizada, sejam representativos ou participativos.

A discussão sobre a cultura política e a participação foi um ponto fulcral ao entendimento da relevância da experiência do sujeito no âmbito da esfera pública, enquanto suporte para a construção da sua visão de mundo. A partir dos elementos culturais e políticos que permearam o período de transição democrática brasileira, identificamos a importância da contra-hegemonia, para a conquista dos avanços democráticos, uma vez que a democracia viu-se institucionalizada no país neste contexto. Com isso, concluímos que a via do Estado não se esgotou na contemporaneidade, mas tornou-se estratégia para garantir e fomentar a democracia enquanto valor universal à sociedade brasileira, excluída historicamente dos processos de decisão coletiva. Vimos que a elevação intelectual e moral da sociedade é um dos pressupostos gramscianos necessários ao aprimoramento das

relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade. A socialização da política apresentou-se no decorrer da pesquisa, como o meio pelo qual a rearticulação entre sociedade civil e Estado pode se materializar, favorecendo a uma possível contra-hegemonia, a partir da perspectiva de Estado ampliado.

Quanto à discussão sobre poder local e desenvolvimento social, verificamos que os espaços institucionalizados são essenciais para que o desenvolvimento social possa ser pensado no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil, conquanto sozinhos não bastam, é necessário ainda a conjugação de diversos elementos culturais, econômicos e sobretudo políticos para que o desenvolvimento social possa se tornar possibilidade política no âmbito do espaço local.

Não obstante, à esta conclusão, nas perspectivas de desenvolvimento apontadas pelos diferentes autores como Celso Furtado, Ladislav Dowbor e Amartya Sen, durante a pesquisa, identificamos ricos elementos para a reflexão acerca desta questão na contemporaneidade, à luz de perspectivas cuja preocupação primordial é a coletividade. Percebemos que a socialização da política, a descentralização e partilha do poder, a elevação cultural, o investimento no homem enquanto um sujeito criativo, a distribuição de riqueza e renda e o enfrentamento à pobreza foram os elementos apresentados pelos autores como essenciais ao desenvolvimento.

Ao transpor tais constatações teóricas à empiria, pudemos reconstruir o objeto de estudo respondendo aos objetivos propostos pela pesquisa:

- Quanto à *contextualização do histórico e a elaboração do perfil socioeconômico, político e cultural de Carambeí*, verificamos que a região alavancou seu desenvolvimento inscrito num contexto de abertura e incentivo do governo brasileiro às imigrações européias, dada a lógica de desenvolvimento do país no início do século XX, que de acordo com Theodoro (2004) foi a base da ideologia do chamado branqueamento da população no Brasil.

Vimos, portanto, que os movimentos migratórios (de imigrantes europeus e de migrantes brasileiros) em Carambeí foram historicamente determinantes para a constituição dos elementos históricos e culturais que estruturam o desenvolvimento da região, em torno da constituição da estrutura produtiva local, dado que a população carambeiense foi se formando por meio das relações de trabalho constituída, inicialmente, entre brasileiros (trabalhadores) e imigrantes europeus (proprietários dos meios de produção).

Verificamos que a consolidação do complexo industrial local, (formado pelos colonos europeus e atualmente de propriedade da empresa Perdigão) foi e ainda é de extrema importância ao desenvolvimento no espaço local carambeiense, obtendo especial significação para as riquezas socialmente construídas na região, principalmente no que tange à expressiva participação no PIB municipal, conforme pudemos observar nos dados da pesquisa.

Disso posto, identificamos que o desenvolvimento em Carambeí possui hegemonicamente uma perspectiva histórica de dependência da estrutura produtiva local, uma vez que a lógica de desenvolvimento centrou-se no eixo “econômico”, o que determinou ao longo de sua história o aumento das questões sociais na região, conforme alertou Theodoro (2004) ao retratar as consequências sociais para o Brasil a partir da introdução da adoção das políticas de imigrações. Dada esta lógica a população carambeiense em seu conjunto não encontrou condições favoráveis para uma vida equânime. Historicamente houve uma estratificação entre as diferentes classes sociais, com o agravamento as expressões da questão social no espaço local. Atualmente, confirmamos junto aos dados levantados pela pesquisa que 18,81% da população vive em situação de pobreza, houve aumento do setor informal na economia local nos últimos anos, o complexo industrial (sob o domínio do grande capital) não prioriza trabalhadores da região de Carambeí, empregando majoritariamente trabalhadores de outros municípios, porque na sua maioria são estes que atendem às exigências impostas pelo mercado. Pudemos constatar, portanto, que a perspectiva de desenvolvimento em Carambeí desenvolveu-se centrada na idéia do eurocentrismo e que esta por sua vez encontrou ao longo do histórico do local consequências para a população brasileira, pois nesta lógica os povos da “periferia” são considerados como retardados em relação aos povos do “centro”.

Tais características históricas determinam no contexto atual de Carambeí a realidade de divisão sócio-cultural entre a população carambeiense, que se explica, sobremaneira, pela híbrida composição étnica da população local, associada às diferenças sociais no que se refere às condições de vida, entre as figuras do brasileiro (trabalhador) e do imigrante (proprietário dos meios de produção). É importante lembrar que atualmente os imigrantes europeus, colonos de Carambeí, não detêm a hegemonia da posse no âmbito da estrutura produtiva local, pois esta conforme citamos, encontra-se sob a posse majoritária da empresa Perdigão, cujo

capital investido é proveniente do grande capital. Com isso, verificamos na realidade carambeense a inter-relação entre as categorias de cultura e economia, conforme nos apontou Furtado (2001) em sua perspectiva de desenvolvimento, determinando, portanto, a realidade de divisão sócio-cultural de sua população local na atual conjuntura.

Apontamos, ainda, como avanço histórico significativo para o desenvolvimento de Carambeí a conquista de sua emancipação política na década de 90, pois ao se emancipar materializou do ponto de vista jurídico e formal, o poder local institucionalizado, proporcionando com isso que Estado e sociedade civil pudessem se relacionar no âmbito da esfera pública municipal, ora constituída. Obtendo, desta forma, poderes democráticos legítimos, no âmbito dos espaços de participação representativos e participativos do poder local institucionalizado para intervirem junto ao processo de desenvolvimento social municipal.

- Outro objetivo desta pesquisa foi *analisar a configuração das relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado de Carambeí*. Para o alcance deste objetivo nos propusemos a resgatar a experiência do sujeito, que é de especial significação no processo de participação que o mesmo estabelece, nos diferentes espaços democráticos em que atua. No âmbito do poder local institucionalizado de Carambeí verificamos junto dos sujeitos que as suas experiências ainda configuram-se restritas, heterogêneas e se materializam como práticas isoladas, reafirmando a lógica de que os espaços de participação públicos atuam freqüentemente como “ilhas” separadas com difícil comunicação (DAGNINO, 2002).

Identificamos as dificuldades e as conquistas dos sujeitos no âmbito de sua participação no poder local institucionalizado indicando que estas são determinadas pela característica da cultura política local carambeense (hegemonicamente uma cultura clientelista e assistencialista) marcada pela fragilização das instituições democráticas, sobretudo as participativas no espaço local. Vimos também que o desconhecimento e a inexperiência aliados às amarras impostas pela burocracia no âmbito da esfera pública fragilizam ainda mais a socialização da política e conseqüentemente a contra-hegemonia no âmbito do poder local institucionalizado em Carambeí.

Especialmente, quanto às conquistas percebemos que estas ainda são

práticas desarticuladas e isoladas entre si, o que denota a fragmentação e distanciamento entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado no município, sendo necessário um alerta tanto para o Estado quanto para a sociedade civil local, a necessidade de maior articulação entre os espaços institucionalizados do poder local, tendo em vista a configuração atual de suas relações.

Verificamos que são características das relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado de Carambeí, o particularismo, o corporativismo, a manipulação de interesses em defesa de interesses econômico-corporativos (conforme aponta a visão gramsciana), os quais reforçam, sobremaneira, as relações pautadas em clientelismos, em detrimento de igualdade na partilha de poder no âmbito das relações do poder local institucionalizado (dada a formação hegemônica de uma cultura política local autoritária) que tende a entender o Estado separado e superior à sociedade civil.

Os determinantes para a configuração das relações, nestes moldes, se constroem no âmbito da esfera pública local de modo frágil. Verificamos que há um conjugado de fatores que determinam tais relações, destacando-se as questões da inexperiência e do desconhecimento dos sujeitos do papel dos referidos espaços de participação, bem como quanto da realidade local; ainda a desconsideração por parte dos espaços representativos à legitimidade das deliberações no âmbito dos espaços participativos e o conseqüente isolamento e a resistência à participação conjunta.

Vimos que tais fatores interferem sobremaneira no poder de decisão de cada um dos espaços no âmbito do poder local institucionalizado, pois como tal o poder de decisão no âmbito deste encontra resistência em ser partilhado. Os espaços decidem isoladamente, sendo que no jogo de forças estabelecidas, o executivo define, hegemonicamente, as ações no espaço local. Há, portanto, centralização de poder do Estado, em detrimento dos segmentos da sociedade civil, que se fazem representados no poder local institucionalizado em Carambeí, favorecendo a manutenção dos interesses hegemônicos no espaço local.

Disso posto, consideramos que as perspectivas democráticas liberais são hegemônicas no âmbito das relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado em Carambeí, em detrimento das perspectivas radicais de democracia, visto que a configuração das relações entre seus diferentes espaços de participação mantém práticas individualistas, em detrimento da igual partilha de

poder, imperando na esfera pública municipal uma constituição democrática formal.

Vimos que um grupo minoritário ocupa o poder local institucionalizado e faz dele um espaço hegemônico, frente à fragmentação, o temor e a conseqüente secundarização dos diferentes segmentos em relação ao executivo local, apesar de possuírem perspectivas diferentes da defendida por este no âmbito do poder local institucionalizado.

Identificamos que o poder local institucionalizado em Carambeí tem um caráter hegemônico, pois embora a institucionalização da participação no espaço local tenha garantido para o município a constituição, jurídica e formal, dos institutos representativos e participativos, ela por si só não se basta, há que se investir na prática social democrática e na materialização dos preceitos institucionalizados.

No âmbito do poder local institucionalizado em Carambeí é possível observar sinais de uma esfera pública municipal, porém para esta se constituir, no sentido pleno de seu conceito, alguns elementos são fundamentais. O encontro entre a hegemonia e a contra-hegemonia na relação Estado/sociedade civil torna-se um pressuposto fundamental para a constituição da mesma. Em Carambeí, pudemos observar que os sinais de contra-hegemonia identificados não têm presença, neste momento histórico, para alterar a configuração das relações entre os espaços do poder local institucionalizado. Embora os conselhos sejam constituídos na esfera pública local, a participação da sociedade civil no âmbito destes, não detém efetivamente a contra-hegemonia no poder local institucionalizado. Quando ocorrem pressões por parte de segmentos organizados da sociedade civil ao executivo e ao legislativo, estas buscam respostas à questões de caráter particularista e se fazem desvinculadas do debate no âmbito dos espaços legítimos do poder local institucionalizado.

Conforme vimos que a gênese dos conselhos constituídos no município de Carambeí deu-se a partir do fomento do próprio poder público, em virtude da regulamentação e normatização das políticas municipais. Sua organização não se deu por uma iniciativa da população local, através de seus segmentos organizados. A lógica que os conselhos se estruturam no espaço local não favoreceu o acesso destes ao conteúdo estatal, pelo contrário fortaleceu uma secundarização dos próprios conselhos frente à hegemonia do poder público no âmbito dos espaços do poder local institucionalizado.

Nota-se que a esfera pública carambeiense no âmbito dos espaços

participativos do poder local ainda é frágil e restrita. Compreendemos que não poderia ser diferente uma vez que culturalmente a população não teve um aprendizado neste sentido. Neste processo, entendemos que é papel do Estado, por meio do executivo fomentar a participação dos segmentos organizados da sociedade civil. Ampliar as condições de acesso da sociedade civil à estrutura e ao conteúdo do Estado parece ser uma alternativa viável e necessária à socialização da política na esfera municipal carambeiense. Consideramos que o fortalecimento dos elementos contra-hegemônicos, que estão latentes e fragmentados entre os sujeitos que compõem o poder local institucionalizado, podem vir a contribuir para a atuação destes no cenário político local, abrindo espaço para novas perspectivas ideopolíticas e culturais para o desenvolvimento social do município de Carambeí.

A valorização dos espaços institucionalizados de participação tanto representativos quanto participativos é necessária ao fortalecimento do debate democrático na contemporaneidade para a (des) construção dos falsos rótulos inerentes ao ideológico discurso do antagonismo entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, bem como para o aprimoramento da esfera pública, enquanto campo aberto a um diálogo consciente sobre questões importantes ao desenvolvimento societário.

O fortalecimento da perspectiva democrática radical, contra-hegemônica no âmbito do poder local institucionalizado, é condição *sine qua non* para que também novas perspectivas para o desenvolvimento social possam ser adotadas por este em Carambeí.

- O terceiro objetivo a que nos propusemos nesta pesquisa foi *refletir sobre as perspectivas para o desenvolvimento social municipal*, na visão dos sujeitos pesquisados, visto que, são sujeitos potencialmente capazes de contribuir para a materialização de suas perspectivas de desenvolvimento social na esfera municipal de Carambeí.

Em Carambeí percebemos que existem diferentes perspectivas para o desenvolvimento social, na visão dos sujeitos do poder local institucionalizado, entretanto dado o não fortalecimento contra-hegemônico no âmbito deste, as perspectivas que não coadunam com as perspectivas do poder público ainda não foram assumidas enquanto possibilidades políticas na esfera local.

Várias são as questões prioritárias apontadas pelos sujeitos que se reportam

as perspectivas não mais centradas na dependência da estrutura produtiva local, conforme marca histórica do município, mas que avistam outras possibilidades para o desenvolvimento social, priorizando a intervenção do poder local institucionalizado junto ao enfrentamento das questões sociais locais. Disso posto é importante ressaltar que existiram divergências entre as perspectivas para o desenvolvimento social municipal entre os sujeitos nas áreas do meio ambiente, da habitação, do desemprego e da geração de renda. Nestas questões sociais constatamos que a perspectiva para o desenvolvimento social adotada pelo poder local institucionalizado foi a apresentada pelo executivo municipal, em detrimento das outras perspectivas apontadas pelos sujeitos representantes tanto do legislativo, quanto dos conselhos. Pudemos perceber que já existem novas perspectivas sendo pensadas pelos sujeitos que participam do poder local institucionalizado, que podem tornar-se alternativas viáveis ao desenvolvimento social do município de Carambeí. Mas, para que estas possam tornar-se possibilidade política é necessário ainda o fortalecimento dos segmentos contra-hegemônicos no âmbito do poder local institucionalizado, a fim de que a sociedade civil, em conjunto com o Estado, possa decidir pelos rumos do desenvolvimento social municipal.

A sociedade civil, considerada por Gramsci, parte constituinte do Estado, em Carambeí relaciona-se com o Estado, através da constituição e funcionamento dos conselhos. Tal pressuposto se faz presente no âmbito do poder local institucionalizado, mesmo que os elementos contra-hegemônicos estejam frágeis na atual conjuntura. O encontro entre Estado e sociedade civil no âmbito do poder local institucionalizado, mesmo que formalmente, é um sinal de avanço na perspectiva democrática do desenvolvimento societário, uma vez que um gérmen do Estado ampliado de Gramsci pode ser gerado na esfera local carambeiense. Há elementos que podem favorecer esta nova gramática histórica (AVRÍTZER E SANTOS, 2001), cujo processo é inacabável (ROUSSIAUD E WARREN, 2000).

A pesquisa demonstrou que o município de Carambeí necessita democratizar as relações entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado a fim de fortalecê-lo do ponto de vista contra-hegemônico, favorecendo que as diferentes perspectivas de desenvolvimento social (inerentes aos espaços representativos e participativos) obtenham uma igualdade de oportunidade para a definição das ações para o desenvolvimento social municipal.

As perspectivas de desenvolvimento dos diferentes sujeitos que

historicamente ocuparem os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí, poderão se tornar hegemônicas na medida em que as relações entre os espaços de participação do poder local institucionalizado forem sendo modificadas e novos valores e princípios democráticos forem sendo absorvidos e materializados nestas relações. Concorre para tanto, a horizontalização das relações entre Estado e sociedade civil, através da socialização da política e da partilha do poder na esfera pública municipal.

Uma vez os espaços do poder local institucionalizado se assentem em um compromisso comum, as suas relações podem contribuir para que as perspectivas de desenvolvimento social (na visão dos sujeitos que o compõe) possam ser debatidas e adotadas por este, a fim de materializá-las no espaço local. Tais questões, portanto contribuem para o fortalecimento da esfera pública local e abrem caminhos para uma perspectiva contra-hegemônica de desenvolvimento social municipal e, conseqüentemente, para a reconstrução da hegemonia no espaço local.

REFERÊNCIAS

- AARDOOM, A. A. K.; FERREIRA, E. M.; FERREIRA, L. J. M. Histórico do Município de Carambeí. In: _____. **Diagnóstico Municipal na Área a Criança e do Adolescente**. Carambeí, 2002, p. 3-4.
- AGGIO, A. (org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ARANHA, M. L. de A., MARTINS, M. H. P. Introdução à política In: _____. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Morderna, 1993, p. 179-185.
- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1990, 83 p.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARRETCHE, M. T. da S. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP: 2000, 304 p.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: _____. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: EUFMG, 1996.
- AVRITZER, L., SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BAQUERO, M. (org). Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estados e partidos. In: _____. **Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, p. 26-41.
- BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIDARRA, Z. S. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 78, ano XXIV, jul. 2004, p. 5-47.
- BOBBIO, N. A. **Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política**. São Paulo: Brasiliense s.a., 1986, 173 p.

BOBBIO, N. A. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOBBIO, N. A. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1997. Vol. 2, 656 p.

BOBBIO, N. A. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense s.a., 1998.

BOBBIO, N. A. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

BORJA, S. **O projeto democrático**. Porto Alegre. Ricardo Lenz, 2001.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. nº 8.662 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1997.

BRASIL. Lei 9096, de 19 de setembro de 1995. **Lex**: Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 04 fev. 2008.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Perfil dos municípios**. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 13 out. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – FINBRA**: Dados contábeis dos municípios 2003. Disponível em: www.stn.fazenda.gov.br. Acesso em: 22 mai. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores socioeconômicos**: taxa de pobreza. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2000/fgb05.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2005.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Informações do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2008.

BRASIL. **Indicadores Sociais**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 18 abr. 2008.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Perfil dos municípios**. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 13 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 07 mai. 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Taxa de pobreza tem queda recorde e, pela primeira vez, fica abaixo de 20%**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias>. Acesso em: 07 mai. 2008.

BRASIL. Corregedoria Geral da União. **Relatório Gerencial**: município de Carambeí. 2004. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2008.

BRASIL, Lei Orgânica da Saúde. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. In: PONCHECK, D. do R., WITIUK, I. L. **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2006.

BRASIL, Secretaria Federal de Controle Interno. **Consulta Convênios**. Disponível em: www.cgu.br/publicacoes. Acesso em: 22, jun. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>. Acesso em: 11 set. 2008

BURITI, J. A. (org.). **Cultura e Identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARAMBEÍ. Lei nº 01 (1997). **Lex**: legislação municipal. Carambeí.

_____. Lei nº 054/97. 25 de novembro de 1997. **Lex**: legislação municipal. Carambeí. 5 p.

_____. Lei nº 168 (2001). **Lex**: legislação municipal. Carambeí.

_____. Lei Orgânica Municipal (1997). 30 de setembro de 1997. **Lex**: legislação municipal. Carambeí, 31 p.

_____, Prefeitura Municipal. **Cooperativa de Lixo pede ajuda à Prefeitura**. Disponível em: <http://www.carambei.pr.gov.br>. Acesso em: 06. abr. 2008.

_____. Carambeí a mais holandesa das cidades paranaenses. **Diário da Manhã**, Ponta Grossa. 26 de novembro de 2004, p. 6,79-96.

_____. **Plano Diretor Municipal: 2005-2008**. 1 CD-rom. PDF, 2008.

_____. Agência do Trabalhador. **Pesquisa da semana do trabalhador**. 2007.

_____. **Significado de Carambeí**. Enciclopédia Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 14. abr. 2008.

_____, Empresa Perdigão. **Organização societária**. Disponível em: www.perdigao.com.br. Acesso em: 24. out. 2008 .

CARVALHO, M. do C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo>. Acesso em: 09. jun. 2008.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito** fundador e sociedade autoritária. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIZZOTTI, A. Da pesquisa Qualitativa. In: _____. **Pesquisa em ciências humanas**. 2. ed. São Paulo Cortez, 1998, Cap. 1, p. 77-87.

COSTA, L. C. da. **O capitalismo brasileiro**: uma particularidade histórica construída a partir da dinâmica geral do capital. 1994. 379 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. **A Reforma do Estado no Brasil**: uma crítica ao ajuste neoliberal. 2000. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

_____. A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento lukaciano. In: **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: ed. UEPG, v. 1 n. 1, p. 59-70, 2001.

_____. O dilema brasileiro da desigualdade. In: SOUZA, M. A.; COSTA, L. C. da. **Sociedade e Cidadania**: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: UEPG, 2005, Parte 3, p. 165-193.

_____. **Os impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.

COSTA, S. Modelos de espaço público e seus usos no Brasil. In: _____. **As cores de arcília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COSTA, V. M. R. Teoria Democrática e Conselhos de Política Social. In: BRAVO, M. I. S., PEREIRA, P. A. P. (orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: 2. ed., Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p. 87-111.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 142 p.

_____. Vontade Geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci. In: _____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Democracia e Socialismo: questões de princípio. In: _____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-48.

_____. Carambeí a mais holandesa das cidades paranaenses. **Diário da Manhã**, Ponta Grossa. 26 de novembro de 2004, p. 6,79-96.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DAGNINO, Evelina (Org). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DINIZ, E. Globalização, democracia e reforma do Estado: paradoxos e alternativas analíticas. In: RICO, W. de M., RAICHELIS, R. (org.). **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC, IEE, 1999, Parte I, p. 19-68.

DOWBOR, L. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada: proposta para uma gestão descentralizada.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O mosaico perdido: a economia além das equações.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ENGELS, F., MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin e Claret, 2005.

ENGELS, F., MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin e Claret, 2002.

FALCÃO, M. do C. A seguridade na travessia do Estado assistencial brasileiro. SPOSATI, A., FALCÃO, M. do C., TEIXEIRA, S. M. F. **Os Direitos (dos desassistidos) Sociais.** São Paulo: Editora Cortez, 1999. Parte III, p. 109-126.

FALCÃO, M. do C. B. C., et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2003, 111 p.

FERNANDES, L. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, E. GENTILI. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p. 54-63.

FERNANDES, Edésio. (org). **Direito Urbanístico.** Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERNÁNDES S. S. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 73, p. 5-22, mar. 2003.

FIALA, A. M. **A Emancipação de Carambeí: As Determinações Políticas do Processo.** 1997, 77f. Monografia, (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

FISCHER, T. Poder Local: Um tema em Análise. In: _____. **Poder Local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1993, p. 10-20.

FRANCO, A. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: RICO, W. de M., RAICHELIS, R. (org.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE, 1999, Parte IV, p. 175-190.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1971, 248 p.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar: São Paulo: Nacional, 1980.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. **Revista Economia e Sociedade**. n. 1, p. 05-19, ago. 1992.

_____. A superação do subdesenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**. n. 3, p. 37-42, dez. 1992.

_____. **O longo amanhecer: reflexões** sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GIL, A. C. Observação. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 111-116.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997, 383 p.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005a.

GOHN, M. da G. Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local. In: SOUZA, M. A. de; COSTA, L. C. da. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: UEPG: 2005b, parte 1, p. 14-71.

GÓMEZ, J. M. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires, CLACSO; Rio de Janeiro: LPP, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2001.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Idéias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas: UNICAMP, 1998/1999, p. 13-42.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Esfera Pública e democracia no Brasil. **Idéias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas: UNICAMP, 1998/1999, p. 43-74.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Desafios e possibilidades da participação da sociedade na construção de uma gestão pública democrática. **Idéias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas: UNICAMP, 1998/1999, p. 75-96.

HABERMAS, J. Esfera pública burguesa: idéia e ideologia. In: _____. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, Parte IV, p. 110-168.

HABERMAS, J. Mudança na estrutura social da esfera pública. In: _____. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, Parte V. 169-212.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. La Maison des Sciences de l'Homme et de la Société de Toulouse. 2004. Porto Alegre. Disponível em: <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE>. Acesso em: 03 jul. 2008.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2006, 173 p.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

HELLER, A. Valor e história: In: _____. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra s/a, 1992, p. 1-16.

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IANNI, O. A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. n. 5, p. 2-10, jan/mar. 1991.

IASKIO, E. L. S. A economia solidária diante da concorrência capitalista: os limites econômicos da autogestão. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: UEPG, v. 1 n. 6, p. 119-144, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2008.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **População Recenseada Total por grupos de idade segundo os municípios, Paraná, 2007**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06. abr. 2008.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **População Recenseada masculina por grupos de idade segundo os municípios, Paraná, 2007**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06. abr. 2008.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **População Recenseada por situação de domicílio e sexo segundo os municípios, Paraná, 2007**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06. abr. 2008.

JAGUARIBE, E. Atual problema do desenvolvimento brasileiro. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 21, n. 60. fev. 2006.

JUNIOR, O. A. dos S., AZEVEDO, S. de, RIBEIRO, L. C. de Q. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: _____. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se Importar com a Desigualdade. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 45, n. 4, p. 649-675, 2002.

LESBAUPIN, I. O enfrentamento da Exclusão Social pelas Prefeituras Democráticas no Brasil. In: _____. **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, parte 2, p. 39-76.

LIMA, V. A. Reforma do Estado e controle social: limites e possibilidades da descentralização e do “terceiro setor”. **Revista de políticas públicas**. São Luiz: v. 6, n. 2, p. 127-147, jan/jun. 2002.

LIMA, V. A. Padrões de Acumulação e Políticas Sociais no Brasil. **Revista Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 137-194, jan./jun. 2003.

LUIZ, D. E. C. A sociedade civil e suas possibilidade de emancipação social. In: **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: ed. UEPG, v. 1 n. 1, p. 59-70, 2001.

LUIZ, D. E. C. **Rupturas Moleculares Emancipatórias: A potencialidade da prática do Serviço Social**. 2005, 283 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LUIZ, D. E. C. Emancipação social: um histórico desafio. In: SOUZA, M. A. de; COSTA, L. C. da. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: UEPG: 2005, parte 1, p. 14-71.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: _____. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967, Cap. 3, p. 57-107.

MARTINELLI, M. (org). **Pesquisas qualitativas: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 31-39.

MARX, K. **O 18 Brumário: cartas a Kulgelmann**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2002.

MELLO, J. M. C. de. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, n. 9, p. 159-164, dez. 1997.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo : Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2006, p.9-29.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil. In: RICO, E. de M.; DEGENSZAJN, R. R. **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, 1999. Parte II p. 69-90.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, M. A. **Potências, limites e seduições do poder**. São Paulo: UNESP, 2008, 140 p.

OLIVEIRA, E. E. **De Geisel a Collor**: Forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, F. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**, Programa de Investigação e Comunicação. Texto dig., 1994.

OUTHWAITE, A et al. In: SILVA, Benedicto (coord). **Dicionário de Ciências Sociais**. Ed. Fundação Getúlio Vargas: instituto de documentação. 1986.

PALERMO, F. ARANTES, P. T. L. Participação pública: cidadãos, participantes, líderes, seguidores e agentes. In: MUNIZ, J. N., GOMES, E. C. **Participação social e gestão pública**: armadilhas da política de descentralização. Belo Horizonte: 2002, Cap. I, p. 10-17.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Turismo. **Caminho das Tropas**. Disponível em: www.paranaturismo.org.com.br. Acesso em: 24 abr. 2005.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias Pobres no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003. 55 p.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. 2003. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> .

Acesso em: 01 out. 2003.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Projeção da População economicamente ativa: Paraná e Municípios, 2003 – 2006**. Curitiba: 2003.

PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias Pobres no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003.

PARANÁ, Agência Estadual de Notícias. **Assembléia aprova formação de consórcios municipais para gestão de resíduos sólidos**. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br>. Acesso em: 06, abr. 2008.

PAOLI, M. C., TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. III.

PEREIRA, W. C. C. O mal-estar na modernidade e perplexidade na pós-modernidade: desafios para a educação popular. In: _____. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001, Cap. 1, p. 21-78.

PERISSINOTTO, R. M. Poder e participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba. In: FUKS, M., PERRISSINOTTO, R. M., SOUZA, N. R. de. **Democracia e Participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2004

PETERSEN, A. T. Uma breve discussão sobre a política brasileira: 1964-1994. In: PETERSEN, A. T. et al. **Política Brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, Parte I, p. 9-54.

PFEIFER, M., NOGUEIRA, V. M. R. O papel do Estado e o “Welfare Mix”. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v. 1, n. 5, p. 143-160, 2005.

PINHO, E. B. Regularização fundiária em favelas. In: FERNANDES, Edésio. (org). **Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142 p.

RAICHELIS, R. Os caminhos da publicização. In: _____. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos para a construção democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, cap. 1, p. 47-122.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. São Paulo: Editora Escala, [19 –] .

_____. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas e do discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

RAICHELIS, R. Os caminhos da publicização. In: _____. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, Cap. 1, 1998.

RAICHELIS, R., WANDERLEY, L. E. W. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 78, ano XXIV, jul. 2004, p. 5-47.

RICHARDSON, R. J. Métodos quantitativos e qualitativos. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989, Parte 3, p. 29-48.

ROSSIAUD, J., WARREN, I. S. **A democratização inacabável: as memórias do futuro.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

SADER, E., GENTILI, (orgs.). P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais na sociedade e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, E., GENTILI, (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SÁNCHEZ, F. O discreto charme da democracia participativa. In: _____. **Orçamento Participativo: teoria e prática.** São Paulo: Cortez, 2002.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, 2000.

SANTOS JUNIOR, O. A. et. al. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos, et. al. (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004, p. 11-56.

SARTORI, Giovanni. O debate: uma apreciação lógica. In: _____. **Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S. A. 1965, Parte I, p. 17- 219.

SAULE JUNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro. Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Aplicação e Eficácia do Plano Diretor.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SILVA, M. O. da S. e. O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1/2, p. 27-50, jan./dez. 2000.

_____. A Política Pública de Transferência de Renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis: EDUFMA, v. 7, n. 2, p. 233-254, jul./dez. 2003.

SILVA, S. C. **Assistência Social e Pobreza em Carambeí**. 2005, 190 f. Monografia, (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

SOUZA, M. L. de. A participação: Componente conceitual do DC. In: _____. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 2. ed. São Paulo: ed. Cortez, Cap. 6, 1990, p. 79-96.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a "des-ordem": mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 231 p.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2. ed. 1999.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994, 211 p.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. Florianópolis: ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. In: **História da cidadania**. Jaime Pinsky e Carla Bessanezi Pinsky (orgs.) São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, J. A. BAVA, S. C. (orgs.) **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, M. M. C. de. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do welfare state para o caso dos países subdesenvolvidos**. Texto para discussão n. 695. Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, M. M. C. de. Um modelo de desenvolvimento para o Brasil: enfocando o bem-estar e liberdades humanas. In: **Prêmio Luíz Eduardo Magalhães: cenários e projetos para o Brasil no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Instituto Tancredo Neves, 2000, p. 29 a 72.

TONELLA, C. **Poder Local e Políticas Públicas: o Papel dos Conselhos Gestores**. Maringá: Eduem, 2006, 121 p.

TRIVIÑOS. A. N. S. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. **Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais**. v. 4, nov. 2001. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001, p. 93,94.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas

no Brasil. In: DAGNINO, E. (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, P. 47-103.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TELLES, V. da S. A sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org). **Anos 90**: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

THEODORO, M. A questão do desenvolvimento. In: RAMALHO, J. P. **A questão do desenvolvimento uma releitura**. São Paulo: Cortez, Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, CAALL, 2004, Parte I, p. 13-116.

THEODORO, M. A questão do desenvolvimento. In: RAMALHO, J. P. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, CAALL, 2004, Parte I, p. 13-116.

TRINDADE, H. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO, M. **Cultura Política e Democracia**: Os desafios das Sociedades Contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Universidade: UFRGS, 1994, p. 42-54.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin e Claret, 2007, p. 59-124.

WEFFORT, Francisco. (org). **Os clássicos da política**: Maquiavel, Hobbes, Locke Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". São Paulo: Ática, 13ª ed. 2001, 287 p.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

APÊNDICE A – Formulário de dados

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CENTRO INTEGRADO DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
Linha de Pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas

FORMULÁRIO DE DADOS

Naturalidade:			
Reside em:	Bairro:	Cidade:	Tempo de residência: ano (s): _____ mês (s): _____
Escolaridade:	☐ ensino fundamental incompleto; ☐ ensino fundamental completo; ☐ ensino médio incompleto; ☐ ensino médio completo; ☐ ensino superior incompleto; ☐ ensino superior completo - Graduação em: _____ ☐ pós graduação incompleta; Especialização em: _____ Mestrado em: _____ Doutorado em: _____ ☐ pós graduação completa: Especialização em: _____ Mestrado em: _____ Doutorado em: _____		
Profissão:		Exerce atualmente: ☐ sim ☐ não	
Ocupação profissional:			
Cargo público:	☐ prefeito	☐ presidente da câmara	☐ presidente do conselho municipal de _____
Tempo de Atuação no cargo, aproximadamente:	Ano: _____ Meses: _____	Ano: _____ Meses: _____	Ano: _____ Meses: _____
Órgão que representa:	☐ executivo municipal	☐ legislativo municipal	☐ Conselhos das Políticas Públicas: a) ☐ Assistência Social; b) ☐ Trabalho;
Se o executivo ou legislativo:	Qual a filiação partidária? Partido: _____		

	Participa de algum conselho municipal de políticas públicas: () não () sim Qual (ais): _____	
Se conselheiro municipal de políticas públicas?	A representação é: () governamental – órgão que representa: _____ () não governamental Qual segmento representa: _____ Possui filiação partidária: () não () sim Qual: _____	
É participante ou já participou de outros espaços de participação política?	() sim	() não
Se sim, quais?		
() Comissões () Participou () Participa Tempo de participação: ano (s): _____ mês (s): _____	Qual (ais)?	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
() Comitês () Participou () Participa Tempo de participação: ano (s): _____ mês (s): _____	Qual (ais)?	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
() Conselhos () Participou () Participa Tempo de participação: ano (s): _____ mês (s): _____	Qual (ais)?	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
() Conferências () Participou em anos anteriores () Participou em 2007	Qual (ais)?	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
() Partidos	Qual	_____ _____

Políticos ☐ Participou ☐ Participa Tempo de participação: ano (s): _____ mês (s): _____	(ais)	
☐ Outros espaços de participação ☐ Participou ☐ Participa Tempo de participação: ano (s): _____ mês (s): _____	Qual (ais)?	

Assinatura do sujeito pesquisado: _____

Assinatura do aplicador do formulário: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semi-estruturada

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CENTRO INTEGRADO DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
Linha de Pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas

TEMA DA PESQUISA: Poder Local e Desenvolvimento Municipal.

MESTRANDA: Silmara Carneiro e Silva

ORIENTADORA: Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 – Data da entrevista: __/__/____.

2 – Sujeito Entrevistado: _____

3 – Órgão que representa:

() Executivo Municipal;

() Legislativo Municipal;

() Conselhos municipais gestores de políticas públicas:

() Assistência Social; () Trabalho;

Perguntas:

1) Fale sobre sua experiência como representante da população carambeense no executivo, legislativo ou conselho das políticas públicas?

2) Em sua opinião quais são os principais problemas da realidade de Carambeí, que precisam de atenção por parte do poder público municipal?

3) Em sua opinião quais ações e alternativas são necessárias para o desenvolvimento de Carambeí?

4) Em sua opinião, qual é o papel do executivo, do legislativo e dos conselhos gestores de políticas públicas frente às demandas da realidade carambeense?

5) Como se dá a relação entre o executivo, o legislativo e os conselhos gestores de políticas públicas, (assistência social e trabalho) na definição das ações para o desenvolvimento de Carambeí?

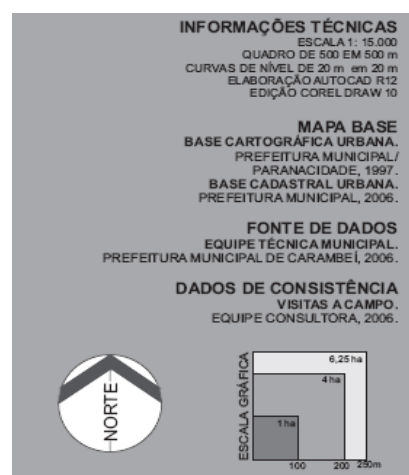
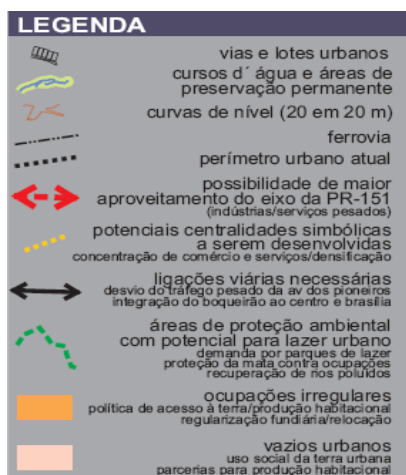
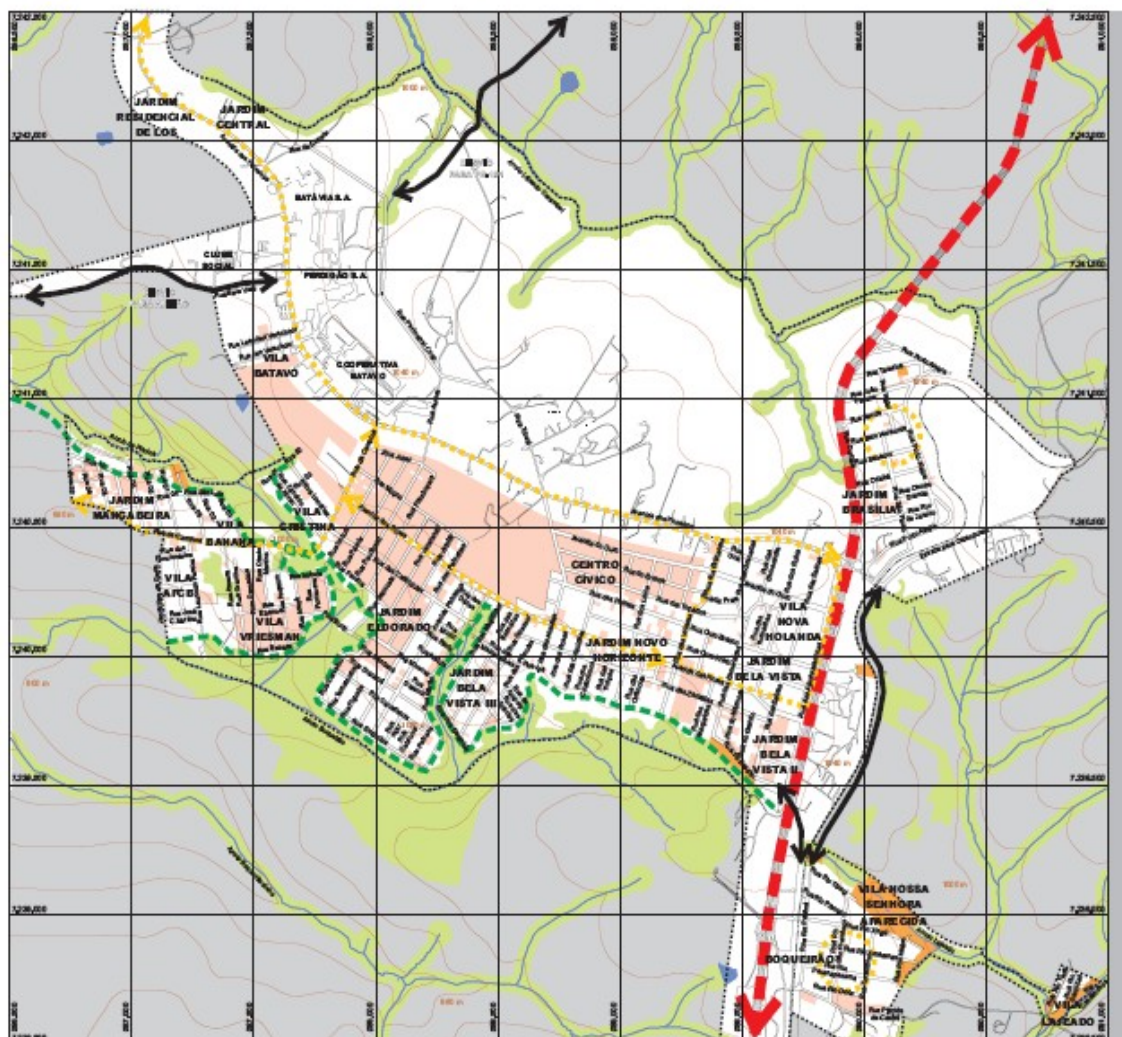
6) Como se dá o processo de tomada de decisão entre o executivo, o legislativo e os conselhos gestores de políticas públicas, (assistência social e trabalho) na definição das ações para o desenvolvimento do município?

7) De sua opinião sobre o poder de decisão de cada uma das três esferas de participação democrática (do executivo, do legislativo e dos conselhos gestores de políticas públicas) quanto ao processo para a definição das ações para o desenvolvimento de Carambeí?

8) No que se refere ao processo de desenvolvimento social, qual a sua análise sobre o município de Carambeí em termos de passado, presente e futuro?

ANEXO A – MAPA DO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ

MAPA DO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ



Fonte: CARAMBEÍ, Plano Diretor Municipal, 2005-2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu **Silmara Carneiro e Silva**, RG: 7.569.489-0, responsabilizo-me pela redação desta Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Área de Concentração Sociedade, Direito e Cidadania. Atesto que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se apenas utilizada a idéia do autor).

Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 31 de outubro de 2008.

Silmara Carneiro e Silva
RA: 306113-03